

Em nome de quem?

A coleção Antropologia da Política é coordenada por Moacir G. S. Palmeira, Mariza G. S. Peirano, César Barreira e José Sergio Leite Lopes e apresenta as seguintes publicações:

- 01 - A HONRA DA POLÍTICA – Decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994), de *Carla Teixeira*
- 02 - CHUVA DE PAPÉIS – Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil, de *Irllys Barreira*
- 03 - CRIMES POR ENCOMENDA – Violência e pistolagem no cenário brasileiro, de *César Barreira*
- 04 - EM NOME DAS “BASES” – Política, favor e dependência pessoal, de *Marcos Otávio Bezerra*
- 05 - FAZENDO A LUTA – Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas, de *John Cunha Comerford*
- 06 - CARISMA, SOCIEDADE E POLÍTICA – Novas linguagens do religioso e do político, de *Julia Miranda*
- 07 - ALGUMA ANTROPOLOGIA, de *Marcio Goldman*
- 08 - ELEIÇÕES E REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO, de *Karina Kuschnir*
- 09 - A MARCHA NACIONAL DOS SEM-TERRA – Um estudo sobre a fabricação do social, de *Christine de Alencar Chaves*
- 10 - MULHERES QUE MATAM – Universo imaginário do crime no feminino, de *Rosemary de Oliveira Almeida*
- 11 - EM NOME DE QUEM? – Recursos sociais no recrutamento de elites políticas, de *Odaci Luiz Coradini*

Em nome de quem?

Recursos sociais no recrutamento
de elites políticas

© Copyright 2001, Odaci Luiz Coradini
Direitos cedidos para esta edição à
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.
www.relumedumara.com.br
Travessa Juraci, 37 – Penha Circular
21020-220 – Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2564 6869 Fax: (21) 2590 0135
E-mail: relume@relumedumara.com.br

SUMÁRIO

Revisão
Antônio dos Prazeres

Editoração
Dilmo Milheiros

Capa
Simone Villas Boas

Apoio



CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C794e Coradini, Odaci Luiz
Em nome de quem? : recursos sociais no recrutamento de elites
políticas / Odaci Luiz Coradini. – Rio de Janeiro : Relume Dumará : UFRJ,
Núcleo de Antropologia da Política, 2001
. – (Coleção Antropologia da política; 11)

Inclui bibliografia
ISBN 85-7316-257-0

1. Eleições – Candidatos – Seleção. 2. Partidos políticos. 3. Sindicatos. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Núcleo de Antropologia da Política. II. Título. III. Série.

01-1485 CDD 324.5
CDU 324.843.1

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada
desta publicação, por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui
violação da Lei nº 5.988.

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	
Relações estabelecidas no exercício profissional como recurso eleitoral	19
Titulação escolar, relações profissionais e carisma	24
CAPÍTULO II	
Sindicalismo e política eleitoral	53
O sindicalismo de trabalhadores e funcionários urbanos de empresas privadas nas eleições	58
Os candidatos vinculados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	64
Sindicalismo e associações de funcionários públicos: divisões e “bases” eleitorais	70
Os candidatos professores estaduais	73
Corporações militares e política eleitoral	79
O sindicalismo ou associações de funcionários de grandes empresas ou burocracias públicas: relações de trabalho e oposição entre os setores público e privado	86
CAPÍTULO III	
Os candidatos vinculados a organizações de empresários e de produtores rurais	95
Os candidatos vinculados a organizações de empresários	99
Usos eleitorais de vínculos com organizações de empresários	101
A participação em sindicatos ou associações de produtores rurais e as disputas eleitorais	110

CAPÍTULO IV	
Igrejas, filantropia e legitimação de candidaturas	121
Igrejas, política eleitoral e inserção social	131
Atividades filantrópicas, compromissos morais e política eleitoral	142
CAPÍTULO V	
Os cargos públicos ocupados como prova de excelência	153
Cargos exercidos e legitimação de candidaturas	158
Os usos da ocupação prévia de cargos públicos pelos candidatos das “oposições”	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
BIBLIOGRAFIA CITADA	195

Este trabalho tem como objeto o problema das relações entre formas de inserção social e reconversão de recursos em posições político-eleitorais. Mais especificamente, trata-se de um esforço em compreender os mecanismos e modalidades de reconversão de recursos sociais presentes nas apresentações de candidatos, visando à eficácia eleitoral. Como se sabe, independentemente da formalização jurídica e das filosofias políticas subjacentes, o fenômeno eleitoral implica, entre outras coisas, uma seleção prévia de candidatos, os quais, com base numa série de atributos sociais que podem ser lidos também como “qualidades pessoais” ou de “liderança”, tentam legitimar essa condição de candidato. O problema começa exatamente nesse ponto, ou seja: que “qualidades” ou recursos sociais têm chances de ser utilizados para tanto e para que concepções de sociedade e de política apontam?

O ponto de partida, enquanto problema sociológico, foram alguns resultados e indicações de um trabalho realizado anteriormente, sobre as relações entre mediação social e recrutamento de candidatos, em eleições municipais (Coradini, 1998). Nesse caso estudado anteriormente, a principal justificativa da pretensão a ou condição de candidato estava sempre associada a algum tipo de “liderança” prévia. As definições dessa “liderança”, no entanto, remetiam às mais diversas esferas (sindicalismo, redes de relações pessoais, “trabalho comunitário”, religião, relações de vizinhança, relações de identidade étnica etc.) e recursos sociais (competência profissional, vinculação a sindicatos, exercício anterior de cargos públicos, valores morais, recortes territoriais etc.). Portanto, a exemplo desse trabalho anterior, o principal problema aqui é examinar os princípios e modalidades de legitimação da pretensão ou da ocupação efetiva de cargos tidos como de natureza política, em eleições de nível mais geral (estaduais e nacionais) e, portanto, nas quais essa diversidade social e ideológica é muito mais ampla.

Cabe esclarecer que não é a legitimação da “política” em geral enquanto tal que está diretamente em pauta neste trabalho, mas a dos agentes de um de seus pólos, ou seja, aquele mais diretamente relacionado à conquista da adesão de eleitores. Como se sabe, a esfera eleitoral constitui-se em apenas uma das dimensões do poder político, cujo significado, inclusive, depende das diferentes condições históricas e sociais de

sua existência e funcionamento. As ciências sociais, independentemente de suas diferentes ramificações, estão longe de esgotar o problema das relações entre a política eleitoral e outros processos, tais como os de formulação, decisão e implementação de políticas públicas, como atestam as intermináveis controvérsias entre abordagens e seus pressupostos ou “escolas” (ver, por exemplo, Jobert & Muller, 1987). Mas, independentemente dessas controvérsias excluídas do escopo deste trabalho, há de se levar em conta que mesmo os agentes ou “profissionais” da representação política, cuja legitimidade depende diretamente de processos eleitorais, são compelidos a se posicionar diferentemente conforme a esfera do poder político em que atuam, ou seja, mais diretamente voltados à legitimação “externa” ou frente aos “leigos”, ou, então, às instâncias decisórias. Ou seja, está fora do escopo deste trabalho a ambivalência própria da ocupação efetiva de cargos públicos, condicionada, por um lado, pela necessidade de sua legitimação frente aos eleitores e, por outro, pelos requerimentos próprios da dinâmica e das decisões políticas (como demonstra o trabalho de Collovald & Gaïti, 1990) e, também, as especificidades do “poder político”, enquanto poder de “injunção”, relativamente às demais formas de poder e de influência (Braud, 1985: 371-372). Em síntese, o que se pretende deixar explícito é que não se trata aqui de um estudo sobre o “poder político” em geral ou algo do gênero, mas sobre os *recursos e modalidades de legitimação frente a eleitores em potencial*, e mais especificamente, de agentes que atuam num dos seus pólos, ou seja, a política eleitoral, visando à ocupação de cargos definidos como políticos.

As diferentes tradições ou formulações desse tipo de problema e de seu tratamento dependem tanto das condições e da dinâmica das ciências sociais em cada país como também das condições de evolução das respectivas estruturas políticas. Se, por um lado, isso fica evidente ao se examinar, por exemplo, a literatura pertinente aos Estados Unidos e à França (para uma comparação, ver Sawicki, 1999), por outro, em se tratando das ciências sociais no Brasil, ainda não se dispõe de algo que possa servir como ponto de partida ou contraponto. Seja como for, num nível mais geral, está em pauta o problema das relações entre os recursos de origem e posição social e as tomadas de posição e as diferentes alternativas de instrumental analítico disponíveis. Na medida em que se reconhece que os indicadores de origem e posição são necessários mas insuficientes, as diferentes abordagens se dividem quanto aos princípios de análise para a apreensão das lógicas subjacentes às tomadas de posição, e isso não se restringe ao estudo da política. Esse é o caso, por exemplo, da opção por conceitos tais como “campo”, “espaço”, “organização”, “rede”, com possibilidades de utilização exclusiva ou em combinação¹. Não faz parte dos limites dos propósitos do presente trabalho entrar diretamente nesse tipo de discussão, embora, evidentemente, isso não esteja desvinculado. Seus objetivos específicos não vão além do estudo das bases sociais, dos princípios de legitimação da ocupação de cargos públicos conquistados eleitoralmente e dos efeitos disso na “politização”. Evidentemente, isso remete ao problema da vinculação dos recursos de

legitimação com a origem, mas também com as diferentes esferas de inserção e com os esquemas de ação que marcam as respectivas trajetórias dos candidatos em pauta.

Seja devido à própria dinâmica das ciências sociais em cada país ou, ainda, às suas relações com os problemas tidos como politicamente relevantes, mesmo em trabalhos mais diretamente centrados na sociografia de candidatos a cargos legitimados eleitoralmente, tendem a circunscrever as “lógicas sociais” em seu recrutamento às origens ou universos socioprofissionais (nesse sentido, um dos melhores exemplos é o trabalho de Gaxie, 1980). Seja como for, nas condições em que o presente trabalho foi realizado, não apenas o uso da sociografia, mas também as controvérsias conceituais e metodológicas que isso acarreta, tomam outro sentido. Nesse caso, mais que os problemas relativos à formação de “elites”, seu recrutamento e seleção ou, então, suas relações com a estrutura do poder político e processos decisórios, a sociografia tem como principal objetivo a busca da compreensão de eventuais relações entre origens e trajetórias sociais e princípios de legitimação usados para ingressar em atividades e ocupação de cargos políticos. Portanto, o problema central deste trabalho está mais diretamente relacionado às condições e lógicas sociais do recrutamento que às tomadas de posição. Na pior das hipóteses, espera-se que, ao se pôr em relação indicadores de origens e trajetórias sociais com características ou recursos utilizados como fundamento de legitimação, se consiga apreender algo relativamente às concepções de política em pauta nessas lutas eleitorais e, portanto, se evidencie em que consiste o que pode ser designado como “processo de politização” ou “construção social da política” (Lacroix, 1985).

Evidentemente, mesmo numa situação extrema, nunca as características decorrentes de origens e trajetórias sociais dos candidatos seriam utilizadas diretamente como critério ou fundamento de legitimação, até porque essa pretensão de legitimação está dirigida a uma esfera específica, ou seja, à política eleitoral. Em outras palavras, nessas lutas eleitorais não se trata de indivíduos enquanto tais que visam à legitimação, mas determinadas características parciais que podem se constituir em recursos presumidos como eleitoralmente relevantes. Isso significa, em primeiro lugar, que não se trata de qualquer legitimidade, mas da legitimação de características sociais tidas como eleitoralmente pertinentes. Em segundo, que, na relação entre qualquer característica ou recurso social de origem e a ascensão, seja na esfera política ou em outra qualquer, a reconversão nunca é direta. Isso porque essa reconversão sempre depende de diferentes lógicas sociais, vinculadas a esferas diferentes, o que faz com que, inclusive, os “interesses” e o valor associado a determinadas características possam adquirir significados contrários. Ou seja, algo semelhante ao proposto por Agrikoliansky (1994: 98) relativamente ao uso de biografias, que devem ser observadas “no que dizem”, mas também “no que não dizem”, visto que as estratégias biográficas implicam a dissimulação ou, ao contrário, em destacar determinadas características.

Parece que vale a pena insistir um pouco nesse tipo de problema que, à primeira

vista, pode parecer banal, mas também estar na origem de muitos mal-entendidos. Se, por um lado, esse tipo de trabalho se utiliza basicamente de sociografia, por outro, como mencionado, não se está pretendendo que qualquer indicador de origem e trajetória social possa se constituir explicitamente, enquanto tal, num recurso de legitimação eleitoral. Se, por um lado, esses indicadores servem inclusive como medida de posição social, por outro, interessa também que se compreenda as condições de sua reconversão em recursos eleitorais e os significados que podem adquirir nessa esfera. Isso, necessariamente, induz a alguns aparentes paradoxos, na medida em que essa utilização de características e recursos sociais comporta, sempre, uma “transfiguração” (Gaxie et al., 1990), através de um processo de imposição de determinados princípios de classificação e sua generalização. Em outras palavras, não é a condição de pertencer a determinada unidade geográfica, profissão, condição social ou a outra classificação qualquer o que está em pauta, mas sim os códigos culturais e políticos que informam e dão sentido a essa interpretação eleitoralmente interessada daquelas classificações. Assim, a própria utilização dessas classificações para a legitimação de pretensões políticas funciona, simultaneamente, como adesão a uma suposta identidade com os eleitores em potencial e como negação dessa condição. O melhor exemplo disso é a utilização das classificações profissionais, visto que a condição visada de representante político é exatamente a negação do exercício da respectiva profissão, e ainda mais que isso: a formação da condição prévia de “líder”, seja através da representação sindical, ou de outra forma qualquer, já indica para uma rejeição ou relação “não profissional” com a profissão de origem. Isso, inclusive, pela razão elementar de que, no caso, a condição de “representante” pressupõe a de “líder” e, para utilizar as palavras de Bailey (1990), a própria condição de líder requer o rompimento das regras sociais e culturais e sua manipulação. Em síntese, mais que classificações vinculadas a origens e posição social, estão em pauta lógicas sociais subjacentes e concepções de política, no sentido de uma “sociabilidade política e uma adesão implícita a uma mesma leitura do real” (Pécaut, 1990: 184), que tornam possíveis ou interessantes essas diferentes utilizações e dão sentido à associação da imagem do candidato a essa ou aquela classificação.

À primeira vista, pode parecer que o problema da “autonomia” da esfera política fica excluído do escopo das preocupações analíticas. Deve-se ter em conta que, mais que uma exclusão, trata-se da opção de colocá-lo não como um problema de ordem conceitual, mas empírica. Nas palavras de Lacroix (1985: 564), se “a ordem política tem alguma existência própria”, na “medida em que ela encarna um tipo de atividade que tem suas finalidades específicas”, no estudo de sua objetivação social isso se reduz às “relações que definem na prática o espaço das atividades do empresário político”. Como a objetivação social desse “empresário político” depende das condições de possibilidade de sua legitimação eleitoral, entra em pauta a imposição de princípios da “visão do mundo social e dos princípios de divisão desse mundo” (Bourdieu, 1981: 8). Porém, não se trata de uma dicotomia entre a dimensão “simbólica” e “material”

desse processo, mas das relações entre “universos práticos e universos simbólicos” (Lacroix, 1985:503). É de esperar que os princípios de legitimação de candidaturas, bem como as características e filosofias sociais postas em prática para tanto possam indicar algo mais que meramente disputas entre características “pessoais”. Trata-se da possibilidade de, através do exame dos princípios de classificação e legitimação em pauta, vislumbrar as próprias concepções de sociedade e de política que podem ser, pelo menos presumidamente, eleitoralmente eficazes em determinadas condições históricas e sociais. Ou, nas palavras de Agrikoliansky (1994: 95), a eficácia da objetivação de grupos e da produção de sentido “se apóia na polissemia da função de representação que, na política, significa tanto o direito de falar em nome dos outros como o de demonstrar através de sua própria pessoa aqueles em nome dos quais se fala”.

No que tange aos indicadores de cunho mais diretamente demográfico-sociais e político-eleitorais, uma das principais fontes foram os arquivos da própria Justiça Eleitoral. Arquivos formados com base num formulário que o TRE (Tribunal Regional Eleitoral) tornou de preenchimento obrigatório para todos os candidatos, quando do registro da candidatura. As informações resultantes desse preenchimento são posteriormente totalizadas e armazenadas pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). No presente trabalho, os principais indicadores utilizados com base nessa fonte são os que seguem: idade, sexo, estado civil, grau de escolarização, profissão, filiação partidária, número de votos obtidos e situação após os resultados eleitorais. Uma segunda fonte semelhante a essa, cujos dados também têm origem na Justiça Eleitoral, são as participações em eleições anteriores. Esse tipo de informação, no que tange ao Rio Grande do Sul, foi armazenado num arquivo do NUPERGS (Núcleo de Estudos da Política Rio-Grandense da UFRGS), com base no qual se conseguiu confrontar a lista de candidatos das eleições em pauta, de 1998, e verificar a eventual participação nas seguintes eleições anteriores: para vereador e prefeito em 1992 e 1996; e nas eleições gerais (deputado estadual, deputado federal, senador etc.) de 1990 e de 1994. Para os candidatos a deputado federal destas eleições de 1998 se conseguiu também verificar sua eventual participação em eleições anteriores a 1990 (para os demais, o referido arquivo ainda não oferece esse tipo de informação). No que diz respeito a essas eleições a vereador e a prefeito de 1992 e de 1996, somente se conseguiu confrontar a lista de candidatos de 1998 com os que eventualmente foram eleitos e, portanto, foram excluídos os que apenas participaram como candidatos sem sucesso. Já para as eleições aos cargos em disputa em 1990 e em 1994, foi possível se detectar todas as candidaturas, independentemente de ter sido eleito ou não.

Uma segunda fonte, também vinculada a burocracias públicas, dessa vez à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, é o elenco de todos os deputados das legislaturas de 1947 a 1971 e algumas indicações referentes aos mesmos. Basicamente, as principais indicações que se podem extrair desse material se restringem à profissão, filiação partidária e origem geográfica. Em todo caso, parecem de alguma utilidade

para fazer algumas comparações cronológicas com os atuais candidatos.

Quanto a essas fontes mencionadas, trata-se de material que se presta apenas para tratamento quantitativo, com os problemas próprios desse tipo de fonte. Quanto ao material de cunho mais qualitativo, as fontes são basicamente duas, a saber: 91 entrevistas realizadas com candidatos dessas eleições, além de cerca de uma dezena com líderes partidários, e o material de propaganda eleitoral. Ou seja, empiricamente, foram tomados os 649 candidatos das eleições em pauta e examinadas as suas principais bases eleitorais, utilizando-se o material de propaganda eleitoral, principalmente a propaganda impressa e os programas de rádio, que foram gravados e transcritos. Para 91 desses candidatos, esse material foi complementado com entrevistas semidirigidas. Essas 91 entrevistas estão muito longe de constituir alguma representatividade estatística, não apenas diante do número total de 649 candidatos, mas, principalmente, devido à sua diversidade no que tange aos temas em pauta. Portanto, não se pretende com elas alguma exaustividade dos possíveis padrões de legitimação de recursos eleitorais, pelo menos em suas quase infundáveis modalidades práticas². Para alguns temas ou aspectos mais gerais, uma forma de contornar em parte esse tipo de problema foi a realização de entrevistas não com candidatos, mas com lideranças partidárias e/ou com alguém com uma posição-chave quanto às informações que pudessem interessar ao trabalho, tais como alguns funcionários de partidos, cabos eleitorais que acompanham “por dentro” determinadas “articulações” e assim por diante.

Trata-se de um conjunto de fontes e de informações fortemente marcadas pelas origens ou, mais especificamente, pelas razões de ser de sua produção e divulgação, e isso não se aplica apenas ao material de propaganda eleitoral. Porém, melhor que deplorar sua suposta falta de “objetividade”, trata-se de incluir nas preocupações ou objetivos do próprio trabalho as condições dessa geração e divulgação ou, mesmo, do contrário, como as recusas de informações referentes a características sociais e políticas dos candidatos. Ou seja, tanto no que tange ao material de propaganda eleitoral como às informações coletadas pelas burocracias públicas, mais que uma simples “qualificação” do material, trata-se de tentar apreender as razões práticas e os significados que esse tipo de informação pode ter enquanto recurso eleitoral. Esse é o caso, por exemplo, da menção explícita e enfática ou, então, do silêncio relativamente às origens sociais e, além disso, dos diferentes significados que noções que apontam para determinadas posições sociais de origem podem significar nessas lutas eleitorais. Nelas, uma mesma categoria de origem social, como, por exemplo, filho de agricultor, pode significar tanto o apelo a uma condição social com base numa ótica “classista” como também um sentido de “origem humilde”, em associação a determinados valores ético-religiosos ou, ainda, para citar mais uma possibilidade, o atestado de uma trajetória ascendente, com base em determinados valores vinculados especialmente ao mundo empresarial. Em síntese, trata-se, simultaneamente, de levar a sério as razões e lógicas dos registros (Merllié, 1983) e estudar essas mesmas informações enquanto recursos nas disputas

pela elaboração de imagens e legitimação de pretensões político-eleitorais.

Cabe mencionar, por fim, algo relativo à configuração social e política em que se realizam essas eleições, as quais estão vinculadas a princípios e regras mais ou menos particulares e que, por extensão, podem ter efeitos na seleção das respectivas características sociais dos candidatos e na sua legitimação. Em termos formais, como se sabe, nessas eleições de 1998, além dos cargos de governador, vice-governador e senador, em termos quantitativos, a maior parte dos cargos em disputa são para deputado estadual e deputado federal³. Mas, para além dos cargos formais em disputa, ocorre uma série de especificidades, e quanto a esse ponto, lamentavelmente, não há nada que possa servir de comparação histórica, tendo em vista uma melhor caracterização da situação atual. Como já mencionado, o máximo que se consegue são algumas indicações genéricas relativas aos deputados estaduais do Rio Grande do Sul do período de 1947 a 1975. Por outro lado, as informações de cunho mais diretamente demográfico-social e político-eleitoral das últimas eleições, que se prestam apenas para análise quantitativa, possibilitam fazer algumas comparações entre o Rio Grande do Sul e outros estados brasileiros, objeto de um outro trabalho em elaboração.

Em todo caso, embora possível apenas num limite muito estreito e num alto grau de generalidade, esse tipo de caracterização das condições específicas do Rio Grande do Sul parece importante por diversas razões. Em primeiro lugar porque, como pode ser constatado ao longo do texto, pelo menos no que tange aos indicadores disponíveis para o conjunto dos estados brasileiros nas últimas eleições, e dentre esses, particularmente os relativos à profissão de origem, o caso do Rio Grande do Sul contém algumas particularidades, que analisaremos adiante. Em segundo, algo de ordem distinta, mas com a mesma importância: como, nas eleições de 1998 no Rio Grande do Sul, o conjunto dos resultados eleitorais pode ser considerado um tanto singular, comparativamente ao conjunto do Brasil, devido à vitória de uma posição tida como à “esquerda” no espectro político-partidário; isso pode criar a ilusão de que esses resultados estão diretamente presentes no problema em pauta neste trabalho. Inclusive porque, tanto política como jornalisticamente, há exemplos de outras situações semelhantes, como a da vitória do Partido Socialista na França em 1981 (Gaxie & Offerlé, 1985: 105), em que há uma tendência de ênfase “nos atributos mais aparentes do pessoal político renovado”. Embora, evidentemente, as relações entre indicadores de origem e trajetória social e posições políticas estejam, necessariamente, presentes no exame dos recursos de legitimação, o principal perigo, no caso, é se fazer uma interpretação “política” de algo que se pretende abordar de outro modo. Seja como for, mais que os emblemas que qualquer “designação” e a violência retórica que toda vitória ou derrota eleitoral possam conter, interessam as relações entre recursos sociais e princípios de legitimação. Nesse sentido, tudo leva a crer que as indicações disponíveis vão no sentido da introdução de alguns novos padrões de recrutamento e seleção, o que equivale menos a um processo de substituição que de diversificação de bases sociais e princípios de legitimação.

Evidentemente, há diferentes maneiras possíveis de se explorar esse tipo de material e, como mencionado, os dados de cunho mais estatístico estão sendo objeto de outros trabalhos em curso. Para o presente trabalho, no entanto, interessa mais diretamente o já mencionado problema das relações entre princípios de legitimação das candidaturas e os recursos sociais utilizados. Para tanto, uma primeira constatação se impõe: se examinado o conjunto do material relativamente às respectivas “propostas” em jogo nesse processo eleitoral, não há muito que possa ser utilizado para discriminar esses candidatos. Isso porque, nesse nível genérico, há um conjunto de temas ou “questões” que constitui a “pauta” dos “problemas” tidos como mais candentes (“educação”, “saúde”, “segurança” e assim por diante), cuja referência, salvo algumas particularidades, é mais ou menos obrigatória. Por outro lado, ao se tomar mais especificamente as respectivas apresentações dos candidatos enquanto tais e se examinar as características ou “qualidades” sociais destacadas positivamente, bem como as esferas sociais às quais remetem, é possível discernir outro nível de clivagens e oposições, que, direta ou indiretamente, se vinculam às origens e modalidades de inserção social e política e, mais especificamente, aos usos eleitorais dessa inserção, com base em determinados esquemas de interpretação e legitimação.

Como não poderia ser diferente, esses princípios de legitimação remetem tanto às diferentes esferas sociais às quais esses candidatos se vinculam de algum modo, no atual ponto de suas trajetórias, como também àquelas com as quais mantiveram algum vínculo em alguma fase do passado e que podem ser reatualizadas. Numa primeira exploração desse material, obteve-se um conjunto de vinte e duas bases de recursos eleitorais de algum modo utilizadas, vinculadas às mais diferentes esferas sociais e princípios de legitimação. Evidentemente, a quase totalidade desses candidatos lança mão de mais de uma dessas bases de recursos e esferas sociais, de acordo com seu trajeto e inserção social e política e as afinidades possíveis. Como a quase totalidade desses candidatos está inserida num sistema multiposicional, ou seja, usa mais de uma dessas bases de recursos eleitorais, a apreensão de sua totalidade somente é possível através de uma esquema de múltiplas respostas. Mas, para uma boa parte dos mesmos, as informações disponíveis permitem também discernir com alguma segurança sua principal base de recursos eleitorais. Assim, em relação aos 463 (71,3% do total) para os quais se conseguiu discernir sua principal base de recursos eleitorais, a categoria mais importante é a dos que se valem do exercício prévio de cargos legislativos (vereadores e deputados), com 196 indivíduos (30,2%), seguidos pelos cargos nas burocracias públicas (eletivos ou não), com 98 (15,1%). Isso se deve ao fato de que praticamente todos os candidatos que ocuparam previamente algum cargo público tendem a usá-lo, de algum modo, como seu principal trunfo eleitoral. Do restante, 8 (1,2%) têm nos sindicatos de trabalhadores e funcionários de empresas privadas sua principal base de recursos; 5 (0,8%) nos sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais rurais; 40 (6,2%) nos sindicatos/associações de funcionários públicos; apenas um em organizações

estudantis; cinco em sindicatos/corporações de profissionais liberais; nove em sindicatos/associações de empresários; três em sindicatos/associações de produtores rurais; dois em organizações ecologistas; seis em organizações de moradores e assemelhadas; uma em organizações de mulheres; 16 em organizações religiosas/igrejas; um em clubes “culturais”, de lazer e desportivos; cinco em relações de parentesco com outros políticos; dois em atividades “artísticas” e “culturais”; 50 em relações estabelecidas no exercício profissional; dois em associações de consumidores, pela “cidadania” e assemelhadas; dois em organizações ou relações de identidade étnica; por fim, 11 têm em organizações e atividades filantrópicas sua principal base de recursos eleitorais. Como se pode observar, a exemplo dos princípios de classificação e de adesão, há uma forte variedade também quanto aos respectivos pesos quantitativos dessas bases de recursos, pelo menos ao se tomar apenas os casos em que consistem no principal dentre outros recursos e esferas sociais utilizadas.

Dessa variedade de mais de duas dezenas de bases de recursos eleitorais, por razões práticas, optou-se em tomar apenas cinco para essa publicação, deixando-se as demais para outros eventuais trabalhos. Quatro dessas são socialmente muito visíveis, quais sejam: o sindicalismo, as organizações de empresários, as igrejas e organizações filantrópicas e, por fim, os cargos públicos anteriormente ocupados. Além dessas quatro, foi incluída uma de menor visibilidade social, mas nem por isso quantitativamente menos importante, qual seja, a reconversão de relações estabelecidas no exercício profissional em triunfo eleitoral.

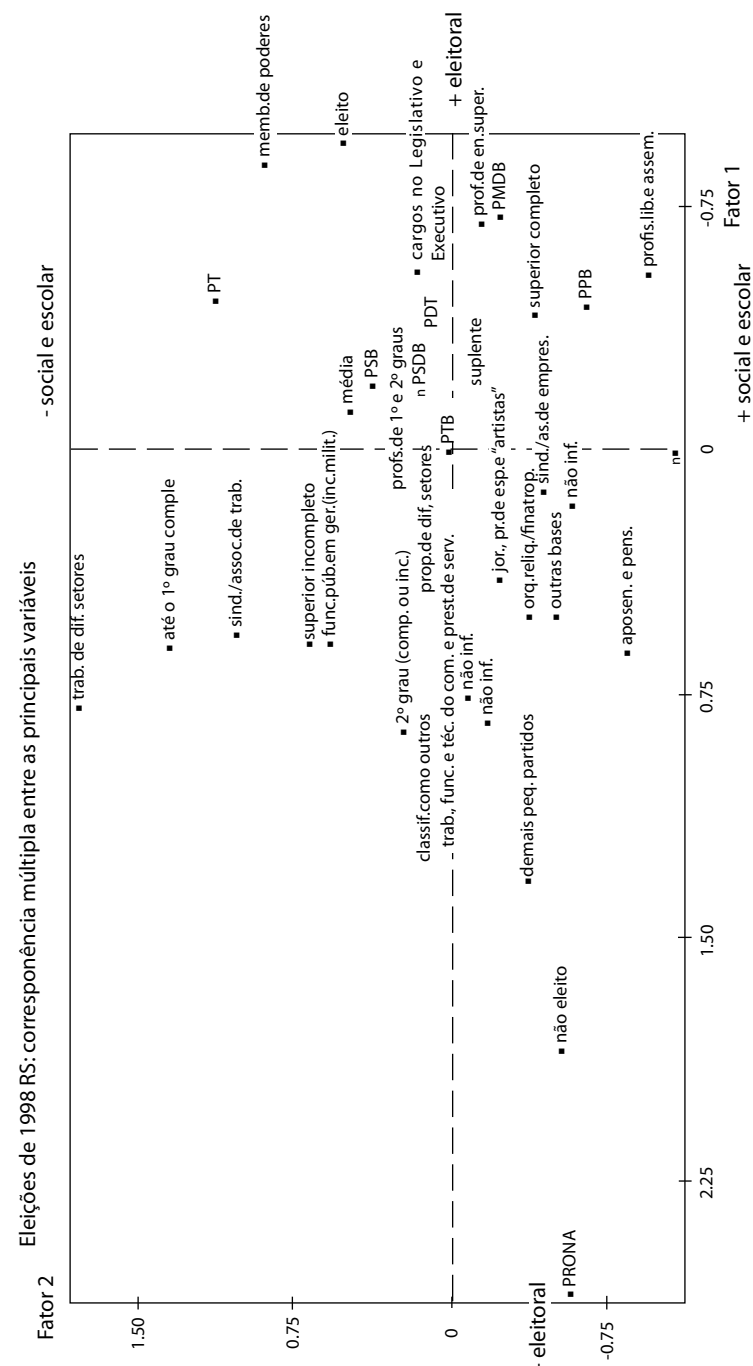
É devido a essa menor visibilidade social e a dificuldades de definição e recorte empírico que o primeiro capítulo é dedicado às tentativas de reconversão de relações estabelecidas no exercício profissional. A seguir, um capítulo sobre as diferentes modalidades de sindicalismo e seus usos eleitorais e, após, um capítulo dedicado às organizações de empresários e outro aos candidatos vinculados a igrejas e/ou a organizações e atividades filantrópicas. Por fim, trata-se dos usos dos cargos públicos previamente ocupados e de suas diferentes combinações com outros recursos sociais e políticos.

No que tange às relações entre a principal base de recursos eleitorais e os indicadores de posição social (particularmente, classificações profissionais e titulação escolar) e as chances ou a situação após os resultados eleitorais, com a filiação partidária, os resultados podem ser visualizados no gráfico a seguir. Como se pode perceber, há uma associação bastante nítida de determinados grupos de candidatos socialmente dominantes (profissionais liberais e assemelhados, professores de ensino superior, membros do Poder Legislativo ou Executivo) com determinados partidos e com uma titulação escolar mais elevada. No pólo oposto, não apenas os eleitoralmente em desvantagem, mas também os profissionalmente menos classificáveis conforme os critérios oficiais em voga (classificados como “outros”), ou os que representam uma posição social inferior (trabalhadores, funcionários e técnicos do comércio e prestação de serviços, trabalhadores de diferentes setores) e um menor grau de escolarização. Por outro lado,

estão em pauta outras associações, particularmente no que tange à vinculação com as modalidades de inserção política e bases de recursos eleitorais. Assim, no pólo correspondente a uma menor escolarização situam-se principalmente aqueles candidatos de determinados agrupamentos profissionais (trabalhadores, funcionários públicos) e filiações partidárias (PT). No pólo oposto, em conjunto com certos grupos profissionais muito fortes quanto à titulação escolar, outros menos definidos (aposentados e pensionistas) e a utilização de recursos eleitorais diversos (relações estabelecidas no exercício profissional, vinculação com organizações religiosas e filantrópicas, organizações empresariais, dentre outras).

Mais especificamente quanto às bases de recursos eleitorais, basta notar por ora algumas dessas associações, particularmente no que concerne às que são apresentadas em detalhes nas partes seguintes, que são: em primeiro lugar, os candidatos que se valem de sindicatos/associações de trabalhadores e funcionários urbanos ou rurais (no caso, todos agrupados), mais diretamente associados às classificações profissionais agrupadas, como trabalhadores de diferentes setores, funcionários públicos em geral (inclusive militares) e professores de 1º e 2º graus; quanto à filiação partidária, mais diretamente vinculados ao PT e PSB. Em segundo, aqueles cuja principal base são as organizações religiosas e/ou filantrópicas (que também foram agrupadas para esse exame), em associação mais direta com os jornalistas, produtores de espetáculos e “artistas” em geral, com os aposentados e pensionistas e, em termos de filiação partidária, entre o PTB e os partidos menores. Quanto aos candidatos que se valem de relações estabelecidas no exercício profissional como principal recurso eleitoral, como seria de esperar, há uma associação muito direta com os profissionais liberais e assemelhados com titulação universitária e, por outro lado, também com os aposentados e pensionistas e, em termos partidários, com o PPB e outros partidos, dentre os quais, particularmente o PMDB; além de um vínculo muito forte com os que têm curso superior completo. Quanto aos candidatos que utilizam seus vínculos com sindicatos/associações de empresários e produtores rurais, como seria de esperar, ocorre uma associação com os classificados como proprietários de diferentes setores, mas também com os jornalistas, produtores de espetáculos e “artistas” em geral. Por fim, os que se valem do exercício prévio de cargos públicos. Quanto à escolarização, estão diretamente associados com os de curso superior completo e, em termos de filiação partidária, com os partidos eleitoralmente dominantes (PMDB, PPB, PT) e, em termos de classificações “profissionais”, mais próximos dos que se classificam como membros de poderes (Legislativo e Executivo), dos professores de ensino superior e dos profissionais liberais e assemelhados com titulação universitária.

Evidentemente, trata-se de tendências numa configuração específica e, nesse nível genérico, seja devido à precariedade dos dados disponíveis ou à ambivalência das classificações possíveis (por exemplo, um mesmo candidato podendo optar entre diferentes categorias profissionais), não se tem condições de ir além dessas tendências.



Os significados específicos e as diferentes lógicas sociais subjacentes aos diferentes padrões não incluídos nesse nível genérico somente podem ser apreendidos através do exame do material de cunho qualitativo, cujos resultados, pelo menos em parte, são descritos nas partes seguintes.

Notas

¹ Além da série de trabalhos organizados por Offerlé (1999), contendo diferentes posições quanto a esse tipo de problema, para uma aplicação empírica da alternativa centrada em “redes” no estudo de partidos, ver Sawicki (1997).

² Ocorre que, além da diversidade dos próprios candidatos quanto às características sociais e políticas que interessam ao trabalho, o que torna difícil a obtenção de alguma representatividade estatística, as condições em que essas entrevistas são realizadas também dificultam isso. O principal problema é que, como interessam os que conseguem algum tipo de candidatura, sua inclusão no elenco dos entrevistáveis somente pode ocorrer após os “lançamentos” dessas candidaturas. É exatamente esse o momento em que sua disponibilidade, de tempo e em muitos casos também de interesse, para entrevistas, se torna mais escassa. Além disso, a dispersão geográfica, mas também política, contribui para uma maior distorção na inclusão dos entrevistados. Ocorre que, em geral, os candidatos de maior destaque e/ou geograficamente mais próximos da capital são os que oferecem maiores facilidades ou, então, menos dificuldades para a realização desse tipo de entrevista. Frente a esse tipo de problema, tentou-se amenizar essa distorção do elenco de entrevistados através de um esforço deliberado, após a realização das eleições, de acréscimo somente daqueles que obtiveram uma votação muito reduzida ou, então, que pudessem representar algum padrão específico de inserção político-eleitoral. Mesmo assim, se está muito longe de alguma melhor distribuição dos entrevistados quanto aos critérios que interessam ao trabalho.

³ Evidentemente, o número de candidatos não representa o total de cargos públicos em disputa, visto que, para cada cargo eletivo, há um conjunto de outros em geral ocupados por cooptação. Assim, por exemplo, em 1999, apenas ao nível do governo estadual, havia um total de cerca de 12.376 cargos desse tipo (assessoria superior, cargos de confiança e funções gratificadas), entre os preenchidos e os vagos (cf. informações da Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Estado). Ou seja, há uma proporção de diversos cargos “de confiança” para cada um em disputa via eleitoral, mesmo sem se contar os de nível federal e municipal, para os quais não se dispõe de informações.

Relações estabelecidas no exercício profissional como recurso eleitoral

É possível a conversão de relações estabelecidas no exercício profissional em recursos eleitorais? Em caso afirmativo, em quais condições e com que modalidades? Das bases de recursos eleitorais utilizadas pelos candidatos em disputa nas eleições de 1998 no Rio Grande do Sul, as relações estabelecidas no exercício profissional poderiam ser vistas como uma espécie de “resíduo”, por se tratar do único recurso eleitoral explícita e legitimamente utilizado que não dependeria de alguma “liderança” ou representatividade prévia em nome de alguma categoria ou grupo, “corporado” ou não, seja em que esfera social for, mas unicamente de qualidades “profissionais” e sociais atribuídas a alguns indivíduos.

Analicamente, isso remete a uma série de problemas já consagrados pela literatura pertinente, a começar pelas relações de afinidade entre o exercício de determinadas profissões e da política, através de eleições ou de outros meios. Mas para o principal tema em foco, ou seja, a participação em determinadas esferas sociais e a formação prévia da condição de “líder”, essa modalidade de inserção na esfera da política eleitoral apresenta alguns problemas específicos. Daí o interesse em tomá-las para um exame mais aprofundado, tendo em vista o problema da participação em esferas sociais que possibilitem a reconversão de vínculos de natureza diversa em recursos eleitorais.

Embora aparentemente simples, esse tipo de situação remete a problemas analíticos bastante complicados, a começar pela própria possibilidade da reconversão de relações estabelecidas no exercício profissional em recursos ou apoio eleitoral. Se isso é possível, há, pelo menos, duas implicações, ou seja: a de que as relações estabelecidas no exercício de determinadas profissões são equivalentes ou afins com a política eleitoral e, em segundo lugar, que a natureza dessas relações poderiam ser apreendidas também enquanto eleitorais ou “políticas”, seja pelo profissional em pauta ou pelos seus eleitores em potencial. É nesse sentido que esse tipo de relação, decorrente do exercício profissional, se torna interessante, enquanto um problema no exame da formação prévia de liderança para sua reconversão em recursos eleitorais, visto que se constitui num caso limite que, pelo menos à primeira vista, dispensaria outras formas de mediação e

inserção social para o ingresso na “política”.

Uma das idéias centrais deste capítulo é que, mais que relações estabelecidas no exercício profissional, trata-se de usos de títulos profissionais em combinação com outras esferas de atuação e formação de “liderança”, numa espécie de “transfiguração” da “profissão” e sua conversão em recursos eleitorais. Portanto, essas relações não decorrem de algum tipo de exercício profissional em seu sentido estrito, mas exatamente de sua negação enquanto tal. Porém, antes de apresentar os resultados do exame do material, cabe uma rápida revisão de parte da literatura pertinente, da qual, inclusive, foram extraídas algumas das questões em pauta.

Como se sabe, essa literatura se por um lado se mantém pertinente no que tem de problemas conceituais e analíticos, por outro é marcada pelas condições históricas e sociais que lhe servem de referência empírica, a começar pelos trabalhos de M. Weber. Para este, uma das questões centrais reside nas retribuições da atividade política com o aparecimento dos “políticos profissionais”. As relações entre condições profissionais e ingresso na política são centrais em suas preocupações, mas principalmente no que teriam de afinidade, seja em termos de disponibilidade de tempo e de recursos ou ainda de conhecimentos, excluídos o “capitalista” e o médico, entre outros. Como profissões que teriam uma maior afinidade com as atividades políticas, são destacadas a de advogado, pela sua capacidade de “utilização desses instrumentos que são a palavra falada e escrita” e de jornalista, como principal representante da demagogia, apesar de que, em seu período, essa capacidade demagógica ainda não teria se convertido num maior peso dessa categoria profissional na política eleitoral (Weber, 1968: 63-105). Em síntese, há duas classes de políticos profissionais, a primeira é a dos que “vivem materialmente ‘dos’ partidos e da atividade política”; e a segunda, a dos que “estão em condições por sua condição pecuniária de viver ‘para’ a política” (Weber, 1984: 1.106), mas tanto para uns como para outros, o partido é central enquanto meio de ingresso nessa atividade. Além disso, quanto “mais premeditada é a ação sobre as massas e mais rigorosa a organização burocrática dos partidos, tanto menos importante é o conteúdo mesmo dos discursos”, que tenderiam a ter um efeito mais diretamente “emotivo”. Um dos principais problemas, para o que está em pauta, é que, além de o partido não exercer esse efeito de centralidade, o ingresso na atividade política depende mais diretamente da formação de alguma base de liderança prévia em outras esferas, que é o que interessa por ora.

Nas últimas décadas, surgiu uma literatura bastante extensa, principalmente no que diz respeito às relações entre posição social de origem, ingresso e carreira política¹. Como não poderia ser diferente, essa bibliografia é fortemente marcada tanto pelas condições nacionais da institucionalização e das discussões políticas como pela evolução das ciências sociais. Conseqüentemente, a bibliografia francesa, apesar de suas divergências internas quanto a uma série de problemas conceituais e metodológicos, tende a se centrar nas relações entre “classe”, “profissão”, ou outros indicadores

de posição social, e as modalidades de ingresso, as posições e a carreira política, ao passo que os estudos norte-americanos estão mais diretamente centrados nos mecanismos propriamente políticos da seleção dos “profissionais da política”². Assim, as preocupações centrais desses trabalhos estão vinculadas à homologia entre posição social e política, a começar pelo trabalho precursor de Gaxie, para quem o “espectro de posições no interior do campo político se apresenta de modo geral como um espelho quase perfeito da estrutura das classes superiores” (Gaxie, 1980: 28). Essa pode ser considerada, *grosso modo*, a linha geral da maior parte dos trabalhos apresentados nas publicações coletivas supracitadas (Offerlé, 1999 e *Politix*, 1994 e 1996).

Isso, no entanto, não significa que esse tipo de preocupação esteja excluído do escopo desses trabalhos. Ou, como destaca o próprio Offerlé, ao apresentar a publicação coletiva supracitada, comentando as divergências entre a ênfase nas relações de afinidade entre determinadas profissões com a “profissão política” ou, então, o contrário: “Essas hipóteses são sem dúvida mais complementares que opostas, elas não devem fazer esquecer que, para além desses macrofatores explicativos, o recrutamento do pessoal político repousa também num conjunto de micromecanismos nos quais se reproduzem, se formam e se deformam essas agregações de categorias profissionais (formas locais e nacionais de cooptação militante, valores mutantes de prestígio vinculado a tal diploma ou a tal profissão, tipos de mercado político nos quais a profissão pode ser um indicador do valor de um indivíduo, ou permitir a qualquer um de simplesmente entrar em contato com outro, de ser conhecido e reconhecido, de conhecer os eleitores) que no final de contas se tornam cifras e fatores explicativos” (Offerlé, 1999: 23). De modo algo semelhante, mesmo quando se trata de estudar o “*métier*” dos eleitos, como destacado por Lagroye (1994), além de “privilegiar a observação” como método de trabalho, trata-se de um esforço no sentido de apreender os “papéis múltiplos”, inclusive contraditórios e com diferentes justificativas, inseridos em diferentes lógicas e relações sociais.

Em síntese, se noções tais como “afinidade” entre determinadas profissões e a política, ou “osmose”, “vivier” etc. (como destacadas por Dogan, 1999, um dos principais defensores da importância da profissão anterior para a compreensão do ingresso na política) são evidentemente insuficientes para o que está em pauta no presente trabalho, não podem ser desprezadas enquanto ponto de partida. Porém, como indicado por Willemez (1999), mais que a categoria profissional tomada como dada em sua homologia com a atividade política, interessa examinar os significados que essa categoria de classificação representa em termos históricos e sociais.

Como destacado por Dulong (1996), ao abordar a reconversão dos economistas em políticos, “é impossível compreender a valorização de certas competências no espaço político sem mensurar tudo o que essa valorização deve *previamente* a atores ‘externos’ ao campo político que procuram através disso consolidar sua própria posição, não tanto no espaço social em geral, mas em seu próprio setor de atividade”. Nesse caso dos economistas, a transformação da “competência econômica” nas “qualidades

requeridas para exercer a carreira política” teria requerido uma “transformação *prévia* da ciência econômica” e também um “*trabalho de mobilização da parte de um certo número de engenheiros-economistas*” e o “*recrutamento de profanos interessados*” (Dulong, 1996: 109-112. Grifos no original).

Assim, visto que esses candidatos que se valem das relações estabelecidas no exercício profissional, não contam com alguma definição categorial que os vincule aos eleitores em potencial para além da suposta competência profissional e de seu exercício, que princípios de definição e de mobilização e que outras esferas de socialidade, que não a profissional, são acionados? Como se tenta demonstrar adiante, em primeiro lugar, esses candidatos se distinguem por uma característica própria, a saber: ao mesmo tempo que têm na “profissão” uma de suas bases de recursos eleitorais, não é a condição de representantes profissionais que constitui sua representatividade social e suas pretensões políticas. Em segundo lugar, e o que é mais importante, a própria utilização dessas relações estabelecidas no exercício profissional como base de recursos eleitorais se constitui na negação de qualquer ideologia profissionalista e da importância atribuída ao seu exercício ou, pelo menos, uma redefinição completa desse exercício. Mas as modalidades e condições em que isso pode ocorrer são as mais amplas e esses esforços no sentido da utilização de relações estabelecidas no exercício profissional em recursos eleitorais praticamente sempre têm como uma de suas condições de possibilidade a sua combinação com outros recursos, de diferentes esferas sociais.

Na medida em que se trata de “líderes”, para além das relações entre classificações profissionais de origem e a “profissão política” e seus problemas de reconversão, entram em pauta outras lógicas sociais. Mesmo sem se entrar no problema da possibilidade ou não da classificação da carreira política como uma “profissão” (para algumas discussões a respeito, ver Offerlé, 1999), o ingresso nesse tipo de atividade não equivale a uma mera troca de exercício profissional. Assim, isso remete a uma outra problemática, relativa à definição dessa “liderança” e às condições e lógicas sociais em que se insere, independentemente desse “líder” atuar ou não diretamente em atividades instituídas como políticas.

Na definição de Bailey, com base em seu estudo comparativo, o “essencial da liderança política (...) transcende culturas e sociedades particulares. O que é esse essencial? Uma resposta descritiva e sumária é: a maldade. Em qualquer lugar, sob pena de fracassar, o líder deve romper a moralidade que recomenda para as demais pessoas”. (Bailey, 1990: X). Conseqüentemente, uma das principais características da “liderança é a capacidade para ir além da racionalidade, para operar através da intuição e para obliterar a investigação científica dos fatos objetivos” e, assim, consiste numa “arte da deseducação”, mas, também, na “arte de controlar os seguidores”. Essa “arte” requer uma espécie de “talento” ou “qualidade de liderança” (Bailey, 1990: 4-5). Mas o que deve ser destacado é que “nenhum líder pode ser eficaz como um político se ele se recusa a ir além dos limites éticos de sua própria sociedade” e, no que tange às relações

com os seguidores, apesar de uma necessária aparência de “devoção” ou “confiança”, a “maior parte das interações com os membros de seu séquito deve ser do tipo instrumental – manipulação, intimidação e suborno” (*idem*: 10 e 146). Nessa associação com a irracionalidade e com o rompimento de regras, mesmo “os planos completamente impessoais, instrumentais e mecânicos são usados para transmitir uma imagem que é exatamente o contrário – um relacionamento pessoal e moral” e para se “manter no poder um líder deve fazer contínuos investimentos em interações individualizadas (...) todas cuidadosamente elaboradas para encontrar a ocasião. Esse é um mundo povoado por um indivíduo total e único, mais que por pessoas criadas através de associações e organizações. As economias da impessoalização são impossíveis” e o próprio carisma é um sentimento gerado nesse investimento (Bailey, 1990: 147 e 148).

Embora no trabalho citado Bailey tenha em vista as características da liderança em geral, e não especificamente na política eleitoral, é evidente que nessa esfera essas características são ainda mais decisivas, na medida em que entram em pauta diferentes lógicas não necessariamente compatíveis ou afins. Assim, a principal função da liderança é a de “racionalização” ou de mediação entre essas diferentes lógicas e seus respectivos códigos, tendo em vista interesses específicos desse tipo de agente.

Como se sabe, ao enfrentar o problema das diferentes modalidades de capital político e os conseqüentes princípios de adesão dos representados, Bourdieu (1981: 18) propõe uma divisão entre um capital político pessoal (que seria “freqüentemente produto da conversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloqüência”) e outro por delegação, como mandatário de uma organização. É com base nesse tipo de divisão e, mais especificamente, desdobramentos em conceitos como o de “capital associativo”, que trabalhos como o de Gaxie & Offerlé (1985) tentam dar conta de mudanças políticas como as ocorridas na França no início da década de 1980.

Para o que está em pauta, no entanto, mais que uma oposição entre, por um lado, esta divisão entre capital coletivo ou associativo e capital individual e, por outro, as características da liderança, interessa especificar os níveis dessas noções. É evidente que, inclusive em contextos históricos e sociais como o das eleições abordadas no presente trabalho, essa divisão entre diferentes tipos de capital está presente. Aliás, uma das características mais marcantes, pelo menos em termos jornalísticos, a do forte peso do sindicalismo, o que aponta para o confronto entre o capital associativo e o de cunho mais pessoal. Porém, a principal vantagem heurística dessa noção de liderança é que permite abordar mais especificamente as diferentes lógicas presentes no processo eleitoral, que incluem, por exemplo, a lógica da representação sindical e suas diferenças e ambivalências relativamente às lutas político-eleitorais. Em outras palavras, mesmo para o capital político associativo ou por delegação não se pode pressupor alguma

afinidade automática com a política eleitoral, daí a presença do “líder” e as diferentes composições de seus princípios e critérios de excelência.

Titulação escolar, relações profissionais e carisma

Antes de mais nada, talvez seja necessário definir o que se considerou para classificar as “relações estabelecidas no exercício profissional” como uma categoria de base de recursos eleitorais, dentre as 22 mencionadas. Evidentemente, os usos da “profissão” ou de referências “profissionais” vão muito além, enquanto recurso eleitoral, que essas “relações estabelecidas no exercício profissional”. Portanto, outras categorias de bases de recursos eleitorais, tais como, por exemplo, a vinculação a determinado tipo de sindicalismo, por definição, estão referidas, de algum modo, à “profissão”. Porém, nesse caso das “relações estabelecidas no exercício profissional”, como critério básico de classificação, se considera apenas aqueles atributos “pessoais” e vinculações decorrentes, pelo menos formalmente, do exercício profissional, sem mediação de outras categorias de associação ou agrupamento, tais como o sindicalismo, igrejas etc. e, portanto, sem a pretensão de representação de uma dada categoria social ou “profissional”. Em resumo, trata-se daquelas relações estabelecidas com os usuários ou “clientes” de determinada profissão, decorrentes dessa mesma relação de “consumo” de determinados serviços. Esse é o caso, para tomar alguns exemplos extremos, de candidatos médicos, advogados, jornalistas etc., mas como é demonstrado adiante, também de candidatos pertencentes a outras categorias profissionais menos escolarizadas, cuja justificativa da candidatura e trunfo eleitoral presumido são apresentados como tendo por base os “muitos anos de exercício profissional” e o conseqüente “reconhecimento” pelos usuários dos “serviços” prestados.

Quantitativamente, essa categoria de base de recursos eleitorais, ou seja, as “relações estabelecidas no exercício profissional”, dentre as 22 encontradas, tem uma das participações mais elevadas no caso estudado. Entretanto, os candidatos que se valem dessa categoria de base de recursos eleitorais, a exemplo dos que se utilizam de outras, em geral, quase nunca as utilizam de modo exclusivo, havendo, portanto, uma espécie de combinação de diferentes recursos. Devido a isso, como mencionado, foi utilizado um esquema de múltiplas respostas para se averiguar o peso quantitativo e as combinações entre essas categorias. Os 129 candidatos que se utilizam, de alguma forma e em algum grau, de relações estabelecidas no exercício profissional representam 10,2% do total dessas “respostas” e 25,9% dos 498 “respondentes”. Portanto, há uma proporção relativamente elevada de candidatos que se valem desse tipo de recurso, de modo mais direto ou indireto, concentrado ou difuso.

Quanto às utilizações em combinação com outras bases de recursos eleitorais, os 129 candidatos que se valem de relações com base no exercício profissional as associam, principalmente, com a legitimidade decorrente da ocupação prévia de cargos públicos

nas burocracias ou no legislativo (para os que já detêm algum passado na ocupação de cargos públicos como prefeitos, vereadores, deputados etc.), organizações estudantis (embora nesse caso quase sempre isso seja apenas um trunfo complementar, cujo peso varia conforme o ponto da trajetória em que o candidato se encontra), sindicatos ou corporações de profissionais liberais, relações de parentesco e vínculos verticais com outros políticos, organizações de assistência filantrópicas, dentre outras.

Por outro lado, além da utilização desse tipo de recurso, de modo geral, como já mencionado, pelo menos para a maior parte dos candidatos, se conseguiu, com algum grau de segurança, discernir quando determinada base de recursos eleitorais é a principal ou a maior importante, dentre o conjunto de recursos utilizados. Em relação aos 129 que se valem, de algum modo, de relações estabelecidas no exercício profissional, somente para 50 essa representa a principal base de recursos eleitorais.

Mas, seja tomando-se os 129 que de algum modo se valem de relações estabelecidas no exercício profissional ou, então, apenas os 50 que têm nas mesmas a principal base de recursos eleitorais, há uma série de características sociais e políticas próprias desses, relativamente ao conjunto dos 649 candidatos. Isso, no entanto, quase não ocorre relativamente ao cargo em disputa, ou seja, há praticamente a mesma proporção na distribuição dos cargos em disputa entre esses e os demais candidatos.

O mesmo não acontece ao se considerar outros indicadores, como o grau de escolarização. Assim, no que tange ao grau de escolarização, os mencionados 129, em geral, possuem uma maior titulação, sendo que 75% têm algum curso superior completo, contra 53,8% para os 520 restantes. Algo semelhante ocorre ao se tomar apenas os 50 que têm nessas relações sua principal base de recursos eleitorais, com 71,4% com curso superior completo.

Quanto à profissão declarada quando do registro da candidatura, também ocorrem algumas diferenças entre os que se valem de relações estabelecidas no exercício profissional e os demais candidatos. Ou seja, há uma certa concentração em algumas categorias profissionais dos candidatos que fazem uso desse trunfo. Assim, os que se declaram médicos representam 3,5% do conjunto de 520 candidatos restantes em disputa e se elevam para 11,7%, se tomados os 129 que se valem dessas relações estabelecidas no exercício profissional, e para 12% se tomados apenas os 50 que têm nas mesmas sua principal base de recursos. Algo semelhante, embora em menor grau, ocorre com os advogados, que representam 10,3% do conjunto de 520 candidatos restantes e se elevam para 14,1% e 16%, respectivamente; os locutores de rádio e TV, que se elevam de 1,6%, para 8,6% e 6%, respectivamente. Esse é o caso também de outras categorias profissionais, seja daquilo que pode ser considerado como “profissionais liberais” ou, então, de outras completamente diversas, tais como a dos proprietários de estabelecimento comercial.

As declarações da profissão dos candidatos que se valem de relações estabelecidas no exercício profissional, seja tomando-se os 129 que fazem algum uso ou, então, apenas

os 50 que têm nas mesmas seu principal trunfo, são bem mais diversificadas que as “profissões liberais”. Além dos supracitados médicos, advogados e jornalistas, estão incluídos, dentre outras categorias, engenheiros, arquitetos, agrônomos, veterinários, dentistas, administradores, economistas, professores de ensino superior, professores de 1º e 2º graus, proprietários de empresas de diferentes portes e setores, funcionários públicos de diferentes níveis, comerciários, dentre outros. O problema, como é apresentado adiante, é se apreender as condições e modalidades em que esses esforços na conversão dessas relações “profissionais” em recursos eleitorais podem ocorrer e, conseqüentemente, quais os significados que essas “profissões” podem assumir.

Ocorrem diferenças também quanto a indicadores de cunho político-eleitoral, sendo que, no que tange à filiação partidária, há uma forte diferença entre os candidatos que se valem de relações estabelecidas no exercício profissional e os demais. Assim, apenas 6,3% dos 520 candidatos restantes são filiados ao PSDB, enquanto para os 129 que se valem dessas relações “profissionais” essa proporção se eleva para 17,1% e, no caso dos 50 que têm nas mesmas sua principal base, para 20%. Algo semelhante, embora nem sempre no mesmo grau, ocorre com outros partidos, tais como o PPB (11,7%, 18,6% e 18%, respectivamente), PTB (14%, 17,8% e 24%, respectivamente), PMDB (11,3%, 13,2% e 6%, respectivamente), assim como pode ocorrer o contrário: por exemplo, os candidatos do PT representam 15,6% dos 520 restantes e apenas 7% dos 129 que se valem de relações estabelecidas no exercício profissional e 6% dos que têm nas mesmas sua principal base de recursos eleitorais. Por outro lado, além dessas diferenças quantitativas, os candidatos filiados aos partidos que têm uma maior participação dos que se valem desse recurso (PSDB, PTB etc.), em geral, o fazem de modo muito mais direto e intenso.

Quanto aos resultados eleitorais, há uma evidente menor votação dos 50 candidatos que têm nesse tipo de relação sua principal base de recursos eleitorais e, em menor grau, também para os 129 que as utilizam de alguma forma. Assim, se tomados os 520 candidatos restantes, 77,8% obtiveram votações que se situam nas faixas de até vinte mil votos e destes, 17,6% de até mil votos. Se tomados os 129 que se valem dessas relações de algum modo, não ocorrem maiores diferenças (70,5% fica nas faixas de até vinte mil e, destes, 20,2% nas de até mil votos). Agora, se tomados apenas os 50 candidatos cuja principal base de recursos eleitorais são essas relações, nenhum obteve mais de vinte mil votos e 42% se situam nas faixas de até mil votos.

Ainda quanto a indicações político-eleitorais, há uma propensão para os candidatos que se valem de relações estabelecidas no exercício profissional em ter uma menor experiência eleitoral prévia. Assim, dos 520 candidatos restantes, 46% não têm registro de participação anterior (conforme os critérios utilizados)³, enquanto essa proporção se eleva para 52,7% no caso dos 129 que se valem de algum modo dessas relações e para 82% para os 50 que têm nas mesmas seu principal trunfo. Do mesmo modo, há uma tendência, para os que se valem dessas relações, quando de sua participação em

eleições anteriores, em concentrar suas candidaturas a cargos gerais, tais como os de deputado estadual ou federal, minimizando sua participação em eleições locais.

Como se trata, em sua maior parte, de atividades que podem ser classificadas como “profissionais liberais”, ou então, profissionais cuja definição de seu estatuto está diretamente vinculada à formação e classificações escolares, e prerrogativas muitas vezes juridicamente sancionadas, a primeira tarefa que se impõe é o exame das relações entre essa formação e o exercício profissional efetivo. Em outras palavras, os usos da profissão enquanto recurso eleitoral comportam diferentes definições e usos desse estatuto e das classificações profissionais, que remetem a conjuntos de relações e a contextos sociais os mais diversos. Mais que as classificações profissionais em seu sentido formal, são exatamente essas relações diferenciadas com o estatuto e com o exercício profissional que possibilitam, em graus e modalidades diversas, a reconversão de relações estabelecidas no exercício profissional em recursos eleitorais. Talvez seja por isso que esses usos desse tipo de relações quase nunca são exclusivos e, quando o são, em geral, são eleitoralmente pouco eficazes.

Dos mencionados 129 candidatos das eleições em pauta (de 649) que se valem de algum modo desse tipo de relação, 36 foram entrevistados e é com base nessas entrevistas que foi feito um exame mais aprofundado dessas relações, complementado com o restante do material de campanha e com os dados oficiais. A interpretação mais corrente desses usos de relações estabelecidas no exercício profissional, pelo menos em relação aos casos tidos como mais comuns, ou seja, a dos advogados e a dos médicos, é a reconversão do vínculo estabelecido no próprio exercício profissional com os consumidores dos serviços desses profissionais, ou seja, os “clientes” ou pacientes. Isso é corroborado, inclusive, por protagonistas desse tipo de uso, como é o caso de Raul Pilla, médico, professor de medicina, jornalista e político profissional por quase todo o período de sua carreira, ao arriscar uma interpretação da grande quantidade de médicos que se tornaram políticos profissionais no passado. Nessa sua interpretação, isso decorreria desse vínculo entre o médico e seu “paciente”, como base no “humanitarismo”, daí, inclusive, o fato de o fenômeno ter sido mais freqüente no “interior” do estado⁴.

Porém, ao se examinar os candidatos que se valem dessas relações, esse é o padrão de menor ocorrência, e o que se destaca é que, em geral, somente é utilizado pelos que não dispõem de outras bases de recursos e, portanto, com escassos resultados. Um dos casos extremos, dos que se dispõe de informações pelo menos jornalísticas e de campanha, é o de um médico, que não foi incluído no rol dos entrevistados, cuja estratégia eleitoral se centrou no envio de correspondência para todos os antigos clientes. A exemplo de outros casos semelhantes, acabou não sendo eleito⁵.

Mas, embora pouco freqüentes, também ocorrem alguns casos semelhantes, nem sempre tão diretamente centrados nessa relação direta e individualizada “profissional/cliente” e na tentativa de sua reconversão em base eleitoral. Um dos casos extremos, nesse sentido da intensidade e quase exclusividade do uso desse tipo de relação, é o

de uma candidata a deputada federal pelo PTB, advogada, cuja candidatura teve como base, praticamente de modo exclusivo, os vínculos estabelecidos com seus clientes. Mas nesse como nos demais casos, mais que a categoria genérica e formal da classificação profissional, deve-se considerar as origens e trajetórias sociais e as relações próprias com o exercício profissional. No caso dessa candidata advogada, trata-se de alguém com origens sociais muito baixas, ou seja, filha de um pequeno agricultor cuja escolarização somente foi possível porque, pela intermediação de uma organização filantrópica católica, se tornou uma espécie de “empregada doméstica” ou “criada” de uma professora que era, então, líder sindical dos professores estaduais e a seguir tornou-se secretária de Educação do Estado. Com muito esforço pessoal, conseguiu concluir o curso secundário e, a seguir, o curso de direito, ambos no turno noturno. Isso tudo tem uma relação muito direta com a forma com que encara o exercício profissional e sua inserção na política partidária, a começar pelo fato de que nunca havia mantido qualquer vinculação com partidos políticos e acabou ingressando no PTB, ou seja, naquele partido que, pelo menos em termos regionais, aglutina a maior parte dos candidatos que são vinculados a atividades e organizações filantrópicas e/ou religiosas.

Apesar de enfatizar que, como ex-moradora de casa de estudante e da casa da mencionada professora sindicalista, teria tido contato precoce e intenso com a política, todo seu esquema de percepção dessa política está calcado em noções tais como “amizade”, “carinho”, “amor ao próximo”, em síntese, numa percepção ética e de relações personificadas. Sua inserção no exercício profissional também tem essa característica, ou seja, começou como estagiária ou auxiliar de um outro advogado e, com o impedimento deste, assumiu o escritório, com o conjunto dos clientes já existentes, o que teria sido possível devido ao fato de que a “maioria deles já me conhecia porque eu trabalhava ali na recepção e tratava todo mundo com carinho”. Como se tratava de um escritório de advocacia especializado em “questões da previdência” ou de “aposentados”, conjugou isso com suas preocupações éticas ou, em suas palavras, “com a área social, (...), com a comunidade”. A iniciativa de sua candidatura surgiu de políticos já eleitos com base em associações de aposentados, e a “opção” pelo partido também é o resultado de vínculos pessoais. Conseqüentemente, se, por um lado, pretende circunscrever suas “propostas políticas” apenas aos “problemas dos aposentados”, inclusive pretendendo continuar a dar “assistência” durante o exercício do cargo, tanto suas relações com o partido como com as “bases” estão centradas no mencionado esquema ético, decorrente de suas origens e trajetória social. Relativamente ao partido, mantém uma posição ambivalente, pois “concordo com alguns pontos mas isso não impede de ter críticas”, e essas críticas se referem principalmente à política previdenciária em vigência e as alianças do partido. Mesmo relativamente ao jogo político em termos mais gerais, considera-se “uma boba” e, por isso, “sei que vou me machucar muito na política”, visto que “a política é um ninho de cobras”. Mas, como principal trunfo na vinculação com suas “bases”, destaca o fato de “conhecer essas pessoas e a origem

dessas pessoas e os problemas dessas pessoas” (entrevista). Em termos de resultados eleitorais, essa candidata foi muito mal, com apenas 2.504 votos.

Ocorrem outros casos semelhantes, de estratégias eleitorais baseadas quase exclusivamente nesse tipo de relação, com apenas 44 votos. Nesse caso, no entanto, não se trata de um médico ou advogado, mas de um professor e praticante de artes marciais cujos recursos e estratégias eleitorais foram todos baseados na rede de filiados a uma organização de adeptos desse tipo de prática esportiva. Portanto, nesse caso não se trata apenas de “clientes” no sentido usual, mas de um esforço de utilização do conjunto de relações já estabelecidas nessa prática “profissional” por um candidato a deputado estadual já com 56 anos de idade, com curso superior incompleto, também sem ter participado de eleições anteriores. Contando com essa “associação de artes marciais”. Além disso, contava também com o fato de ter sido “juiz arbitral”, que “seria também uma influência no meio jurídico”. Nessa perspectiva, a campanha teria sido realizada principalmente “corpo a corpo, no dia-a-dia, na influência no trabalho que tu faz, a profissão que tu exerce, isso aí já é um meio político. As pessoas que têm uma atividade, automaticamente elas estão dentro da política, é uma política. É ali que tu consegue usufruir o benefício na hora do teu lançamento como candidato. A tua relação diária que tu convive com aquele grupo de pessoas”. Em síntese, as relações “profissionais” e cotidianas vistas como imanentemente “políticas”. Seu fracasso eleitoral é atribuído a “uma série de problemas”, inclusive “de comunicação com o interior do estado” (entrevista).

Um outro caso que se aproxima desse tipo de estratégia eleitoral, centrada em relações estabelecidas no exercício profissional, mas que também foge completamente dos vínculos profissional/cliente no sentido tradicional, é de um taxista autônomo, também com uma das votações mais baixas (apenas 342 votos) e filiado a um partido periférico (Prona). Apesar de apostar nos “colegas” de trabalho, trata-se de alguém que sempre evitou qualquer envolvimento com as lutas categoriais ou sindicais desses “colegas” e, portanto, tudo leva a crer que essa aposta serve como um indicador da precariedade de suas bases de recursos eleitorais e, inclusive, de suas condições sociais e ideológicas para o contexto em questão.

Mas esse tipo de candidato, como esse a deputado estadual, é interessante também para a apreensão das vinculações desse tipo de estratégia eleitoral com as origens e trajetória social. O mesmo representa um caso extremo de “desenraizamento” e ressentimento social, o que tem efeitos muito fortes e evidentes em sua concepção política. Seu pai foi um funcionário do Exército ou, mais especificamente, torneiro mecânico no Arsenal de Guerra em uma pequena cidade do interior do estado, quase toda ela ligada a esse tipo de atividade. Ele próprio tentou ingressar no Exército, “mas eu era muito magro e não passei no exame”, mas mesmo assim, adquiriu o “gosto da ordem, da disciplina, inclusive com os taxistas”. Mais tarde, ao trabalhar numa padaria, perdeu um braço num acidente de trabalho, o que fez com que tivesse de se deslocar

para Porto Alegre para um tratamento prolongado (de onde vem seu codinome “Mão-de-Ferro”, utilizado na campanha). Com isso, conseguiu uma recuperação parcial da capacidade de trabalho e começou a atuar no comércio. Na época, em 1998, possuía somente um táxi e um terreno numa praia. Simultaneamente a uma série de atividades “profissionais”, conseguiu se formar como técnico contábil e iniciar a faculdade de economia, que teve que abandonar, mas conseguiu ser “juiz arbitral”. Sua candidatura teria como objetivo “colocar idéias novas que viessem a viabilizar a categoria que trabalha comigo há muitos anos (...) [que é] a categoria dos taxistas”, a qual teria “passado por dificuldades na área de segurança pública, mas também na parte financeira”. Sua principal idéia ou “projeto” pretendia converter “os motoristas de taxi em taxista policial”. Tendo em vista a divulgação desse “projeto”, durante a campanha o “distribui para diversos sindicatos do interior para eles avaliarem”, no que não obteve sucesso. Mas, no respectivo sindicato, apesar de ter sido convidado para fazer parte da direção, nunca atuou. De modo semelhante, quanto à política e aos partidos, “é a primeira vez que eu sou filiado a um partido” e, mesmo assim, “jamais vou ser fanático de um partido”. Seu ingresso no partido é o resultado de um convite de outros integrantes de suas relações. Quanto às “bandeiras”, além da “militarização” dos taxistas, também se centrava na defesa da “família”, do “casamento” e contra o “homossexualismo”, que seria incentivado pelos políticos e pelos meios de comunicação. Dentre os políticos, se opunha particularmente aos “que nunca trabalharam na vida, ingressou na política, foi se promovendo”. Em sua concepção de ordem social, se deveria “dar a chance aos verdadeiros trabalhadores, aqueles que geram empregos, porque todo trabalhador um dia será um grande empresário” (entrevista).

Em síntese, mais que reconversão de relações estabelecidas no exercício profissional, trata-se da projeção de um *ethos* associado à insegurança e ao ressentimento social na categoria profissional da qual faz parte (os taxistas). Porém, em casos como este, mais que “consumidores”, os eleitores em potencial são os colegas de trabalho, supostamente, vítimas da mesma precariedade.

Casos como esses indicam, então, que esse tipo de relações, estabelecidas no exercício profissional, não possam ter uma maior importância enquanto recurso eleitoral? A questão, para ser respondida, deve ser posta em outros termos, ou seja: em que condições isso pode ocorrer? Em primeiro lugar, num aparente paradoxo, a importância da “profissão”, enquanto base de recursos eleitorais, é inversamente proporcional ao seu exercício, no sentido do exercício direto conforme as prescrições que o definem. Porém, mais que distanciamento da profissão enquanto exercício, trata-se da mencionada redefinição das relações com a mesma, o que possibilita a apresentação do candidato como incluído nesse mesmo “exercício” como algum tipo de “líder” ou, então, em alguns casos, a colocação desse exercício a serviço de uma “causa” externa ao mesmo, como a “gestão” de “serviços” vinculados à “profissão”, como a filantropia, a militância partidária, dentre outras. Como exemplos típicos do primeiro caso, da redefinição

das relações com o exercício profissional, podem ser tomados, dentre tantos outros, o dos médicos que fazem carreira enquanto administradores de hospitais ou de outros organismos vinculados à medicina, os que se apresentam como professores, mas cuja carreira está centrada na gestão de organizações escolares ou, ainda, dos advogados que se apresentam como “especialistas” em alguma “questão” e que, após alguns anos de exercício, tentam extrapolar essa “defesa” para a esfera política. Como exemplos do segundo caso, dos que põem esse exercício a serviço de alguma “causa”, podem ser mencionados, também dentre tantos outros, advogados que em geral são “especialistas” em alguma “causa” em questões como as trabalhistas, na “assessoria” a sindicatos e outras organizações, os médicos que dedicam uma parte de seu exercício profissional à filantropia, atendendo à “população carente”. Essas classificações, no entanto, não têm nada de exaustivas, visto tratar-se mais de modalidades ou dimensões desses usos da “profissão” que de categorias excludentes e, conseqüentemente, mesmo os casos tomados como exemplares para a demonstração de uma dessas modalidades podem servir também para a demonstração de outra dessas modalidades.

Um dos casos mais representativos da utilização do exercício profissional da advocacia especializada em “questões” que envolvem determinadas categorias, como o direito trabalhista, é representado por um candidato à reeleição muito bem votado tanto nas eleições de 1994 como nas de 1998, sempre tendo como principal base de recursos eleitorais seu “trabalho” de assessoria a sindicatos de trabalhadores de toda uma região do estado. Apesar de contar também com outros recursos eleitorais, inclusive por ter sido vereador, líder estudantil e atuado no movimento sindical, tanto os recursos eleitorais como sua atuação parlamentar sempre estiveram muito estreitamente vinculados a essas categorias sociais e seus “problemas”⁶. Mas as variações dessa instrumentalização do exercício da advocacia são muito amplas e as “causas” que podem respaldar isso também dependem das situações específicas de cada trajetória. Uma modalidade disso é representada por um candidato a deputado federal pelo PPS, advogado, filho de fazendeiro, ou “arroteiro e tabelião oficial da justiça de imóveis”, cuja vida profissional e política se confunde com a militância no PCB e nas conseqüentes perseguições político-policiais e que nessas eleições já contava com mais de oitenta anos. No caso, a utilização da profissão enquanto recurso eleitoral tem um peso muito reduzido, pelo menos enquanto exercício profissional. Sua “liderança” prévia à candidatura se reduzia ao “partido”, do qual teria sido o “fundador” em sua cidade natal (Itaqui) e militante durante todo o período posterior. A vinculação entre as bases de recursos eleitorais e a profissão, nesse caso, se reduz a um período bem anterior de sua carreira, no qual, após formado em direito, voltou a sua terra natal para “organizar o sindicato dos trabalhadores rurais”, cujo principal recurso era o direito do trabalho, no que havia se especializado. Um outro vínculo entre a profissão e a atuação política decorre da incorporação de determinadas filosofias do direito e sua transformação em bases ideológicas para a atuação política. Ou, segundo o próprio, o “advogado, pelo

estudo de ciências sociais, está mais entrosado com todos os programas (...) e pela facilidade que adquire, pela experiência de falar, ele se entrosa melhor. Tem um certo *status* maior, maior destaque. O engenheiro não aparece muito. O líder operário, por exemplo, só quando ele tem uma representação sindical”. Assim, esse candidato poderia parecer um caso exemplar da vinculação tradicionalmente feita entre o exercício da advocacia e a inserção na política. Contudo, seu próprio trajeto político e, inclusive, os resultados obtidos, indicam exatamente no sentido contrário. A começar pela decisão de se candidatar, na medida em que sua “candidatura foi de repente, porque eu queria que todos os vereadores se candidatassem para somarem” e “não esperava muitos votos” (entrevista). De fato, obteve apenas 549 votos.

Ainda quanto a essa utilização da profissão de advogado para a formação de bases de recursos eleitorais, há uma modalidade mais difusa e que coloca seu exercício a serviço de diferentes esferas sociais, a chamada “comunidade” e outras organizações. Nesse ponto, esse exercício da advocacia se assemelha em muito ao exercício de determinados médicos que dedicam uma parte de seu tempo de trabalho ao atendimento à “população carente”. Porém, mais que princípios éticos ou “caridade”, que podem caracterizar esse tipo de exercício médico, a advocacia, nessas condições, tem um caráter mais diretamente vinculado à sustentação de uma posição de *broker*, sendo, inclusive, que em muitos casos, esse tipo de mediação é complementar àquela possibilitada pelas próprias origens sociais desse tipo de advogado. Assim, as relações “profissionais” se confundem e significam apenas um ingrediente a mais no conjunto de bases de recursos sociais, geralmente, no início da “carreira” política. Esse é o caso de um candidato a deputado federal pelo PTB que acabou não se elegendo. Além das relações “profissionais” como advogado, contava principalmente com sua condição de deputado estadual com dois mandatos consecutivos (1990 e 1994) e ex-vereador, com o apoio de um conjunto de organizações (de produtores rurais, clubes desportivos, associações regionais de prefeitos e vereadores etc.), além das origens geográficas (Uruguaiana ou a região da fronteira), e da posição social e política do grupo familiar de origem ou por aliança. A “liderança”, da qual teria resultado seu ingresso bem-sucedido na política, é atribuída à sua “participação comunitária, em associações de moradores, como advogado. Como era um advogado popular no interior, em Uruguaiana especificamente, então era muito chamado para ser diretor jurídico de entidades de moradores, direito jurídico do time de futebol” (entrevista). Isso tudo teria contribuído para sua eleição a vereador, porém, em conjunto com outros recursos ou as chamadas “forças vivas da comunidade” (Conselho de Dirigentes Lojistas, *Rotary*, Associação dos Arrozeiros, sindicatos de trabalhadores). Assim, esses “passaram a ter um canal que era a Câmara, o Poder Legislativo. Um canal para falar em nome deles, para reivindicar em nome deles. Eu recebo aqui presidentes de sindicatos, presidentes de associações, prefeitos, vereadores, pedindo o quê? Que o deputado interceda junto ao governo do estado” (*idem*). Em síntese, uma posição e uma postura típica de *broker*, primeiro mais no âmbito municipal, enquanto vereador

e, após, como deputado, agora em nome do conjunto da região ou da “fronteira”. Se por um lado o exercício da advocacia possa ter contribuído para o fortalecimento dessa posição, as origens familiares podem ter contribuído muito mais. Essa posição de *broker* se manifesta, inclusive, nos critérios de julgamento da atividade política, ou seja, independentemente de ter iniciado a atuação política no PDT e após no PTB, se define como representante das “questões da fronteira” e “municipalista”, tendo como um dos principais “problemas” o “excesso de tributação”, vistos de uma perspectiva que define como “bem liberal” (*idem*).

Ainda quanto a advogados, uma outra variação são aqueles que combinam seu exercício com outros títulos profissionais, numa espécie de “expansão horizontal” da profissão, e acabam atuando como “assessores” em diferentes esferas, inclusive, em muitos casos, em organismos públicos. Esse tipo de uso da advocacia torna-os muito semelhantes a outros profissionais, tais como determinados administradores, economistas, etc., em síntese, uma atuação polivalente, em geral designada como “assessoria”. Mas, nesse caso, tanto o título de advogado, como qualquer outro título profissional, somente tem importância enquanto um componente a mais nas possibilidades de combinação nessa série de “habilidades” e ampliação de esferas de atuação, que pode resultar numa posição de “liderança”. Esse, aliás, constitui um dos padrões mais frequentes nessa utilização de relações estabelecidas no exercício profissional. Assim, a seguir é apresentado apenas um caso representativo desse tipo de combinação. Trata-se de um candidato a deputado estadual pelo PSDB que, frente às estatísticas da Justiça Eleitoral, se classifica como “servidor público estadual”, certamente, devido à sua condição de professor estadual, apesar de ser também advogado, concorrendo a eleições pela primeira vez, tendo obtido uma votação muito reduzida (apenas 990 votos).

Cronologicamente, situa o início de sua atuação ou “ingresso na política” em 1991, quando atuou na organização do partido no município (Viamão). Porém, se por um lado foi “professor durante vinte anos do magistério, lecionei ciências, matemática, biologia e técnicas agrícolas e entrei por concurso”, por outro, “na administração anterior [da prefeitura local] eu exerci um ano de assessoria na Secretaria de Educação. Depois eu fui deslocado para o departamento de meio ambiente com um cargo de confiança, sem nenhum título de secretário, e ajudei, assessoriei na parte industrial, com a reestruturação do nosso parque industrial” (entrevista). Assim, atribui seu “ingresso na política partidária” a “uma coisa social, voltada para o trabalho comunitário” e quanto às “bases” eleitorais, “busquei para minha atuação política apoio das pessoas que eu tinha algum tipo de trabalho profissional relacionado; no magistério, com os professores, com os alunos; nas empresas que eu presto assessoria. Mas não tenho como uma atuação política, até porque nenhum desses segmentos (...) me daria apoio por simplesmente desempenhar uma atividade política. (...) Os que me apoiaram foi pela minha atividade profissional, pelo meu trabalho, não por atuação política” (*idem*). Com esse esforço em converter tão diretamente “relações profissionais” em “apoio”, sua visão da política

também está diretamente vinculada a esse exercício “profissional”, em sua “expansão horizontal”, ou seja, “no meu caso, eu apresentei para a base dos meus eleitores a minha base eleitoral, em cima do meu trabalho de biólogo, como professor, como advogado, enfim, eu montei uma plataforma eleitoral em cima da minha realidade profissional. Eu não busquei fora nenhuma plataforma eleitoral fantasiosa ou artificial para buscar voto. Eu busquei votos em cima exatamente do meu trabalho, das minhas atividades profissionais” (*idem*). Como se pode observar, se, por um lado, esta tentativa de uso de relações estabelecidas no exercício profissional excluem o próprio exercício em sua definição mais estrita, por outro, permite se opor à “artificialidade” da representação estritamente “política”. Em outras palavras, ao mesmo tempo que o uso desse tipo de relações pode permitir uma maior proximidade social com os eleitores em potencial, por se tratar de vínculos menos “artificiais”, através de uma redefinição da “realidade profissional”, apesar de não ocorrer o exercício profissional direto, permite a apresentação do candidato como um caso exemplar da própria excelência profissional. Assim, é como se houvesse um espaço de atuação entre o exercício profissional propriamente dito e a representação política cuja definição vai depender das diferentes condições e recursos, particularmente carisma e capital social, mas que permite se apresentar em nome do próprio exercício profissional e, simultaneamente, negá-lo.

Mas se profissionais como advogados e professores comportam uma infinidade de modalidades nas tentativas de conversão de relações profissionais em bases de recursos eleitorais, para outros, como médicos e inclusive engenheiros, particularmente para os primeiros, há uma distinção mais nítida entre os que ingressam e ascendem através de organizações públicas e os que se valem principalmente de atividades mais diretamente dirigidas a segmentos específicos da população, como é o caso da filantropia. No que tange aos médicos, os que se utilizam de cargos em organismos públicos enquanto “atividades profissionais” e sua conversão em capital político-eleitoral predominam. Quanto a estes últimos, há aqueles que simplesmente tentam uma conversão direta desse “exercício profissional” em base eleitoral, como é o caso de um candidato a deputado estadual, também pelo PSDB, não chegando a ser eleito mas sendo razoavelmente votado (5.632 votos), de origem social relativamente elevada (pai com curso superior), que, além das “relações profissionais”, já contava também com o apoio de corporações médicas e com o fato de já ter sido vereador de Porto Alegre. Mesmo assim, ingressou na política eleitoral tardiamente, “entre quarenta e quarenta e cinco anos de idade, no PMDB em 1985”, sendo, até então, por mais de trinta anos, médico e superintendente do maior grupo hospitalar público do estado. Conforme o próprio, “indiscutivelmente, a formação de serviços dentro do hospital e a minha preocupação maior com a ação intelectual despertou assim, para a política partidária”. Conseqüentemente, o “que foi importante para a formação das bases eleitorais (...) foi (...) a minha história de trinta e três anos como profissional da área médica, a minha história como superintendente do Grupo Hospitalar Conceição e o trabalho que eu vinha exercendo” (entrevista).

Essa sua “preocupação intelectual” o levou, inclusive, a realizar um curso de ciências sociais, mas o crescimento dessas “bases” eleitorais é atribuído, em primeiro lugar, a esse “trabalho”, que o levou a ser eleito vereador e, após, à divulgação de sua imagem através da imprensa que isso possibilita. Essa ampliação e modificação das “bases” eleitorais, no entanto, forçou também à mudança do discurso, e “hoje nós temos um discurso totalmente diferente”, na medida em que passou a incorporar “o conjunto de problemas” de determinada região. Com uma origem social e política assim, evidentemente, apesar desse envolvimento com o “conjunto de problemas”, sua “plataforma” está centrada na “saúde e educação” (*idem*).

Esse padrão é muito semelhante ao de outros candidatos, como um a deputado estadual pelo PFL, já tendo sido deputado e Secretário Estadual da Saúde por diversas vezes, inclusive presidente desse partido, também de origens sociais relativamente altas (pai profissional liberal e antigo presidente do Partido Socialista Brasileiro), com outros parentes vinculados diretamente à política, que acabou sendo reeleito (68.639 votos). Mas esse caso é exemplar também quanto à formação de um capital político-eleitoral considerável exclusivamente através da ocupação de cargos públicos em nome de uma determinada “competência profissional” e, devido às origens ideológicas, à necessidade de uma série de reconversões e ambivalências. Como se trata de alguém “profissional” e politicamente bem-sucedido, com idade relativamente avançada (53 anos), todo seu depoimento tem um caráter de avaliação ou justificação retroativa, particularmente quanto às reconversões pelas quais passou. Profissionalmente, formou-se em medicina pública, o que é atribuído a motivações ideológicas ou, mais especificamente, às origens familiares e à “militância estudantil de extrema esquerda”. Em função disso, após formado, passou a atuar como “médico de aldeia” na Amazônia, em organismos públicos. A seguir, resolveu continuar os estudos em cursos de pós-graduação, quando foi convidado para atuar na Secretaria de Saúde do Estado, no início da década de 1970. Nessa época, conforme essa avaliação retrospectiva, se considerava “um técnico” que acreditava que não poderia envolver suas atividades profissionais com a política. Após passar várias gestões governamentais como “técnico”, foi convidado para ser Secretário da Saúde do governo estadual, quando teria ocorrido uma série de dilemas ideológicos e “começou uma série de dúvidas na minha cabeça entre o que é esquerda e o que é direita”. Mas, apesar dos dilemas, acabou aceitando o cargo e, além de, em nome da “competência técnica”, passar a desqualificar qualquer outra posição política ou ideológica, acabou formando suas “bases” eleitorais. Ou seja, em 1986, quando resolveu concorrer a um cargo eletivo, de deputado estadual, trocando o antigo PDS pelo PFL, considerava que não tinha “base política”, ou “um trabalho como vereador, como prefeito, com liderança ali, liderança aqui”, mas apenas “um trabalho que foi feito em termos de saúde pública”. Porém, isso significava “oito anos de mídia, aparecendo num trabalho de saúde pública”. Essas “bases”, tanto para essas como para as reeleições posteriores, foram formadas pela “visita constante aos prefeitos do meu

partido, às lideranças do partido, aos vice-prefeitos”, ou seja, pelas relações estabelecidas com mediadores locais dos serviços de saúde, definidos como “comunidade”. Isso possibilita, inclusive, a desqualificação dos candidatos ou políticos que atuariam “no varejo”, como consistindo em “clientelismo”. Em seu caso, “eu trabalho em termos de comunidade, é a ajuda no hospital, é a campanha da vacina (...) É a minha base, é a comunidade” (entrevista). Em síntese, devido a essa inserção numa rede de mediação, se, por um lado, “não acho que o mundo pode ser regulado só pelo mercado”, por outro, quem deveria fazer isso são “as instituições comunitárias, que, do ponto de vista social, elas têm que ser reforçadas. Acho que o Estado é incompetente para exercer a política social” (*idem*).

Mas nem sempre esse padrão é tão concentrado e também tão eficiente enquanto mecanismo de formação de bases de recursos eleitorais. Para contrapor com um exemplo mais difuso, pode ser tomado o caso de um outro médico, também originário de uma família relativamente abastada (pai comerciante) do interior do estado, já com 67 anos de idade. Além de médico clínico, ocupou “vários cargos públicos” e, para tanto, contou com seu ingresso “na política partidária mais ou menos uns 25 anos atrás”. Além disso, teve “várias lideranças, incluindo o funcionalismo público (...), dos aposentados, tempo de estudante fui presidente do Centro Acadêmico” (entrevista). Esses vínculos todos sempre teriam sido cultivados e, para tanto, “eu sempre mantive contato com eles e, agora que ingressei na política como candidato, eu me correspondo com eles e eu mandei mais ou menos (...) 25 mil cartas. Além disso, visitei todo o pessoal”, visando a manter “essa relação plena entre mim e todos os meus eleitores, meus amigos e meus clientes” (*idem*). Conseqüentemente, como sua “base” seriam os “amigos” e “clientes”, caso fosse eleito pretendia que fosse avaliado pela sua “atuação como médico, a minha atuação é única e exclusivamente saúde” (*idem*). Mas, apesar de toda essa comunicação individualizada, sua votação foi muito baixa (apenas 545 votos).

Mas, ainda quanto a médicos que se notabilizam por exercer cargos públicos em nome da medicina, há também aqueles que, por razões ideológicas ou partidárias, desqualificam essa associação entre “exercício profissional” e recursos eleitorais. Apenas para mencionar um caso, o de um candidato a deputado federal pelo PT originário de uma família relativamente abastada (pai pequeno empresário), formado em medicina e também em administração de empresas, já tendo sido duas vezes vereador de Porto Alegre e secretário da Saúde do Município, que acabou se elegendo (66.221 votos). Apesar de que sua condição de “trabalhador da saúde” ou “médico comunitário” tenha sido fortemente destacada na campanha, foi também líder estudantil, atuou num movimento de jovens da Igreja Católica (*Emaús*) e em “trabalhos comunitários” em vilas da periferia, ou seja, conta com uma longa militância e com diferentes bases de recursos eleitorais. Ao ser perguntado sobre a formação de suas “bases” eleitorais, em primeiro lugar, desqualifica a própria noção (como ocorre com outros candidatos desse partido): “Eu (...) até não gosto muito de falar em base eleitoral. Para mim, se tu

representa uma base política, tu representa na verdade um grupo de pessoas, que por suas diferenças têm uma idéia que se sintetiza naquilo que tu, como candidato, está representando” (entrevista). Mesmo assim, admite que “na medida em que tu exerce uma função pública, (...) quer dizer, o fato de ter sido secretário da Saúde (...), é indiscutível que muitas pessoas me conheceram (...) pela função que eu ocupava” (*idem*). Por outro lado, apesar da ênfase na importância da militância e do partido como uma espécie de “síntese” dos diversos “movimentos” e “organizações” específicas, “quando me apresento como médico, que é a minha profissão, até que prove o contrário, eu sou um cara muito respeitado. Quando eu me apresento como político, até que prove o contrário, eu sou ladrão” (*idem*). Ou seja, a condição profissional nesse caso é instrumentalizada principalmente pelo que ela permite em termos de imagem social e, por outro lado, pelas possibilidades de vinculação com os chamados “movimentos sociais”, o que requer uma definição ou, pelo menos, uma ênfase em determinados atributos dessa profissão, como seu caráter “social” ou “comunitário”. Mas, ao contrário da apropriação mais tecnocrática dessa “comunidade”, que, como já visto, pode significar vínculos com políticos ou mediadores locais, na presente versão é diretamente associada aos “movimentos sociais”.

Ainda quanto a essas modalidades de utilização do “exercício profissional” em associação com a ocupação de cargos públicos, no limite, praticamente desaparecem as diferenças entre médicos e outros profissionais com forte escolarização. Assim, ao se tomar um candidato a deputado pelo PDT que acabou não se elegendo (30.918 votos), engenheiro mecânico, filho de um mecânico de um município do interior que também foi secretário municipal de obras na prefeitura local pelo antigo PTB, a principal diferença é uma maior vinculação partidária. Mas essa vinculação é diretamente proporcional ao não exercício direto da profissão e, simultaneamente, sua utilização como trunfo para a ocupação de cargos públicos vinculados à mesma. O início da atuação política, no caso, é atribuído ao movimento estudantil e, a seguir, como fundador, secretário e presidente da Juventude Socialista no estado, componente da Executiva, além de outros cargos e, quando das eleições, Secretário do partido. A adesão a esse partido é atribuída à influência familiar e através do mesmo foi candidato derrotado a prefeito em sua cidade de origem, do mesmo modo que a opção pela engenharia mecânica seria conseqüência do fato de o pai ser mecânico, com o qual começou a trabalhar aos 11 anos. Mas quanto às relações entre o exercício profissional e a ocupação de postos políticos, já “no meio da faculdade eu vi que gostava era de política e, depois, a minha pós-graduação já foi em análise política”, pretendendo, no futuro, cursar filosofia. Quanto à “profissão de engenheiro”, esta se resumiu numa série de cargos públicos. Inicialmente, foi “influenciado pelos advogados trabalhistas, vários fundadores do PDT”, para os quais seria uma “função liberal”, e como tal, vista negativamente. Foi com base nessa militância e pelo fato de ser engenheiro, ou seja, sua “aptidão para a área mais técnica”, em conjunto com “a força política”, que foi indicado para a direção de uma das principais empresas

públicas estaduais, a CRT (Companhia Rio-grandense de Telecomunicações). Desse modo, “minha base eleitoral é uma base que inicia dentro do PDT (...), passa pela minha passagem pela CRT, deixei muitas marcas tanto nos funcionários quanto em muitos municípios em que eu realizei muitas obras” (entrevista). A profissão de engenheiro aparece mais como recurso de recrutamento, através do militância estudantil ou, então, da ocupação de cargos públicos por “indicação” ou cooptação.

Abordando agora um outro extremo nessa oposição entre a utilização de relações com base no exercício profissional mais vinculadas a cargos públicos ou, então, a outras esferas e, mais especificamente, à associação da profissão de médico com a filantropia e as conseqüentes diferenças no que tange à formação das “bases” eleitorais e, inclusive, de relação com a própria política: trata-se de um médico candidato à reeleição para deputado estadual, no que teve sucesso (22.574 votos), de origens sociais muito baixas ou, em suas palavras, de “família humilde”, ou seja, filho de um guarda-noturno de uma empresa particular, vinculado também por origem à Igreja Assembléia de Deus, da qual seu avô foi fundador no estado, seu pai sempre foi membro e o próprio desempenha a função de “evangelista”. Nesse caso, a relação entre o exercício profissional e a candidatura passa diretamente pela religião e pela filantropia e ele mesmo “nem sonhava em ser político”, pretendendo ser “médico desse povo, há 25 anos eu sou médico do povo evangélico, batista, Assembléia de Deus, Brasil para Cristo”. Além dessas origens “humildes” e da religião, o início de seu envolvimento com a filantropia ocorreu com o ingresso no exercício profissional, quando optou em atuar num hospital público, “pela minha própria origem e pela maneira que eu vi que tinha como ajudar este segmento que era a minha vida, o meu segmento, a minha origem, o povo necessitado, o povo que precisava” (entrevista). Posteriormente, se vinculou a um radialista famoso pela atuação na filantropia através de programas de rádio, tendo em vista o atendimento médico de “pessoas carentes”. O prolongamento dessa vinculação foi um convite desse radialista e deputado, presidente estadual do PTB, para que concorresse a deputado estadual em 1990, quando não foi eleito, mas em 1992 elegeu-se vereador de Porto Alegre e em 1994 conseguiu se eleger deputado estadual.

É com base nesse esquema fundamentado na ética religiosa e na filantropia que são concebidas tanto as relações com os eleitores como a atuação parlamentar e, inclusive, a própria definição de política. O sucesso eleitoral é atribuído ao seu “trabalho” como médico do “povo”, o que o dispensa de “fazer campanha”, o que consistiria em apenas distribuição de “santinhos” pelos “amigos”, além do fato de já ter sido vereador. Mas trata-se de uma apropriação eleitoral da relação médico/paciente que, embora respaldada pela ética religiosa, excluiria a igreja enquanto instituição, visto que “nunca subi num púlpito (...) [para] pedir voto”. Conseqüentemente, se define como “independente” e, por isso, “votei várias vezes contra o governo (...), outras vezes votei a favor”. Essa aparente contradição em estar vinculado a um partido de apoio ao governo vigente e representar o “povo que necessita”, assim, se dissolve, na medida em que nem esse “governo”,

nem o partido têm o significado de uma posição política institucionalizada, o que o possibilita de, simultaneamente, fazer sérias críticas e apoiar (entrevista). Assim, diante dos demais parlamentares, há duas noções básicas que definem suas posições, quais sejam: a “prática” em oposição àquilo que numa outra perspectiva seria considerado como “politização” e que no caso é definido como “demagogia” ou “discurso vazio” e, em segundo lugar, os sentimentos e a “consciência” pessoal (*idem*). Ou seja, mais que exercício profissional, trata-se da condição de médico a serviço de uma “empresa” ética vinculada às origens sociais e a uma Igreja e sua reconversão em recurso eleitoral.

De todas as classificações profissionais examinadas relativamente quanto às condições de sua conversão em recursos eleitorais, as que têm um maior número de candidatos cujo exercício profissional, presente ou passado, se aproxima de uma certa conversão mais ou menos direta são as vinculadas aos meios de comunicação, particularmente aos jornalistas e radialistas. Mas, nesse caso também, não se trata do exercício enquanto tal, mas de uma relação específica com o mesmo. Em relação aos jornalistas, o principal elemento dessa relação específica com o exercício profissional é a área de atuação. Ou seja, trata-se quase sempre de jornalistas especializados em determinados temas, particularmente os comentários relativos à economia e à política (os chamados “formadores de opinião”), em geral, vinculados também a outras esferas de atuação que também podem ser convertidas em recursos eleitorais, tais como, por exemplo, uma maior vinculação ou atuação partidária, com a atuação política “herdada” do grupo familiar de origem, a atuação simultânea em outras áreas profissionais (como o magistério, as assessorias). No limite, esse exercício do jornalismo se cruza e se confunde com o de outros “profissionais”, como determinados economistas “especializados” em comentários.

Quanto aos radialistas, também ocorrem essas associações com determinadas atividades no interior da “profissão”, bem como com outras esferas de atuação, como a filantropia, clubes etc., mas há uma outra característica que abrange a maior parte, a saber: em sua quase totalidade, são provenientes de cidades do interior, e sua “notabilidade profissional” e social está diretamente associada ao estabelecimento de vínculos com a chamada “comunidade”, no sentido regional, e portanto, com os agentes políticos nesse nível, o que faz com que muitos dos que têm essas origens profissionais, após eleitos, se definam explicitamente como deputados “distritais”.

Assim, visto que esses usos de relações estabelecidas no exercício profissional enquanto recurso eleitoral, em geral, estão associados a outras esferas de atuação, embora essas não se definam e se apresentem como representação mas como “liderança”, o principal problema a ser perseguido são as modalidades dessas associações. Uma divisão possível, dentre outras, é aquela, já mencionada, entre o caráter público, ou “político” ou de outra natureza dessas esferas, e as modalidades de sua combinação por um mesmo líder, o que resulta na ampliação da “superfície social” de sua atuação e formação de “liderança”⁷. Deixando-se de lado o caráter formal das classificações profissionais, fica

evidente, pelas indicações já apresentadas, que muito disso que pode ser incluído como relações estabelecidas no exercício profissional está baseado na associação entre esse exercício e a ocupação de cargos públicos, que, à primeira vista, se definiriam como “profissionais” e não “políticos”. Esse é o caso, dentre tantos outros casos exemplares que poderiam ser tomados, dos médicos cuja carreira consiste na ocupação de cargos públicos vinculados à medicina, dos advogados que se tornam juízes e, mais ainda, de promotores públicos que se notabilizam na “defesa” de determinadas posições, dos economistas que ocupam postos-chave nas burocracias públicas a título “profissional” e que, posteriormente, tentam reconverter essa notabilidade em recursos eleitorais, dos professores universitários que atuam simultaneamente em organismos públicos e outras “assessorias”, e assim por diante.

Quanto aos jornalistas, começando por um que também é advogado, para após tomar os radialistas (se bem que nem sempre essas categorias são excludentes): um dos candidatos mais diretamente identificados como jornalista em âmbito estadual concorreu à reeleição para o terceiro mandato como deputado federal pelo PSDB (que acabou não se reelegendo, com 29.417 votos; em mandatos anteriores, concorreu pelo PDT) e, portanto, além de sua condição de jornalista, contava também com o exercício do mandato como recurso eleitoral. A importância do exercício do jornalismo, portanto, é variável conforme o estágio de sua “carreira” política, cujo início se deve a outros recursos, principalmente à militância em sua cidade natal (Cachoeira do Sul). Apesar de filho de pequeno agricultor, em suas palavras, “ingressei na política com 18 anos, fui presidente da Ala Moça do antigo PTB em Cachoeira. Depois saí do PTB na dissidência criada por Fernando Ferrari e concorri a deputado estadual pelo MTR [Movimento Trabalhista Renovador] e fiquei numa suplência (...) e cheguei a assumir a Assembléia Legislativa aos 27 anos” (entrevista). Portanto, apesar da importância posterior do exercício do jornalismo, nesse ingresso, se algum exercício profissional pode ter tido alguma influência, foi a da advocacia, exercida por cerca de seis anos. Porém, com o golpe militar de 1964, “fiquei fora da política e fui fazer só jornalismo, onde eu fiquei gerente da Rádio Guaíba, tive programas na TV, enfim, ocupei muitos espaços bons”. Ou seja, mais que o exercício profissional em termos estritos, nas “comunicações eu tinha presença forte no meu trabalho, lá onde eu sempre tive cargos de chefia, quando eu era locutor, fui locutor chefe, e depois passei a ser gerente da rádio, que também era um cargo de chefia, e na atividade sindical também cheguei a ser presidente do sindicato dos radialistas”. Além dessa ocupação de “espaços” e dos cargos de “chefia”, se caracterizou como um “comentarista” de temas políticos e econômicos do momento, talvez com alguma influência da formação jurídica e do passado político. Conseqüentemente, em sua ótica, na “formação das bases eleitorais (...) a minha atividade na comunicação é que me permitiu em 1986 me eleger sem fazer grande força. Em qualquer lugar que eu chegava as pessoas me procuravam e trabalhavam para mim e tal”. Mas “isso vai mudando, na medida em que eu me transformei num político e é o que sou hoje

(...) Hoje a minha atividade jornalística é cinco por cento; noventa e cinco por cento é política. Quer dizer, eu inverti tudo. Hoje eu estou sendo admitido como político. Quando eu chego no interior não é mais o locutor da Rádio Guaíba ou o apresentador dos programas (...), agora é o deputado e que tem tais idéias”. Portanto, nesse caso, o jornalismo e meios de comunicação em geral, enquanto exercício profissional, além da “especialização” em determinadas atividades (comentarista, colunista) se caracterizam como uma espécie de fase de transição para o reingresso nas atividades políticas, que, num processo de reconversão, acabam tomando um sentido profissional (interrompido pela não reeleição). Uma das conseqüências disso é o caráter difuso da “liderança”, tendo apoio de diferentes partidos e, além disso, “tenho noventa e tantos por cento dos meus votos urbanos e tenho atuação inversamente proporcional no meio rural” (*idem*).

Um segundo caso de candidato proveniente do jornalismo, embora defina suas atividades políticas como uma extensão do exercício profissional, está mais diretamente associado à apresentação de TV que ao comentário jornalístico. Trata-se de uma candidata à reeleição como deputada estadual pelo PPB, que acabou se reelegendo com 36.214 votos. Filha de um caminhoneiro e taxista, mas cujo avô paterno foi intendente de sua cidade natal (Santa Bárbara), além de suas atividades nos meios de comunicação, também contava com outros recursos eleitorais, imediata ou remotamente, no que se destaca sua condição de deputada e a participação nas eleições de 1990 como candidata derrotada para vice-governadora e a prefeita de Porto Alegre em 1996 (então pelo PFL), sua condição de empresária e conseqüentes vinculações com organizações de empresários, com organizações de mulheres e com clubes de “serviços” ou filantropia (*Lions*), além de sua antiga militância estudantil. A “liderança” prévia e suas “bases” eleitorais são atribuídas aos seus “vinte anos de vídeo, que foi o caminho que mais decidi, a televisão, apesar de ter experiência também no rádio”, além de suas pretensas “qualidades pessoais”, calcadas no catolicismo, inclusive, fazendo parte de um Grupo Parlamentar Católico. Em sua ótica um tanto marcada por uma certa ideologia carismática, a origem de todos esses recursos eleitorais e também de sua “formação” teria sido o trabalho na televisão, do qual “o trabalho político é uma extensão. No meu caso é uma extensão do que eu já fazia, só que aqui estou pelo voto popular” (entrevista). Mas a própria descrição desse trabalho na televisão o caracteriza como uma espécie de mediação, o que a aproxima dos comentaristas, embora atue mais no “varejo” e, simultaneamente, busque “soluções”, de modo um tanto semelhante a determinados programas de rádio. Ou, em suas palavras: “por ter ficado vinte anos no vídeo, por ter também sentido a necessidade (...) de um compromisso ainda maior com o telespectador, não só como a jornalista, informando e dando a notícia e fazendo com que eles também pensassem junto comigo, mas principalmente resolvendo problemas dos meus telespectadores, problemas dentro das áreas públicas” (*idem*). Isso tem efeitos na maneira de conceber a própria atividade política, ou seja, “a minha maneira de pensar, de agir, (...) o meu perfil parlamentar é uma continuidade do meu perfil profissional, de quem escolheu

a atividade de jornalista, relações públicas e propaganda”. Além disso, esse “perfil” é composto também “pela vivência minha como empresária, por ver as dificuldades, os sacrifícios por que passam os micro e pequenos empresários”, e por ser originária do interior, “as questões do pequeno agricultor”. Disso tudo resulta algo que ela própria qualifica de “uma visão macro”, que inclui um “compromisso” com a “sociedade do Rio Grande do Sul, mas com todos os segmentos” (*idem*).

Apesar da grande distância entre classificações escolares e das eventuais diferenças quanto à retórica e às filosofias sociais subjacentes, esse padrão de utilização do exercício profissional nos meios de comunicação não é muito diferente de outros profissionais com formação universitária, como economistas, quando pretendem utilizar a “profissão” como base de recursos eleitorais. Para evidenciar essa semelhança, basta tomar o caso de uma das principais representantes dos economistas dentre os candidatos em pauta, a candidata à reeleição como deputada federal pelo PSDB, que acabou sendo reeleita (77.670 votos). Originária de São Paulo, filha de um jornalista, conforme a própria, vem de uma família bem situada econômica e culturalmente. Embora sua “marca” ou imagem, inclusive nas campanhas eleitorais, esteja associada à sua condição de professora universitária de economia, todas as esferas de atividades ou “liderança” que aponta como sendo relevantes em suas atividades políticas vão exatamente no sentido da negação do exercício profissional, em sua definição estrita e formal, e a aproximam dos jornalistas, no sentido descrito acima, ou seja, comentaristas ou “formadores de opinião”, além de incluir diversas outras esferas sociais de atuação. Sua primeira atuação nesse sentido foi a Associação Cristã de Moços, na qual chegou a ser “líder” e a ocupar cargos de direção. Isso, no entanto, é qualificado como atividades de “programas de uma cidadã participante”. Mas no que concerne à “política”, o início é remetido às disputas na “parte da universidade, por postos”, tendo chegado a ser diretora da Faculdade de Economia. Porém, isso se expandiu por outras esferas de atuação, como a FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul), onde passou a ser “a economista do Conselho Superior”, a Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Economia, editorias de revistas e assim por diante. Em suas palavras, “é uma forma organizada de participar das coisas que leva a essas posições de liderança no campo acadêmico, no campo do trabalho voluntário (...), no campo de uma organização nacional como a Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia – ANPEC e vai multiplicando. Aí você começa a fazer parte de conselhos de administração, conselhos de assessoramento, de entidades privadas, de entidades públicas, e passa a ser chamada para postos públicos graúdos” (entrevista). Um desses “postos públicos graúdos” foi sua rápida passagem como ministra do Planejamento, muito explorada como trunfo eleitoral. Essa expansão das esferas de atuação acabou incorporando de modo mais direto a imprensa, com participação direta no rádio, na televisão e em jornais, como “comentarista”. Isso tudo acabou gerando conflitos com a própria universidade, visto que “quando eu comecei no rádio e na televisão teve

professores no meu departamento que resolveram abrir uma sindicância, porque eu não podia fazer isso. Havia várias razões, inclusive políticas, para essa manifestação. Mas a razão, entre outras, foi que eu era coordenadora da pós-graduação, como é que ia falar para uma rádio? (...) Então eu tive que fazer uma briga interna, com um processo interno no departamento, para mostrar que isso chamava-se universidade aberta” (*idem*). Como se pode observar, nessa perspectiva, as próprias relações profissionais e, inclusive, a “academia”, são vistas da ótica do “poder”, e a “política” seria simplesmente uma extensão disso e assim: “Fui sempre poder, o poder da opinião, mudava voto na Assembléia Legislativa, fazia trabalhos acadêmicos que levavam para uma determinada decisão política, eu sempre fui poder, mas poder autônomo. E a cátedra te dá isso (...) Fui sempre a preservação do verdadeiro poder de um acadêmico, que é o de emitir opinião que pode transformar as coisas” (*idem*). Esse “poder de um acadêmico”, que é definido também como “poder intelectual”, seria “aquele que escreve a história” (*idem*). Assim, o “poder intelectual” a serviço do jogo político é visto como se fosse o inverso, na medida em que as próprias posições e o jogo político são interpretados como “poder intelectual” (*idem*).

Tomando agora os candidatos que se caracterizam mais como radialistas que como jornalistas e, dentre esses, começando por um de abrangência estadual, o candidato à reeleição como deputado estadual pelo PTB, que é o principal “líder” e organizador desse partido no estado: a principal associação entre o exercício profissional, do qual resulta sua principal base de recursos eleitorais, é a filantropia e, inclusive, é devido a isso que a maior parte dos demais candidatos vinculados a ela são filiados a esse partido. Essa associação entre radialismo e filantropia, no entanto, além de requerer uma redefinição dessa atividade “profissional”, atribuindo-lhe uma característica muito específica, está diretamente vinculada às origens e trajetórias sociais tanto do candidato em pauta como, também, de suas bases eleitorais presumidas.

Trata-se de alguém de origens sociais muito baixas, filho de um marceneiro e ex-pequeno agricultor, cuja ascensão tanto “profissional” como política estão diretamente associadas a um programa de rádio dirigido à filantropia, em seu sentido mais imediato. Embora tenha iniciado como radialista em sua cidade natal (Soledade), essa ascensão ocorreu com sua transferência para Porto Alegre, mas mesmo com esse deslocamento geográfico, continuou vinculado àquilo que qualifica de “periferia social”. Em suas próprias palavras: “A minha relação com a sociedade sempre foi muito periférica. Eu sempre atuei, vivi e atuei nas periferias e a periferia, normalmente, é muito excluída. E como eu venho de uma orientação, de uma família de poder aquisitivo muito baixo, eu até construí a minha vida profissional, que eu nunca tive chance de buscar um espaço um pouco mais privilegiado para a disputa, eu tive que conquistar esse espaço através do meu trabalho, de minha atividade profissional” (entrevista). Uma das consequências atribuídas a isso é que “nunca estive ligado a algum segmento, assim, organizado da sociedade (...) a algum tipo de movimento, assim, do tipo organizado”. Essa “atividade

profissional”, que consiste na “mobilização das pessoas” para o “auxílio” para determinados “problemas”, teria sido a responsável pela formação da “base eleitoral”, que “se expande a partir da minha atividade profissional”. Isso fez com que em 1984 ingressasse no PMDB e se candidatassem sem sucesso para o cargo de Prefeito de Porto Alegre. A partir de 1990, no entanto, passou a ser, sucessivamente, um dos candidatos a deputado estadual mais votados, sendo freqüentemente qualificado de “fenômeno eleitoral” pela imprensa regional (além de, para os críticos, uma espécie de campeão do clientelismo), mantendo sempre suas atividades “profissionais”. Mas, diferentemente dos jornalistas e da economista apresentados anteriormente, essa candidatura e seu perfil é atribuída “à minha experiência, consequência da minha vivência (...), do cotidiano de onde tu vai adquirindo algumas convicções”. Essa interpretação das experiências da origem social e do trabalho “profissional” servem de referencial, de modo muito direto, inclusive, para fundamentar suas relações e definições relativamente à política. A exemplo do médico vinculado à filantropia, também enfatizando suas “origens humildes”, apresentado anteriormente e da maior parte dos candidatos ligados à filantropia, esse também centra suas tomadas de posição na “prática”, em busca apenas do “básico”, com um sentido de urgente ou, em suas palavras: “Eu prefiro a ação prática. Eu prefiro enfrentar o problema de frente (...) Posso não resolver (...), mas eu gosto, eu venho dessa vertente, eu venho dessa necessidade, eu busco o básico. Como eu estou buscando o básico, ele não pode esperar” (*idem*). Isso o distinguiria das demais categorias de políticos, dentre as quais são destacados: “os parlamentares que têm uma atuação mais técnica”, do que resultaria “um debate muito mais elitizado”, inclusive porque têm uma “formação mais elitizada” e os que têm “uma vertente ideológica, (...) até certas vezes no contexto, não passando de uma utopia”. Uma das consequências disso, enquanto trabalho parlamentar, é que o debate em plenário é desvalorizado, não sendo “um deputado debatedor, eu sou um deputado ouvinte”, buscando alguma “solução prática”. Nessa perspectiva do “básico” e “prático”, aquilo que normalmente é caracterizado como “assistencialismo” ou algo do gênero é defendido explicitamente, ao mesmo tempo que a “questão social” se converte num problema de “solidariedade”. Por outro lado, embora seja difícil “desvincular um tema que não tenha um fundo social”, a alternativa, além da “solidariedade”, seria o “desenvolvimento”. Inclusive, porque “a base eleitoral, ela quer, ela precisa do desenvolvimento, ela tem expectativas e tem que criar alternativas”. Mas, além dessas “alternativas” mais gerais, como trabalho político, é destacado que em seu gabinete “é recebido até aquele sujeito que não recebe um atendimento médico por qualquer razão, e isso é comum. (...) Então, eu tenho que ouvir essa pessoa e tenho que ser solidário a ela, e tenho que me esforçar solidariamente na busca de uma solução. Se eu não fosse deputado, eu faria a mesma coisa” (*idem*).

Por fim, quanto aos radialistas ou, mais especificamente, a uma espécie de radialista/jornalista, há um outro padrão mais ou menos bem definido que, apesar das variantes no que tange às posições político-partidárias, vinculações com outras esferas

de atividades ou sociabilidade e, mesmo, origens sociais, dentre outras, mantém uma série de características muito semelhantes. Trata-se dos radialistas de cidades médias do interior, em geral já tendo sido vereadores e, em muitos casos, prefeitos, e cuja principal característica comum é se apresentar como representante da “comunidade” regional. Alguns, quando eleitos, se definindo explicitamente como “deputado distrital” ou, pelo menos, como defensores do “municipalismo”. Mas, apesar da grande quantidade desse tipo de candidato, a maiores variações ocorrem por conta do grau em que a “profissão” pesa no ingresso e, em muitos casos, na manutenção das “bases” eleitorais. Tendo em vista isso, são apresentados alguns casos exemplares nos quais o radialismo, ou mais especificamente, as associações de seu exercício com outras esferas sociais é o recurso quase exclusivo de formação dessas bases de recursos eleitorais.

Para tanto, pode ser tomado, em primeiro lugar, o caso de um candidato à reeleição pela segunda vez como deputado estadual pelo PPB que acabou tendo sucesso e, como a maior parte desse tipo de candidato, tem origens sociais muito baixas. Em suas palavras, vem de uma “família humilde”, sendo que seu pai era funcionário da prefeitura de sua cidade natal (Lagoa Vermelha) e, em suas palavras, “aos 18 anos eu era engraxate e entregador de jornais, servente de pedreiro, para estudar. A mudança de jornaleiro para radialista foi acidental: o diretor da rádio ouviu minha voz e lhe chamou a atenção”. Dessas condições, teria resultado, inclusive, sua relativamente baixa escolaridade, com apenas o “secundário incompleto” (entrevista). E, assim, começou como comentarista de futebol e, após, ampliou essa atuação “profissional” e se tornou uma espécie de “porta-voz” ou mediador e, com isso, ingressou na política no âmbito municipal e estadual. Em suas palavras, a “liderança política” é o resultado do “exercício do jornalismo de rádio, ao longo de vinte anos, (que) nos deu base, criou um cenário em face da preparação, em face das ligações com a comunidade, criou um cenário para o ingresso na vida política partidária (...) O trabalho como comunicador, como jornalista na região é que nos impulsionou para o trabalho político, onde poderíamos fazer muito mais do que fazíamos até então, este era o desafio: ampliar o trabalho que tínhamos na comunidade” (*idem*). Portanto, nesse caso também, o ingresso na política é visto como uma expansão das atividades “profissionais”, porém essas atividades se constituem também numa posição de mediação na chamada “comunidade”, no sentido do município ou região. Isso porque, como mencionado, é que apesar de ter iniciado como “narrador esportivo”, passou a se dirigir “para programas voltados para idéias. Não foi apenas a narração esportiva, claro que já tínhamos uma certa notoriedade” (*idem*).

Mas essa inserção na política partidária já contava com um início, visto que “tive participação em 65, 67 na Arena Jovem”, mas por ter se tornado funcionário do Banco do Brasil, foi suspensa, até ser convidado para se candidatar a vereador, cargo no qual se manteve por vários mandatos e, após, para prefeito, sem sucesso. Até que tentou uma primeira eleição para deputado estadual, também sem sucesso, e, na segunda tentativa,

em 1990, foi eleito, reelegendo-se em 1994 e em 1998.

Uma das conseqüências mais diretas dessa posição de mediador a serviço da “comunidade” regional e, evidentemente, do tipo de inserção nas facções e respectivas posições político-ideológicas em dimensão local, é a mencionada posição de mediador regional. Na própria “atividade de jornalista, você fica conhecendo os problemas e tu te transforma no porta-voz destas questões” e a “base eleitoral era a base distrital, a área de influência do trabalho de comunicador (...) Nas três eleições em que eu disputei, meus votos saíram só dali, então eu sou um deputado distrital” (*idem*). Portanto, essa condição de “deputado distrital” não decorre apenas de alguma base ideológica prévia, embora essa lhe confira uma configuração própria, mas também das condições eleitorais e, em seu próprio partido, haveria também os que “não são distritais”, com os quais se estabeleceria uma espécie de complementaridade. Ele mesmo se vê obrigado a “conviver com este tipo de conflito, tem que ter um porta-voz regional e uma voz estadual”. Assim, o mandato é definido como “prestação de serviços” ou como “um instrumento de algumas das questões mais importantes da minha região”. Essa condição de “distrital” permite-lhe afirmar que, em sua representação política, “não há um segmento da sociedade. Um deputado distrital acaba se envolvendo em todas as questões (...) Na verdade o deputado distrital é (...) o representante da região e isso vai desmanchar com as corporações, porque as corporações ao longo dos anos foram elegendo os seus representantes, hoje é a sociedade como um todo que elege os seus representantes, a grande maioria aqui é deputado distrital” (*idem*).

Mas, apesar de não haver um determinado “segmento” especificamente representado, são postas em prática ações dirigidas a populações específicas ou “carentes” e, para tanto, “mantenho três escritórios na região (...) Todas as pessoas que têm problemas, podem ser de qualquer natureza, legislativa, política, parlamentar, de saúde, de desemprego, problemas de toda ordem, nós selecionamos e encaminhamos os processos” (*idem*). Para a saúde, “nós criamos um serviço médico aqui, extra-oficial, não atendemos, mas encaminhamos” (*idem*). Trata-se de um “serviço de assistência social” que atua principalmente no transporte, acomodação e intermediação de atendimento hospitalar, utilizado por boa parte dos deputados estaduais.

Nesse mesmo padrão, podem ser apresentados muitos outros casos, inclusive de representantes de uma mesma região e, tendo isso em vista, vale a pena tomar resumidamente dois candidatos visando à reeleição como deputados estaduais, sendo ambos de uma mesma cidade (Ijuí). O primeiro, candidato pelo PPB, também tem origens sociais muito baixas, ou seja, filho de um ex-pequeno agricultor que se tornou taxista, e o próprio foi “operário dos dez até os vinte anos em uma empresa, indústria de calçados” e, tendo perdido a mãe aos oito anos de idade, “tive que interromper os estudos para trabalhar, para me manter”. Retrospectivamente, vê como a “minha grande frustração, o meu sonho, era ser advogado criminalista” (entrevista). Como conseqüência, também tem um grau de escolarização relativamente baixo, o antigo ginásio. Em “razão disso,

eu liderei um movimento (...) para criar um colégio noturno. Eu terminei sendo líder estudantil (...) Aí começou a se projetar minha liderança na área estudantil e, em uma eleição no ano de 1960 e poucos (...) entenderam os colegas estudantes que tinha que ter um jovem representante na Câmara de Vereadores”. Com isso, elegeu-se vereador em 1968, porém, para tanto, contou também com um recurso eleitoral de outra ordem, ou seja, como membro do CTG (Centro de Tradições Gaúchas): “comandava os grupos de dança, eu fui patrão, tinha um vínculo direto. Juntando essa liderança política ao fato de eu ser liderança tradicionalista e ter sido líder estudantil, tu acoplas tudo isso, aí eu concorri a prefeito, fui vice-prefeito de 1972 a 1976, daí concorri a prefeito de 1976 a 1982, também com as mesmas sublegendas Arena 1, Arena 2, e me elegi prefeito” (*idem*).

Mas o principal componente dessa ascensão social e política, foi sua atuação como radialista, que começou em um programa de “tradições gaúchas” e, após, como locutor e, mais tarde, como proprietário e diretor de uma rádio. Foi esse conjunto de bases de recursos eleitorais, embora se defina como radialista que se candidatou e foi eleito deputado estadual em 1990, sendo reeleito em 1994, mas não conseguindo se reeleger em 1998 (24.396 votos).

Os critérios de seu julgamento da atividade política e o esquema que fundamenta esses critérios são quase idênticos ao candidato também radialista apresentado acima. Em primeiro lugar, esses critérios estão fortemente centrados numa espécie de “ética do trabalho” e numa moral cívica que pode ser considerada à “direita” no espectro político vigente. Mas a principal categoria que usa para definir suas tomadas de posição é a de “municipalista. Eu faço um trabalho em cima de determinado número de municípios que me é possível atender (...) e trabalho em cima disso. Então, evidentemente, que eu tenho resposta nas urnas desse trabalho nesses respectivos municípios. O trabalho que eu fiz aqui na Assembléia se relacionou ao fracionamento do estado, com a criação de novos municípios” (*idem*). A exemplo do candidato radialista apresentado acima, mantém uma espécie de organização filantrópica, também atribuída às suas origens sociais ou aos conseqüentes traumas, ou, ainda, em suas palavras, “quando perdi minha mãe eu vim a Porto Alegre com ela doente. Eu tinha oito anos, e tu vires do interior e chegar na capital, aquela imensidão, tu não conhecia ninguém, criou um trauma. Primeira coisa que eu fiz como deputado: eu aluguei um imóvel aqui e fiz uma hospedaria. Por exemplo, o cidadão lá do fundo da colônia, ele adoce e daí ele liga para o gabinete. Nós recebemos na rodoviária, baixamos o paciente e hospedamos o acompanhante. Daí vão dizer assim, ‘mas isso não é função de deputado’, mas é que ninguém está fazendo, alguém tem que fazer” (*idem*).

Abstraindo-se as divergências quanto às posições políticas ou filiações partidárias, esse trajeto social e político é muito semelhante ao do outro candidato à reeleição a deputado estadual pelo PDT mencionado, do mesmo município. Também filho de ex-pequeno agricultor, apesar de ter perdido o pai aos 11 anos de idade, conseguiu um grau de escolarização mais alto, ao mesmo tempo com o trabalho precoce na produção

familiar de leite. Porém, tendo ingressado na rádio, em suas palavras, “como auxiliar de portaria (...) Sempre estudando, também fiz o ginásio e depois o técnico de contabilidade. Já na emissora eu galguei outros postos”. Trata-se de uma rádio que sempre foi controlada por líderes do antigo PTB, e após PDT local, da qual saíram muitos vereadores e vários deputados. Essa rádio é caracterizada como tendo “uma característica também de emissora comunitária”, da qual passou a ser o principal proprietário. Porém, essa conversão da ascensão profissional como radialista de sucesso na política depende de outras condições, ou seja, “eu vejo tantos homens de rádio que não chegam ao ponto que a gente chegou, como tem aqueles que chegaram. Então, não basta ter o microfone na mão, é importante saber usá-lo, no sentido da construção, porque o leitor, o ouvinte, ele identifica quem fala (...) Agora, também tem o lado da popularidade, a rádio te dá uma certa popularidade, isso dá, isso ajuda” (entrevista). Em síntese, mais que radialismo, trata-se de sua instrumentalização para a formação de “liderança” para, somente então, tentar converter isso em trunfo eleitoral.

Mas um dos recursos para esse “saber usar” a condição de radialista, no caso, é sua associação com a escolarização e a militância estudantil, além do ingresso em outras esferas de atuação. No caso, em suas palavras, quando “ingressei na faculdade, os estudantes universitários em eleição aberta me indicaram vice-presidente do diretório” e, posteriormente, “passei a ter uma atuação na comunidade bastante expressiva, meu currículo inclui a vida de professor (...), presidente da Associação de Professores, também fui vice-presidente da Associação Comercial e Industrial (...), fui membro de várias entidades, e isso foi me lavando a um conhecimento público e, certamente, pelos programas de rádio que eu também apresentava, com um outro nível, com uma outra visão, uma visão sempre permeada pelo comunitarismo, o espírito comunitário acima de tudo”. Foi com os recursos acumulados anteriormente nessas outras esferas de atuação que se elegeu vice-prefeito e, após, prefeito e, em 1994, deputado estadual. Mas para esse segundo nível, além da atuação como radialista e em outras esferas da “comunidade”, o principal responsável pelos “votos foi a condição de prefeito. Ter sido prefeito foi uma credencial importante, aí que a sociedade me conheceu como homem público”. Apesar das origens muito semelhantes, a posição política diverge dos anteriores, nesse caso centrada na “defesa dos interesses dos produtores rurais, dos pequenos, médios e microempresários”, além de movimentos como os “sem-terra” e em oposição às políticas de privatização de empresas públicas então vigentes (*idem*). Isso porque, ao que tudo indica, além dessas origens, entra em pauta o sistema de clivagens, alianças e oposições tanto no âmbito local como regional, que têm sua dinâmica própria e na qual são decisivos os investimentos, alianças e tomadas de posição passadas.

Notas

¹ Para uma bibliografia relativa à “entrada na política”, em seus diferentes aspectos e abordagens,

ver Lévêque (1996).

² Para um comentário sobre as diferenças entre as abordagens das ciências sociais na França e nos Estados Unidos no que tange ao estudo dos “profissionais da política” e dos indicadores utilizados, ver Sawicki (1997 e 1999). E para a compilação de uma série de trabalhos franceses muito representativa sobre a “profissão política”, ver Offerlé (1999) e os dois números da *Politix* (nº 28 de 1994 e nº 35 de 1996), dedicados, respectivamente, ao “*métier*” dos eleitos e à “entrada na política”.

³ Como já mencionado, as informações relativas à participação em eleições anteriores, com exceção dos candidatos a deputado federal, não são exaustivas: abrangem as eleições gerais de 1990 e de 1994, independentemente de ter sido eleito ou não; as eleições municipais de 1992 e de 1996, mas somente para os que foram eleitos prefeitos ou vereadores; e, somente para os candidatos a deputado federal, todas as eleições anteriores.

⁴ Esse médico, que apesar de também ser professor de medicina e jornalista, fez uma longa carreira política como deputado federal e líder do PL (Partido Libertador), ao descrever a história da medicina no estado ou seus “vultos” na principal publicação de consagração coletiva dos médicos até os anos 40, destaca: “Apesar de se considerar a política, em nosso meio, atividade favorita dos bacharéis, os médicos lhe tiveram sempre grande predileção. Explica-se isso, talvez, em parte, pelo prestígio popular que facilmente granjeia o facultativo competente e humanitário.” Mas, ao abordar um “vulto” que “não militou ativamente na política”, acrescenta: “Não foi, porém, porque lhe faltasse espírito público, mas, simplesmente, porque o ambiente das grandes cidades não arrasta tão facilmente como no campo, o médico no torvelinho da vida partidária” (Pilla, 1943: 36 e 41).

⁵ Trata-se de um candidato a deputado estadual pelo PDT, que, conforme declarações a um jornal no início da campanha eleitoral, iria “apostar nos milhares de pacientes que passaram pelo seu consultório ao longo de 25 anos. O candidato (...) espera obter como médico comunitário o mesmo êxito alcançado pelos seus colegas Henrique Fontana (...) e Eliseu Santos”. Tendo isso em vista, “pesquisou mais de 50 mil fichas de pacientes atendidos por ele desde 1993. Para cada um deles está enviando correspondências. O médico reuniu ainda os endereços das pessoas que foram atendidas no ano passado no posto de saúde de Cachoeirinha, município onde exerceu a função de secretário da Saúde” (*Zero Hora*, 10 de ago. de 1998: 5).

Note-se, no entanto, que, a exemplo dos “colegas” tomados como modelo (um Eliseu dos Santos, vinculado à Igreja Assembléia de Deus e o outro, Henrique Fontana, à militância no PT e à ocupação de cargos públicos, como o de secretário da Saúde de Porto Alegre), não se trata de um médico clínico no sentido tradicional, mas de um “médico comunitário” ou sanitário. E, além disso, também conta com outras bases de recursos eleitorais, como a ocupação de cargos públicos (secretário da Saúde, o que indica para o seu envolvimento anterior com a política local) e sua condição e atividades como “artista”. Em todo caso, mesmo assim, obteve apenas 14.113 votos em 1998.

⁶ Conforme um “perfil” seu publicado num jornal: “Advogado trabalhista, considerado o terror dos empresários no Alto Uruguai (...) ganhou notabilidade defendendo posseiros de terras. Numa época em que os despejos eram feitos com alguma facilidade (...), uniu-se a um padre” para atuar na defesa daqueles. Mas, além disso, foi também líder estudantil e, quando estudante, “atuava também no movimento operário”. Em 1972 “começou a carreira defendendo os interesses dos sindicatos, dos movimentos comunitários e principalmente questões trabalhistas”, tendo sido “responsável por mais de 80% das reclamações da região”. Seu ingresso na política partidária

ocorreu como vereador eleito em 1988 pelo PT (Erechim) e em 1990 concorreu a deputado federal, assumindo como suplente, reelegendo-se em 1994 e 1998. (*Zero Hora*, 11 de jan. de 1999: 12).

⁷ Sobre a utilização da noção de “superfície social” nesse tipo de estudos e seus limites, visto que “abrange somente a acumulação quantitativa de posições ocupadas em diferentes campos, mas não toma necessariamente em conta a medida de prestígio, do poder, da influência que estão vinculados às posições”, ver Collovald, 1985: 47-48.

CAPÍTULO II

Sindicalismo e política eleitoral

Nas eleições em pauta, como se sabe, a participação de sindicalistas ou de representantes de associações ou corporações de funcionários se constituiu numa das marcas das discussões políticas e jornalísticas¹. Porém, mais que se contrapor a essas discussões políticas e jornalísticas em torno da presença comparativamente mais ou menos forte de sindicalistas e sua “veracidade”, que estão vinculadas a um efeito de simplificação pela “operação de designação” (Gaxie & Offerlé, 1985: 105), interessa tentar discernir as condições de possibilidade de sua emergência e seu significado no cenário eleitoral.

Uma das razões evidentes dessas fortes discussões na imprensa e em diferentes círculos políticos é o relativo sucesso eleitoral de parte desses candidatos vinculados, de algum modo, ao sindicalismo. Não caberia aqui centrar o exame no relativo sucesso eleitoral ou no fato de boa parte dos mesmos ter sido eleita, mas nas condições em que esse tipo de recurso de legitimação de candidaturas, ou seja, o sindicalismo, pode se tornar um componente básico das lutas pela legitimação de posição política e as bases sociais em que se assentam.

Numericamente, o peso dos candidatos mais diretamente vinculados ao sindicalismo, em termos estritos, não é elevado, a não ser que se inclua o conjunto dos que têm alguma vinculação com as diferentes formas de corporativismo de funcionários públicos. Num esquema de múltiplas respostas, ou seja, tomando-se todos os candidatos que mantêm algum vínculo com o sindicalismo enquanto recurso eleitoral, de modo não exclusivo, dos 649 candidatos dessas eleições, um total de 14 (apenas 1,1% das “respostas” e 2,8% dos 498 candidatos com informações suficientes quanto a este ponto) faz algum uso de sindicatos de trabalhadores e funcionários urbanos de empresas privadas. Outros 12 (1,1% das respostas” e 2,4% dos candidatos com informações suficientes) mantêm alguma vinculação com sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais rurais. Porém, quanto aos sindicatos e associações de funcionários públicos, a quantidade é relativamente elevada, sendo que um total de 99 (7,9% das “respostas” e 19,9% dos candidatos com informações quanto aos recursos eleitorais) mantêm algum vínculo com esse tipo de organização.

Do mesmo modo que para os candidatos que se valem de outras bases de recursos eleitorais, nesse caso também, pelo menos para os com informações disponíveis mais completas, que são a maioria, também é possível se discernir quando a vinculação com o sindicalismo consiste em apenas um componente secundário do conjunto de recursos eleitorais ou, então, se se trata de sua principal base. Assim, é possível se afirmar, com uma relativa segurança, que, dos 14 candidatos que se utilizam de suas relações com sindicatos de trabalhadores e funcionários urbanos de empresas privadas, pelo menos para oito, essa é sua principal base de recursos eleitorais. De modo algo semelhante, dos mencionados, 12 que mantêm alguma vinculação com sindicatos e movimentos sociais rurais, para cinco esse constitui o principal recurso de legitimação das respectivas candidaturas. Por fim, 99 candidatos que se valem de sindicatos e/ou associações de funcionários públicos, pelo menos para 40 dos mesmos, essa é sua principal base de recursos eleitorais.

Mas, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, não é fácil uma caracterização mais precisa das características sociais e de suas relações com a entrada na política e com trajeto político desses candidatos. Isso se deve a diversas razões e, assim, antes de se expor alguns indicadores relativamente a essa caracterização, são necessárias algumas observações de caráter mais geral. Uma dessas características mais gerais que se destacam, e que abrange a maior parte desses candidatos que se valem de algum tipo de sindicalismo, é uma forte mobilidade social, como indicado adiante, quando são expostos alguns casos exemplares. Essa intensa mobilidade social deve ser entendida em seu sentido mais amplo, incluindo mudanças de estatuto profissional relativamente à família e também, em muitos casos, à profissão de origem; o forte deslocamento geográfico por razões diversas (estudos, mudanças de inserção profissional, por motivos de atuação política etc.) e também no que tange ao grau de escolarização. Esse último ponto, da escolarização formal, faz com que, como é descrito adiante, embora a quase totalidade desse tipo de candidato com vínculos com o sindicalismo, em termos de origens sociais, seja filho de “pequeno agricultor” ou algo do gênero, não haja uma diferença muito grande, em termos de titulação escolar formal, relativamente ao conjunto de candidatos. A principal exceção, no caso, são os mais diretamente originários do sindicalismo e movimentos sociais rurais, com escolarização formal, em geral, bem mais baixa. Mas, tanto para esses como para os demais, há uma série de confluências conjunturais, de ordem mais geral, que têm efeitos nas possibilidades de legitimação de suas candidaturas, cuja exposição não pode ser esgotada, mas que merecem ser rapidamente mencionadas.

O primeiro elemento dessas confluências gerais, formando uma espécie de “sistema de ação”², é a expansão de movimentos como o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas vinculações com outros “movimentos” e organizações sociais, formando uma espécie de rede de âmbito social e geograficamente amplo. Um segundo elemento, complementar a esse, foi o fortalecimento de um tipo de sindicalismo que pode

atuar em conjunto com os mencionados “movimentos”, em termos ideológicos ou da legitimação de determinadas posições e bandeiras, como é o caso, particularmente, do sindicato dos professores estaduais (CEPERGS), dentre outros. Como é apresentado adiante, muitos trajetos sindicais e de atuação política desses candidatos abarcam essas diferentes formas de sindicalismo e “movimentos sociais”. Em terceiro lugar, como também são apresentadas algumas indicações adiante, apesar de esses candidatos terem em algum tipo de sindicalismo uma base de recursos eleitorais, de modo mais concentrado ou difuso, boa parte dos mesmos e, dentre esses, principalmente os eleitoralmente mais bem-sucedidos, já contam com um trajeto de participação na política eleitoral relativamente longo.

Isso se aplica especialmente à maior parte dos candidatos vinculados aos sindicatos e às associações de trabalhadores e funcionários de empresas privadas, de trabalhadores e movimentos sociais rurais e de alguns de funcionários públicos e, mesmo assim, como será observado, ocorrem muitas variações. Porém, a maior diversidade ocorre no que tange a esses últimos, os candidatos de algum modo vinculados a sindicatos ou associações de funcionários públicos. Há várias formas de se discernir essas variações e, para o que interessa, uma das que se sobressaem é a da amplitude da “classe” ou categoria profissional que se pretende representar sindicalmente e converter essa representação sindical ou corporativa em recurso eleitoral. Simultaneamente com essa amplitude da base social que é objeto da representação sindical, essa diversidade abrange também as diferentes possibilidades de generalização da legitimidade, ou seja, de expandir a representação sindical para temas e “bases” eleitorais que a extrapolem.

Como os resultados descritos a seguir parecem confirmar, categorias gerais e abstratas como as de sindicalismo ou de setor público abarcam uma infinidade de modalidades de inserção social e política e, inclusive, de suas possibilidades de usos enquanto recursos eleitorais. Em relação especificamente aos 99 candidatos que se valem de algum modo ou dos 40 que têm nos mesmos sua principal base de recursos eleitorais, como mencionado, uma primeira divisão possível que se impõe é quanto à amplitude das respectivas bases sociais e possibilidades de reconversão da representação sindical ou corporativa em recurso para a legitimação da pretensão de representação política. Nesse caso, um extremo é ocupado por líderes de categorias como a dos professores estaduais, que não apenas representam cerca da metade do funcionalismo público, mas, principalmente, porque contam com uma dispersão geográfica e social que abrange todo o estado. Há ainda situações intermediárias, tais como a dos policiais, ou de outros segmentos do funcionalismo que, apesar de em muitos casos contar com bases sociais quantitativamente extensas, podem ou não, dependendo das estratégias e conjunturas, possibilitar a expansão dessa representação corporativa ou sindical e a pretensão de representação eleitoral. Há, inclusive, estratégias explícitas nesse sentido, nem sempre bem-sucedidas. No extremo oposto, situam-se aqueles candidatos, a maioria, em geral eleitoralmente malsucedidos, cuja base de recursos

eleitorais se circunscreve a um segmento ou setor específico do funcionalismo ou, então, numa situação de ambivalência, na qual a referência à categoria de origem sindical ou corporativa se agrega a outras estratégias de ampliação das “bases” eleitorais, mas de modo dicotômico. Esse é o caso, por exemplo, dos candidatos que se apresentam como policiais ou, mais especificamente, como policiais militares (“brigadianos”), em nome da polícia militar, mas, simultaneamente, desenvolvem um esforço para destacar outras características sociais e “propostas” ou “bandeiras” pretensamente mais afins ou compatíveis com outros “públicos”, numa ampliação por justaposição. Evidentemente, tudo isso depende tanto das modalidades de inserção sindical, que, por sua vez, estão vinculadas a outras condições (inserção profissional, origens sociais etc.), a recursos acumulados nos respectivos trajetos e às estratégias postas em prática nos diferentes campos de possibilidades. Por outro lado, isso está vinculado também às condições de concorrência em diferentes conjunturas, sendo que pode ocorrer que alguém com determinadas bases de recursos possa obter muito sucesso numa primeira eleição e, posteriormente, não conseguir se reeleger, apesar de pretensamente ter se valido dos mesmos recursos.

Entrando agora mais diretamente na apresentação de algumas indicações relativas às origens e percursos sociais e políticos desses candidatos, e iniciando pelas origens sociais ou, mais especificamente, pela profissão do pai – como nos demais casos, essa informação somente está disponível para os que foram entrevistados e para alguns outros que a expõem como recurso de apresentação pessoal no material de campanha. Assim, não chega a haver uma representatividade estatística, mas é possível se obter um relativo grau de indicação. Para os 14 candidatos vinculados a sindicatos de trabalhadores e funcionários urbanos de empresas privadas, se dispõe de informações sobre a profissão do pai para apenas dois, sendo que um é filho de pequeno agricultor e o outro de ex-pequeno agricultor. Quanto aos 12 candidatos vinculados a sindicatos e movimentos sociais rurais, como seria de esperar, do total de oito com informações disponíveis, todos são filhos de pequeno agricultor. Já no que tange aos 99 candidatos vinculados a algum tipo de sindicato ou associação de funcionários públicos, suas origens são mais diversificadas: dos 23 com informações disponíveis, quatro são filhos de pequenos agricultores, dois de ex-pequenos agricultores, dois de comerciantes, sete de trabalhadores urbanos em geral, cinco de funcionários públicos em geral, um de soldado da polícia militar e, por fim, um é filho de dentista.

Quanto às classificações profissionais, com base na declaração para o registro das respectivas candidaturas, dos 14 candidatos vinculados a sindicatos de trabalhadores e funcionários urbanos de empresas privadas, quatro já eram deputados, classificando-se, portanto, como membros do Poder Legislativo; outros seis se enquadram em categorias profissionais que podem ser agrupadas como trabalhadores de diferentes setores e, além desses, um é classificado como profissional liberal com titulação universitária, outro como trabalhador ou funcionário do comércio e prestação de serviços, outro como

professor de ensino superior e, por fim, um proprietário (certamente, por se tratar de uma dupla classificação). Quanto a esse ponto, também, os candidatos vinculados a sindicatos ou corporações de funcionários públicos mantêm uma maior diversidade de situações profissionais: dos 99, 14 são membros do Poder Legislativo, um membro do Poder Executivo, 23 são classificáveis no agrupamento dos funcionários públicos em geral, quinze como profissionais liberais e assemelhados com titulação universitária, sete como trabalhadores, funcionários ou técnicos do comércio e prestação de serviços, 10 como professores de ensino superior, nove professores de 1º e 2º graus, dois como trabalhadores de diferentes setores, 11 aposentados ou pensionistas e, por fim, cinco se classificam como “outros”.

Quanto à titulação escolar, quase metade ou seis dos 14 candidatos vinculados a sindicatos de trabalhadores e funcionários urbanos de empresas privadas têm algum curso superior completo (do restante, dois têm o superior incompleto, três o 2º grau completo, outros dois o 2º grau incompleto e, por fim, um tem apenas o 1º grau completo). Portanto, como já mencionado, não ocorre uma diferença significativa quanto à escolarização formal desses candidatos, comparativamente ao conjunto em disputa nessas eleições. Quanto aos 12 candidatos de sindicatos e movimentos sociais rurais, esse é o único conjunto de candidatos que, em média, tem um grau de escolarização formal bem inferior. Destes, apenas quatro têm curso superior completo, outros dois superior incompleto, um o 2º grau incompleto e cinco têm apenas o 1º grau incompleto. Já os 99 candidatos ligados a sindicatos ou associações de funcionários públicos têm um grau de escolarização superior ao conjunto (73 têm curso superior completo, 10 têm curso superior incompleto, 11 o 2º grau completo, três o 2º grau incompleto e apenas um tem o 1º grau completo e outro o 1º grau incompleto).

Quanto à filiação partidária, ocorre uma relativa concentração em alguns partidos: dos 14 candidatos ligados a sindicatos de trabalhadores e funcionários urbanos de empresas privadas, a maior parte, ou oito, são do PT, dois do PSTU e os demais se dividem entre o PDT, PL, PPS e PSDB; dos 12 de sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais rurais, oito são filiados ao PT, outros dois ao PSDB e, por fim, um ao PPB e outro ao PDT. Por sua vez, os 99 candidatos de sindicatos e associações de funcionários públicos têm uma maior dispersão quanto à filiação partidária: 30 são filiados ao PT, 13 ao PTB, 12 ao PDT, 10 ao PMDB, seis ao PSTU, cinco ao PPB e três ao PL.

No que tange aos resultados eleitorais, três dos 14 candidatos vinculados a sindicatos de trabalhadores e funcionários urbanos de empresas privadas e cinco dos 12 de sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais rurais foram eleitos. Quanto aos 99 candidatos vinculados a sindicatos e associações de funcionários públicos, apenas seis se elegeram.

Mas, como também já mencionado, esse relativo sucesso eleitoral de parte desses candidatos vinculados ao sindicalismo está associado também ao fato de se tratar, em boa medida, de não estreates na política eleitoral. Ou seja, apesar de o sindicalismo

ser a principal base de recursos eleitorais para alguns e, pelo menos, um dos recursos utilizados por outros, muitos já contam com um trajeto político considerável. Assim, dos 14 candidatos vinculados a sindicatos de trabalhadores e funcionários urbanos de empresas privadas, oito não tiveram participação em eleições anteriores, sendo que as informações não são exaustivas³. Dos 12 candidatos ligados a sindicatos ou movimentos sociais rurais, apenas para quatro não há registro de participação em eleições anteriores, em diferentes níveis e graus de sucesso. Quanto aos 99 candidatos vinculados a sindicatos e/ou associações de funcionários públicos, há uma menor proporção de participação em eleições anteriores: 50 dos mesmos participaram pela primeira vez (pelos critérios de verificação utilizados).

Por fim, algo que certamente está vinculado à mencionada repercussão política e jornalística dos resultados eleitorais, mas também a esses trajetos políticos anteriores: trata-se do fato de que não ocorrem maiores diferenças entre a vinculação a sindicatos e/ou associações de trabalhadores e funcionários e a distribuição desses candidatos pelos cargos em disputa. Ou seja, dos 14 candidatos vinculados a sindicatos de trabalhadores e funcionários urbanos de empresas privadas, 10 disputaram o cargo de deputado federal, três a deputado estadual e um a vice-governador. De modo semelhante, dos oito candidatos vinculados a sindicatos e movimentos sociais rurais, quatro disputaram o cargo de deputado federal e os demais a deputado estadual. Algo um tanto diferente ocorre com os 99 candidatos ligados a sindicatos ou associações de funcionários públicos: 64 dos mesmos disputaram o cargo de deputado estadual, mas, em compensação, dois eram candidatos a governador, outros dois a senador, outro a vice-governador e, por fim, os 30 restantes, a deputado federal.

O sindicalismo de trabalhadores e funcionários urbanos de empresas privadas nas eleições

Apesar de que, para efeitos de exposição, seja melhor operar uma divisão entre os diversos tipos de sindicalismo (de empresas privadas, de trabalhadores rurais e de funcionários públicos), em seu nível mais elevado ou “politizado”, há uma forte convergência entre as modalidades de usos eleitorais do sindicalismo, que fica evidente, inclusive, nas trajetórias de muitos de seus líderes. Como já mencionado, uma das características que torna esses líderes sindicais mais homogêneos, na medida em que se ascende na hierarquia sindical, é o maior grau de escolarização, comparativamente ao conjunto da população e/ou às categorias representadas. Assim, no extremo, não ocorrem maiores diferenças entre os principais líderes de sindicatos urbanos de empresas privadas e de outras categorias, por definição mais escolarizadas, tais como, por exemplo, a dos professores estaduais. Aliás, muitos trajetos sociais se confundem entre atividades e militância sindical no magistério ou mesmo na militância estudantil, e no sindicalismo de trabalhadores e funcionários de empresas.

Isso, no entanto, não significa que não ocorram fortes diferenças relativamente ao conjunto de candidatos, tanto em relação à inserção profissional como sindical e política. Nesse sentido, como representativo de um extremo, pode ser tomado um candidato à reeleição para um quarto mandato a deputado federal pelo PT (novamente bem-sucedido, reeleito com 213.894 votos), cujo percurso entre a condição de líder sindical dos metalúrgicos e a carreira política pode ser tomado como mais “tradicional”. De origens sociais muito baixas, natural de uma cidade industrializada no interior do estado (Caxias do Sul), com um grau de escolarização comparativamente baixo, ou seja, apenas o 2º grau completo ou o antigo ginásio, passou a se destacar como líder sindical na região metropolitana (Canoas e adjacências) e como secretário-geral da CUT no estado, na década de 1980, tendo sido eleito deputado federal pela primeira vez em 1987. Como principal atuação parlamentar, especializou-se inicialmente em “questões salariais”. Porém, apesar de sua identificação como metalúrgico e líder sindical, toda sua apresentação como candidato é fortemente marcada por um esforço no sentido da ampliação das categorias sociais que pretende representar, ou seja: “É a voz dos trabalhadores, desempregados, aposentados, funcionários públicos e de todos os discriminados” (cf. material de campanha). A “discriminação”, no caso, significa principalmente discriminação racial, o que está vinculado ao fato de o candidato ser militante do “movimento negro”. Mas como se trata de um candidato em reeleição para o quarto mandato, todo seu material de campanha está calcado principalmente em sua atuação parlamentar, e as referências às origens profissionais e sociais são mais indiretas e tidas como “originárias” e não como representação direta.

Esse mesmo padrão de um trajeto sindical mais longo, em alguns de seus principais aspectos, é também representado por outros candidatos, como outro a deputado federal pelo PT, então presidente do sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre e da CUT estadual de 1991 a 1997 (sem sucesso eleitoral, 17.148 votos). Com um longo trajeto de dirigente sindical, trata-se também de alguém com um grau relativamente menor de escolarização, o 2º grau completo. Como principal trunfo de campanha, destaca sua “experiência (...) na presidência na CUT do RS e do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre”, mas também sua militância, “que começou aos 20 anos” na Juventude Operária Católica. Porém, mais que a condição de líder sindical de uma categoria profissional específica, os metalúrgicos, sua campanha está assentada em propostas mais amplas (“incentivar os debates sobre a saúde do trabalhador, cultura, formação profissional, educação e cooperativismo”), decorrentes de seu exercício de presidente da CUT e também da respectiva posição no campo sindical, do que decorre, inclusive, sua principal aliança ou “dobradinha” com o único candidato padre (cf. material de campanha), ao passo que o candidato anterior tem em outros líderes sindicais ou do “movimento negro” suas principais alianças verticais ou “dobradinhas”.

Esse padrão de um trajeto sindical mais longo e um menor grau de escolarização, contrasta com outro representado inclusive pelo vice-presidente desse sindicato dos

metalúrgicos de Porto Alegre, também candidato a deputado federal pelo PT (sem sucesso eleitoral, 13.356 votos), que se assemelha mais aos líderes sindicais de categorias como a dos professores. Conforme sua própria apresentação, além dos vínculos com o sindicalismo, estudou “no Seminário dos Capuchinhos por quatro anos. Coursou Administração Pública e Economia na PUC/RS. Morador e dirigente da Casa do Estudante”. Além disso, no município, foi “fundador do PT e seu primeiro presidente. Foi fundador e presidente da Associação da Vila Fátima, tendo também atuado na Associação da Granja Esperança. Participou na luta pelos Colégios Osvaldo Camargo e Fátima. Representou o Brasil no Encontro Internacional de Cooperativismo e Autogestão no Chile” e, em “1996, foi candidato a prefeito em Cachoeirinha, fazendo uma expressiva votação” (cf. material de campanha). Ou seja, apesar de sua condição de líder sindical dos metalúrgicos, trata-se de alguém com origens sociais e trajetória escolar muito semelhantes a de vários outros líderes de categorias como a de professores, bancários etc., sendo, inclusive, originário das colônias italianas e passado por instituições educacionais religiosas, a exemplo de muitos outros desses líderes e mantendo uma postura de uma espécie de “intelectual orgânico” (com um trajeto social e escolar semelhante a um de seus irmãos que é também um dos principais líderes nacionais do MST).

Mas, como mencionado, esse tipo de trajeto profissional e social, dentre esses líderes sindicais, é muito comum e, inclusive, abrange diferentes filiações partidárias politicamente próximas. Para apresentar, a seguir, um candidato de outro partido, o PSB (também não tendo se eleito, 11.641 votos): trata-se do presidente do Sindicato dos Sapateiros de um município da região de produção de calçados (Campo Bom) que, ao resumir seu trajeto como operário, sindicalista e militante político, destaca também as mudanças no estatuto profissional decorrentes da escolarização. Ou seja, além “de suas atividades sindicais e políticas (...) não se descuida dos estudos, estando no nono semestre de Direito na Unisinos” (cf. material de campanha). Portanto, nesse caso, também, a condição de trabalhador e de líder sindical, mesmo de uma categoria tida como de baixa escolarização como a dos sapateiros ou empregados da indústria de calçados, é paralela a uma série de esforços de negação dessa condição profissional, em que se destaca a escolarização como principal investimento.

Ao se tomar os dois candidatos vinculados ao sindicalismo de trabalhadores e funcionários urbanos de empresas privadas de outro partido próximo, o PSTU, ocorre algo semelhante. Assim, por exemplo, o primeiro (com apenas 477 votos), além de metalúrgico, destaca que iniciou “suas atividades políticas na década de 80, no movimento estudantil (...) Logo começou a participar das greves metalúrgicas e da CUT (...) Tendo militado no PT desde a fundação, divergiu do rumo tomado por este e aderiu à fundação do PSTU” (cf. material de campanha). O segundo (com apenas 456 votos), iniciou a “militância política em 85 como vice-presidente do Diretório Acadêmico de Filosofia de Passo Fundo” e, a seguir, como metalúrgico. Mas destaca também que sua “militância não esteve restrita aos metalúrgicos, estando no apoio à luta dos sem-terra,

pequenos agricultores, desempregados e estudantes” (cf. material de campanha).

Como se pode constatar, nesses casos, apesar de se tratar de líderes de uma categoria de trabalhadores industriais de empresas privadas, como a dos metalúrgicos, a inserção política iniciou como liderança estudantil e acompanhou o ingresso no mercado de trabalho. Mas esses trajetos escolares e liderança estudantil se caracterizam por um padrão que se vincula às origens sociais, ou seja: oriundos de municípios do interior do estado, passando por cursos de formação de professores secundários ou em seminários. Sendo assim, apesar da categoria de representação sindical, não ocorrem maiores diferenças em termos de distância social relativamente a outras lideranças sindicais mais escolarizadas, como a dos professores e outras categorias de funcionários públicos.

Algo ainda mais extremo nesse sentido ocorre com uma outra candidata a deputada federal pelo PT, que se apresenta, inclusive, como líder sindical, no caso, dos tecelões, também não eleita, embora relativamente bem votada (26.610 votos). Nesse caso, no entanto, como se trata da mulher do então prefeito de Caxias do Sul, um dos principais líderes estaduais do mesmo partido, evidentemente, a condição de líder sindical consiste em apenas um componente de suas bases de recursos eleitorais. Em todo caso, sua apresentação como candidata está centrada em sua condição de “caxiense, tem 39 anos, é casada com Pepe Vargas (...) Graduada em Artes pela UCS, no final dos anos 70 participou da luta contra a ditadura, integrando o movimento estudantil. (...) Atualmente é vice-presidente licenciada do Sindicato. Faz parte da direção estadual da CUT”, além de ser vereadora e líder da bancada na Câmara de Vereadores local (cf. material de campanha). Portanto, nesse caso, também, se repete aquele padrão mais geral de inserção profissional e sindical: simultaneamente, vinculação de militância estudantil e trajeto escolar com representação sindical e político-partidária.

Para melhor evidenciar essa confluência entre o sindicalismo com base em determinadas categorias de trabalhadores industriais e de funcionários, dentre estes, particularmente o dos professores, um dos melhores trajetos sociais, sindicais e políticos é o do então candidato eleito do PT a vice-governador, em geral tido como o protótipo do sindicalista politicamente bem-sucedido. Natural de São Leopoldo, aos 18 anos começou a trabalhar numa indústria local e a militar no sindicalismo, na então chamada oposição metalúrgica. Porém, conforme depoimento em um jornal local, nessa mesma época conheceu um futuro prefeito de Porto Alegre (Raul Pont), “então professor de Ciências Sociais na Unisinos, onde (...) começara a estudar”, o qual “foi uma das referências para o início da militância no PT”. Em 1984 passou a trabalhar numa empresa do Pólo Petroquímico, “onde se projetou como dirigente sindical, vindo anos mais tarde a assumir as secretarias de Política Sindical da CUT estadual e nacional”. Com base nisso, em 1994 foi eleito deputado federal (*Zero Hora*, 27/10/99: 6).

Portanto, apesar do longo percurso como militante e dirigente sindical no setor industrial, trata-se de alguém com curso superior completo. Além disso, seu percurso escolar se assemelha e se confunde em muitos aspectos com o de outros líderes sindicais

e políticos, sendo que a própria esfera escolar, em conjunto com a atuação sindical, servem de principal base para a inserção nas redes usadas tanto na política sindical como eleitoral.

A título de comparação, dentre outros, pode ser tomado o caso de um outro líder sindical, dos professores, embora com atuação também em outras categorias. Trata-se de um candidato a deputado estadual pelo PT, que acabou se elegendo e sendo escolhido para Líder do Governo na Assembléia Legislativa, também com curso superior completo. A principal diferença, mais que a categoria profissional representada, é a maior mobilidade geográfica e profissional, por se tratar de alguém oriundo de um município do interior (Santa Rosa), de uma família em rápida reconversão social e profissional. Filho de um imigrante alemão, ex-agricultor e caminhoneiro, com mais quatro irmãos, todos com curso superior, esse candidato inicialmente estudou como interno num colégio agrícola (em Cachoeirinha). Posteriormente, iniciou o curso de administração de empresas na cidade de Rio Grande, onde trabalhava numa empresa de extensão rural e, mais tarde, foi aluno de engenharia em Passo Fundo, quando se tornou professor estadual. Por fim, ingressou na Unisinos, em São Leopoldo, para cursar processamento de dados, quando também conheceu o mencionado prefeito de Porto Alegre, então professor de ciências sociais, e passou a atuar nos movimentos estudantil e sindical. “A reorganização dos centros acadêmicos da Unisinos foi uma preparação para o ingresso no movimento sindical do magistério estadual, em 1984”, como membro do Cpergs (sindicato dos professores estaduais) e do Conselho Nacional dos Trabalhadores em Educação. Em 1989 acabou se elegendo vereador em São Leopoldo, tendo sido candidato a prefeito e derrotado em 1992 e em 1996. Em compensação, passou a coordenar as eleições de 1994 pelo partido e, posteriormente, a atuar como chefe de gabinete do prefeito de Porto Alegre, além de ser o “coordenador das relações da prefeitura da Capital com a Região metropolitana”, na qual está incluído o município de São Leopoldo (*Zero Hora*, 6/1/99:16). Portanto, apesar de se tratar de um líder sindical de uma categoria profissionalmente muito diferente da dos trabalhadores e funcionários urbanos de empresas privadas, tanto as características sociais como o trajeto escolar e político se confundem com o dos líderes sindicais tidos como mais típicos daquelas categorias de operários industriais.

Inclusive, a polivalência típica desses líderes sindicais, que se notabilizam e que tentam converter esse “capital social coletivo” (Gaxie & Offerlé, 1985), baseado na representação sindical, nesse caso fica ainda mais evidente. A própria trajetória estudantil e profissional se confundem com os investimentos em liderar e representar a categoria à qual está vinculado. Assim, por exemplo, a apresentação desse candidato para efeitos de campanha eleitoral consiste na exposição de uma sucessão de postos ocupados na militância estudantil e sindical de diferentes categorias (cf. material de propaganda). Assim, tanto a vida estudantil como a profissional equivalem a uma sucessão de posições de representação e de liderança e, simultaneamente, de esforços no

sentido de convertê-las em recursos eleitorais, a começar pelas candidaturas a vereador e a prefeito e, posteriormente, a cargos mais gerais, seja por cooptação ou eletivos.

Mas essa comparação pode ser feita também com outros candidatos, como um a deputado federal pelo PT que não chegou a se eleger, mas se tornou Secretário de Trabalho. Imediatamente antes das eleições, esse candidato ocupava o cargo de chefe de gabinete do então deputado federal eleito vice-governador, vinculado ao sindicalismo dos metalúrgicos. Profissionalmente, se classifica como “sociólogo e historiador” e, a exemplo da quase totalidade desse tipo de candidato, é “filho de pequenos agricultores”. Também “iniciou sua atuação política e social em 1970 na Pastoral da Juventude” e no período universitário foi coordenador do Centro Acadêmico e presidente do Centro Evangélico Universitário de Porto Alegre. Posteriormente, foi um dos “fundadores do PT”. Mas, além “das atividades políticas, atuou entre 1974 e 1994 na organização e educação popular junto a trabalhadores urbanos e rurais, contribuindo na fundação e consolidação da CUT”. Além disso, foi candidato a prefeito de Novo Hamburgo em 1996, não chegando a ser eleito (cf. material de campanha).

Essa relativamente forte escolarização, em conjunto com a mobilidade social e mesmo geográfica, bem como com os fortes investimentos em esferas sindicais que transcendem as categorias profissionais específicas, parece estar na base dessas possibilidades de reconversão da representação sindical em apoio eleitoral, pelo menos para parte desses candidatos eleitoralmente bem-sucedidos. Isso, no entanto, muitas vezes equivale a um relativamente longo percurso, não apenas de militância sindical e estudantil, mas também em termos político-eleitorais, frequentemente começando por eleições de âmbito mais local, como a candidatura a vereador em cidades médias ou grandes ou, então, a cargos mais elevados, porém, com poucas chances, como alguns dos casos descritos evidenciam. Em todo caso, é notável que esse tipo de candidato, ou seja, líder sindical de empresas privadas urbanas, em geral, tenha um relativo sucesso eleitoral; entretanto, de forma simultânea, consiste num conjunto quantitativamente reduzido.

Os candidatos vinculados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Se no caso dos candidatos vinculados ao sindicalismo de trabalhadores urbanos de empresas privadas é possível se discernir alguns mecanismos que criam determinadas condições para a reconversão da liderança sindical em recursos eleitorais, tais como um maior grau de escolarização e a militância estudantil associada a esse sindicalismo, além das centrais sindicais, entre os vinculados aos sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais rurais também ocorrem alguns outros mecanismos nesse mesmo sentido. Esse é o caso, particularmente, de movimentos como o dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra (MST) e, mais especificamente, de toda uma rede de lideranças e mediadores que se formou, além de alguns outros mecanismos mais formalizados, como é o caso da federação sindical. Essa última, no entanto, por seu caráter mais sindical e menos de “movimento”, apesar de ter divulgado em seu jornal a lista de todos os candidatos que haviam sido presidentes de sindicatos, enquanto instituição, não tomou posição. Ou seja, entre a lógica e posições sindicais e as da política eleitoral, tendo em vista à preservação de seu caráter sindical, a estratégia adotada por sua direção foi no sentido de divulgar as candidaturas vinculadas de algum modo ao sindicalismo de trabalhadores rurais, mas com o cuidado de não entrar nos clivagens propriamente político-eleitorais. Essa não foi a posição tomada pelas lideranças do MST, que, aliás, foi a única organização que, nessas eleições, tomou uma posição pelo menos formalmente unânime de apoio aos candidatos do PT⁴.

Mas, no que respeita à essa representação em nome dos trabalhadores rurais sindicalizados ou, então, dos “sem-terra”, nessas eleições já existe uma relativa acumulação de recursos de relações e de mobilização, inclusive com diversos líderes com mandatos em cargos políticos, o que contribui para essas possibilidades de “politização” da representação classista ou sindical. Mas nesse caso, também, há uma confluência de diferentes esferas de atuação e de redes de sociabilidade que convergem e podem contribuir, em graus variados, conforme cada candidato tomado individualmente, para as possibilidades de legitimação de candidaturas em nome desse tipo de sindicalismo ou, então, do “movimento”.

Mas, como mencionado, esses candidatos que têm no sindicalismo de trabalhadores e movimentos sociais rurais uma base de recursos eleitorais constituem um grupo dos poucos (além de outros, como os vinculados a determinadas igrejas) que se caracterizam por ter um grau de escolarização, em média, bem mais baixo. A maior parte tem apenas o 1º grau incompleto, mas, por outro lado, pelo menos um terço dos mesmos tem algum curso superior, completo ou incompleto. Porém, o que cabe destacar é que essas diferenças de grau de escolarização estão vinculadas aos diferentes trajetos sociais e escolares e, inclusive, às diferentes modalidades e condições de ingresso nas atividades sindicais e, mesmo, político-eleitorais.

Nesse sentido, um padrão de inserção sindical ou política em pauta pode ser representado por um candidato à reeleição a deputado federal pelo PSDB (sem sucesso, apesar de relativamente bem votado, com 44.727 votos). Tendo iniciado uma carreira como presidente do sindicato de trabalhadores rurais de seu município de origem (Frederico Westphalen), ascendendo posteriormente na estrutura sindical como vice-presidente e, após, presidente da federação estadual (Fetag) e vice-presidente da confederação nacional (Contag), seu ingresso na política eleitoral como candidato somente ocorreu após esse longo percurso como dirigente sindical. Nesse caso, o fato de ter apenas o 1º grau incompleto está vinculado a essas origens sociais, ou seja, filho de pequeno agricultor cuja profissão paterna somente foi abandonada quando da ocupação de

postos sindicais, numa seqüência mais ou menos estável. Apesar de, como dirigente, evidentemente, manter uma estratégia de representação do conjunto da categoria, de difícil definição, no campo sindical sempre se manteve numa posição de “equilíbrio”, seja relativamente ao movimento dos “sem-terra”, em ascensão, ou aos temas tidos como mais polêmicos. Em todo caso, trata-se de um trajeto que começa pela passagem da condição de “pequeno proprietário” para a de dirigente sindical, inicialmente em âmbito municipal e, após, estadual e nacional, conseguindo capitalizar a série de mobilizações da categoria em torno de diversas “questões” (previdência social, preços e financiamento agrícola etc.). Porém, apesar de vários candidatos também terem sido presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais, este é o único caso que se caracteriza pela passagem direta de um longo percurso como dirigente sindical e de sua reconversão em mandato parlamentar. Os demais casos, tanto os bem como os eleitoralmente malsucedidos, em geral incorporam outros componentes ou associações com outras esferas sociais, mesmo se se tomar os mais antigos.

Dentre esses componentes, destacam-se, dentre outros, as relações com setores de igrejas envolvidos em lutas sociais e ideológicas, movimentos como o dos “sem-terra” ou, então, mais específicos e localizados, tais como o “contra às barragens”, experiências prévias em cargos locais como de vereador ou prefeito, e, em alguns casos, uma maior escolarização e incorporação disso às estratégias sindicais e eleitorais. Quanto a alguns desses componentes ou, mais especificamente, às associações entre atuação em movimentos promovidos por setores de igrejas e o MST, o percurso de um candidato à reeleição como deputado federal pelo PT (reeleito com 51.520 votos), tendo sido antes deputado estadual, é exemplar. Esse candidato também conta apenas com o 1º grau incompleto e inicialmente foi presidente do sindicato de trabalhadores rurais em seu município de origem (Miraguai). Isso é destacado, inclusive, como trunfo eleitoral em seu material de campanha: “O primeiro agricultor que largou a enxada e foi para o parlamento gaúcho (...) começou sua luta em favor dos pequenos agricultores de Miraguai, presidindo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, nessa luta sindical, junto com vários outros companheiros foi fundador do MST” (cf. material de campanha).

Porém, como se pode observar pela própria apresentação como candidato, trata-se de um outro uso do sindicalismo, em associação com o MST. Mas existem outras esferas, além do MST, a começar pela sua inserção inicial em atividades vinculadas à Igreja Católica, ou conforme suas próprias declarações a um jornal local, ao destacar sua competência oratória: “...começou a se destacar como orador bem antes de ser candidato. Essa habilidade o distinguiu com a função de ministro da Eucaristia (...) Era o auge da Teologia da Libertação, a interpretação social da Bíblia” (*Zero Hora*, 13/11/98: 18). Esse “prestígio como religioso conduziu sua ascensão no Sindicato”, nas comunidades Eclesiais de Base (CEB) e na Pastoral da Terra. “As duas semearam o terreno onde nasceria uma das mais poderosas organizações de luta pela reforma agrária na América Latina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”

(*idem*). Evidentemente, trata-se de uma interpretação do surgimento do movimento da perspectiva de alguém mais diretamente vinculado a atividades religiosas, mas pouco importa seu grau de objetividade e, sim, o fato de que essa interconexão de esferas religiosas e sindicais e sua “politização” são vistas como sendo a base de sua trajetória em ascensão. Mas, além das esferas sociais, dos movimentos mencionados e da CUT, há um outro tipo de atividade que, no caso, compõe os recursos de legitimação enquanto líder, seja no campo sindical ou eleitoral: as atividades “artísticas”, visto tratar-se de um “músico” e “poeta” (com dois livros publicados, não por coincidência por uma editora vinculada à Igreja Católica, a Vozes, versando sobre temas tais como “reforma agrária” e afins).

Mas, para o que está em pauta, o importante a destacar é que, como se trata de um percurso que cronologicamente se iniciou numa conjuntura anterior, comparativamente a de outros candidatos desse mesmo padrão, a “politização” ou, mais especificamente, a “partidarização” desse conjunto de atividades e relações sociais foi posterior e, inclusive, com algumas ambivalências: conforme um depoimento a um jornal, ao ser presidente do sindicato, teria percebido que o “sindicato é bom, mas, na hora de fazer as leis, a caneta está nas mãos dos políticos” e, portanto, seria “preciso escolher um representante do próprio grupo”. Porém, “faltava escolher o partido”, embora se identificasse originalmente com o PDT, acabou aderindo ao PT, ao contrário de outros candidatos cuja vinculação partidária é anterior ao ingresso nos “movimentos sociais”.

Mas ainda quanto ao grau de escolarização desse tipo de candidato e, mais especificamente, às suas relações com as atividades parlamentares, há um outro ponto que se destaca, a saber: diferentemente de deputados franceses estudados por Grèzes-Ruiff (1994) cujo baixo grau de escolarização se constitui num estigma num meio marcado pela cultura escolar, no caso em pauta, ao que tudo indica, a capacidade retórica pode compensar essa menor cultura escolar formal. Seja porque o conjunto dos parlamentares atribuem uma menor importância à cultura escolar, ou então, por outras razões, em geral, não parece haver uma maior estigmatização quanto a esse ponto. O candidato em pauta é um dos poucos que, até onde vão as informações disponíveis, admite ter sofrido algum constrangimento quanto a isso e, mais especificamente, devido às suas origens e condição social, quando eleito deputado estadual⁵.

Algumas variantes desse tipo de inserção sindical e política, próximas do apresentado acima, são representadas por percursos como os de outros dois candidatos do PT, com pesos diferentes entre essas esferas de atividades e sociabilidade, tais como organizações religiosas, movimentos sociais e, em alguns casos, ocupação de cargos públicos. O primeiro, candidato a deputado estadual foi eleito (25.162 votos) e passou a atuar como Líder da Bancada do partido e, após, tornou-se Líder do Governo na Assembléia Legislativa Também filho de “pequeno agricultor”, com apenas o 1º grau incompleto, se caracteriza por um percurso mais diretamente marcado pela participação e liderança de movimentos sociais e, quase simultaneamente, pela ocupação de postos

em organismos públicos locais. Sua própria apresentação como candidato está toda centrada nesse trajeto como base de legitimação (cf. material de campanha).

Nesse caso, a condição de “pequeno agricultor” e de sindicalista consistem em apenas um dos recursos que funciona em combinação com outros adquiridos no trajeto de militante sindical, em “movimentos sociais” e na política partidária. Disso resulta, inclusive, sua experiência na ocupação de cargos públicos e, dentre esses, a de gestor de políticas de saúde, que compensa sua menor escolarização e outros recursos sociais e culturais. Inclusive, na apresentação jornalística de seu “perfil”, é destacado que se trata de “um agricultor que entende de saúde”, sendo enfatizada sua atuação nessa área, mas também o conjunto de atividades políticas e sindicais (*Zero Hora*, 16/12/98: 18). Evidentemente, como atuação parlamentar, esse tipo de tema, envolvendo políticas de saúde e de incentivo à “agricultura familiar”, concentram sua atuação.

O segundo candidato se assemelha, embora com algumas diferenças. Também concorrendo a deputado estadual, tendo sido eleito (33.982 votos), é filho de “pequenos agricultores”, com o 1º grau incompleto. Tem um trajeto mais diretamente centrado em sua atuação no MST, inicialmente por influência direta de setores da Igreja Católica (cf. material de campanha). Do mesmo modo, em um depoimento para um jornal local, destaca seu trajeto de líder de mobilizações e acampamentos do MST, tendo participado da “ocupação” de “15 fazendas”, e sua experiência de “acampado” sob “lona preta”. Porém, mais especificamente no que tange aos recursos eleitorais, sua eleição é atribuída à “sustentação” do MST, e a própria “decisão pela candidatura (...) surgiu de infindáveis reuniões com o PT e o MST, além de outras organizações de agricultores” (*Zero Hora*, 14/12/98:14).

Uma variante desse tipo de inserção sindical e política, menos diretamente vinculada a “movimentos” e mais centrada em uma determinada categoria de “trabalhadores rurais”, pode ser representada por outro candidato a deputado federal pelo PT (sem sucesso, com 16.503 votos), também com o 1º grau incompleto, cuja principal base de recursos eleitorais está assentada em sua condição de “líder” de um determinado segmento, embora não tenha sido dirigente sindical. Porém, essa liderança também se vincula a atividades ligadas à Igreja Católica e à disputa de eleições locais, tendo sido vereador. Quanto aos “trabalhadores rurais”, sua base de atuação inicial consiste numa categoria muito particular, a dos produtores de fumo. Sua apresentação como candidato destaca que nasceu no interior do município, filho “de uma família de colonos humildes”, que ingressou na Pastoral Rural e se tornou “líder do movimento dos produtores de fumo”. Mas, entre os “apoiadores da candidatura (...) encontram-se agricultores, professores, profissionais liberais, operários da indústria, trabalhadores do comércio, construção civil e de outros serviços, pequenos e médios empresários” (cf. material de campanha).

Portanto, para esse tipo de candidato, mais que o sindicalismo e uma categoria profissional específica, trata-se de vínculos com um conjunto de atuações e esferas de

atividades, respaldado por uma certa renovação ideológica com base no catolicismo e a posterior ampliação disso, tendo em vista sua reconversão em recursos eleitorais.

Mas, como mencionado, a exemplo dos candidatos com base no sindicalismo de trabalhadores e funcionários urbanos de empresas privadas, em que para alguns não ocorrem maiores diferenças quanto à escolarização relativamente ao conjunto dos candidatos ou de representantes sindicais de categorias mais escolarizadas, para uma parte dos que tem nesse sindicalismo de trabalhadores rurais seu principal recurso também ocorre algo semelhante. A inserção e ascensão na carreira sindical e o ingresso na política eleitoral são paralelos a uma maior escolarização. Certamente não é mera coincidência que, em geral, dentre os mais escolarizados estejam os eleitoralmente mais bem-sucedidos.

Um dos casos mais representativos nesse sentido é o de outro candidato à reeleição como deputado estadual pelo PT, com sucesso (30.282 votos). Inclusive em sua apresentação como candidato é destacado o fato de ter sido presidente do sindicato de trabalhadores rurais de seu município de origem (Santo Cristo), bem como sua atuação na CUT e na formação do partido na região, de ser “filho de pequenos agricultores” e a “agricultura familiar e a reforma agrária” serem os principais “eixos” de seu mandato (cf. material de campanha). Porém, em termos escolares, fez o 2º grau num colégio religioso em Canoas, graduou-se em história e assim passou a ser professor, e estagiou em organizações católicas no Pará, onde atuou na Pastoral da Juventude. Eleitoralmente, antes de se candidatar pela primeira vez a deputado estadual em 1990 sem sucesso e em 1994, quando assumiu como suplente, já havia concorrido em 1988 para o cargo de prefeito do município de origem e, em 1996, foi eleito vereador. Portanto, a passagem pela presidência do sindicato, nesse caso, representa apenas um ponto num trajeto dirigido à militância política e em diferentes outras esferas, dentre as quais se destacam as vinculadas à Igreja Católica e à militância estudantil, com uma posição muito definida, a chamada “democracia socialista”.

Desse modo, há um processo de acumulação e ampliação das esferas de atuação e reconhecimento, no qual, em suas palavras, “tem as lideranças (...) que nessas áreas atuam tanto na Igreja, como no movimento sindical e partidário, tem uma afinidade muito forte fora do município, em vários municípios (...) Como teve também um acompanhamento de fora, da CUT”, ou seja, “articulações que extrapolam a região”. Posteriormente, o “fato de ser deputado e estar permanentemente atuando na região com os projetos e com a imprensa, intervenções, se afirma, o mandato reforça o nosso trabalho na região” (entrevista).

Um segundo caso desses candidatos com base no sindicalismo de trabalhadores rurais com um alto grau de escolarização, apesar das origens sociais evidentemente semelhantes, aponta para a possibilidade de um percurso sindical e político muito diferente. Trata-se de um candidato à reeleição a deputado estadual pelo PDT, que teve sucesso (38.691 votos), com curso superior completo e especialização no exte-

Nesse caso, também, sua família de origem não teria um maior envolvimento com a política, apesar do “gosto”. Em sua visão retrospectiva das origens sociais como agricultor, o destaque é dado ao esforço de negação dessa condição, em que entram como recursos tanto a “política” como a escolarização. O primeiro esforço nesse sentido de se distanciar das atividades agrícolas foi cursar o técnico agrícola em casa de parentes, que acabaram sendo concorrentes políticos mais tarde, quando foi candidato a prefeito em seu município de origem (Soledade). Mas, antes do ingresso na política partidária, foi presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, que, posteriormente, “foi a base maior (...) Foi por ali que construí a minha candidatura. Se não fossem os sindicatos, eu não teria vivência partidária, eu não tinha convivência partidária praticamente nenhuma”. Quando se filiou ao PDT, partido pelo qual foi candidato a prefeito e a deputado em 1990 e novamente em 1992, derrotado nas duas. Simultaneamente, começou a atuar como radialista, de início como funcionário da cooperativa local e, posteriormente, “fazia um programa do sindicato, que eu era presidente, mas fiquei muito conhecido pelo rádio”. Com base nessa popularidade, elegeu-se deputado estadual em 1994, sendo que “minha campanha foi baseada nisso” (entrevista).

Porém, paralelamente a essas atividades sindicais e partidárias, investiu fortemente na escolarização e seu próprio material de campanha destaca-o como “Técnico Agrícola, tecnólogo em Cooperativismo com Pós-graduação em Economia Rural e Cooperativismo. Fez cursos de especialização na Argentina, França e Israel. É Master Trainer em Programação Neurolingüística” (cf. material de campanha). Essa última “especialização”, a neurolingüística, no momento da campanha era a mais valorizada e, simultaneamente, um novo modo de obtenção de recursos eleitorais, na medida em que a publicação de livros e a realização de palestras sobre o tema seriam uma fonte de notabilidade. Por outro lado, tornou-se também uma espécie de filosofia social e de referência para a definição das atividades políticas (*idem*). Em síntese, apesar de formalmente se tratar de sindicalistas que se valem dessa condição para o ingresso na política eleitoral, tanto as condições concretas como os significados disso dependem da interseção com outras esferas e disputas ideológicas.

Sindicalismo e associações de funcionários públicos: divisões e “bases” eleitorais

Como mencionado, há aproximadamente uma centena de candidatos (do total de 649) que têm alguma vinculação com sindicatos e/ou associações de funcionários públicos. Porém, há também uma diversidade muito grande quanto ao significado e aos usos desse recurso eleitoral e, portanto, antes de abordar diretamente esse tipo de candidato, é necessário apresentar algo sobre essa diversidade quanto ao uso das relações com a condição de funcionalismo público.

A primeira grande divisão que deve ser destacada nesse conjunto de candidatos

está vinculada à mencionada amplitude da “categoria” ou segmento de funcionários públicos, em nome dos quais a candidatura pretende se legitimar enquanto representação política. Quanto a isso, se pode tomar um *continuum*, no qual, num dos extremos se situam os candidatos de categorias quantitativamente mais amplas, dentre as quais se destacam os professores estaduais e, de certo modo, os policiais militares, além de outras que ocupam uma situação intermediária, como é o caso da dos funcionários de grandes empresas públicas, como os bancários de bancos públicos, eletricitários, telefônicos, em síntese, de grandes corporações públicas, em geral, tradicionalmente organizados em sindicatos e/ou associações. No extremo oposto dessa divisão, situam-se aqueles candidatos vinculados a um determinado setor ou “categoria” muito particular ou quantitativamente restrita de funcionários públicos, em geral adscritos a um determinado órgão público ou, então, cuja classificação tem como base a especialização escolar e sua consagração burocrática nos recortes e hierarquias das respectivas carreiras, tais como, por exemplo, os “técnico-científicos” de determinado setor, os “fazendários”, veterinários, e assim por diante.

Um segundo critério que pode ser usado para descrever essa diversidade são as modalidades de usos dessa relação com o funcionalismo público enquanto recurso eleitoral em potencial. Quanto a isso, um dos critérios mais gerais de discriminação que pode ser utilizado consiste no mecanismo que configura as relações entre determinado candidato e a categoria que pretende representar. Nesse sentido também, se pode estabelecer uma bipolarização, na qual, num extremo, se situam aqueles candidatos cuja liderança e notabilidade foi forjada com base em algum tipo de representação sindical ou corporativa, em que há um processo de especialização prévia na atuação enquanto representante “classista” em nome da categoria. Nesses casos, freqüentemente a militância sindical e partidária quase se confundem. No extremo oposto, situam-se aqueles candidatos cujo uso de sua condição de funcionário público e da vinculação com a respectiva categoria de origem tem como base mais o pertencimento à própria categoria que a representação sindical. Como é demonstrado adiante, muitos desses candidatos, mais que alegar qualquer representação sindical, se apresentam simplesmente como pertencentes a determinadas corporações e, portanto, é em nome da condição de funcionário de determinada categoria ou setor que é pretendida a legitimação da condição de candidato representativo. No limite, pode haver uma confusão entre a carreira e a posição de liderança em conflitos internos a determinada corporação e ocupação de postos administrativos. Esse é o caso, por exemplo, de determinados policiais supostamente bem-sucedidos ou, mesmo, de diretores de empresas estatais, quando a condição de dirigente administrativo se confunde com a representatividade da própria corporação ou setor do serviço público.

Um terceiro critério que pode estar presente na diferenciação desses candidatos que têm nos funcionários públicos uma base de recursos eleitorais é a amplitude maior ou menor de suas pretensões de representatividade. Ou seja, para além da amplitude

quantitativa da categoria de funcionários em nome dos quais se apresentaria a representação sindical ou eleitoral, há uma forte diferença quanto às possibilidades e estratégias e, inclusive, ambivalências quanto ao significado dessa representação. Isso está na base de fortes clivagens e lutas políticas, visto que é a própria legitimidade da representação e, por outro lado, de suas possibilidades práticas de obter adesão, além das diferenças ideológicas e de capital cultural entre os candidatos envolvidos, que estão em jogo. Nesse ponto também, é possível se estabelecer um pólo no qual se situam aqueles candidatos que, mais ou menos independentemente da amplitude numérica da categoria a ser representada sindical ou eleitoralmente, se pretendem porta-vozes de ideologias ou “projetos” que abarcam tanto as “questões imediatas” da respectiva categoria, passando pelas lutas de definição do “papel” da função exercida e abrangendo a fundamentação de posições políticas que pretendem transcender os limites “corporativos”. No extremo oposto, situam-se aqueles candidatos cuja apresentação e tentativa de legitimação da candidatura não pretendem ir além da “defesa da categoria” ou corporação, em seu sentido mais imediato.

Isso, no entanto, não se reduz à amplitude numérica da categoria, visto que depende, em primeiro lugar, do processo de constituição da representação sindical e dos recursos sociais dos que conseguem se impor como representantes sindicais e, posteriormente, como candidatos à representação política. Um dos melhores exemplos disso são os eletricitários que apesar de numericamente terem conseguido eleger de forma sucessiva o “seu” deputado, as pretensões nunca foram além da representação mais estritamente corporativa, em seu sentido mais imediato. Como exemplo do extremo oposto, poderiam ser tomados determinados candidatos de categorias muito específicas, que se pretendem mais “políticas” e cuja legitimação da candidatura tem a pretensão simultânea de apresentá-los como porta-vozes do conjunto dos funcionários públicos, com uma postura política pretensamente mais geral. Em segundo lugar, se essa bipolarização, por um lado, está vinculada ao tipo de representação sindical ou corporativa em jogo, por outro, depende também da posição social e dos recursos culturais e profissionais da respectiva categoria. Assim, por exemplo, uma categoria muito específica como a dos delegados de polícia pode possibilitar ao respectivo candidato se apresentar em nome da corporação dos policiais, mas, por outro lado, também como alguém que detém o domínio da legislação criminal e dos “problemas” que somente poderiam ser “resolvidos” no âmbito legislativo. Algo semelhante ocorre com outros candidatos oriundos de outras profissões vinculadas ao serviço público, com um alto grau de escolarização e monopólio de competências, como antigos juizes, promotores etc., que podem se apresentar como “defensores da sociedade”, e, simultaneamente, como detentores de determinado saber, pretensamente vinculado a “problemas políticos”.

Ainda quanto a essas características e diferenciações gerais desses candidatos vinculados ao funcionalismo público, há ainda uma última dimensão que deve ser mencionada para uma melhor compreensão de suas estratégias e esforços no sentido de

legitimação como pretendente a um cargo público: trata-se do simples fato de consistirem em representantes, em algum grau ou forma, de funcionários públicos. Isso pode permitir, dependendo das condições e estratégias postas em prática, a fundamentação de posições políticas com base numa espécie de homologia entre o caráter “público” da categoria ou sua função e a defesa de determinadas bandeiras. Ou seja, pode permitir generalizar a perspectiva da categoria para supostos interesses de outros conjuntos sociais, dependentes dos “serviços públicos”. Evidentemente, o grau de afinidade e, portanto, de possibilidades dessa conversão de interesses de categorias de funcionários públicos em “problemas gerais” da população é muito variável para cada caso e, além disso, depende de cada posição ideológica, sendo mais provável, por exemplo, para os candidatos de “esquerda” e/ou nacionalistas, em síntese, para os que utilizam princípios ideológicos e posições políticas mais afins com algum tipo de estatismo. Mas também para isso podem ser elaborados e postos em prática mecanismos de generalização, mesmo na esfera sindical, dentre os quais se destacam as organizações inter ou supra-sindicais.

Mas, ante a essa diversidade de condições de representação sindical e também de usos de organizações de funcionários públicos para a legitimação de candidaturas, talvez seja melhor tomar algumas das principais categorias separadamente. Para tanto, é melhor iniciar por uma das que mais conta com candidatos e que se destaca por sua participação eleitoral, ou seja, a dos professores estaduais.

Os candidatos professores estaduais

A participação dos professores de 1º e 2º graus e, dentre estes, basicamente os professores estaduais, nos processos eleitorais no Rio Grande do Sul, tem sido uma constante, nas últimas décadas e, independentemente do número de eleitos, tem havido um crescimento do número de candidatos que se apresentam em nome da categoria. Esse crescimento do número de candidaturas, ao que tudo indica, está diretamente vinculado ao crescimento das mobilizações, particularmente visando a aumentos salariais, que se intensificaram a partir do final dos anos 70.

Um dos efeitos dessas mobilizações é o surgimento e afirmação de um conjunto de líderes sindicais destacados e com notabilidade no conjunto do estado, além do reforço de determinados “sistemas de ação” (Lagroye, 1991), que os aproxima de outras categorias. Por outro lado, deve ser levado em conta a dimensão quantitativa da categoria, que, como mencionado, numericamente equivale a mais de cem mil professores, representando quase a metade do conjunto do funcionalismo estadual. Seja como for, já na década de 1980, como resultado da notabilidade adquirida nas mobilizações e greves anteriores, foi eleito o primeiro deputado diretamente como representante dessa categoria (Hermes Zaneti, que em 1998 era suplente de senador pelo

PMDB e, profissionalmente, se tornou advogado consultor de empresas). Nas eleições subsequentes, sempre houve um conjunto de candidatos, alguns dos quais eleitos, cuja base de recursos eleitorais, exclusiva ou não, são os professores estaduais. Portanto, os candidatos em pauta das eleições de 1998 são provenientes desse processo de formação de lideranças sindicais e posterior tentativa de conversão dessa liderança em capital político, aproveitado eleitoralmente ou, então, em cargos por cooptação ou “indicação”.

Como já mencionado, cerca de nove candidatos dessas eleições se classificaram quando do registro da candidatura como professores de ensino de 1º e 2º graus. Isso, no entanto, não chega a representar o total, visto que muitos se classificam como pensionistas, por já não estarem “na ativa”, ao passo que outros podem ser classificados em mais de uma das categorias profissionais propostas, como é o caso, inclusive, dos que já ocupam cargos públicos, mas cuja base de recursos eleitorais continua sendo os professores. Num levantamento realizado por um jornal local, foi elencado um total de 34 candidatos classificados como professores (*Zero Hora*, 1/10/98:8), porém, independentemente de ser ou não estadual e do exercício efetivo da profissão. Evidentemente, boa parte dos mesmos exerce outra função, e as referências à condição de professor adquirem significados muito diversos. Em todo caso, independentemente do grau em que os professores estaduais constituem a base de recursos eleitorais, exclusiva ou de modo mais difuso, como um componente dentre outros, a principal distinção que deve ser feita é entre os que forjaram sua liderança e notabilidade no respectivo sindicato (Cpergs) e respectivas mobilizações e, por outro lado, aqueles que, apesar de sua condição profissional de professor, tanto a decisão da candidatura como as estratégias eleitorais extrapolam essa classificação. Desse conjunto de candidatos, pelo menos quatro são sindical e eleitoralmente oriundos de modo mais direto desse sindicalismo, embora nas eleições em pauta a maior parte mescle isso com a ocupação de cargos públicos, legislativos ou por cooptação, como consequência dessa liderança anterior. Outros se situam numa posição intermediária, ou seja, lideranças de âmbito regional, sem abrangência estadual, para os quais a referência à atuação sindical consiste num componente a mais de recursos eleitorais. Por fim, aqueles cuja condição de professor representa mais uma classificação profissional que propriamente liderança sindical.

Evidente, no que tange às origens, mas principalmente aos trajetos escolares e sociais, esse conjunto de candidatos em nome dos professores se diferencia do conjunto dos demais. Porém, mesmo os que são candidatos de destaque se diferenciam entre si pela maior ênfase no sindicalismo ou, então, por uma ascensão mais diretamente vinculada à ocupação de postos por cooptação nas burocracias públicas, se bem que haja uma inter-relação muito forte entre a posição de destaque nesse sindicalismo e a ocupação de cargos como de delegado ou secretário de educação. Uma candidatura representativa dos que se apresentam em nome dos professores e cuja ascensão está centrada na ocupação de cargos por cooptação é a de uma candidata a deputada estadual pelo PMDB, sem sucesso (24.695 votos), tendo sido secretária da Educação dos dois

governos anteriores. Porém, mesmo anteriormente à ocupação desse tipo de cargo de âmbito estadual, já havia sido delegada da Educação e diretora de escola, e inclusive todo seu material de campanha eleitoral está centrado na “experiência” e “competência” (ou no *slogan* “pensamento e ação”) adquiridas nesse tipo de cargo. Seu currículo de apresentação como candidata consiste basicamente numa sucessão de cargos públicos desse tipo, além da condição de professora e sua “luta” pela “causa da educação”, ou seja, a “educação” vista de uma perspectiva mais “administrativa” ou de “mediação” (no sentido utilizado por Jobert & Muller, 1985) e como um “setor” (cf. material de campanha). Em síntese, um trajeto de ocupação de postos administrativos vinculados à área educacional, todos com base na cooptação, em nome da “educação” e dos “professores”, mas não diretamente de seu sindicalismo. Um percurso muito semelhante é representado por outra candidata a deputada estadual pelo PDT, sem sucesso eleitoral (8.289 votos), também ex-secretária estadual da Educação (1990/1994), com outra candidatura em 1990, também sem ser eleita. A principal diferença é que, por se tratar da mulher de um ex-governador do qual foi secretária da Educação, os laços de parentesco têm um maior peso enquanto recurso eleitoral.

Algo bem diferente, no entanto, ocorre com outros trajetos, mais diretamente centrados na atuação sindical, como o de um candidato a deputado estadual pelo PT (não eleito, com 8.888 votos), cujo percurso profissional está centrado na militância sindical e, simultaneamente, nas tentativas de reconversão disso em recursos eleitorais. Anteriormente já havia sido candidato a senador em 1986 pelo PMDB e a deputado estadual em 1990. Sua apresentação como candidato, no entanto, destaca seu longo trajeto como sindicalista, além dos títulos escolares, do exercício profissional e da militância partidária (cf. material de campanha). Mesmo assim, sua candidatura é apresentada em nome de “vários setores dos movimentos sindical, popular, comunitário de micro e pequenos empresários, estudantes, aposentados, funcionários públicos, profissionais da saúde” (*idem*).

É esse mesmo padrão, embora com algumas pequenas variantes, que é representado por vários outros, tais como uma candidata a reeleição como deputada estadual pelo PSB, sem sucesso (16.068 votos), cuja condição de liderança decore diretamente desse sindicalismo, embora mais tarde tenha ampliado para outras categorias, ou o conjunto do funcionalismo público. Embora, como se trata de uma candidata à reeleição, sua base de recursos eleitorais nas eleições em pauta esteja centrada em sua atuação parlamentar, o próprio material de campanha destaca sua passagem pela presidência (1990/1993) do sindicato estadual dos professores como um dos principais trunfos. Como se trata de alguém cujo percurso perpassa todas essas fases, que vão da formação inicial da notabilidade sindical, passando por eleições e investimentos na reeleição como deputada, vale a pena se tentar explicitar as bases sociais desse tipo de trajeto.

Inicialmente, quanto às origens sociais, apesar de se definir como “de uma família muito humilde”, é a única mulher dentre três filhos de um funcionário do Banco do

Brasil. Isso, em sua própria interpretação, teria possibilitado, desde sua infância, uma maior “estabilidade” e uma “herança” de “valores culturais e educacionais”, além de uma “formação diferenciada”, com um trajeto escolar específico, marcado pela liderança estudantil, num colégio estadual tido como de elite, pelo qual passaram muitos dos políticos de destaque no estado. Posteriormente, já na fase universitária, além de cursar biologia, conseguiu investir em formação complementar, como cursos de inglês e piano. No ingresso no mercado de trabalho, tornou-se funcionária da principal universidade pública do estado e, mais tarde, ingressou no magistério estadual, porém, não por necessidade econômica, visto “ter uma situação econômica razoável” e, assim, “o meu salário era uma complementação”. Mesmo assim, como se tratava de um período de mobilizações dos professores estaduais (1979), “entrei nesse processo de luta classista”. Com isso, ampliou sua área de atuação, “militando nos movimentos sociais, nos movimentos das mulheres, nos movimentos de professores, e tendo militância partidária, integrando inclusive o diretório regional do PDT”. Posteriormente, em 1990, foi eleita presidente do sindicato estadual de professores e concorreu a deputada estadual e a prefeita de Porto Alegre em 1996, por esse partido, em ambos os casos não sendo eleita. Voltou a ser candidata a deputada estadual em 1994, quando foi eleita, e durante o mandato trocou de partido, do PDT (que controlava o governo do estado no período) pelo PSB (entrevista).

Nesse trajeto, sua campanha eleitoral para a reeleição deixou de se centrar exclusivamente na representação dos professores para se dirigir ao conjunto dos servidores públicos e, devido a “demandas” e à formação de bióloga, também a problemas de meio ambiente. Porém, como se trata de uma representação com base em categorias profissionais, sejam dos professores ou do conjunto dos funcionários públicos, não se considera “uma deputada de uma região, eu sou deputada do estado” e “foi a atuação no Cepergs [sindicato dos professores] que me deu uma abrangência estadual”, o que é considerado como “uma visão maior” (*idem*).

Uma variante que serve de contraponto a essa entrada mais geral, de amplitude estadual, é quando o início da atuação sindical ocorre em cidades do interior e, após, no processo de expansão dessa atuação sindical e sua conversão em recurso eleitoral, há uma crescente ampliação das categorias sociais envolvidas. Um dos casos que melhor representa esse tipo de padrão é o de uma candidata à reeleição como deputada estadual pelo PT, com sucesso (29.894 votos). Porém, apesar de inicialmente se tratar de representação sindical de professores e, posteriormente, do conjunto de funcionários públicos, a unidade administrativa e territorial da “base” são completamente diferentes, ou seja, municipais, se bem que de um dos maiores municípios do estado (Pelotas). Em resumo, trata-se inicialmente da representação sindical dos professores municipais, ampliada a seguir para o conjunto dos funcionários da prefeitura, para a militância partidária, para a candidatura no âmbito local e, posteriormente, para o estadual, para deputada, porém, agora já em nome não mais apenas dos funcionários públicos, mas,

inclusive, de recorte regional, como a chamada “metade sul” do estado.

Ou seja, embora de origens sociais relativamente elevadas e com forte capital cultural, o início do percurso ocorre numa posição mais periférica, que deve ser gradativamente superada. Filha de um funcionário público do judiciário com curso ginásial, teve outras influências ideológicas da família de origem: do pai “socialista”, e de todos os componentes do grupo familiar que são “petistas”, diversos dos quais com atuação e cargos partidários. Formada em educação física e com pós-graduação em ginástica desportiva e dança, em 1979 passou a ser professora municipal (entrevista). Porém, essa atuação “classista” foi antecedida pela militância estudantil e partidária, ou seja, nesse caso, a “militância sindical se deu por consequência da minha militância partidária” (*idem*). Portanto, nesse caso, a militância sindical é paralela à sua rápida “politização” ou partidarização e, por outro lado, ao ingresso nas disputas eleitorais. Tanto que, já no início, em 1982, concorreu a vereadora, sem sucesso, voltando a se candidatar em 1988 (ano em que foi eleita presidente do sindicato dos municipais), sendo eleita e, em 1994, apesar de ter ficado como suplente, acabou assumindo como deputada estadual (*idem*).

Apenas para mencionar mais um caso exemplar dessas composições postas em prática por esse tipo de líder sindical de professores do interior, pode ser apresentado o de outro candidato a deputado estadual pelo PT que acabou se elegendo (44.049 votos). Porém, apesar da utilização da militância no sindicato dos professores e das eleições municipais, enquanto vereador, como recursos eleitorais previamente acumulados, se destaca também a militância em movimentos de afirmação de identidade étnica, ou mais especificamente, no “movimento negro”. Em seu próprio material de campanha é destacada sua condição de professor durante 19 anos, sua longa militância sindical, o fato de ter sido eleito secretário do núcleo do sindicato estadual de professores da região, e eleito diretor de escola. Por outro lado, além do destaque dado à sua “naturalidade” local (Sapucaia do Sul, ou seja, uma das regiões de maior densidade populacional do estado) e do fato de ser “ativista anti-racista”, são enumeradas diversas eleições de diferentes níveis das quais participou (cf. material de campanha). Em síntese, além da atuação sindical, tem um longo percurso de participação em eleições de âmbito local e o exercício do cargo de vereador, além de outras esferas de atuação, como o da luta anti-racista.

Por fim, no que tange às relações de candidatos com o sindicalismo de professores estaduais, no extremo da mencionada bipolarização entre os com uma “entrada” mais geral e esses que ingressam na política eleitoral através de categorias de classificação e recursos mais específicos ou locais, há uma padrão que praticamente exclui qualquer exercício profissional. Isso se assemelha ao apresentado relativamente à candidata ex-presidente do sindicato estadual e que, portanto, se situa no extremo da “entrada por cima” ou “central”. Porém, nesse extremo, pelo menos para os eleitoralmente bem-sucedidos, há uma passagem quase imediata da militância estudantil para a eleitoral

e dessa para a carreira política. Evidentemente, isso supõe um maior montante de uma série de recursos, tais como um maior capital cultural, não necessariamente escolar, inserção em cidades grandes e, dentre essas, principalmente a capital. Ao que tudo indica, há também um ingrediente conjuntural, na medida em que esse maior montante de recursos possibilita o aproveitamento por antecipação dos novos arranjos ideológicos e políticos do momento.

Um dos casos exemplares do extremo desse padrão é o de uma candidata a deputada estadual pelo PT, tendo sido eleita (76.658 votos) aos 31 anos. Apesar de ter nos professores estaduais sua principal base de recursos eleitorais, pelo menos presumida, e se classificar profissionalmente como professora de 1º e 2º graus, a passagem da militância estudantil para a eleitoral e dessa para a carreira política foi praticamente imediata, não contando, portanto, com um trajeto profissional significativo. Natural de um município do interior (Veranópolis), filha de um funcionário público, de uma família católica, se transferiu para Porto Alegre aos seis anos de idade. Em sua apresentação como candidata, além do destaque para suas origens sociais, todo seu percurso escolar é descrito como uma série ininterrupta de ações e ocupação de cargos de militância e mobilização, sejam estudantis ou sindicais e partidários (cf. material de campanha). Em síntese, todo o período estudantil é vivido da ótica do militância e da posição de liderança. Esse mesmo militância é transferido a seguir, no ingresso no exercício profissional⁶.

Assim, por exemplo, em “1988 ingressa no magistério estadual e começa a atuar no Centro de Professores, o Cpergs. Participa do comando de greve (...) da entidade e, em 1990, é escolhida para integrar o comando geral de greve da categoria. A paixão pelo trabalho com as crianças a leva para o curso de pedagogia”. Porém, logo a seguir, em 1992, aos 26 anos, se candidatou a vereadora de Porto Alegre pelo PC do B, sendo eleita, voltando a se reeleger em 1996, então pelo PT, quando foi a vereadora mais votada da história da cidade (*idem*). Apesar de que tenha na “educação”, na “criança e adolescente” e na “saúde” seus temas prioritários, de fato, há uma forte confluência, que abarca as preocupações de um conjunto de categorias, genericamente definidas como “movimentos sociais”, em que estão incluídas as reivindicações do conjunto do funcionalismo público e, portanto, vão bem além da dos professores estaduais, enquanto categoria profissional e sua representação sindical.

Portanto, um maior montante de recursos culturais e de investimentos precoces no militância, a forte inserção num meio social mais cosmopolita com um conjunto de categorias genericamente definidas como a “juventude”, os “movimentos sociais” e os “funcionários públicos” possibilitam uma reconversão da representação sindical em base de recursos eleitorais com um menor investimento no exercício profissional e, inclusive, na atuação sindical mais direta. Esses maiores recursos culturais e, particularmente, a percepção do mundo social da ótica militante e das técnicas de manipulação adquiridas, como a oratória, a competência em pôr em prática “articulações”

e coisas do gênero, possibilitam uma rápida notabilidade como liderança, visto que torna possível o controle daquelas situações de maior visibilidade, como as de grandes mobilizações e negociações.

Assim, não parece mera coincidência que esse tipo de candidato se assemelhe em muitos aspectos a outros que nunca tiveram uma vinculação mais direta com o sindicalismo de professores estaduais, como é o caso de outra candidata à reeleição como deputada estadual, eleita com uma das maiores votações. Inclusive, é consenso que concorre pelo mesmo tipo de eleitor como a acima mencionada, se bem que essa última conta com um poderoso recurso mais específico, pelo menos para sua entrada na política eleitoral: o fato de ser filha de uma das principais lideranças regionais e, inclusive, nacionais desse partido, o PT. Apesar de que tenha na defesa do “funcionalismo público” e no “incentivo às lutas e mobilização social”, ou ainda, na “defesa dos interesses da juventude e dos trabalhadores” suas principais bandeiras, tanto profissional como sindicalmente nunca dependera de forma direta disso. Isso porque, de modo ainda mais extremado que a candidata anterior, passou diretamente da militância estudantil para a carreira política.

Sua escolarização formal máxima chega a apenas a diplomas de língua inglesa obtidos em universidades norte-americanas, mas também, nesse caso, a vida estudantil tem um sentido de militância permanente. Esta militância permanente e a sucessiva ocupação de posições de liderança e de cargos em organizações estudantis, partidárias e de mobilização, compõem o principal de sua apresentação como candidata (cf. material de campanha). Graças a isso, em 1994 se candidatou e foi eleita deputada estadual. Simultaneamente, lidera uma facção ou “corrente” interna do partido⁷. Profissionalmente, seu trajeto se reduz a uma curta passagem como professora de inglês num colégio particular e, portanto, não chegou a criar as bases de uma militância mais diretamente sindical e, menos ainda, no sindicalismo de professores estaduais, o que, graças às condições específicas, não impede que converta suas vinculações com o conjunto dos “movimentos sociais”, com destaque para os dos professores, em base de recursos eleitorais.

Em outros casos, a atuação no sindicalismo de professores representa uma fase muito passageira da inserção política, na medida em que isso pode representar o início de uma ampliação muito rápida das esferas de atuação ou militância e, em geral, a ocupação de cargos públicos, eletivos ou não. Esse é o caso de outro candidato a deputado estadual pelo PT, já desempenhando um mandato de vereador de Porto Alegre, sem ser eleito nas eleições de 1988 (18.825 votos). Porém, mais que a passagem rápida pelo sindicalismo de professores, o que seu trajeto indica é a importância da escolarização formal dessa geração, em associação com um determinado militância, para a mobilidade social e ascensão política de alguns. Filho de um “pequeno agricultor” do interior de Santa Catarina que foi analfabeto até aos 40 anos, teria direcionado seus estudos para ser professor, profissão na qual se classifica, apesar de não ter mais

um exercício efetivo ou, em suas palavras: “Eu sou professor, eu sou formado (...) no curso de letras. Eu iniciei dois cursos de pós-graduação (...), infelizmente não concluí, um pouco por causa da minha atividade político-partidária” (entrevista). Porém, essa militância sindical mais direta foi logo interrompida, visto que além das atividades partidárias, “apesar de ter uma militância fora do partido, ter atividade sindical, mas ela era uma atividade assim, uma atividade mais de massa” (*idem*). Graças a esse conjunto de atividades sindicais, de “massa” e partidárias, em 1996 se elegeu vereador. Ou seja, o militância e as lutas ideológicas, em casos como esse, podem ter um efeito de generalização das bases de recursos eleitorais e, quando isso ocorre, o sindicalismo passa a consistir em apenas um componente, que integra uma postura mais ideologizada ou, mais especificamente, aquilo que Gaxie & Offerlé (1985) definem como “predisposição a uma visão militante do mundo”.

Corporações militares e política eleitoral

Mais que em qualquer outro caso, os candidatos que têm em corporações militares uma base de recursos eleitorais se diferenciam quanto ao mero pertencimento à mesma, ou, então, quanto à atuação prévia de representação sindical ou corporativa. Em outras palavras, como já mencionado, uma das modalidades básicas de tentar reverter a vinculação com a corporação em recurso eleitoral é através da apresentação como componente da mesma e, portanto, com “conhecimento prático de seus problemas”. Por outro lado, a segunda das principais modalidades é representada por aqueles que se distinguiram como líderes através da atuação da representação sindical ou corporativa, particularmente em momentos de maior mobilização da categoria.

Isso, no entanto, depende diretamente também de condicionantes legais e institucionais que, como têm se modificado rapidamente, resultam em diferenças entre conjunturas que apresentam condições muito específicas. No caso, é necessário se considerar as fortes diferenças em termos de condições institucionais entre os policiais militares e os demais militares. Os primeiros, policiais, não apenas por serem funcionários estaduais, mas principalmente porque, a partir de 1988, têm direito legal de sindicalização e atuação partidária explícita, o que não ocorre com os militares das Forças Armadas.

Seja por essas ou por outras razões, nas últimas e particularmente nas eleições em pauta, de 1998, há um conjunto considerável de candidatos militares, tanto policiais (da Brigada Militar) como das Forças Armadas. Numericamente, no mínimo 18 candidatos se classificaram, quando do registro da candidatura, como “militar em geral” (14) ou “militar aposentado” (quatro). Mas, nesse caso também, isso não abrange todos, em primeiro lugar, devido às possibilidades de classificação em outras categorias, como é o caso, por exemplo, dos que já são deputados ou ocupam outros cargos públicos e optam pela respectiva classificação ou, então, já são aposentados

como militares e exercem outras atividades. Um levantamento de um jornal local identificou um total de 18 candidatos pertencentes à polícia militar (Brigada Militar) e seis outros às forças armadas (Exército e Aeronáutica), com gradação variadas na hierarquia militar, embora a maior parte composta de sargentos, mas incluindo tanto soldados como diversos graus de oficiais, a maior parte na ativa, outros aposentados ou “reformados”. Do mesmo modo, quanto à filiação partidária, há uma variedade muito grande, abrangendo todos os principais partidos em disputa (*Zero Hora*, 29/09/98:5).

O número de eleitores em disputa através dessa identificação “profissional” ou corporativa, quantitativamente, é bem menor que a dos professores estaduais, mas significativa, relativamente ao conjunto dos funcionários públicos. Estima-se que há cerca de 25 mil policiais militares e um número próximo nas Forças Armadas no estado. Mas, como mencionado, na medida em que o que está em pauta são os esforços de conversão da representação sindical em recursos eleitorais, as duas principais modalidades que diferenciam esses candidatos são, de um lado, a atuação sindical prévia e, por outro, a simples apresentação da candidatura como sendo de alguém pertencente à corporação. Quanto à primeira dessas modalidades, a apresentação da representação sindical como legitimadora da candidatura eleitoral, um dos candidatos que melhor a representa visava à reeleição como deputado estadual pelo PT, sem sucesso (21.191 votos). Soldado da polícia militar, com o 2º grau completo, oriundo de Pernambuco, foi o primeiro dessa corporação a se notabilizar por uma atuação mais diretamente de representação sindical da categoria, a ponto de seu trajeto político posterior ter ficado condicionado por essa vinculação direta. Essas origens e trajeto são destacados na própria apresentação como candidato (cf. material de campanha).

Mas tanto seu exercício parlamentar como sua campanha eleitoral estão marcados também por um esforço explícito no sentido de ampliar essa base de recursos eleitorais, seja se apresentando em nome do conjunto do funcionalismo público ou, então, visando a incorporar outras categorias ou corporações profissionais próximas, com muitas dificuldades, devido às clivagens internas e estigmas.

Porém, deve ser levado em conta, em primeiro lugar, que, no caso desse tipo de candidato, há previamente uma adesão ambivalente às regras da hierarquia da corporação, resultado das origens sociais e trajetões escolares bem diversos do conjunto dos demais policiais militares. Filho de um funcionário público, mais especificamente, de um telefônico de Pernambuco que havia feito parte da direção do respectivo sindicato na década de 1960 e militado no antigo PTB, ele próprio chegou a se aproximar de grupos como o MR-8, ainda na terra natal. Em razão disso, foi deslocado para o Rio Grande do Sul para atuar no Sindicato da Construção Civil (entrevista). Posteriormente, passou a residir nesse estado, onde concluiu o 2º grau e, apesar de romper com o MR-8, passou a atuar no movimento estudantil. Porém o ingresso mais direto na política eleitoral ocorreu em função da militância sindical, já na qualidade de policial militar, embora com evidente influência desse passado ou, em suas palavras: os “primórdios

mesmo da nossa mobilização, da nossa vida, no surgimento da nossa vida política, ela começou assim a partir da criação de uma Associação de Cabos e Soldados, em 1989 (...) Como a nível nacional havia uma Constituinte em formação, eu e um grupo de companheiros policiais militares começamos a nos articular com muitos deputados federais para a (...) liberação da associação militar” (*idem*). Mas, nesse período, “nós não tínhamos pretensão política, porque nós não acreditávamos no parlamento”. Mesmo assim, não acreditando “no parlamento”, em 1992 aceitou o convite para se candidatar a vereador por Porto Alegre, quando foi eleito. Porém, o “fim final não era a Câmara de Vereadores, na realidade o gancho maior era a Assembléia Legislativa. (...) Nós tínhamos como objetivo defender uma categoria de profissionais de âmbito estadual, quer dizer (...) de uma cadeira municipal fica difícil” (*idem*).

Apesar disso, em 1994 conseguiu ser eleito deputado estadual e, mesmo sendo um “representante de uma categoria”⁸, o “objetivo maior da representação que nós temos é evitar que esse mandato seja eminentemente corporativo, o que é difícil, porque você é eleito por uma categoria que é excluída (...) você se elege como representante dela”. Tendo isso em vista, “nós temos trabalhado com o intuito de torná-lo [o mandato] mais partidário que corporativo”, do que teria resultado, inclusive, que nas eleições de 1996, cerca de 43 três policiais militares do estado tenham se candidatado para vereador. Uma outra estratégia para se tornar “menos corporativo”, como mencionado, seria a busca de adesão de outras categorias próximas, como a dos agentes da polícia civil e de outros funcionários públicos da área da segurança, mas que encontra seus limites nas clivagens e estigmas desse meio. Ou seja, “o estigma é muito grande. Por onde a gente vai, os caras: ‘o deputado brigadiano’. (...) Quer dizer, tu estás rotulado, e muitos segmentos de trabalhadores eles ainda não nos procuram porque acham que a gente é exclusivamente brigadiano” (*idem*). Outra estratégia básica para extrapolar o “corporativismo” é se apresentar tendo como referência um tema mais amplo, apesar de vinculado à categoria. Isso resultou na “pretensão de ser referência do tema segurança pública”. Essa “referência” seria “o eixo da minha diferença (...): relação da segurança pública com os demais cidadãos. Isso me diferencia dos demais deputados, porque a visão que eles têm é a visão coloquial ou paroquial, enquanto a minha é a visão do todo” (*idem*).

Esse tipo de trajeto sindical e eleitoral abriu a possibilidade de outras candidaturas que se assemelham, como é o caso de um outro candidato a deputado federal pelo PT, em “dobradinha” com o apresentado anteriormente, também sem sucesso (14.101 votos). Também soldado da polícia militar, com curso superior incompleto, a principal diferença é que se trata de alguém atuando numa cidade do interior (São Borja), onde foi eleito vereador em 1996 e conseguiu ser o presidente da Câmara local. Mesmo assim, seu principal destaque como candidato está centrado na atuação corporativa, como fundador e presidente da Associação de Cabos e Soldados local, em conjunto com uma série de bandeiras mais difusas, dirigidas ao conjunto dos “mais desfavorecidos” (cf. material de campanha).

Nesse mesmo padrão há vários outros casos, como a “dobradinha” formada por um candidato a deputado federal e outro a deputado estadual, ambos pelo PT e sem sucesso (1.912 e 3.173 votos, respectivamente). O primeiro com curso superior completo e o segundo com o 2º grau completo, ambos soldados da polícia militar e com o *slogan* eleitoral “brigadiano na luta”. Ao se apresentarem como candidatos, procuram dar uma tonalidade de heroísmo, dramatizando a atuação sindical e as conseqüentes perseguições e violências sofridas (cf. material de campanha).

Numa situação distinta relativamente às lutas sindicais e com outras esferas que possam se converter em recursos eleitorais, pretensamente mais “comunitária” e menos corporativa, se encontram candidatos como a do deputado estadual pelo PTB (muito mal votado, com apenas 637 votos). Filho de pais com apenas o primeiro grau, conta com curso superior incompleto e um cargo superior na hierarquia profissional. Em suas palavras, ingressou “na política como militante aos 23 anos”, tendo sido também “presidente de CPMs de colégio, de entidade estudantil, entidade de classe e uma entidade de subtenentes e sargentos das polícias militares do Brasil” (entrevista). Mesmo assim, considera como sua principal liderança prévia “aquela de comunidade” (*idem*). Ou seja, nesse padrão, a condição e a carreira militar consistem mais diretamente em recursos de inserção e eventual ascensão social que classificações e mobilizações eleitoralmente conversíveis.

Num padrão muito próximo, mas numa versão mais “popular”, há ainda aqueles candidatos que se, por um lado, se apóiam em sua suposta representatividade diante da categoria, se valem basicamente de outros recursos completamente externos, como ser “líder comunitário” (no sentido de “comunidade local”) ou algo do gênero. Esse é o caso, por exemplo, de outro candidato a deputado estadual pelo PSB (1.041 votos), também com curso superior incompleto. Se, por um lado, se apresenta como “policia da ativa, identificado com as causas das categorias profissionais das bases” do funcionalismo público, destaca também sua condição de “líder comunitário”, no sentido da atuação em organizações de moradores de periferias urbanas (cf. material de campanha).

No outro extremo dessa oposição, no que tange às relações mais pela militância sindical ou, então, enquanto componente da categoria dos policiais, podem ser tomados candidatos como aquele à reeleição para um quinto mandato como deputado estadual (novamente com sucesso, com 41.562 votos). Nesse caso, apesar de que em sua trajetória profissional incluía uma passagem pela polícia militar (tendo chegado a ser sargento da Brigada Militar), a militância sindical está completamente excluída e a categoria profissional de origem consiste num componente dentre muitas outras bases de recursos eleitorais. Portanto, apesar de ser identificado com a polícia militar e, inclusive, utilizar isso como recurso eleitoral, essa identificação ocorre apenas com a categoria ou corporação de origem e não com qualquer defesa mais categorial ou corporativa, não havendo, portanto, formação prévia de liderança sindical. O material de campanha está centrado na “assistência” (cf. material de campanha), mas, por outro lado, tem

na polícia militar uma de suas principais “bases” e se define como seu representante.

Trata-se de um candidato de origens sociais muito baixas e isso, em conjunto com a modalidade de inserção profissional e política, tem efeitos muito diretos em suas ligações com a profissão de origem (sargento da polícia militar) e, inclusive, com suas concepções de política. Filho de um trabalhador agrícola, ou “peão de lavoura”, atividade na qual também começou aos oito anos, não teria tido nenhuma influência política da família de origem. Em suas palavras, “a consciência política (...) eu adquirir no movimento estudantil”. Porém, antes de ingressar nesse movimento estudantil, “fui servir o Exército e lá aprendi a ler e escrever” (entrevista).

Seu trajeto profissional começa pelo seu ingresso na polícia militar, sendo deslocado para atuar profissionalmente num município do interior (Frederico Westphalen), como sargento. Porém, sua inserção profissional está associada a uma série de outras atividades que define como “comunitárias”, dentre as quais estão incluídas as de liderança de um movimento de alfabetização de adultos e, inclusive, de presidente do núcleo regional de uma associação de criadores de suínos, num período de mobilização dos mesmos. Com esse conjunto de atividades, em suas palavras, “me consagrei como um líder regional e a partir daí passaram a me ver como um líder regional. Acho que foi aquilo que me empurrou para fazer política partidária e concorrer a deputado” (*idem*). Ou seja, essa condição de policial graduado num pequeno município do interior, em combinação com essas atividades “comunitárias”, permitiu a acumulação de uma notabilidade facilmente conversível em trunfo eleitoral. Mas, antes disso, se filiou ao então MDB, em 1975, e concorreu sem sucesso a prefeito local. Posteriormente, na primeira vez que concorreu a deputado estadual, ficou como suplente, mesmo assim conseguindo assumir por um ano, enquanto concluiu o curso de direito numa faculdade do interior. Com as reeleições sucessivas, conseguiu três mandatos completos e a reeleição em 1998, mas suas vinculações eleitorais mais diretas com a polícia militar ocorreram ao longo dessa sucessão de mandatos. Ou, mais especificamente, “só a partir da elaboração da Constituição Estadual [em 1988], porque passei a defender as teses da Brigada. Eu não me elegei pela Brigada, me elegei pelo mundo civil (...) Então, só a partir de 87/88 que eu passei a ter um vínculo político com a Brigada, comecei a falar como deputado da Brigada e hoje, sim, eu sou um representante da Brigada, um líder reconhecido por todos os segmentos da corporação” (*idem*). Esse estreitamento dos vínculos eleitorais com a polícia militar, no entanto, não diminuem os investimentos no sentido da ampliação de suas “bases” eleitorais na região de sua “origem política” (Frederico Westphalen) e também, numa fase posterior, na sua região de origem familiar (Canguçu).

Porém, além das bases de recursos eleitorais decorrentes da atuação em duas regiões e, por outro lado, dos vínculos com a polícia militar, uma terceira base de recursos está nas atividades filantrópicas. Ou, em sua definição, “um trabalho extra-parlamentar muito forte, ligado à vida das pessoas”. A justificativa disso, de modo semelhante a de outros, estaria no fato de que quando “eu era pequeno perdi minha mãe por falta de

assistência médica. Aquilo marcou muito a minha vida”. Como consequência dessa interpretação do passado e recursos decorrentes da condição de parlamentar, montou uma “estrutura” para “atender as pessoas que vêm do interior”, através da oferta de hospedagem, transporte e intermediação com hospitais (a Associação de Amparo do Homem e da Mulher do Interior). Trata-se do já apresentado esquema utilizado por muitos desses deputados, através dos chamados “albergues” de “assistência”. Essa experiência relativamente às origens sociais está presente de modo direto nos critérios de avaliação da atividade política, que faz parte de um padrão muito definido e abordado mais diretamente em outras partes. Ou seja, a “política” vista como “ajuda” cuja justificativa é a “miséria que eu vivi” e a defesa de uma postura “prática” na atuação política (*idem*).

Nessa perspectiva da política como “auxílio aos pobres”, a atividade política ideal é vista como a ação através da “pressão, tu buscando soluções para os problemas sociais”, através da intermediação em organismos públicos, o que é definido como “uma obra social” (entrevista). Em síntese, apesar de “representante político” dos policiais militares, trata-se daquele padrão de concepção de política muito comum a todos os candidatos e deputados que têm alguma atividade filantrópica, com todo um conjunto de critérios de avaliação tendo a “prática” e, por outro lado, a intermediação ou *brokeragem* como centrais.

Por outro lado, há uma outra modalidade completamente distinta de converter a condição de militar em recurso eleitoral que, embora tenha na categoria uma base que pode ser exclusiva como recurso eleitoral, consiste no vínculo meramente enquanto componente da mesma, cuja apresentação em geral é impregnada por uma linguagem como os “meios militares”, a “família militar” ou algo do gênero. A maior parte desse tipo de candidato é oriunda das Forças Armadas e isso pode estar associado, inclusive, às condições institucionais, que não permitem a existência e militância sindical. Mas pode estar vinculado também às origens e trajetórias sociais e profissionais, como indica muito bem, dentre outros, o caso do único candidato a deputado federal pelo Prona, muito mal votado (6.343 votos), médico e coronel do Exército.

De origens sociais muito baixas (seus pais seriam “pessoas que trabalhavam com lavoura de subsistência” na região de Bagé, que, devido a um acidente na família, se transferiram para Porto Alegre, onde seu pai se tornou pedreiro e pintor de automóveis), sua escolarização, em colégios particulares, teria sido possível devido a troca de favores com políticos por auxílios e bolsas de estudo. Devido à distância social frente aos demais estudantes, teria, inclusive, sofrido “humilhações” que “criou também em mim um complexo de inferioridade” (entrevista). Sua estratégia eleitoral básica consiste em se apresentar como “major médico” e, assim, “atingir esse mercado e somar com os outros mercados, assim, o mercado das pessoas que iam protestar contra o sistema” (*idem*).

Por fim, uma outra modalidade desse “espírito militar” se apresentar eleitoralmente sem mediação do sindicalismo é aquela diretamente em nome da corporação, represen-

tada por candidatos como um a deputado federal pelo PMDB, capitão da reserva do Exército e dentista, em “dobradinha” com um sargento reformado também do Exército e advogado, ambos não sendo eleitos. Apesar de serem então vereadores (Santa Maria e Santa Cruz do Sul), a justificativa das candidaturas, em suas próprias apresentações, se resume na necessidade de representação política específica dos militares (tendo inclusive como principal material de propaganda fotografias nas quais aparecem fardados) ou “lutar pelos interesses dos militares” (cf. material de campanha). Em outras corporações, como a polícia militar, também se encontram muitos casos semelhantes, mas que, a rigor, já não se tratam de relações entre sindicalismo e política eleitoral.

O sindicalismo ou associações de funcionários de grandes empresas ou burocracias públicas: relações de trabalho e oposição entre os setores público e privado

As grandes empresas e burocracias públicas se constituem num dos maiores fornecedores, ou “vivier” no sentido de Dogan (1999), de carreiras sindicais e políticas. Dentre essas, para as eleições em pauta, se destacam especialmente empresas estatais de fornecimento de energia elétrica, de serviços telefônicos, bancos e, por fim, algumas burocracias públicas, como as do judiciário. Apesar dessa importância sindical e político-eleitoral, as modalidades que essas relações entre sindicalismo e lutas corporativas e as disputas político-eleitorais adquirem são as mais diversas e, assim, não se pretende esgotar todas essas variações possíveis.

No entanto, nesse caso também, é possível se delinear alguns padrões de inserção sindical e, posteriormente, político-eleitoral mais ou menos definidos. Um desses padrões, que abarca boa parte dos candidatos desse conjunto, é o da militância no sindicalismo de grandes organizações burocráticas, como a dos bancários, em que se sobressaem os bancos públicos, conjuntamente com um esforço intenso de ampliação dessa militância sindical através de organismos intersindicais (CUT, dentre outros) e, simultaneamente, a militância partidária e eventual eleição para cargos políticos. Esse é o padrão que inclui o próprio governador eleito pelo PT, em aliança com outros partidos, nessas eleições. De origens sociais muito baixas, filho de um ex-trabalhador agrícola e marceneiro num pequeno município do interior, começou seu percurso profissional como funcionário de um banco estadual, na cidade de origem, onde teve início, também, sua atuação sindical e os conflitos disso decorrentes. Como uma das consequências dessa atuação sindical e conflitos enfrentados, se transferiu para Porto Alegre, onde continuou como funcionário do mesmo banco e a militar no sindicalismo dos bancários. Posteriormente, chegou a ocupar inclusive a presidência do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, se notabilizando por uma série de mobilizações da categoria no final da década de 1970 e início dos anos 80, tendo passado, posteriormente, por diferentes

candidaturas, inclusive a de governador em 1982, quando foi derrotado, eleito deputado federal em 1986, e prefeito de Porto Alegre em 1989. Simultaneamente a esse trajeto profissional e sindical, concluiu o curso de letras, formando-se, assim, professor de inglês, apesar de não ter um exercício efetivo nessa segunda profissão. Para o que está em pauta, o mais importante a destacar é que esse tipo de trajeto profissional, sindical, escolar e mesmo político-partidário, é muito semelhante, inclusive, ao do candidato eleito a vice-governador, apesar de que esse, como mencionado, seja proveniente do sindicalismo vinculado a empresas privadas ou, mais especificamente, de economia mista (Pólo Petroquímico).

Esse tipo de candidato, proveniente do sindicalismo de grandes empresas ou burocracias públicas, no entanto, nem sempre equivale a posições sociais de origem muito baixas, mesmo quando se trata das mesmas posições político-partidárias, como exemplifica, dentre outros casos que poderiam ser tomados, o de outro candidato a deputado federal pelo mesmo partido que, apesar de uma boa votação (23.594 votos), não conseguiu se eleger. Filho de um comerciante, com curso superior incompleto (como em muitos casos, isso está vinculado à intensa militância estudantil), seu trajeto sindical e político-eleitoral não apenas são muito mais precoces, como quase se confundem, além de uma notabilidade inicial como líder estudantil. Em suas palavras, antes “de entrar na atividade mais partidária, eu fui do movimento estudantil secundarista e, após, do movimento estudantil universitário” (entrevista). Logo após o início da atividade profissional como funcionário da CRT (companhia telefônica estadual), foi dirigente do sindicato e da federação nacional da categoria e, a seguir, foi secretário-geral do partido no estado, secretário municipal e vereador. Em síntese, um trajeto que consiste numa sucessão de posições na militância estudantil, corporativa e ocupação de cargos públicos.

Mesmo assim, esse candidato não se considera um representante de um determinada categoria, mantendo uma posição contrária a isso, visto que “um programa político-partidário ele obrigatoriamente tem que encerrar um visão de mundo, da tua sociedade” (entrevista). Mas, em sua apresentação como candidato, destaca sua participação em cargos da prefeitura e atividades como vereador, além da “militância nos movimentos estudantil e sindical” (cf. material de campanha).

Em outros casos, a militância sindical e mesmo a adesão à determinada posição político-partidária pode ter um forte componente de herança familiar, além da inserção sindical e política no serviço público, como demonstra o caso de uma candidata à reeleição como deputada pelo PC do B, sem sucesso, embora com uma boa votação (23.640 votos, o que possibilitou que assumisse mais tarde como suplente).

Filha de “ferroviário e depois operário da construção civil”, mais que a posição social do grupo familiar de origem, o que pesa é sua inserção político-ideológica, que atravessa gerações. Segundo a própria, seu trajeto e inserção política e ideológica estariam diretamente condicionados pelo fato de “ter pertencido a uma família que sempre atuou politicamente”, na qual todos os membros da família “pertenceram ao

Partido” (entrevista).

Mesmo assim, conseguiu frequentar bons colégios no secundário, em Porto Alegre, onde atuou na militância estudantil, interrompida pelo nascimento de filhos e pela inserção no mercado de trabalho. Posteriormente, tornou-se funcionária da principal universidade pública do estado, onde se inseriu na militância política como funcionária, enquanto realizava o curso de farmácia, e ocupou diversos cargos no respectivo diretório acadêmico. Ao se formar, ingressou na “militância profissional”, sendo eleita presidente da associação estadual dos farmacêuticos. Com isso, passou a ampliar essa militância, em combinação com “vários movimentos: movimentos da saúde, movimentos de mulheres” e, assim, “começa a se projetar uma liderança, no setor saúde, que é essa a minha liderança, mas ligada aos movimentos populares, basicamente os movimentos sindicais” (entrevista). Porém, no que tange especificamente às “bases” eleitorais, não estariam vinculadas diretamente a nenhuma dessas militâncias específicas, porque tem “um tipo de voto universal” (*idem*). Ou seja, esse “universal” significa um conjunto de esferas de militância, visando a sua “politização”.

Mas há outras diferenças nesses esforços em transformar liderança sindical de funcionários públicos em recursos eleitorais que dependem tanto das respectivas categorias de funcionários e de suas condições sindicais e políticas, como, também, das respectivas competências sindicais dos que pretendem representá-los. Uma dessas diferenças é quanto às possibilidades e, mais que isso, quanto às estratégias e modalidades postas em prática para a ampliação das categorias de origem e para, simultaneamente, “politizá-las”. Um extremo quanto a isso é representado por candidatos como uma a deputada estadual pelo PTB, muito mal votada (apenas 1.443 votos). Toda sua apresentação como candidata está centrada num elenco de reivindicações específicas, algumas dirigidas especificamente à categoria própria dos funcionários da Justiça, outras ao conjunto dos funcionários públicos (cf. material de campanha). Mas, mais que a especificidade das categorias a quem se dirige, o que caracteriza esse tipo de apresentação é uma linguagem baseada exclusivamente em reivindicações mais imediatas, sem um esforço explícito de “politização”, o que pode ser visto, inclusive, de uma ótica sindical pretensamente mais “politizada”, como algo ingênuo.

No caso, trata-se de uma funcionária cujos pais também são funcionários públicos federais, com curso superior completo e, portanto, suas relações com a política não são decorrentes de alguma precariedade quanto à posição social de origem, mas ao próprio trajeto profissional e sindical. Sua liderança anterior ao ingresso na política partidária se resume na “que exercia (...) no meio de trabalho” na presidência da respectiva associação de funcionários (entrevista). Mas, além de se filiar, pouco antes de se candidatar, a um partido com menor concorrência por candidaturas e menos identificado com esse tipo de “politização”, sua “base” eleitoral presumida se circunscreve aos servidores do próprio Judiciário, ou seja, às mesmas “bases” da atuação corporativa.

Essas limitações no esforço de “politização” ou, então, de reconversão das vin-

culações sindicais em recursos eleitorais, como mencionado, não decorrem apenas da maior ou menor amplitude quantitativa da categoria, mas, principalmente, das disposições ideológicas e modalidades de inserção política dos respectivos candidatos. Como exemplo contrário, ou seja, de alguém oriundo de uma categoria de funcionários muito restrita, mas com um esforço explícito de transcendê-la, pode ser tomado, dentre tantos outros, o de um candidato a deputado estadual pelo PT, se bem que também muito mal votado (5.114 votos). Com curso superior completo, apresenta sua candidatura como “produto resultante da intervenção dos trabalhadores fazendeiros na atividade político-partidária”. Apesar de sua apresentação consistir num elenco de postos sindicais, destaca: “A candidatura (...) transcende ao meio fazendeiro. Sua plataforma também é respaldada por setores do funcionalismo público, sindicalistas e lideranças do movimento comunitário” (cf. material de campanha).

Nesse esforço em transcender a categoria de origem sindical, são forjados diferentes conjuntos de relações, a começar pela organização específica no âmbito nacional. A seguir, mais em termos horizontais, com outras categorias de funcionários públicos e, por fim, com categorias mais difusas, mas que podem garantir laços de lealdade de outros líderes, como os do “movimento comunitário”. Além disso, a atuação sindical é concebida como intrinsecamente político-partidária.

No extremo dessa posição mais “politicista” do funcionalismo público, situam-se aqueles candidatos com um ingresso muito precoce na militância sindical e partidária, em geral tendo começado na militância estudantil, filiados preponderantemente a partidos como o PT e o PSTU, com uma perspectiva militantista e politicista diante de qualquer relação ou fenômeno social, algumas vezes mesclada com um forte ressentimento, embora nem sempre se trate de origens sociais baixas. Mais que em qualquer outro caso, a equivalência entre os interesses dos funcionários públicos com os do conjunto da sociedade está presente como pressuposto. Para tomar apenas um caso exemplar nesse sentido, pode ser apresentada uma candidata à deputada estadual pelo PSTU, muito pouco votada (967 votos). Filha de ex-agricultores que se tornaram comerciantes no interior do estado (Santa Maria), com o 2º grau completo, técnica em informática, funcionária de uma empresa estatal de processamento de dados, então com 35 anos de idade, ingressou na militância partidária ainda muito jovem, no PT e, após, devido a uma dissidência, no atual partido, tendo participado em várias eleições como candidata, sempre derrotada. Essa militância começou ainda no curso secundário, conjuntamente com a “luta sindical” e a “política partidária” e, pouco mais tarde, “comecei a trabalhar (...) numa empresa estatal e comecei no movimento sindical” e assim, teve “uma ascensão no movimento sindical”. Mesmo assim, as “bases eleitorais da minha candidatura são principalmente a categoria em (...) que eu trabalho, (...) e também pelo trabalho, obviamente, do partido, principalmente no setor sindical” (entrevista).

Com a derrota nas eleições, tendo em vista o “processo de desmonte” pelo qual passariam as empresas estatais, seus principais planos futuros incluem “voltar a estudar”,

mas num “curso na área de humanas”, e passar a “cumprir um papel mais político, hoje a minha ação é mais sindical do que política”, mas não necessariamente eleitoral. Isso porque, nessa ótica, “as eleições são um terreno das ilusões das pes-soas. (...) A eleição é um jogo de ilusões, onde o dinheiro tem um papel importantíssimo e o capitalismo sabe muito bem se utilizar das eleições para continuar sobrevivendo, é uma forma de ele se renovar” (*idem*).

Esse padrão de candidato e respectiva apresentação, toda ela calcada num currículo de defesa dos funcionários públicos, abrange, em graus variados, todo um segmento quantitativamente importante. Em síntese, trata-se do padrão muito difundido, que abrange todo um segmento típico no qual a política eleitoral é vista e apresentada da ótica estritamente da militância sindical e/ou estudantil, independentemente da categoria específica de funcionários públicos a que estão funcionalmente vinculados. Essa concepção da atuação sindical e política como uma seqüência de militância e lutas e a apresentação como candidato nesses termos, no entanto, não tem nada de exclusivo desse partido, o PSTU. Nesses casos, trata-se da já mencionada perspectiva, conforme a qual tanto o trajeto como as relações com as diferentes esferas sociais, bem como o esforço de legitimação da candidatura, estão centrados na interpretação desse trajeto como uma seqüência de cargos ocupados em organizações de militância e em ações nesse sentido como prova de “qualidades” positivas, além da titulação escolar, outra base de autoridade muito utilizada.

Por fim, quanto às relações do sindicalismo de funcionários públicos e sua reconversão em recursos eleitorais, há ainda uma outra modalidade, somente viável em determinadas condições. Dentre as quais se destacam a existência de um universo de funcionários relativamente amplo em termos quantitativos e, em segundo lugar, a adoção de um tipo de sindicalismo menos preocupado com temas mais gerais e mais diretamente voltado para a conquista de vantagens imediatas para os componentes da respectiva categoria. Do conjunto de candidatos em pauta, os que melhor representam esse padrão são os dois vinculados aos eletricitários. O primeiro, candidato à reeleição como deputado estadual pelo PMDB, foi eleito para um primeiro mandato pelo PDT, em 1990, trocando de partido pelo PMDB e reelegendo-se em 1994, o que não ocorreu em 1998 (24.339 votos). Esse candidato, com curso superior incompleto, antes de se candidatar pela primeira vez, foi presidente do respectivo sindicato estadual (Sinergesul) e, através disso, componente da diretoria dessa empresa estatal como representante dos funcionários, num processo de “fusão” da representação sindical ou corporativa com a administração da empresa e do processo de formulação das políticas para o setor, com a conquista de uma série de vantagens salariais e trabalhistas⁹. Em seu primeiro mandato, pelo PDT, como representante da categoria, entrou em conflito com outros componentes do governo estadual de então, também do mesmo partido, quando mudou para o PMDB. Em síntese, trata-se de uma representação sindical exclusiva, em nome da categoria e seus interesses, que transcende a

filiação partidária e cujo processo de politização se circunscribe nessa representação, nas conquistas da categoria e no esforço de tornar equivalentes seus interesses com o conjunto da população, dispensando, assim, maiores elaborações ideológicas.

O segundo candidato cujas “bases” eleitorais praticamente exclusivas se concentram nessa categoria de funcionários, em “dobradinha” com o anterior, também por três vezes presidente desse sindicato e diretor da empresa como representante dos funcionários, não eleito (18.291 votos), com curso superior completo, concorreu a deputado federal pelo PDT. Mas, como é a vinculação com a categoria sindical que os une, as diferenças partidárias têm pouca importância. A base de sua apresentação como candidato pode ser resumida na ocupação sucessiva de cargos na direção do sindicato e da empresa, em nome da representação dos funcionários e, por outro lado, na posição contrária às privatizações, que “representam uma ameaça a toda a sociedade” (cf. material de campanha).

Mas, além desse padrão, essa mesma empresa é perpassada também por lutas sindicais vinculadas a outras divisões político-partidárias. Assim, em contraposição a esses candidatos, se posiciona uma candidata à deputada estadual pelo PT (sem sucesso eleitoral, com 3.946 votos), em “dobradinha” com o supracitado candidato proveniente dos funcionários da companhia telefônica. Com curso superior completo, se apresenta como alguém que “trabalhou 20 anos” como administradora da empresa e uma das “fundadoras do Movimento de Conscientização Sindical” (cf. material de campanha). Ou seja, nesse caso, as lutas pela ocupação de cargos administrativos como representante dos funcionários e as clivagens sindicais e partidárias se inter cruzam.

A necessidade de ir além de uma “definição limitada e indígena de sindicalismo”, como sugerido por Gaxie & Offerlé (1985: 106-114), fez com que se tentasse explorar as diferentes modalidades de existência e usos do sindicalismo e também de associações e, mesmo, de “movimentos sociais”. Simultaneamente, o exame dos esforços no sentido da conversão da legitimidade e do reconhecimento nesse tipo de organização em recursos eleitorais evidencia os fortes efeitos de outras clivagens e oposições, para além das baseadas em relações de trabalho ou condição de “trabalhador”. Esse é o caso, particularmente, da posição central do sindicalismo vinculado ao setor público e suas modalidades próprias de “politização”, ou das condições e estratégias para a ampliação de categorias de representação, dentre outras. Por outro lado, o resultado do exame das origens e da posição e características sociais atuais dos líderes sindicais que ingressam na política eleitoral torna evidente um crescente peso da escolarização formal, em conjunto com outros recursos associados (liderança estudantil, rupturas e mobilidade social e geográfica etc.), além de fatores conjunturais, na formação das condições do ingresso crescente, e em muitos casos bem-sucedidos, desse tipo de candidato.

Porém, ao contrário do sugerido pelo supracitado trabalho de Gaxie & Offerlé (1985), decidiu-se analisar e apresentar os sindicatos e associações de empresários

separadamente. No caso em pauta, tudo leva a crer que suas diferenças relativamente ao sindicalismo de trabalhadores são demasiadamente profundas para justificar um exame e apresentação em conjunto.

Notas

¹ Assim, por exemplo, um jornal local publicou uma reportagem especial, após as eleições, com o título sugestivo de “O Poder nas Mãos dos Sindicalistas” e o subtítulo de “Dezenas de líderes dos trabalhadores gaúchos abandonaram as assembleias para se dedicar ao governo”, na qual são elencados cerca de duas dezenas de líderes sindicais eleitos. A maior parte consiste em líderes do sindicalismo de funcionários públicos ou do setor de serviços (bancários, professores etc.). Mas a repercussão maior, certamente, se deve ao fato de que, dentre esses candidatos ex-líderes sindicais eleitos, estão o governador (ex-líder sindical dos bancários, tendo começado no Banrisul, ou seja, um banco público estadual), o vice-governador (ex-presidente do sindicato dos funcionários do Pólo Petroquímico) e uma série de ocupantes de cargos de destaque na administração pública estadual, como secretários (ver *Zero Hora*, 14 de março de 1999: 14).

² Para uma definição de “sistema de ação” e suas implicações e confronto com noções como “redes de organização”, “sistema de interação” etc., bem como a noção de “concorrência entre sistemas de ação”, ver Lagroye (1997: 251-262).

³ Como mencionado, para os candidatos a deputado estadual foi examinada apenas a participação nas eleições ocorridas na década de 1990, ou seja, as gerais de 1990 e de 1994 e municipais, de 1992 e de 1996. Porém, quanto às eleições municipais de 1992 e de 1996, foram incluídos no exame apenas os que chegaram a se eleger vereador ou prefeito. Para os candidatos a deputado federal, foram incluídas no exame todas as eleições anteriores.

⁴ De fato, embora em diferentes condições e com outras alternativas postas em prática, esse confronto entre a lógica sindical e a político-eleitoral está presente em todos esses casos de usos de vinculações sindicais por candidatos. Para os candidatos ligados ao sindicalismo urbano de empresas privadas, abordados anteriormente, nas condições atuais, isso é menos tenso, devido à proeminência de determinadas posições partidárias (particularmente o PT) entre a liderança sindical mais destacada, efeito, pelo menos em parte, da formação de centrais sindicais (particularmente a CUT), a exemplo dos candidatos vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Quanto ao sindicalismo de trabalhadores rurais e, mais especificamente, à estratégia da federação estadual de apresentar todos os candidatos que haviam sido ou eram presidentes de sindicatos, mas excluindo qualquer outro critério de apresentação (ver *Jornal da Fetaq*, ago. de 1998: 8), não tem nada de exclusivo. Esse é o caso também da Associação Médica estadual (AMRGS), com a apresentação de todos os candidatos médicos como “representantes dos médicos” (ver *Jornal da AMRGS*, set. de 1998), sem maiores considerações de ordem “política”. Em alguns casos, como o de organizações de empresários ou de produtores rurais, como apresentado adiante, esse apoio indireto e não oficial é ainda mais genérico e sua principal justificativa é evitar conflitos decorrentes de alguma forma de oficialização e, portanto, a preservação da organização. Nesses casos, o apoio é dirigido aos candidatos que “defendem as teses do setor”, em geral, evitando-se, inclusive, a menção pública de nomes. Em síntese, há um esforço no sentido do apoio aos candidatos da “classe”, mas sem os inconvenientes da oficialização da vinculação do sindicato ou corporação com determinadas posições político-eleitorais. Um tema que está excluído do escopo deste trabalho, mas que um melhor exame desse confronto entre as lógicas sindicais e

eleitorais deveria incluir, consiste nas relações entre as clivagens internas do sindicalismo com as divisões político-eleitorais.

⁵ Ou seja, teria passado “a conviver com piadas contadas pelos colegas de Parlamento”, no sentido de que o “plenário da Assembléia não tem lotes de terra para plantar batata”, o que teria sido compensado pelo fato de ter recebido um prêmio (Prêmio Springer) de “destaque político” (*Zero Hora*, 13/11/98:18).

⁶ Também para Gaxie & Offerlé (1985: 111-112), o militantismo estudantil contribui para a formação de “uma rede de relações susceptíveis de serem mobilizadas em múltiplas circunstâncias” e a incorporação de uma “predisposição à uma visão militante do mundo”. Porém, a maioria dos sindicalistas estudados por eles, devido à sua multiposicionalidade, já estava integrada numa rede de interconhecimentos político-intelectuais ou, então, engajadas numa carreira política. Assim, a acumulação de capital associativo consiste em apenas uma das vias de acesso ao mercado político central.

⁷ Para um estudo do militantismo do PT em Porto Alegre e o significado dessas “correntes” ou “tendências” internas, ver Gaglietti (1998).

⁸ A entrevista foi realizada antes das eleições de 1998, portanto, na condição de deputado.

⁹ Para um estudo dessa empresa e especificamente desse corporativismo, ver Vieira (1996).

Os candidatos vinculados a organizações de empresários e de produtores rurais

Pelo menos no caso estudado, as relações dos empresários com a política e, mais especificamente, com os processos eleitorais, adquirem características próprias. As relações entre posição e esferas sociais com as disputas eleitorais apresentam algumas questões particulares, a começar pelas afinidades, ou não, entre as atividades empresariais e a atuação política. Weber (1968), como já mencionado, toma a falta dessa afinidade como dificultando uma vinculação mais intensa entre os empresários e a política. Porém, é necessário se considerar a definição de empresário de que se trata e as condições sociais e históricas do processo eleitoral.

Para o que está em pauta, destacam-se dois problemas interligados, a saber: as condições de conversão de recursos econômicos em político-eleitorais e, em segundo lugar, as modalidades de organização e representação política dos empresários. Para Lacroix (1985: 525), no processo de “politização”, a “economia somente tem importância enquanto condições de vida. Ela somente serve de mola porque define objetos e recursos de lutas. Saber que ela pode estar na origem da cristalização de atitudes e de opiniões não elimina em nada a significação prática e simbólica própria dessas atitudes e opiniões”. Por outro lado, em termos do senso comum, há uma forte convicção de que o chamado “poder econômico” condiciona as demais formas de poder e, no que tange a processos eleitorais, inclusive no Rio Grande do Sul, foi possível demonstrar a fortíssima correlação entre o montante do patrimônio econômico e o grau de sucesso ou fracasso eleitoral (ver Coradini, 1999). Mas, nesse caso, trata-se de recursos econômicos em geral e não apenas investimentos empresariais, embora a disposição desse tipo de capital possa ser uma característica dos empresários, isso não consiste numa exclusividade e não é o que os define enquanto tais. Portanto, se deixada de lado uma perspectiva empresarial, a mera posse de um patrimônio econômico elevado parece aproximar boa parte dos candidatos empresários de algumas outras categorias, como o dos profissionais liberais com titulação universitária (por ora, excluídos dos limites empíricos do presente trabalho).

Assim, uma primeira distinção analítica a ser operada é entre os candidatos que se apresentam em nome da condição e da defesa de interesses de empresários daque-

les cuja condição de empresário tem um significado mais de utilização de recursos econômicos e sociais que podem ou não ser convertidos em recursos eleitorais. Uma segunda distinção que deve ser feita é entre a defesa de interesses vinculados aos interesses empresariais enquanto interesses organizados, com representação mais ou menos institucionalizada ou, então, enquanto valores ideológicos, tais como os associados à chamada “livre iniciativa”. Quanto a este segundo ponto, da defesa eleitoral desse tipo de valor, isso não requer que o candidato participe da condição de empresário, bastando as afinidades ideológicas. Haveria ainda uma outra forma dos interesses empresariais ou do chamado “poder econômico” participar das eleições, que consiste no financiamento às campanhas. Mas apesar da importância dessa participação para a compreensão do processo eleitoral, os dados e informações disponíveis são demasiadamente precários para um estudo mais sistemático¹. Por último, além das características sociais e das origens desses candidatos vinculados de algum modo a organizações de empresários, é necessário levar em conta sua heterogeneidade e divisões, visto que a própria multiposicionalidade e os usos desses vínculos variam conforme essas divisões. Por exemplo, como é demonstrado adiante, os empresários rurais tendem a ter uma vinculação muito mais forte com a “política local” e com a atuação e ocupação de cargos nesse nível.

Os candidatos que têm em sindicatos ou associações de empresários ou de produtores rurais uma ou a principal base de recursos eleitorais não diferem dos demais apenas pelas respectivas posições sociais ou estruturas de capital, nem pelo fato de operar um outro princípio de classificação e divisão social em suas relações com os eleitores em potencial. As próprias modalidades em que essas relações e recursos eleitorais são apresentados e, portanto, usados nas disputas eleitorais para sua legitimação como candidatos, envolvem uma série de condições próprias, dentre as quais, uma maior “transfiguração” dessa condição social de empresário. Ao contrário, por exemplo, dos sindicalistas, cuja apresentação como candidato tende a se centrar na própria condição de sindicalista e em suas lutas e vinculações com a categoria que pretendem representar, a apresentação em nome de alguma organização empresarial é sempre mais difusa e transfigurada, e podendo conter, inclusive, um alto grau de eufemização. Por outro lado, as posições das organizações empresariais, tanto nas esferas jornalísticas como das discussões políticas, sempre são tomadas como algo muito importante no processo eleitoral e, mesmo posteriormente, na organização do governo pelos eleitoralmente vencedores. Em outras palavras: se as relações com o mundo empresarial são tidas como politicamente importantes, eleitoralmente ou como elaboração de imagem há uma espécie de minimização dessa condição de empresário, pelo menos em seu sentido mais estrito. Ao contrário, outros tipos de candidaturas tendem a ressaltar a condição social de origem e os vínculos com a mesma como recurso eleitoralmente importante.

Assim, por exemplo, pouco antes das eleições em pauta, a principal organização de empresários do estado, a Federação das Indústrias (Fiergs), elaborou um documento com 42 “recomendações”, centradas na “recuperação das finanças públicas”, no “fim

do excesso de fiscalização na área tributária” e na “busca do desenvolvimento auto-sustentado”, apresentado aos candidatos (Fiergs/Ciergs, 1998). Esse documento (com o título de “A Rearquitetura do Estado – Garantindo o Futuro”) foi baseado num anterior, elaborado por ocasião das eleições de 1994 (com o título de “A Reengenharia do Estado”), servindo como base de comparação para a avaliação do governo que findava e de fundamento para as “propostas” aos candidatos em disputa. Por outro lado, logo após as eleições, houve uma reunião do governador eleito e outros líderes partidários com quatrocentas das principais lideranças empresariais do estado, na qual se tentou “tranquilizar” esses líderes empresariais (*Zero Hora*, 25/11/98:12). Mas, o importante a destacar é que, apesar de toda essa importância “política” atribuída a esse tipo de reunião, dentre esses líderes empresariais mais destacados não há nenhum que fosse candidato nas eleições em pauta.

Esse documento da Fiergs, de fato, é algo muito simples, mas incisivo e direto. Compõe-se de duas partes, a saber: uma série de indicadores de comparação com as “propostas” contidas no referido documento de 1994, relativo à “reengenharia” do estado e o subsequente grau de “avanços” em cada item proposto e uma segunda parte, na qual são elencadas as “propostas” de “rearquitetura”, que consistem numa continuidade daquelas. Na sua edição posterior, foi acrescentada uma terceira parte, sobre a “repercussão na imprensa” dos documentos e discussões provocadas (Fiergs/Ciergs, 1998: *passim*). Ou seja, além da representação direta de interesses através de organizações de empresários, a repercussão na imprensa também é tomada como um indicador da eficácia desse tipo de ação e, por extensão, de sua legitimidade ante a “opinião pública”².

Quanto ao conteúdo explícito desse tipo de documento, não vale a pena sua exposição detalhada, visto que, como seria de esperar, o conjunto de “propostas” contido pode ser resumido no objetivo de impor uma perspectiva empresarial ou mais especificamente, de mercado, com base na “eficiência” administrativa, ao conjunto da esfera política e aos candidatos em disputa. Para o que está em pauta, o que deve ser destacado é que, mais que como atores no processo eleitoral, os empresários, ou pelo menos suas principais organizações e lideranças, participam dessas eleições como “grupo de pressão” ou “grupo de interesses” (Offerlé, 1998). Em segundo lugar, deve ser destacado que é exatamente esse tipo de perspectiva ou “propostas” que vão estar presentes em tomadas de posição de determinados candidatos, não necessariamente empresários, enquanto condição social ou profissional.

Nas últimas eleições, o número de candidatos que têm em organizações de empresários ou de produtores rurais uma base de recursos eleitorais, no Rio Grande do Sul, não é elevado. Mesmo assim, nas eleições em pauta, esse número é ainda menor e, além disso, diversamente de eleições anteriores, não há nenhum candidato que possa ser caracterizado como representante dos empresários, em termos exclusivos. Ou seja, o uso de relações com organizações empresariais, no caso, consiste em apenas um dos

recursos em jogo, em composição com outros.

Mesmo assim, é possível constatar que, no mínimo, um total de vinte dos 649 candidatos nessas eleições, de algum modo, se valem de relações com organizações empresariais enquanto um recurso eleitoral. Outros 32 se valem de vinculações com sindicatos/associações de produtores rurais. Os significados dessas vinculações, no entanto, são muito variáveis e contemplam diferentes modalidades. Uma das principais dessas modalidades é a liderança e ocupação de cargos em sindicatos ou associações de empresários e a subsequente apresentação como candidato em defesa de seus interesses. Embora, no que tange aos representantes dos produtores rurais, se disponha de diversos casos que se aproximam muito desse padrão, quanto aos empresários urbanos, são numericamente poucos os candidatos cuja principal característica esteja centrada nisso. Ou seja, os vínculos com a condição de empresário ou, então, de representante de seus interesses são mais difusos e variáveis. Em segundo lugar, a apresentação como candidato com base em vínculos com os interesses ou com organizações empresariais comporta diferentes modalidades de inserção social, enquanto empresário ou não. Em outras palavras, a apresentação como candidato vinculado à defesa de interesses de organizações empresariais não pressupõe, necessariamente, a condição de empresário e o inverso também se aplica. Portanto, não basta que alguém seja empresário para que sua imagem enquanto candidato esteja centrada em vínculos diretos com organizações de empresários.

Além disso, do mesmo modo que para um exame mais minucioso é melhor tomar separadamente os representantes de interesses empresariais e os de produtores rurais, visto que há uma série de características sociais e relativas aos trajetos políticos que os distinguem, tanto uns quanto outros contêm muitas diferenças quanto às suas relações com a condição de empresário ou produtor rural, como, também, com suas organizações de representação classista. Por exemplo, em relação aos candidatos vinculados a organizações de empresários, em sua maior parte, trata-se de organizações especificamente dirigidas a “pequenos” ou “micro” empresários, com suas mobilizações próprias. Quanto aos produtores rurais também, mais que uma carreira sindical, no sentido tradicional, as vinculações com esse tipo de interesses organizados e a conseqüente notabilidade, na maior parte dos casos, ocorrem em períodos de maior mobilização, por razões diversas.

Mas, como mencionado, devido às diferenças, é melhor tomar os representantes de empresários e de produtores rurais separadamente. Mesmo assim, apesar dessas diferenças quanto à condição de empresário ou de produtor rural e, mais ainda, em suas respectivas relações com a representação classista dos mesmos, no que tange aos indicadores mais elementares, tais como grau de escolarização e filiação partidária, há uma forte homogeneidade.

Os candidatos vinculados a organizações de empresários

Ao se examinar as origens sociais dos vinte candidatos que mantêm relações com organizações de empresários e, mais especificamente, com a profissão do pai, são poucos os que têm origens sociais no mundo empresarial: dos 12 dos quais se dispõe de informações, dois são filhos de políticos, sendo um de uma “família tradicional” em sua cidade de origem e outro de um ex-deputado estadual católico; um é filho de comerciante, dois de empresários, um de taxista, um de caminhoneiro, dois de agricultores, um de fazendeiro e, por fim, um sobre quem apenas se dispõe da informação de que se origina uma “família pobre”. Portanto, quanto à família de origem, desses 12 com informações disponíveis quanto à profissão do pai, apenas dois têm origens equivalentes, pelo menos em termos formais, ou seja, os pais são empresários, e outros dois, os filhos de políticos, com posição social mais próxima.

Em termos de classificação profissional pelas categorias propostas pela Justiça Eleitoral quando do registro da candidatura, desses vinte candidatos, apenas uma terça parte se classifica como proprietários (dois como proprietários de estabelecimento comercial, outros dois como proprietários de estabelecimento industrial, um como proprietário de estabelecimento agrícola e um outro como proprietário de microempresa). Do restante, a maior parte se classifica em categorias equivalentes ou próximas a algo como profissionais liberais e assemelhados (um engenheiro, um agrônomo, um advogado, um administrador, um corretor de imóveis, títulos e valores, um vendedor de comércio varejista e atacadista, um supervisor, inspetor e agente de compras e vendas, um jornalista, três membros do Poder Legislativo, um pensionista e, por fim, dois classificados como “outros”). Quanto ao grau de escolarização, a maior parte conta com alguma titulação universitária (desses vinte candidatos, 13 têm algum curso superior completo, outros três têm o superior incompleto, três o 2º grau completo e, por fim, um tem apenas o 1º grau completo).

Mais que a condição social e o grau de escolarização, a relativa homogeneidade desse tipo de candidato é mais acentuada quanto à filiação partidária. Ou seja, desses vinte candidatos, oito são filiados ao PPB, três ao PMDB, outros três ao PTB, dois ao PFL, dois ao PSDB, dois ao PPS e, por fim, um ao PDT. Portanto, do conjunto de trinta partidos em disputa nesses eleições, poucos são contemplados por filiações desse conjunto de candidatos.

Cabe destacar, inclusive, que isso é completamente coerente com o depoimento de líderes desses partidos, como o do presidente estadual do PPB. Para o mesmo, apesar de haver trinta partidos em disputa, as posições em confronto podem ser reduzidas a “cinco ou seis”, havendo, portanto, uma forte confluência de partidos formalmente diferentes quanto a determinadas questões. Em segundo lugar, graças à experiência na

ocupação de cargos públicos e ao fato de ter apoiado um “regime não-democrático”, para este partido a prioridade ou estratégia básica, “é que a administração pública, para nós, é uma espécie de gerenciamento eficiente” e, com isso, “a melhor forma de fazer política partidária é ser bom administrador” (entrevista). Isso teria efeitos, inclusive, na seleção de candidatos, com uma comissão e critérios próprios, sendo que três critérios são fundamentais: em primeiro lugar, “o princípio da representação regional”; em segundo lugar, a “disponibilidade da pessoa”; e, por fim, em terceiro lugar, o “critério do segmento”. Nessa busca de “segmentos”, nas eleições em pauta, “nós temos aí seis, sete candidatos supervinculados com a educação, 15, vinte candidatos que são vinculados com o setor primário (...) e também segmentos na área empresarial”, que seriam “aqueles segmentos que estão (...) mais afinados com a nossa identidade doutrinária” (entrevista).

Além disso, quanto a essa “identidade doutrinária”, trata-se de um “partido privatista, que defende que as empresas sejam da iniciativa privada”, embora “tenha que haver um poder regulador, não posso entregar tudo às leis do mercado”. Por fim, “o partido sempre votou contra o aumento de impostos” e o objetivo geral estaria em converter o “Estado empresarial” em “Estado prestador de serviços” (entrevista). Como é facilmente constatável, há uma afinidade muito forte entre esse tipo de posição com as dos candidatos vinculados a organizações empresariais, sejam ou não filiados a esse partido.

Ainda quanto a indicações político-eleitorais, há uma outra característica que marca esse conjunto de candidatos, ou seja, a menor participação em eleições anteriores, particularmente as de cunho local, comparativamente aos demais candidatos. Assim, desses vinte vinculados a organizações de empresários, nove não têm registro de participação em eleições anteriores, pelos critérios utilizados (que não são exaustivos)³. Outros nove participaram somente de eleições gerais, em 1990 e/ou 1994 ou também de períodos anteriores. Dos restantes, um foi eleito vereador ou prefeito em 1992 e/ou 1996 e outro foi eleito vereador, em 1992. Algo que vai no mesmo sentido é a distribuição desse conjunto de candidatos pelos cargos em disputa, ou seja, diferentemente do conjunto dos demais, há uma concentração de candidaturas para deputado federal. Desse conjunto de vinte candidatos, 11 concorreram ao cargo de deputado federal e os nove restantes a deputado estadual, sendo que desses vinte candidatos, nove foram eleitos. Do restante, pelos critérios da Justiça Eleitoral, 10 ficaram na condição de suplente e um último foi considerado como não eleito.

Por fim, deve ser destacado que, no que se refere às respectivas bases de recursos eleitorais, desses vinte candidatos, apenas para nove é possível, com base no conjunto de informações disponíveis, se tomar os sindicatos/associações de empresários como a principal ou, no mínimo, uma das principais bases de recursos eleitorais. Para os demais, esse tipo de recurso entra apenas como um componente a mais do conjunto de recursos, mais difusos. Para outros sete que já ocupavam cargos de deputado, estadual ou federal, sua principal base de recursos eleitorais consiste no próprio exercício do

cargo, de modo semelhante aos outros dois que ocupavam cargos de nível mais local, como vereadores ou prefeitos. Para um último desses candidatos, sua principal base de recursos eleitorais são as organizações religiosas, por se tratar de um líder católico, além da herança política da família de origem, visto ser filho de um antigo deputado.

Usos eleitorais de vínculos com organizações de empresários

Como mencionado, nas eleições em pauta, são raros os candidatos cuja principal característica e imagem social seja sua representatividade enquanto empresário, mesmo comparativamente a eleições anteriores, quando havia alguns que poderiam ser incluídos nessa categoria. Para a maior parte dos candidatos em pauta, o principal vínculo é com a condição de empresário ou, então, com a ocupação de cargos públicos cujas origens remetem à condição de empresário ou, ainda, de representante de seus interesses. Além disso, e o que é o principal para o que está em pauta, tanto a condição de empresário como a utilização de vínculos com suas organizações de representação, para fins eleitorais, podem assumir diferentes modalidades. Para alguns, essa vinculação ocorre basicamente com a condição de empresário e a conseqüente perspectiva a partir da qual são interpretados os temas e “problemas” em pauta nas disputas políticas. Em alguns desses casos, principalmente quando se trata de alguém com um menor trajeto político e mesmo escolar prévio, essa projeção da condição de empresário tende a ser mais direta e menos mediatizada pela “transfiguração” própria das lutas políticas.

Iniciando por um caso que representa o extremo dessa projeção quase direta da condição social de empresário nas disputas ideológicas e eleitorais: trata-se de um candidato a deputado federal pelo PFL, tendo sido eleito (57.349 votos). Filho de um agricultor que se tornou comerciante e também foi vereador em seu município de origem (Gramado), estudou em seminário católico, formando-se em ciências contábeis, foi prefeito em seu então município de residência (Igrejinha) em 1988, mas teve seu mandato cassado pela Justiça Eleitoral devido à acusação de “difamação”. Porém, apesar das origens sociais relativamente baixas, conseguiu ser o fundador e principal proprietário de uma das maiores empresas de produção de calçados do estado, com cerca de quatro mil e quinhentos empregados. Quando das eleições, no universo das organizações empresariais ocupava o cargo de vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados). Sua apresentação como candidato nos programas eleitorais de rádio se resume no que segue: “Amigos: fui agricultor, tive formação religiosa, empregado e hoje sou empresário, gerando 4.500 empregos. Acredite em você, coloque uma microempresa, comece a gerar seu próprio emprego.” Ou, numa outra versão: “Minha gente, trabalhei na roça, tive formação religiosa. Hoje sou empresário do setor de calçados. Geramos 4.500 empregos. Geração de empregos é assunto para quem faz, para quem gera empregos” (cf. material de campanha). Em seu material escrito de campanha, essa apresentação das origens e trajetória social

como exemplar é ainda mais contundente, com destaque para sua antiga condição de “agricultor”, de ex-seminarista, de ex-militante de “partido de esquerda”, ex-estudante carente, empresário bem-sucedido e político (*idem*).

Essa visão cruamente “empresarial” dos temas e disputas ideológicas em jogo na campanha, no entanto, não se reduz a uma mera estratégia de apresentação no material de campanha, mas é a manifestação de um *ethos* que reduz os esquemas de apreciação e julgamento à condição de empresário com determinado trajeto, tido e apresentado como exemplar. Em suas palavras, “primeiro, a gente tem obrigação de evoluir. Eu preciso construir a minha vida. Como é que eu vou ser exemplo para alguém, se eu não construí primeiramente? Se eu não sou capaz de construir a minha vida, a minha personalidade, a minha empresa, a minha profissão, o que eu quero ensinar para os outros?” (entrevista). Assim, “só pode dar quem tem, só pode dar cultura quem tem cultura” e a “liderança sólida tem que ser em cima do exemplo” (*idem*). Portanto, nesse caso, a menção e mesmo a valorização das origens sociais, enquanto filho de agricultor, diversamente de outros candidatos, como os sindicalistas em geral, que a tomam como atestado de condição de classe, aqui servem como testemunho exemplar da ascensão social e qualidades a serem seguidas. É certamente devido a isso que, em conjunto com a exposição das origens sociais como ponto de partida de um trajeto bem-sucedido, e como testemunho da excelência pessoal, são permanentemente destacados valores ou “qualidades pessoais” tais como “força, garra e determinação”, como síntese dessas qualidades, ou, então, a capacidade auto-atribuída de “conseguir transmitir vida para as pessoas, transmitir otimismo, transmitir auto-estima”, e no que tange à “política, tem que ter carisma” (*idem*).

É devido a esse esquema de percepção calcado no otimismo e no carisma ou, então, na projeção do próprio trajeto como atestado de excelência que, apesar de participar diretamente de organizações de defesa de interesses de empresários, essa vinculação consiste em apenas um dos componentes das bases de recursos eleitorais. Por isso, esse mesmo candidato enfatiza (a entrevista foi realizada após as eleições) que “tive votos de empresários, profissionais liberais, professores” e, no que tange ao mundo empresarial, além dos próprios empresários, “o maior número de votos foi de empregados” (*idem*). Quanto ao apoio direto e institucionalizado dos empresários ou, mais especificamente, da associação do setor de calçados que dirige, esta “não me apoiou diretamente (...), até porque tinha mais candidatos” (*idem*). Isso teria como vantagem não perder a “autenticidade”, que ocorreria quando o político “fica muito vinculado a um grupo” e “eu não estou preso a nenhum setor” (*idem*). Por outro lado, embora eleitoralmente “a minha vinculação tenha sido mais como empresário e [com os] empregados”, utilizou-se também de sua atuação numa organização filantrópica dirigida às crianças (Bric) e na região de origem, “valorizei no meu currículo esta passagem como agricultor” e assim, “atingi todos os setores” (*idem*).

Como não se sente “preso a nenhum setor” ou “grupo”, percebe e apresenta essa

visão empresarial como sendo um programa político. Em suas palavras, embora “tenha trabalhado mais junto com os empresários e os empregados”, as “minhas propostas, elas não são específicas a alguma coisa. A minha proposta é a redução de impostos, valorização da empresa (...), nova lei trabalhista, mais salários e menos encargos. Ela é uma proposta que abrange o Rio Grande do Sul e o Brasil, quer dizer, é uma proposta mais ampla” (*idem*). Em síntese, por “amplo”, nessa perspectiva empresarial mais direta, e um tanto rude, se trata da projeção de uma série de reivindicações empresariais, que inclui os trabalhadores enquanto necessidade de empregos e salários, decorrentes do crescimento empresarial, o qual, por sua vez, depende diretamente de determinadas qualidades dos empresários que, no limite, envolve uma lógica da dádiva.

Porém, mesmo essa perspectiva empresarial fortemente marcada por uma ideologia de “*self made man*” comporta variações, podendo, inclusive, se apresentar mais nuançada e abstrata. Um caso exemplar disso é o de um candidato a deputado federal pelo PPB que já ocupava esse cargo como suplente, diretamente concorrente do apresentado acima, que também acabou se elegendo (102.596 votos). Porém, a vinculação com o mundo empresarial no caso desse último, que se classifica profissionalmente no esquema da Justiça Eleitoral como proprietário de microempresa, é menos como proprietário e mais diretamente em termos profissionais e ideológicos. Filho de um taxista e de uma cozinheira de restaurante num município do interior (Taquari), tendo cursado direito, quando foi presidente do respectivo Centro Acadêmico (já havia sido presidente do grêmio estudantil no secundário), já nessa fase estudantil acabou sendo o presidente da Juventude do então PDS, partido do qual era vice-presidente nacional quando das eleições em pauta. Em suas palavras, após formado, “acabei advogando na área de comércio exterior (...), fui vice-presidente da Associação Brasileira de Comércio e de Exportação de Sapatos (...) E ali eu defendi muitas teses do setor coureiro-calçadista e o setor, em crise desde 93, também precisava de representantes” (entrevista). Porém, mais que atuação profissional como advogado, sua condição de líder decorre da atuação como porta-voz das empresas do setor ante os organismos públicos. Ao mesmo tempo, exercia o cargo de professor de EPB (Estudo de Problemas Brasileiros) numa universidade local, o que também foi utilizado para acumulação de recursos eleitorais. Em suas palavras, “era uma aula que me propiciava uma liberdade maior para mim poder discutir questões do dia-a-dia, as questões do aluno frente ao estudo” (*idem*).

Simultaneamente, tratou de converter essa liderança em recursos eleitorais, primeiramente, se candidatando a prefeito em seu município de origem, em 1986, sem sucesso e, em 1994, a deputado federal, ficando como suplente e assumindo nessa condição. Desse modo, trata-se de um político que “nunca fui vereador, nunca fui deputado estadual, nunca fui prefeito e acabei deputado federal, na condição de primeiro suplente” (*idem*). Esse cargo possibilitou que ampliasse em muito a votação inicial das eleições de 1994 (40.788 votos).

Mas, como mencionado, a visão empresarial, nesse caso, aparece mais matizada

e, inclusive, impregnada tanto pela formação jurídica como pela atuação político-ideológica, a começar pela definição da atividade política, fortemente marcada por uma visão administrativa ou, em suas palavras: “O político é um ajudador da sociedade. Nós, quando tem uma lei burra, nós temos que fazer uma lei inteligente” (*idem*). A eliminação dessas “leis burras” estaria associada à formulação de “leis para diminuir o custo Brasil, para permitir que haja emprego, que haja indústria, facilitação na área da legislação social, que também é muito burra, redução de tributos e flexibilidade”. Quanto à “minha grande linha ideológica, é o trabalho, geração de empregos. Porque, para mim, cidadania não se dá com decreto de político, se dá com a geração de ganho econômico (...) e investir na educação, que é a única forma libertadora das classes mais pobres, como é o meu exemplo, ter uma ascensão social” (*idem*). Essa sua visão se diferenciaria da do candidato apresentado acima, na medida em que “a gente tem que olhar a função social do emprego. A função social do emprego é quem vive da empresa. Isso tanto pode ser o patrão, como pode ser o empregado, porque não há patrão sem empregado e não há empregado sem patrão” (*idem*).

Como um bom exemplo da possível eficácia social desse tipo de visão, pelo menos em determinadas condições, basta mencionar que esse candidato atuou em “dobradinha” com um outro do mesmo partido. Porém, apesar da posição partidária e das alianças políticas, esse último, candidato à reeleição (bem-sucedido) como deputado estadual, que em termos profissionais começou como operário no setor calçadista, para, posteriormente, se candidatar e ser eleito vereador e, após, deputado estadual. Em sua campanha para a reeleição como deputado estadual pelo PPB, esse candidato também destaca o fato de ser “filho de agricultores” e ter trabalhado “22 anos de carteira assinada como operário de fábrica”, além de sua atuação política em defesa das “nossas indústrias e dos empregos por elas gerados” (cf. material de campanha).

Mas há uma outra modalidade de vinculação com organizações de empresários e suas lideranças, que se manifesta de modo mais nítido em outros casos, quando essa vinculação é diluída dentre outros componentes ou esferas sociais. Nesses casos, mais que liderança empresarial, o que tem um maior peso enquanto recurso eleitoral é a própria condição social e as possibilidades de acesso a um conjunto de esferas de sociabilidade, que, por si só, já representam alguma possibilidade de liderança, como é o caso, por exemplo, dos clubes, das lutas políticas locais ou municipais, e assim por diante. Em geral, esse tipo de candidato tende a destacar, além de sua condição de empresário e, em alguns casos, da própria liderança empresarial, seus vínculos com a chamada “comunidade” e uma série de outras esferas sociais, freqüentemente materializados através da atuação na filantropia.

Como um caso exemplar desse padrão pode ser tomado um candidato à reeleição como deputado estadual pelo PDT (bem-sucedido, com 31.921 votos). Filho de um empresário que pode ser considerado de grande porte para os padrões regionais, parente de um político de destaque estadual e mesmo nacional (senador Pedro Simon),

tendo estudado nos Estados Unidos e se formado posteriormente em administração de empresas com pós-graduação em *marketing*, inicialmente teve uma carreira de sucesso como administrador das empresas do próprio grupo familiar, num município com forte industrialização no interior do estado (Caxias do Sul). Em suas palavras, “nunca pensei que ia ser candidato a nada”, embora considere que sempre tenha sido líder numa série de atividades, a exemplo dos demais membros do grupo familiar. Além disso, como se trata de um grupo familiar muito identificado com o catolicismo e com a filantropia, atribui suas “bases” eleitorais iniciais às “obras sociais e ao trabalho que a minha mãe fazia na comunidade” (*idem*). Essa posição inicial de não ingressar na política foi muito explorada, inclusive, como formação da imagem do candidato. Assim, em sua apresentação no material escrito de campanha, em conjunto com seu currículo escolar e cargos públicos ocupados, é destacado que “não tinha em suas prioridades pessoais ser político”, destacando então sua formação escolar e condição de empresário (cf. material de campanha). O mesmo ocorre nos “perfis” jornalísticos (*Zero Hora*, 21/01/99:14).

Dessas condições sociais de origem resultou não apenas o sucesso profissional, mas também uma condição de líder muito precoce e diversificada, a começar pela escola, e, em segundo lugar, nos esportes, sendo que “em todos os clubes da cidade eu tive uma atuação muito ativa e atuante” (entrevista). Embora não se tratasse de uma liderança que pudesse ser considerada como diretamente “política”, foi devido a isso e pelas relações com os políticos da cidade que foi convidado a ser candidato e, assim, foi eleito vereador por duas vezes (uma pelo PMDB e outra pela PDT, seu partido em 1998) e, inclusive, as duas vezes tendo sido o mais votado do município, além de ser o vereador mais jovem, aos 26 anos, e o presidente da Câmara. Em 1994, candidatou-se a deputado estadual, tendo ficado como suplente, mas acabou assumindo o cargo.

Mas, apesar de se tratar de um empresário e líder em diferentes esferas sociais, identifica suas “bases eleitorais” em “diversos segmentos”, sem uma “base específica”. Dentre esses segmentos, se destacariam “uma identificação com a juventude, com o meio empresarial, (...) com os menos privilegiados pelo trabalho social que eu gosto de fazer. São esses três: os empresários, os jovens e os menos privilegiados, os de baixa renda” (*idem*). Ou seja, embora de fato se trate de “segmentos” diversificados, os princípios de adesão que fundamentam os respectivos vínculos são de natureza própria para cada caso, abrangendo desde a proximidade social até a filantropia.

Mas, seja devido a esse passado como administrador das empresas do próprio grupo familiar ou à formação escolar, em conjunto com a condição social, seu principal objetivo é ser prefeito do município de origem, visto que, apesar de ocupar um cargo de deputado, “sou mais executivo e gosto das coisas ser operacionalizadas. (...) No legislativo tu tens excelentes idéias, tu fiscalizas, tu legislas, mas as vezes tu não tens a caneta na mão (...) Então, por isso, eu faço um trabalho forte nas comissões especiais, nas comissões permanentes da casa, porque eu gosto de ver as coisas concretizadas” (*idem*). Devido a essa identificação como “executivo” e com o chamado “trabalho so-

cial”, um dos principais critérios de avaliação do trabalho político é o “grau de entrada com os órgãos constituídos (...), para que eu possa transferir para o cidadão” (*idem*). Ou, em outras palavras, a eficácia da mediação administrativa.

Em outros casos, esse amálgama entre a condição de empresário, atuação profissional e vinculação com a política eleitoral está mais centrada no exercício de cargos político-administrativos afins com as atividades empresariais, em combinação com outros componentes, como a filantropia e, mesmo, a herança política familiar. Esse é o caso, dentre outros, de um candidato à reeleição como deputado estadual pelo PMDB, que também acabou se elegendando (27.532 votos). Filho de um dos maiores comerciantes de um município demograficamente grande e industrializado (Novo Hamburgo), sobrinho de um outro candidato a deputado federal nas mesmas eleições e pelo mesmo partido, que conta com um longo percurso político como prefeito e deputado, em sua apresentação como candidato e no depoimento, destaca sua atuação como engenheiro químico e como Secretário de Indústria e Comércio da prefeitura municipal, ou seja, uma atuação profissional próxima do mundo industrial, tanto no que tange à formação escolar como nas relações sociais e políticas envolvidas. Em suas palavras, a carreira começou “na Secretaria de Indústria e Comércio, como diretor de indústria e engenheiro químico”, onde passou dez anos e, posteriormente, “saí para trabalhar na iniciativa privada” (entrevista). A isso se agrega a participação num “grupo de serviços” ou o *Rotary*, que então pretendia “participar mais politicamente”, apesar de que, oficialmente, “não trata de política”. Porém, como eram poucos os profissionais liberais integrados na política local e se visava a uma “qualificação melhor dos políticos”, foram destacados quatro candidatos próprios (*idem*).

Como deputado, continuou mantendo essa perspectiva pretensamente “técnica” ou “qualificada”, vinculada às questões de relacionamento financeiro entre municípios e estado, presidindo comissões como a de Assuntos Municipais e de Finanças e Planejamento. Isso modificaria as condições de seu relacionamento com “o público” no reconhecimento do trabalho parlamentar, cujo público principal seria outro, visto que “trato com prefeitos, com vereadores, com empresários, eu não tenho um público aqui no gabinete”, o que tornaria mais difícil o “reconhecimento jornalístico”. Mas isso seria compensado pelo tipo de eleitor atingido, acima de “determinado nível de instrução” e de renda (*idem*).

No limite, essa condição de empresário, mais que vinculação a alguma organização de representação, eleitoralmente é apresentada enquanto tal, ou seja, como a própria condição de empresário, e as esferas de atuação que isso possibilita, tais como filantropia, clubes, ou mesmo a defesa de interesses regionais. Desse modo, a condição de empresário aparece menos como tomada de posição em defesa de seus interesses diretos e mais como uma esfera de ação. Esse é o caso de um dos maiores empresários que se candidatou nessas eleições, disputando um cargo a deputado estadual pelo PPB, sendo eleito com uma forte votação (74.587 votos), diversamente de suas experiências eleito-

rais anteriores, a prefeito em 1992 e a vice-governador, em 1994, derrotado em ambas.

Apesar de que frente ao esquema de classificação da Justiça Eleitoral se defina como proprietário de estabelecimento agrícola, da pecuária e florestal, é o principal proprietário e dirigente de um conjunto de quatro empresas agrícolas, frigorífico, fábrica de embalagens, curtume, além de investimentos em empresas de rádio e televisão, com um total de cerca de quatro mil empregados. Além disso, apesar de ser regionalmente conhecido como o “rei do arroz”, ou seu maior produtor, destaca em seu material de campanha sua condição ou “profissão” de engenheiro, além daquelas de “empresário e arroteiro”. Porém, como mencionado, mais que qualquer uso direto de vínculos com organizações empresariais, o que de fato é mais diretamente utilizado como recurso eleitoral são as esferas de atuação “sociais” que essa condição favorece, dentre as quais se destacam os fortes investimentos no principal clube de futebol local, do qual, conforme um depoimento em jornal, “praticamente mantém as finanças”, enquanto uma parte dos torcedores e dirigentes “trabalham em sua campanha” e, por fim, na “cultura”. Essa “cultura” é representada pelos investimentos financeiros num teatro local. Mas, apesar de não ter destaque como líder de organizações corporativas ou da “classe”, “obteve um apoio maciço dos empresários da região” (*Zero Hora*, 23/11/98:16).

É essa vinculação com a “região”, no caso, mais especificamente, a “metade sul” do estado, que acaba sendo um dos principais critérios de legitimação da candidatura, além da exemplaridade da biografia de empresário bem-sucedido e em ascensão do candidato. Seu material escrito de campanha se centra no local de nascimento, deslocamentos geográficos para a formação escolar, subsequente retorno para “trabalhar a terra, junto com meu pai”, candidaturas anteriores e o conhecimento pela “experiência” das “misérias do povo” que isso proporcionaria. Ou, nas próprias palavras, “como legítimo representante do meu povo” (cf. material de campanha).

Uma versão mais centrada nos usos da herança política familiar e na titulação escolar é apresentada por outro candidato com vínculos com os empresários da mesma região (Pelotas), candidato à reeleição como deputado federal, também pelo PPB (tendo se reelegido, com 68.444 votos). Nesse caso, mais que a filantropia ou benemerência, a condição de empresário, enquanto imagem social, fica subordinada à sua forte escolarização e ao trajeto político iniciado precocemente. Embora ante o esquema de classificação da Justiça Eleitoral se defina como agrônomo, trata-se de um filho de um político da região, grande produtor rural e empresário. Mas, apesar dessa condição de empresário, sua apresentação como candidato está centrada em seu currículo escolar e profissional e na “expressiva trajetória política”, além de qualificações como “experiente” e “capaz”. Como atestado dessa “experiência” é apresentado seu passado de “professor e bancário, além de agricultor e pecuarista” e, como prova de “capacidade”, o passado de “engenheiro agrônomo e administrador de empresas”, os títulos de mestre em administração pública e doutor em ciências políticas e o trajeto político com uma “atuação diversificada” (cf. material de campanha).

Porém, nesse caso, em conjunto com a própria biografia enquanto atestado de um trajeto em ascensão e dos atributos associados, isso pode ser generalizado para o respectivo grupo familiar. Assim, no período eleitoral, foi publicado um livro de autoria do candidato sobre a “história da imigração” (“Pioneiros, Aventureiros, Guerreiros e seus Herdeiros”), no qual essa “história” do respectivo grupo familiar se confunde com a da imigração alemã para o estado e com a da própria região. Por sua vez, na sua apresentação no “Repertório Biográfico” da Câmara Federal, além da série de livros publicadas, são destacados, a título de “atividades sindicais, representativas de classe e associativas”, os cargos ocupados em organizações estudantis, na Associação de Engenheiros Agrônomos e na Associação de Administradores (Câmara dos Deputados, 1999: 364-366). Porém, nas apresentações de jornais locais de âmbito municipal ou regional, toda a ênfase é centrada na imagem de representante dos interesses regionais, a exemplo dos demais candidatos da região. Porém, nesse caso, a ênfase está centrada na defesa dos “setores produtivos” e a gestão político-administrativa em termos mais amplos do “desenvolvimento econômico”, em síntese, numa linguagem mais afim com problemas administrativos voltados ao mundo da produção (Ver *Diário Popular*, 12/08/98:16 e *Correio Leonense*, out. de 1998:3)⁴.

Outro padrão de vinculação entre a condição ou, então, a liderança empresarial e sua transformação em recurso eleitoral é a “entrada” na esfera eleitoral através de algum segmento ou tema específico. Nas eleições em pauta, um desses temas específicos, ao qual se vinculam vários candidatos, são os “problemas” próprios da “microempresa”. Porém, a exemplo de muitos outros usos desses vínculos, as tomadas de posição ou, então, a notabilização como defensor de determinado tema ou segmento podem ocorrer após a entrada na política eleitoral e o exercício de cargos como o de deputado, através de uma espécie de incorporação, se bem que isso suponha algum grau de afinidade social e ideológica com o segmento e as posições a serem defendidas. Porém, em casos como esse da defesa da “microempresa”, mais que a condição social de empresário, o que em geral mais pesa são as afinidades ideológicas com a “causa”, sendo que a maior parte dos candidatos que se destacam quanto a isso não se definem como empresários.

Esse é o caso, por exemplo, de outro candidato à reeleição a deputado federal pelo PPB, que tem na defesa dos interesses da microempresa uma de suas principais bases de recursos eleitorais. Filho de empresário agrícola (apesar de que, em alguns casos, apareça como filho de “agricultor”) num município do interior (Santo Ângelo), formado em administração de empresas na universidade local e com mestrado em Política do Desenvolvimento, em Genebra, frente ao esquema da Justiça Eleitoral se classifica como membro do Poder Legislativo, por estar exercendo o cargo de deputado. Porém, para um jornal local se define como técnico-científico do Estado e agropecuarista (*Zero Hora*, 26/12/98:11) e, no Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, aparece profissionalmente como administrador de empresas (Câmara dos Deputados, 1999: 175), ou seja, a classificação mais afim com a titulação escolar. Tendo iniciado

suas atividades políticas ainda na fase estudantil, seu primeiro cargo eletivo foi como vereador no município de origem, aos vinte anos e, posteriormente, em 1986, elegeu-se deputado estadual, reelegendo-se em 1990, e a deputado federal, reelegendo-se sucessivamente, além de ocupar uma série de cargos públicos no governo estadual. Mas, para o que está em pauta, o importante a destacar é que em seu trajeto não consta nenhuma participação em sindicatos ou associações de empresá-rios, ou de outro tipo, e sua apresentação como candidato ou seus “compromissos” estão centrados na defesa da “agricultura e pecuária”, da “educação profissionalizante” e “pequenas e microempresas”. Mas tanto no Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados (Câmara dos Deputados, 1999: 176), como em sua apresentação como candidato, essa defesa da micro e pequena empresa é destacada. No primeiro caso, do Repertório Biográfico, isso entra através das “frentes” das quais faz parte, quais sejam: Frente Parlamentar da Agricultura, da qual foi coordenador em 1996 e da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, da qual também foi coordenador no mesmo período (Câmara dos Deputados, 1999: 176). Por sua vez, em sua apresentação como candidato, o destaque principal é para esta última, a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, se dirigindo diretamente aos “micro e pequenos empresários” e apresentando as “conquistas obtidas” (cf. material de campanha).

Evidentemente, na medida em que se trata de um “movimento” em defesa das micro e pequenas empresas, com um esquema de representação parlamentar já estruturado, outros candidatos também disputam a representação desse segmento. Como mencionado, isso não significa, necessariamente, alguma vinculação com esse segmento em termos profissionais, sendo decisivas as afinidades ideológicas. Esse é o caso de diversos outros candidatos⁵.

Por outro lado, assim como essa vinculação com a representação das micro e pequenas empresas é apropriada pelos candidatos que já ocupam cargos como o de deputado, é também utilizada diretamente como recurso eleitoral por outros que se candidatam pela primeira vez e cujo esforço de legitimação está centrado numa espécie de busca de retribuição eleitoral por esse tipo de atividade. Um dos casos mais representativos desse tipo é o de outro candidato a deputado estadual pelo PPB (não eleito, com 3.539 votos). Com curso superior incompleto, se classifica quando do registro da candidatura como proprietário de estabelecimento industrial, toda sua apresentação como candidato se resume a sua condição de representante dos micros e pequenos empresários ou, então, conforme seu *slogan*, “a liderança forte das micro e pequenas empresas”. Sua apresentação como candidato consiste num elenco de postos ocupados em organizações ou no “movimento” das micro e pequenas empresas, no âmbito estadual e nacional, durante 16 anos. A própria justificativa geral da candidatura está centrada na “representação empresarial na Assembléia Legislativa, comprometida com a geração de empregos e projetos de desenvolvimento” (cf. material de campanha). Ou seja, a visão empresarial para a “solução” do “problema do emprego”.

Mas, além desse padrão de vínculos com organizações de empresários, mais diretamente dirigido a um determinado segmento, ocorrem usos centrados diretamente na condição de empresário naquilo que pode ter de atuação na filantropia, o que inclusive pode reforçar uma imagem de trajeto social bem-sucedido. Esse é o caso, particularmente, dos candidatos que, além de sua condição de empresários e do trajeto em ascensão social, centram sua apresentação como candidatos nos “benefícios” decorrentes da “criação de empregos” e das ações assistenciais. Uma variação disso é a atuação em organizações “sem fins lucrativos”, não necessariamente filantrópicas, como os Círculos de Pais e Mestres. Nesse último caso, em geral, trata-se de candidatos com um alto grau de escolarização e com uma postura de valorização da escola como meio de integração e ascensão social. A atuação relativamente longa nesse tipo de organização possibilita a formação de uma relativamente ampla rede com base em afinidades e no interconhecimento e, simultaneamente, o domínio de determinados temas, tais como os dilemas de políticas educacionais (cf. material de campanha).

A participação em sindicatos ou associações de produtores rurais e as disputas eleitorais

Como mencionado, do total de 649 candidatos em disputa nas eleições em pauta, constatou-se cerca de 32 com algum tipo de vinculação com organizações de produtores rurais. Mas, o primeiro ponto a ser destacado é que, desse total, apenas para três candidatos é possível se estabelecer que essa é sua principal base de recursos eleitorais. Quanto aos demais, tanto as modalidades de vinculação como a intensidade de uso, mais direto e centrado ou, então, mais difuso e em composição com outros recursos, dependem de cada caso. Porém, para a maior parte, sua principal base de recursos eleitorais são os cargos públicos já exercidos, visto que são ou foram vereadores, prefeitos, deputados, e assim por diante.

Essa quantidade vai ao encontro de um levantamento que, na linguagem jornalística, constatou um total de 44 candidatos “do meio rural” (ver *Zero Hora*, 23/09/98: 4-5)⁶. Quanto aos produtores rurais, no sentido adotado aqui, ou seja, excluindo-se aqueles “pequenos proprietários” sindicalmente enquadráveis como “trabalhadores rurais”, pode-se detectar um total de 36, entre produtores, pecuaristas, agropecuaristas, empresários rurais e categorias semelhantes (*idem*).

Mas, como já mencionado, para alguns desses candidatos, as possibilidades de uso desse tipo de vinculação decorre da atuação prévia, enquanto líder e dirigente, em organizações específicas de representação “classista” de produtores rurais, de modo mais ou menos direto e intenso, conforme cada caso. Para outros, essa vinculação tem como base a condição de produtor rural ou, mesmo, profissional, vinculada ao setor, que pode induzir, de algum modo, à adesão à defesa de seus interesses, seja como atuação direta ou, então, na esfera dos debates ideológicos.

Mas se por um lado esse conjunto de candidatos que se vale de sua vinculação com organizações de produtores rurais como recurso eleitoral se distancia da imagem tradicional estabelecida, por outro, mantém uma série de características sociais que o diferencia do conjunto dos demais candidatos e, inclusive, dos vinculados a organizações empresariais, apresentados anteriormente. Uma dessas características que os diferenciam da imagem tradicionalmente estabelecida é seu maior distanciamento das atividades ou produção rural direta, o que pode ser verificado tanto pelas origens sociais como pela formação escolar e classificações profissionais.

No que tange às origens sociais, dispõe-se de informações sobre a profissão do pai para um total de 10 desses 34 candidatos. Desses 10, apenas dois são filhos de fazendeiros/empresários rurais, e o restante, outros dois são filhos de pequenos agricultores e dois de agricultores, um de pequeno comerciante, outro de comerciante e, por fim, um último é filho de funcionário público. Por sua vez, quanto às classificações profissionais, a exemplo de outros grupos socialmente dominantes, não é possível se estabelecer uma classificação exclusiva, visto que em sua maior parte participam de diferentes estatutos profissionais, tais como alguma profissão liberal (agrônomo, médico, advogado etc.) e, simultaneamente, da condição de produtor rural, agropecuarista, e assim por diante, além dos cargos públicos exercidos ou, então, em exercício. Conforme o esquema de classificação proposto quando do registro da candidatura, desses 32 candidatos, apenas quatro se definem como proprietários de estabelecimento agrícola, da pecuária e florestal; outros sete como membros do poder legislativo, por já serem deputados, dois como trabalhadores agrícolas, um proprietário de estabelecimento comercial e o restante se define pela classificação profissional mais associada à titulação escolar. Ou seja, cinco agrônomos, três advogados, dois engenheiros, um dentista, um veterinário, um técnico em agronomia e agrimensura e, por fim, um corretor de imóveis, seguros, títulos e valores. Porém, como é apresentado adiante, essas classificações se referem a apenas uma das possibilidades para tanto e não mantêm, necessariamente, alguma relação mais direta com o exercício profissional efetivo.

Quanto à titulação escolar, desses 32 candidatos, 21 têm algum curso superior completo e, do restante, quatro têm curso superior incompleto. Dos demais, apenas quatro têm o 2º grau completo, outros dois apenas lêem e escrevem e um último tem o 1º grau incompleto.

Uma outra característica que marca esse conjunto de candidatos, principalmente se comparados aos que possuem vínculos com organizações de empresários, é a maior participação em eleições anteriores e ocupação de cargos públicos. Desses 32 candidatos, apenas sete não se têm registro de participação em outras eleições (pelos critérios utilizados, que, como mencionado, não são exaustivos). Do restante, uma boa parte já foi vereador e/ou prefeito e os demais participaram de eleições gerais.

Ainda quanto a essas características gerais, cabe destacar que, a exemplo dos candidatos que mantêm vínculos com organizações de empresários, esses também

possuem uma distribuição muito própria no que tange à filiação partidária. Assim, desses 32 candidatos, nada menos de 12 são filiados ao PPB, outros oito ao PTB, seis ao PMDB, dois ao PDT, dois ao PFL e, por fim, um ao PSDB e outro ao PSB. Portanto, além de uma fortíssima concentração em alguns poucos dos trinta partidos em disputa, alguns desses, como o PPB, o PMDB e o PTB, absorvem quase todos os candidatos e, por outro lado, como é apresentado adiante, isso está associado à intensidade das relações com as organizações de produtores rurais. Ou seja, se tomados apenas os que se valem de modo mais direto desse tipo de organização, essa concentração em alguns partidos é ainda maior.

Isso, evidentemente, não decorre de uma opção ou estratégia deliberada desse tipo de organização por determinados candidatos e/ou partidos. Como já mencionado, a exemplo da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado), a Farsul (Federação da Agricultura no estado), principal organização de produtores rurais, adotou um procedimento de apoio oficial ao conjunto dos candidatos vinculados à mesma ou, conforme seu então presidente, “recomendar o voto dos filiados nos candidatos comprometidos com os interesses do setor”, mas sem citar nomes. A concorrência é grande e faz com que alguns representantes tradicionais reclamem dos candidatos de última hora” (*Zero Hora*, 23/09/98: 4).

Como mencionado, uma das características de boa parte desses candidatos que se valem de seus vínculos com os interesses dos produtores rurais são suas origens em outras condições e meios sociais. Nesse sentido, pode-se tomar como exemplar um dos três candidatos cuja principal base de recursos eleitorais são as organizações de produtores rurais, mas que, simultaneamente, representa um dos casos extremos de vinculação com atividades profissionais e, mesmo, de atuação como liderança urbana. Trata-se de um candidato a deputado estadual pelo PMDB, não eleito (3.414 votos), sem ter participado de eleições anteriores. Filho de um funcionário público (antigo INPS) com apenas o 1º grau, ele próprio com o 2º grau completo, no esquema de classificação profissional, quando do registro da candidatura, se define como técnico em agronomia e agrimensura, ou seja, a classificação com base na titulação escolar.

Em suas palavras, “sempre militei dentro da política” (entrevista), mas essa atuação anterior não mantém nenhuma associação com atividades agrícolas, ou seja, “desde pequeno eu participo de movimentos estudantis, greves estudantis, movimentos religiosos”. Até que “inicieei na atividade agrícola (...) Sempre participei de movimentos classistas, durante toda a minha profissão. [Há] aproximadamente vinte e um anos que eu estou na luta classista e, anteriormente, nas lutas estudantis, grêmios estudantis, União Gaúcha de Estudantes” (entrevista). Mas, apesar dessa militância anterior em outros setores nada afins com as atividades agrícolas, a liderança da qual resultou sua candidatura foi “o movimento de classe em defesa da agropecuária (...) Essa liderança exercida no movimento classista da agropecuária é que (...) me fez presidente de uma federação, Federação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul, Fedearroz, e do trabalho

efetuado nessa área me veio um convite para postular aí a Assembléia” (entrevista). Como se trata de um candidato que se define basicamente pela sua liderança “classista” da agropecuária, com forte escolarização, seus critérios de avaliação da atividade política estão centrados num esforço de generalização desse tipo de interesse e perspectiva, sintetizados na idéia de que “o segmento mais importante é a agricultura (...) o segundo é a saúde, o terceiro é o ensino” (entrevista).

Mas como candidato que se define como líder “classista”, toda sua apresentação está centrada nesse tipo de atividade de representação, na qual são elencadas as diversas atividades de liderança, de mobilização e de ocupação de cargos em organizações, em que são incluídas também as atividades no movimento estudantil, além das na área “social” ou de “serviços”, como vice-presidente do *Lions Clube* do município de residência, mas com destaque para as organizações de produtores rurais. Para o que está em pauta, cabe destacar que, apesar do longo trajeto como representante de “classe”, isso consiste menos em atividades em organizações formais que em “movimentos”, do que decorre o principal de sua notabilidade. Assim, dentre as atividades de representação, se destacam a de “idealizador e líder do maior movimento de defesa da classe produtora rural desse país, o ‘caminhãoço’”, fundador, conselheiro e presidente da federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul, dentre outras (cf. material de campanha). Em síntese, como se pode constatar, a exemplo de outros líderes desse tipo, em conjunto com a participação em cargos de direção de organizações de produtores rurais, são destacadas aquelas atividades de forte mobilização, freqüentemente adquirindo um caráter espetacular, como o mencionado “caminhãoço” ou os “boicotes” e “bloqueios de estradas” (*idem*).

Mas, seguindo esse padrão de passagem por um trajeto urbano e, mesmo, de liderança estudantil, há outros casos muito semelhantes, inclusive dentre aqueles candidatos que têm nas organizações de produtores rurais sua principal base de recursos eleitorais e, portanto, não apenas como um complemento dentre outras. Um desses candidatos muito representativo disso é outro a deputado federal pelo PPB (eleito com 63.606 votos). Filho de um pequeno comerciante de uma região de imigração alemã (Candelária), formado em agronomia, que se classifica como agrônomo quando do registro da candidatura, no período universitário chegou a ser presidente do diretório e da casa do estudante da universidade. Após a formatura, se transferiu para a região da fronteira (São Borja), tornando-se produtor rural. Simultaneamente, conforme declarações a um jornal local, “passou a atuar na política classista. Ajudou a fundar a Associação dos Arrozeiros e participou dos movimentos dos produtores, bloqueando as estradas e colocando máquinas na porta dos bancos” (*Zero Hora*, 20/10/98: 10). Em 1992, candidatou-se e conseguiu se eleger prefeito do município.

A exemplo do candidato anterior, com exceção da ocupação do cargo de prefeito, sua apresentação como candidato está centrada exclusivamente na condição de produtor rural e nos problemas da “classe”. O mesmo ocorre com suas “propostas”, das quais

somente os temas vinculados a problemas de ensino e de emprego fogem disso (cf. material de campanha).

Esse padrão é seguido mais ou menos de perto também por outros desses candidatos que têm em organizações de produtores rurais sua principal base de recursos eleitorais, como é o caso de um deputado federal, também pelo PPB (que não se elegeu, mas foi relativamente bem votado, com 22.956 votos), residente numa região muito próxima da do anterior (Bagé). A exemplo desse, também se classificou no registro da candidatura como agrônomo, mas, além dessa profissão e de ser empresário rural, conta também com outras esferas de atuação. Conforme sua apresentação como candidato, além de agrônomo, também foi jogador profissional de futebol, gerente de uma cooperativa, professor de uma faculdade de agronomia local, membro do *Rotary* e “integrante do movimento tradicionalista”. Mas, a título de “atuação classista”, além da Associação dos Engenheiros Agrônomos, são destacados seus cargos de presidente da Associação dos Arrozeiros do município e de diretor técnico da Federação das Associações dos Arrozeiros do estado. Na política eleitoral, também não se trata de uma primeira candidatura, ou seja, se elegeu vereador em 1992 e foi secretário da agricultura do município (cf. material de campanha).

Por outro lado, além desses que se apresentam como líderes “classistas”, há um outro conjunto de candidatos, que equivalem à maioria numérica dos que são produtores rurais e que não têm alguma atuação mais direta nas respectivas organizações. Isso não elimina as afinidades de interesses e ideologias, mas, em todo caso, a condição de produtor rural significa principalmente recursos e posição social, além das afinidades ideológicas.

Alguns desse tipo de candidato são provenientes de colônias formadas com base na imigração e, portanto, na pequena propriedade, mas herdeiros de grupos familiares bem-sucedidos economicamente, seja na agricultura, no comércio ou em profissões liberais, que acabam tendo uma forte afinidade com as posições das organizações de produtores rurais. Porém, essas organizações, como mencionado, nem sempre significam atuação direta enquanto ocupação de cargos ou em mobilizações.

Um exemplo desse tipo de candidato herdeiro de uma família bem-sucedida economicamente e vinculada a atividades agrícolas, dentre outros, é representado por um à reeleição como deputado estadual pelo PTB (eleito com 48.064 votos). Filho de um comerciante, ele próprio se classifica quando do registro da candidatura como proprietário de estabelecimento comercial, mas como agropecuarista num perfil jornalístico (*Zero Hora*, 17/12/98:26), com apenas o 2º grau completo (técnico agrícola), mantém com os irmãos uma empresa que atua tanto na comercialização como na produção agrícola. Natural de um pequeno município de uma região de colonização através da imigração, ele próprio descendente de imigrantes poloneses, mas herdeiro de um grupo familiar economicamente bem-sucedido, a vinculação com a política é anterior à sua geração, sendo que o pai foi vereador (pelo antigo PTB, tendo sido cassado em 1964)

do município de origem, onde um irmão tinha sido prefeito em 1998 (Herval Grande). Conforme sua própria definição, é proveniente de uma “família tradicional no comércio na região, e isso fez com que a gente se destacasse na região” e devido às condições socioeconômicas da família, os cargos políticos são vistos como “passageiros” (entrevista). Com essas condições sociais de origem, após ingressar no curso técnico agrícola, atuou no movimento estudantil e, aos 21 anos, após retornar ao município de origem, foi eleito vereador (pelo antigo MDB) e, em 1988, prefeito e presidente da associação dos municípios da região. Logo a seguir, fui convidado pelo então governador do estado (do PMDB) para dirigir uma empresa estatal vinculada à agricultura. Posteriormente, em 1990, fui eleito deputado estadual, reelegendo-se em 1994, agora pelo PTB. Essa troca de partido ocorreu “por uma questão de espaço político regional”, visto que havia outro candidato concorrente pelo mesmo partido na região (*idem*).

Mas, apesar de esse candidato ser representativo dos que têm na defesa dos interesses dos produtores rurais uma de suas principais bandeiras, por outro, representa também um caso extremo de uma visão das atividades políticas enquanto *brokerage*, com base em relações personificadas ou “assistenciais”. Em suas palavras, sua ascensão política se deve ao fato de “que acima dos partidos políticos hoje, está o nome pessoal” e além disso, no exercício do cargo de deputado, “a gente procurou fazer um trabalho, além das grandes questões do plenário. Hoje o político tem que ser um embaixador da região, tem que falar visando o voto distrital” (*idem*). Nesse “trabalho” é destacado aquilo que já fazia “quando eu era prefeito, era vereador”, ou seja, “um albergue para essas pessoas necessitadas que vêm do interior”. Nessa ótica, o próprio trabalho legislativo, em sua definição mais oficial, é desqualificado como um “grande poder de complicação” e pouca “decisão”. Ou seja, é valorizado um tipo de “ação” de intermediação e assistência direta, em detrimento do que é classificado como atividades legislativas. Esse tipo de “ação” é destacado, inclusive, em sua apresentação como candidato, segundo a qual, além dos cargos exercidos e votações obtidas anteriormente, é enfatizado, em primeiro lugar, o fato de que “tem como bandeira a defesa do pequeno e médio produtor rural e o desenvolvimento dos municípios de pequeno porte” e, em segundo lugar, a “assistência” através de “albergues” (cf. material de campanha).

Esse é um padrão que inclui outros candidatos, inclusive da mesma região, como um outro deputado federal, já tendo exercido esse cargo de 1986 a 1990, mas não conseguindo se reeleger nesse ano, nem nas eleições de 1998 (27.753 votos), pelo mesmo partido (PTB) e em “dobradinha” com o anterior, residente no mesmo município (Erechim). A principal diferença é que esse candidato, que se classifica como odontólogo no registro da candidatura e como “cirurgião dentista e agropecuarista” em sua apresentação como candidato, tem um longo trajeto de 12 anos como dirigente da cooperativa agrícola local, uma das maiores do estado. Quanto ao restante, também foi vereador e prefeito do município de origem (Gaurama) e, a exemplo do anterior, destaca, dentre outras coisas: “como Deputado federal (...) ajudou os prefeitos da re-

gão a liberarem recursos” em diferentes áreas e seu “gabinete prestou atendimento a mais de quatro mil pessoas nos quatro anos de mandato” (cf. material de campanha). Ou seja, a mesma posição de político “distrital”, com o significado próprio que isso adquire nesse contexto.

Essa associação tão estreita entre a condição de produtor rural ou dirigente de cooperativas e a atuação na política local ou estadual e federal através da *brokerage*, como nos dois casos apresentados acima, no entanto, equivale a um grau extremo. Assim, não contempla, pelo menos no mesmo grau e da mesma forma, o conjunto desses candidatos que são produtores rurais ou algo semelhante. A modalidade mais comum, pelo menos em termos quantitativos, é a passagem da condição de produtor rural para a de profissional liberal ou, mesmo, de empresário urbano bem-sucedido, e desta para a de atuante na política local e ocupante de cargos públicos nesse nível, ou, eventualmente, no âmbito estadual ou federal. Isso, no entanto, não significa, necessariamente, que a condição de produtor rural seja excluída, visto que, mais que substituição, tende a haver acréscimo, com a incorporação de novas e crescentes esferas de atuação, tanto “profissionais” como políticas.

Esse padrão é representado de modo exemplar, dentre outros, por um candidato a deputado estadual pelo PDT (eleito com 23.148 votos). Filho de um agricultor bem-sucedido, classifica-se quando do registro da candidatura na categoria vendedor praticista, representante comercial, caixeiro-viajante e assemelhados, mas, para a elaboração de seu perfil num jornal local, como dentista, advogado, empresário e agricultor (*Zero Hora*, 4/12/98: 18). Ou seja, uma típica “expansão horizontal”, através de acréscimos de esferas de atuação “profissional”, sem nenhuma afinidade em termos das classificações escolares ou técnicas. Simultaneamente, através da atuação político-eleitoral local, se elegeu vereador do município de residência (Santo Ângelo) e, posteriormente, em 1992, prefeito. Porém, mais que a condição de produtor que herdou e mantém, para essa atuação política contou como principal recurso o fato de ser proprietário de uma estação de rádio e de dois jornais locais, além de presidente do principal clube de futebol. Conforme seu depoimento a um jornal, além do direito e da odontologia, a “agricultura, no entanto, continua a fazer parte de sua vida” (*Zero Hora*, 4/1/98: 18). De fato, sua apresentação como candidato, ou seus “compromissos”, estão baseados nessa “luta pela recuperação da agricultura” e, por outro lado, numa série de itens associados a problemas municipais e/ou regionais. Ocorrem vários outros casos muito semelhantes a essa fusão da perspectiva de produtor rural com a de profissional liberal e político local em ascensão e a conseqüente posição de “defesa da agricultura”.

Há, por fim, um outro padrão de vinculação entre candidaturas e a condição de produtor rural ou atuação em suas organizações. Nesse caso, trata-se daqueles candidatos, em geral provenientes e com base nas regiões de latifúndio e não de grupos familiares economicamente bem-sucedidos das regiões de colonização através da imigração. A principal característica desse último padrão é a vinculação com a condição de produtor

rural como uma herança, que em geral está fortemente associada também com a herança política. Ou, em outras palavras, trata-se de herdeiros de grupos familiares com origens na grande propriedade rural, não sendo essa, necessariamente, sua base econômica atual, devido às reconversões econômicas e profissionais e, por outro lado, a uma vinculação com a atuação política direta que atravessa várias gerações.

Esse é o caso, apenas para tomar alguns exemplos, de um candidato a deputado estadual pelo PPB (que acabou se elegendo, com 34.263 votos). Filho de fazendeiro e neto de político (ex-deputado pelo antigo PTB e ex-presidente do BNDES), tanto no registro da candidatura como jornalisticamente, se classifica como agrônomo. Porém, em sua apresentação como candidato, se define como “agricultor formado em agronomia, vereador mais votado”, além de sua condição etária de apenas 29 anos, e os cargos públicos ocupados (cf. material de campanha). Tendo começado a atuar na política local (Uruguaiana) na militância estudantil, se elegeu vereador em 1992 e, em 1994, se candidatou sem sucesso a deputado estadual, quando assumiu a diretoria de um banco estadual no governo anterior. Na sua apresentação como candidato, além desses cargos públicos exercidos e da posição de representante da respectiva região, é destacada a de “defensor dos direitos fundamentais do produtor e do trabalhador rural” (cf. material de campanha). Uma das bases disso estaria na propriedade agrícola do grupo familiar e na militância na Associação dos Arrozeiros local (*Zero Hora*, 17/10/98:14).

No limite, esse tipo de candidato, cuja principal característica é a de herdeiro de grandes famílias de fazendeiros, tradicionalmente vinculadas à atuação política, apesar da posição de defesa do “setor agrícola” ou, mais especificamente, dos interesses dos produtores rurais, e inclusive, da adoção de profissões compatíveis com isso, como a de agrônomo, acabam se confundindo ou assumindo as características gerais de uma posição socialmente dominante e inserida nas lutas de facções políticas locais. Nesses casos, mais que como produtor rural, tanto a inserção nas políticas locais e, mesmo em termos regionais, é diretamente decorrente da posição social e, mais especificamente, da inserção do grupo familiar de origem.

Para apresentar apenas um caso extremo desse tipo de candidato, além do anterior, pode ser tomado um à reeleição como deputado estadual pelo PPB (sem sucesso, com 23.282 votos). Apesar de se classificar como agrônomo quando do registro da candidatura, tanto suas origens como a trajetória social, profissional e política, permitem sua classificação, também, como fazendeiro ou produtor rural, além do vínculo profissional com esse setor enquanto agrônomo, e de defensor desse setor enquanto líder político. Mas essa liderança política não decorre tanto de sua militância em alguma organização de defesa dos produtores rurais, mas principalmente, por se tratar de um herdeiro de um grupo familiar dominante, muito ativo na política local.

Filho de um comerciante e de uma fazendeira na região da grande propriedade agrícola (São Borja), conforme seu depoimento, tanto seu pai como o sogro foram protagonistas principais da política local, no que define como “a terra mais politizada

do país” ou “o berço do socialismo” representado pelo antigo PTB. Nessa “terra mais politizada”, seu grupo familiar de origem manteve uma posição de disputa com outros politicamente dominantes, na medida em que seu pai, como presidente e líder do então PL (Partido Libertador), se opunha aos líderes do antigo PTB e PSD ou, mais especificamente, Getúlio Vargas e João Goulart. Foi por essa via, como filho do líder local de um partido que se inseriu na política partidária, que lhe deu “origem política”, participando da “ala moça do Partido Libertador” e assim, “ajudava ele e ia ficando conhecido”(entrevista).

Após um período em Porto Alegre para cursar agronomia, continuou vinculado ao Partido Libertador. Ao retornar à terra natal, passou a atuar como engenheiro agrônomo, como funcionário de uma estação experimental local do estado, o que também contribuiu para “ter credibilidade” ou “ficar conhecido, dando assistência técnica e fazendo topografia, medindo campo”, mas apenas por dois anos. Logo em seguida, em 1963, conseguiu se eleger vereador. Como, nas disputas políticas locais, estava vinculado a um partido de oposição aos que então controlavam o governo (PTB e PSD), se considera “na oposição das classes dominantes de São Borja” e “em termos de classe, eu sempre achei que pertencia à classe média” (*idem*).

Após ter sido vereador na década de 1960, “mereci a confiança na Revolução de 64” e, assim, conseguiu ser “prefeito nomeado” e “depois, fui prefeito eleito”. Em 1980, concorreu ao cargo de deputado, não conseguindo se eleger, mas, em compensação, acabou sendo nomeado diretor da companhia elétrica estadual para o setor rural e assim, “fiz a eletrificação rural do estado” e, em 1989, foi eleito prefeito. Por fim, em 1994, se candidatou e conseguiu se eleger deputado estadual, mas em suas palavras, por ter sido “bom prefeito”, e por ter sido diretor da mencionada empresa estadual de energia. Mas, para essa campanha a deputado em 1994, a principal base, além da condição de ex-prefeito, era “a área rural” (entrevista).

Como se pode observar, essa posição de mediador dos candidatos que se apresentam como “distritais” ou algo do gênero e as modalidades de intercâmbio clientelista associadas estão mais diretamente vinculadas a uma posição social e politicamente “periférica” que a condições tais como algum tipo de estrutura agrária com base no latifúndio. Numa dessas modalidades, trata-se principalmente de candidatos oriundos de grupos familiares socialmente bem-sucedidos nas regiões de pequena propriedade formada através da imigração. Em geral, suas “bases” eleitorais se situam em pequenos municípios “periféricos”. Por outro lado, há os mencionados herdeiros de grupos familiares com base no latifúndio e com tradição no envolvimento com a política, que poderiam ser tomados como algo próximo ou semelhante aos chamados “coronéis”. Porém, praticamente a totalidade dos grupos familiares de origem desses candidatos passou por processos de reconversão e, embora a propriedade fundiária ainda seja uma base econômica de boa parte, sua inserção social inclui, em geral, um alto grau de escolarização, a adoção de atividades ou “profissões” urbanas, e assim por diante. Ou

seja, há um processo de reformulação dessas condições de mediação por parte desses “produtores rurais”⁷.

Por outro lado, há também o clientelismo típico da filantropia de determinadas igrejas e instituições de assistência que atuam basicamente na “periferia” (no sentido geográfico, social e, atualmente, também político) dos grandes centros urbanos que, evidentemente, não incluem os empresários ou produtores rurais. Por isso, é abordado no próximo capítulo.

Notas

¹ Para uma boa análise da importância do financiamento eleitoral nos Estados Unidos e, inclusive, a correspondente diminuição da autonomia da esfera política, ver Ihl (1999).

² Sobre a manifestação de interesses organizados e a participação da imprensa em sua legitimação, ver Champagne (1984).

³ Ver nota supra.

⁴ Para maiores detalhes relativos a esses dois últimos candidatos e ao contexto político regional de suas disputas e concorrências políticas, ver Grill (1999).

⁵ No âmbito estadual, ocorre algo muito semelhante, sendo também formada uma Frente Parlamentar de Apoio à Micro e Pequena Empresa, até o final de 1998 coordenada por uma candidata à reeleição pelo PPB (embora em eleições anteriores tenha participado como filiada ao PFL), tendo conseguido (36.214 votos). Porém, apesar de sua identificação com os empresários, inclusive por também ser proprietária de estabelecimento comercial e ter participado de organizações empresariais, se define como jornalista e foi através do jornalismo que conseguiu o principal de sua notabilidade. Em sua apresentação como candidata, além de sua atuação parlamentar, é destacado esse fato de ser jornalista, seu trajeto político-eleitoral e ser a coordenadora da mencionada Frente Parlamentar (cf. material de campanha).

⁶ Como, do “meio rural”, no caso, significa todos os que são provenientes desse “meio”, estão incluídos na categoria as diferentes relações com o mesmo. Assim, alguns foram incluídos por serem produtores, empresários, pecuaristas, agropecuaristas, em síntese, as diferentes categorias de proprietários rurais. Outros, por serem ou terem sido presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais ou líderes do MST, do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, e assim por diante. Ou seja, desses 44 candidatos do “meio rural”, pelos critérios aqui adotados, uma parte está incluída no capítulo relativo ao candidato que mantém relações com o sindicalismo e, mais especificamente, na seção dedicada ao sindicalismo de trabalhadores e movimentos sociais rurais.

⁷ Em relação à reconversão dos antigos “coronéis”, cujos herdeiros podem se apresentar como profissionais liberais, isso foi admitido inclusive por Leal (1986) na década de 1940. Para o mesmo (Leal, 1986: 21-22), os “chefes políticos municipais nem sempre são autênticos ‘coronéis’”. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados cuja instrução relativa se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos ‘coronéis’. Portanto, na interpretação de Nunes Leal e nas condições políticas por ele estudadas, apesar dessas alterações, o clientelismo estaria sempre vinculado ao “coronelismo” e este, à estrutura fundiária baseada no latifúndio.

Para um estudo mais específico da manutenção da estrutura clientelística através de constantes readaptações, ver particularmente Briquet (1997).

Igrejas, filantropia e legitimação de candidaturas

Se, por um lado, os candidatos que mantêm vínculos com organizações religiosas ou filantrópicas têm em comum a utilização de um princípio de legitimação baseado em alguma ética religiosa ou de benevolência, por outro, as relações com esses princípios comportam diferentes modalidades. Portanto, apesar de se poder incluir num mesmo conjunto tanto os candidatos que se valem de seus vínculos com organizações religiosas como os que se aproximam mais diretamente da filantropia, sem prejuízo das lógicas de suas relações com as lutas eleitorais, é necessário se expor, inicialmente, uma série de características que configuram suas semelhanças e diferenças e, inclusive, divergências.

Ocorre que, apesar de um forte entrelaçamento entre os vínculos com organizações religiosas e com a filantropia, tanto no que tange à inserção nas organizações religiosas e seus fundamentos em termos de filosofias sociais como no envolvimento e usos de práticas filantrópicas, as bases sociais e estratégias em pauta podem ser muito diversas. Um dos primeiros pontos mais gerais que deve ser destacado quanto a essa diversidade decorre das respectivas origens e trajetórias sociais e, mais especificamente, das formas de inserção nessas esferas de atividades, prévias ao ingresso na política eleitoral.

Começando pela inserção em organizações religiosas, como se tenta demonstrar adiante, apesar de que, por definição, todo uso de vínculos dessa ordem pressupõe uma visão não apenas da esfera político-eleitoral, mas da própria ordem social com base em princípios de ordem ético-teológica, as modalidades da apropriação disso dependem de uma série de condicionantes prévios, a começar pelas diferenças entre as igrejas, das suas respectivas posições no espaço político-ideológico e de suas divisões e bipolarizações internas, conforme os diferentes estados desse espaço. Em segundo lugar, isso depende também das respectivas origens e trajetórias sociais e, mais especificamente, das modalidades e códigos de reinterpretção dessas trajetórias, o que pode estar mais ou menos condicionado pelas relações com as mencionadas posições no espaço político-ideológico e das respectivas bipolarizações dessas igrejas. Além disso, essas modalidades de apropriação e usos de vínculos com organizações religiosas para fins eleitorais estão diretamente ligadas a algo aparentemente mais banal, ou seja, às formas como são concebidas e autorizadas as relações da própria organização religiosa e seus

fundamentos éticos com a política eleitoral e, inclusive, como é concebida a esfera política e como são justificadas as atividades nessas esferas.

Essas diferentes situações relativamente às posições político-ideológicas, por sua vez, sofrem os efeitos das respectivas histórias dessas organizações e dos agentes que as controlam. Portanto, se por um lado não é possível se compreender as lógicas das quais decorrem as diferentes estratégias de usos desses vínculos com organizações religiosas para fins eleitorais, sem se considerar simultaneamente as relações de cada candidato e suas condições sociais com a respectiva organização, por outro, há que se levar em conta que essas igrejas têm um passado completamente diverso, tanto no que tange às posições político-ideológicas como, mais especificamente, às suas relações com a política partidária. Isso pode significar, por exemplo, desde uma rejeição completa de qualquer vinculação explícita com as lutas eleitorais ou com a “política” em geral, como, no outro extremo, uma espécie de “politização generalizada” de qualquer relação social, mesmo as que se pretendem de caráter religioso. Ou, então, como é demonstrado adiante, algo muito comum aos candidatos adeptos de algumas dessas igrejas, que é uma utilização “pragmática” desses vínculos religiosos, o que em geral equivale, também, a um esquema de percepção próprio da esfera política. Portanto, uma tentativa de compreensão das modalidades e estratégias de usos desses vínculos com organizações religiosas como recurso eleitoral, implica, necessariamente, a consideração anterior do significado que a religião ou as filosofias sociais correlatas mantêm com as respectivas formas de inserção social e concepção de sociedade e, conseqüentemente, da esfera política, o que, como mencionado, depende dos diferentes estados das lutas e concorrências na esfera propriamente religiosa e suas relações com o conjunto das lutas ideológicas.

Isso se manifesta nas diferentes trajetórias e modalidades de concepção da política, com diversas bases quanto à moral cívica, mas está presente, inclusive, de modo mais prosaico, nas posições político-ideológicas e até nas filiações partidárias. Evidentemente, mais que o caráter nominal dessas filiações, o que de fato contribui para que haja uma certa correlação entre a filiação religiosa e partidária são as afinidades sociais e ideológicas, o que faz com que determinados partidos tendam a concentrar candidatos com certas características sociais. Assim, é evidente que, se tomados nominalmente os mesmos partidos para outras situações ou para outros estados brasileiros, essas relações se apresentariam de modo diferente, visto que esse processo de formação de redes de afinidade, certamente, obedece a outros condicionantes e estratégias.

Mas, por outro lado, visto que as modalidades de investimento na política eleitoral por agentes vinculados a organizações religiosas dependem das próprias concepções da esfera política, podendo haver tanto abstenção como uma espécie de “politização generalizada” ou, então, uma utilização “pragmática” do jogo eleitoral de uma perspectiva que privilegia a própria organização religiosa, o número de candidatos e, mesmo, seu maior ou menor grau de sucesso eleitoral não equivalem aos investimentos efetivos

na “política”. Quanto a esse ponto, os candidatos vinculados ao catolicismo ocupam uma posição extrema, na medida em que, apesar de haver somente um que pode ser considerado como profissional da Igreja, enquanto padre, o número de outros que mantêm e se utilizam desse tipo de vínculo é muito importante.

Isso porque, em casos como o do atual catolicismo, deve-se considerar inicialmente que se trata de uma religião culturalmente dominante relativamente ao conjunto da sociedade. Em segundo lugar, porque nas últimas décadas esse catolicismo passou por uma série de bipolarizações e lutas internas, em relação às quais um dos pólos se caracteriza por uma reinterpretação teológica com base em determinadas filosofias sociais do significado das relações com a “política”. Isso não significa que os fortes investimentos de agentes vinculados à Igreja Católica na política eleitoral ou nas lutas ideológicas no estado sejam algo recente. Isso remonta às primeiras décadas do século, tendo se consagrado, inclusive, numa série de “movimentos” com os mais variados matizes quanto às posições políticas, e cujos fundamentos da concepção de sociedade e de política podem ser sintetizados numa espécie de “comunitarismo orgânico”¹. O principal elemento novo no atual estado dessas lutas é que se formou uma extensa rede de agentes políticos oriundos de organizações católicas, com diferentes tipos de vínculos com as mesmas, e nas mais diferentes esferas sociais, particularmente no sindicalismo, nos “movimentos sociais” e, por extensão, no militantismo partidário.

Isso resulta, em primeiro lugar, na mencionada forte inserção do catolicismo nos “movimentos” nas mais diversas esferas sociais e no processo de bipolarização e reinterpretação das relações entre a religião ou filosofias sociais subjacentes e a “política”. Mas, em segundo lugar, é necessário se considerar que, no caso dessa Igreja, as estratégias de sua hierarquia se caracterizam por investimentos nessas diferentes esferas sociais através de “movimentos”, e na fundamentação ideológica, mas raramente através de candidaturas próprias formalmente vinculadas à hierarquia eclesial. Em outras palavras, há uma maior separação entre a dimensão doutrinária e suas vinculações com as lutas político-ideológicas e a religião enquanto igreja ou instituição. Em terceiro lugar, com os fortes investimentos educacionais de instituições vinculadas a essa Igreja e sua posição culturalmente dominante, formou-se uma geração que, após um trajeto educacional nesse tipo de instituição educacional, passou a atuar nessas esferas de algum modo vinculadas à política. Por fim, a posição tida como mais “conservadora”, apesar de menos vinculada diretamente à militância em esferas como o sindicalismo, também não deixou de existir e de estar presente nas lutas ideológicas e, inclusive, políticas.

É somente tendo isso em vista e, certamente, também outros condicionantes, que é possível se compreender que, se por um lado a Igreja Católica, nas eleições em pauta, conta com apenas um candidato profissionalmente ligado à mesma como padre, após muitas décadas de ausência desse tipo de candidato no estado, por outro, uma boa parte do conjunto dos candidatos mantém alguma forma de vinculação com o catolicismo, enquanto trunfo eleitoral. As bases dessa vinculação, no entanto, dependem das respec-

tivas modalidades de inserção social e política de cada candidato, mas que não deixa de obedecer a alguns padrões definidos.

Um desses padrões, relativamente aos quais já foram apresentadas algumas indicações, principalmente ao se abordar os candidatos ligados ao sindicalismo, é a mencionada passagem por instituições educacionais e/ou “movimentos” promovidos ou apoiados por agentes religiosos. Esse tipo de candidato está presente tanto no sindicalismo de trabalhadores e movimentos sociais rurais como, também, no sindicalismo urbano. Outra modalidade de vinculação, que abarca um número menor mas não desprezível desses candidatos, são os que, em seu trajeto educacional e, mais especificamente, na militância estudantil, acabaram se envolvendo em “movimentos” patrocinados por agentes da Igreja Católica dirigidos especificamente a essa população estudantil, no que se notabilizaram as mobilizações das décadas de 1960 e 1970, mas que continuam a se manter como redes e a ter efeitos na identificação e apresentação desses candidatos, tais como a JUC (Juventude Universitária Católica) e seus desdobramentos posteriores. Em síntese, há uma enorme e diferenciada série de “empresas morais”, concebidas como “políticas”, que se aproximam das definições da moral cívica mais em voga, e que se objetivam socialmente na atuação em diferentes esferas.

No extremo oposto desse catolicismo, há aqueles candidatos cuja vinculação se dá mais diretamente com o pólo tido como “conservador” e cuja apropriação é baseada mais em seus “produtos” doutrinários ou, então, mais diretamente dirigidos a noções tais como “família”, práticas religiosas, e assim por diante. Dentre os candidatos em pauta, esse é o caso, particularmente, dos que fazem parte da Associação de Parlamentares Católicos, além de outros que, como apresentado adiante, se notabilizam como líderes do “catolicismo conservador”.

Mas, como religião social e culturalmente dominante, o catolicismo tem outras formas de interconexão com as lutas eleitorais, ainda mais distantes de alguma vinculação formal com sua estrutura institucional, que ocorre através da utilização de valores socialmente consagrados como atributo de candidatos presumidamente compartilhados com eleitores em potencial. Isso pode ocorrer, inclusive, em associação com classificações sociais de outra ordem, como, por exemplo, com determinadas identidades étnicas, entre as quais se destacam os descendentes de imigrantes italianos e alemães, e a ênfase em valores tais como a “família”, o “trabalho”, e assim por diante.

Muitas dessas características das relações do catolicismo com as lutas político-eleitorais se aplicam também a outras igrejas cristãs que passaram por um processo de “renovação” semelhante. Esse é o caso, particularmente, dos candidatos vinculados à Igreja Evangélica de Confissão Luterana, cuja principal diferença relativamente ao catolicismo é sua maior associação com um único grupo étnico específico, ou seja, descendentes de imigrantes alemães².

Por outro lado, pelo menos em termos quantitativos e como posição nessas lutas simultaneamente religiosas e político-eleitorais, destaca-se um conjunto de candidatos

vinculados a determinadas igrejas “evangélicas” que também mantêm em comum uma série de características sociais e ideológicas. Apesar de não se tratar de características exclusivas, como é apresentado adiante, isso não abrange apenas as posições político-ideológicas e os critérios de definição da atividade política, mas também as origens e trajetórias sociais. Ou pelo menos os códigos de reinterpretação dessas origens, em geral com base em noções tais como “origens humildes” ou “pobres”. Mas, nesse caso, e ao contrário do que ocorre com os candidatos vinculados ao sindicalismo, para quem essas origens servem como atestado da condição de classe ou então dos vinculados a organizações de empresários, quando podem atestar uma trajetória em ascensão, aqui indicam “sofrimento” e proximidade social com os adeptos ou “irmãos”.

Isso, evidentemente, está relacionado com os princípios de classificação e os valores em pauta, baseados numa ética religiosa específica, cujo fundamento é sintetizado na categoria “irmão”, que, no limite, transpõe uma espécie de ética com base nas relações familiares para a esfera religiosa e, dessa, para a política (Bourdieu, 1994: 206). Porém, se trata de bem mais que uma mera transposição de princípios de interpretação, visto que tanto os trajetos sociais como as práticas políticas também obedecem a essa concepção de sociedade e de ação política a partir de uma visão de “pobreza” e “necessidade” ou, mais especificamente, de “ajuda aos necessitados”. Como consequência, configura-se uma concepção e um conjunto de práticas políticas com base na “urgência” ou, conforme a categoria mais comumente utilizada por esse tipo de candidato, em busca de resultados “práticos” e na recusa da aceitação de polémicas de ordem mais explicitamente ideológica. Desse modo, diferentemente, por exemplo, dos sindicalistas e particularmente de seu pólo mais militante, que tende a conceber o conjunto das relações e práticas sociais como sendo intrinsecamente “políticas”; diferentemente também dos empresários, que tendem a valorizar as atividades políticas, mas de uma perspectiva que as reduz a um conjunto de valores e de ações estatais relativas aos temas afins com o universo empresarial; para o tipo de candidato em pauta, mais que “politizar” determinadas esferas e “questões” sociais, trata-se de se apropriar dos cargos políticos a serviço da religião e da filantropia, no limite, não havendo, portanto, uma adesão a uma moral cívica conforme a qual a “solução” desses “problemas” estaria na “política”.

Evidentemente, esse tipo de concepção e de prática política, que tem como principal fundamento a “ajuda aos necessitados”, visando a resultados “práticos”, com base em princípios de adesão que tornam as relações político-eleitorais semelhantes às estabelecidas nas organizações religiosas, ou com os “irmãos”, entra em confronto com as posições mais de acordo com a moral cívica vigente e que se pretendem mais “politizadas”. Disso decorre, inclusive, que esses candidatos com vínculos com esse tipo de organização religiosa mantenham uma associação muito forte com a filantropia. Ou seja, como mencionado, há um forte inter cruzamento entre os candidatos que se valem de vinculações com organizações religiosas com os que atuam na filantropia

e, dentre aqueles, particularmente os vinculados às igrejas “protestantes” ou “adventistas”. De algum modo, todos esses candidatos atuam em organizações filantrópicas.

Porém, se tomado o conjunto de candidatos que atuam em organizações filantrópicas, estão muito longe de se reduzir aos vinculados a igrejas “protestantes”. Isso, principalmente, porque por filantropia estão incluídas diferentes modalidades de organizações e de práticas de “assistência”. Como é indicado em outras partes, particularmente na que trata da utilização de relações estabelecidas no exercício profissional, mas também aos candidatos com vínculos com organizações de empresários, e como é detalhado adiante, muitos outros candidatos não necessariamente vinculados a igrejas “evangélicas” se valem desse tipo de recurso eleitoral representado pela filantropia. Esse é o caso, por exemplo, dos esquemas de assistência montados por agentes políticos, entre os quais muitos são candidatos nas eleições em pauta. É o caso também da atuação de empresários e mesmo de profissionais liberais em “clubes de serviços”, tais como o *Lions* e o *Rotary*, e assim por diante. É o caso, enfim, de praticamente todos os candidatos que se concebem como “representantes da região” ou “distritais”, que põem em prática esquemas de “assistência” e que concebem as atividades políticas como *brokerage*, como já visto e que também é mais bem detalhado adiante.

O que caracteriza a filantropia dos candidatos vinculados a igrejas “protestantes”, como se verá adiante, é que esse tipo de atividade “assistencial” está diretamente associado à concepção e às práticas simultaneamente religiosas e políticas, não se constituindo, portanto, em apenas um recurso a mais na composição de “bases” eleitorais. Ocorre que, além da mencionada referência à “ajuda aos necessitados” como fundamento das práticas religiosas e políticas para esses candidatos, e nisso de modo completamente diferente de outras religiões como o catolicismo, o candidato se apresenta como agente da igreja. Ou seja, mesmo que em alguns casos haja inclusive um esforço explícito em não transpor o vínculo entre o fiel e o pastor diretamente como vínculo eleitoral, o fundamento exclusivo da legitimidade do candidato é sua posição na hierarquia da respectiva igreja e conseqüente condição de líder.

Há, ainda, outras modalidades de inserção de candidatos vinculados a organizações religiosas nas disputas eleitorais, com outras bases sociais e ideológicas e outras estratégias. Dentre essas, uma que se destaca pela quantidade relativa de candidatos envolvidos e por suas particularidades quanto ao uso desses vínculos religiosos enquanto recursos eleitorais, são aqueles cujo significado de seu pertencimento religioso adquire um caráter mais diretamente de empresa moral, com base em determinados princípios tidos como básicos. Esse é o caso, particularmente, do conjunto de candidatos que, visto que um pretendido Partido Nacional Evangélico não chegou a obter registro oficial, como estratégia eleitoral, acabou formando a coligação chamada de Frente Brasil Evangélico, numa coligação entre o PRN e o PRTB, ambos sem nenhuma expressão eleitoral no estado. Esse pequeno conjunto de candidatos, ou seja, cerca de duas dezenas, que forma essa “frente evangélica” tem como uma de suas principais características

uma linguagem mais diretamente centrada em valores morais e religiosos ou bíblicos, visto que apresentados em nome da defesa da religião.

Por fim, há um outro conjunto de candidatos que representa uma modalidade diferente de vinculação da atuação religiosa com a política eleitoral: trata-se dos candidatos ligados a igrejas cultural e socialmente mais dominadas, dentre as quais se destacam as chamadas “afro-brasileiras”. Além das características sociais mais ou menos próprias desse conjunto de candidatos, a inserção na política eleitoral, em geral, adquire um caráter de defesa e legitimação da respectiva religião e, no limite, em nome de sua “oficialização” ou transformação de “seita” em religião oficialmente reconhecida. Em alguns casos, adquire também um caráter de redefinição de identidade étnica, intercruzando-se, assim, com outros “movimentos”, vinculados a outros ou aos mesmos candidatos, tais como os “movimentos negros”.

Em termos numéricos, no mínimo 63 desses candidatos (de um total de 649) mantêm algum tipo de vínculo com organizações religiosas. Porém, como mencionado, essas relações abrangem desde aqueles para os quais esse tipo de vínculo consiste na sua base principal de recursos eleitorais, apresentando-se em nome de determinada igreja ou religião, até aqueles para os quais essa esfera de atividade se constitui em apenas um recurso a mais dentre outros. Assim, por exemplo, quanto à Igreja Católica, apesar de haver apenas um padre como candidato, está incluída mais de uma dezena de candidatos que, de diferentes modos, mantêm relações com a mesma, seja através de “movimentos” sociais, de círculos de atividades religiosas, em síntese, vínculos menos formalizados, mas nem por isso menos intensos.

Desse conjunto de candidatos vinculados a igrejas, quase três dezenas são provenientes das religiões “evangélicas”, dentre as quais se destacam, em termos quantitativos, os da Assembléia de Deus e os da Igreja Universal do Reino de Deus³. Na legislatura anterior, que iniciou com as eleições de 1994, já havia três deputados estaduais eleitos com base nessas igrejas, todos candidatos à reeleição nas eleições em pauta, em 1998.

Para esse conjunto de candidatos que se valem de ligações com igrejas e/ou filantropia, também, para a sua maior parte é possível identificar aqueles para os quais esse vínculo constitui sua base de recursos principal ou exclusiva. Assim, é possível se constatar que, pelo menos para um total de 16 desses candidatos, essa ligação com organizações religiosas constitui sua principal base de recursos eleitorais e, dentre esses, para uma boa parte, de modo praticamente exclusivo. Para os demais, essa vinculação é utilizada em conjunto com a legitimidade obtida através da ocupação de cargos públicos eletivos ou nas burocracias, no caso dos que exerceram previamente esse tipo de cargo, com a participação em sindicatos e “movimentos sociais” de diferentes tipos ou, ainda, em atividades e organizações filantrópicas, dentre outros recursos eleitorais e esferas de atuação.

Quanto às origens sociais e, mais especificamente, à profissão do pai desses 63 candidatos, dispõe-se de informações para um total de 22. Desses, oito são filhos

de pequenos agricultores e dois de agricultores, um de ex-pequeno agricultor, dois de trabalhadores urbanos, um de funcionário público, um de pastor, dois de políticos, um de pequeno industrial, dois de pequenos empresários e um de empresário e, por fim, outros dois cujas informações apenas os definem como oriundos de “família pobre” ou “humilde”. Portanto, com exceção dos filhos de empresários e políticos, independentemente de seu tipo, a maior parte desse conjunto de candidatos é originária de condições sociais baixas. Se tomados apenas aqueles cujas principais bases de recursos eleitorais se concentram nessas relações com organizações religiosas e se excluir, portanto, aqueles que mantêm uma vinculação mais difusa com as mesmas, a proporção desses com origens sociais baixas aumenta muito, quase excluindo qualquer outra profissão paterna acima de pequeno agricultor ou trabalhador urbano. Mas, como se tenta demonstrar adiante, mais que posição de origem, a principal característica social está associada às rupturas em suas trajetórias, freqüentemente se aproximando de uma espécie de “desenraizamento” social e, conseqüentemente, de “traumas” recorrentemente mencionados tanto nas respectivas apresentações como candidatos, como nos depoimentos.

Profissionalmente, esse conjunto de 63 candidatos, quando do registro da candidatura, se classifica nas mais diferentes categorias propostas. Apenas cinco se enquadram como sacerdote ou membro de ordens ou seitas religiosas. Outros sete como membros do Poder Legislativo, visto já exercerem cargos desse tipo; três como trabalhador agrícola, tratando-se de candidatos vinculados ao sindicalismo de trabalhadores rurais, algo semelhante aos outros dois enquadrados como trabalhadores metalúrgicos e siderúrgicos. O restante se divide entre diferentes categorias de proprietários de micro-empresa, de estabelecimento comercial etc.; profissionais liberais, como advogados, administradores, economistas, médicos etc.; funcionários urbanos do setor comercial ou de serviços, como bancários, comerciários etc.; funcionários públicos de diferentes níveis; professores também de diferentes níveis; e, por fim, um total de sete que não se enquadram nas categorias propostas, classificando-se, assim, como “outros”.

Quanto ao grau de escolarização, esse conjunto de candidatos, em média, tem uma escolarização mais baixa, comparativamente aos demais, mesmo sem se entrar no valor relativo dessa titulação na hierarquia escolar e social. Do total de 63, 34 têm algum curso superior completo, e do restante, sete têm apenas o 1º grau, completo ou incompleto; 13 têm o 2º grau, também completo ou incompleto, e, por fim, outros seis têm algum curso superior incompleto.

Quanto aos cargos disputados, desses 63 candidatos, 26 disputaram o cargo de deputado federal, outros 32 de deputado estadual e o restante, de senador, governador e vice-governador. Portanto, nesse conjunto de candidatos há uma maior proporção de candidaturas para cargos mais elevados, o que decorre do fato de que uma parte dos mesmos formou a mencionada Frente Brasil Evangélico. Isso tem efeitos, inclusive, na proporção de eleitos relativamente ao número de candidatos, visto que esse tipo de candidatura representado por essa “frente”, mais que obtenção de cargo nas eleições

em pauta, visa diretamente à afirmação e ao reconhecimento da posição representada.

Em sua distribuição por filiação partidária, 14 desses 63 candidatos são filiados ao PTB, outros 13 ao PT, 11 ao PRN, cinco ao PDT, quatro ao PMDB, dois ao PRTB, três ao PSDB, três ao PSDC, quatro ao PPB, um ao PSB e, por fim, dois ao PL e um ao PFL. Como se pode observar, há uma forte concentração em alguns partidos e essa concentração seria ainda muito mais forte se tomados apenas os candidatos que mantêm relações mais estreitas e diretas com organizações religiosas enquanto base de recurso eleitoral, e não o conjunto dos que mantêm algum vínculo. Mas o que cabe ser destacado é que para além dessa concentração quanto às filiações partidárias em termos formais, há um conjunto de estratégias baseadas em afinidades e alianças que se, por um lado, depende das condições institucionais da conjuntura, por outro, consiste também na continuidade de processos originados bem antes das eleições em pauta. Essas afinidades e estratégias ocorrem na confluência de duas lógicas principais, quais sejam: de um lado, os interesses das lideranças partidárias na adesão de “líderes” com recursos sociais conversíveis em eleitorais, dentre os quais, suas vinculações com organizações religiosas; por outro, os interesses desses mesmos líderes, religiosos ou não, em aderir a um partido com o máximo possível de recursos eleitorais e, simultaneamente, com afinidades ideológicas. Há, no entanto, dois condicionantes básicos, dentre outros, a saber: em primeiro lugar, o grau dessa afinidade não ocorre relativamente ao partido tomado em sua definição formal ou oficial, mas nas relações já estabelecidas anteriormente com outros políticos desse mesmo partido, com os quais são mantidas relações, no caso, “religiosas” ou políticas, do que resultam os sempre mencionados “convites” para se candidatar. Ou seja, mais que o partido em termos formais, o que pesa é alguma rede que inclui os líderes do partido. Em segundo lugar, essas afinidades ideológicas condicionam também as filiações, na medida em que dependem também de seu potencial eleitoral, não havendo, portanto, uma espécie de “livre escolha” entre o conjunto de partidos disponíveis. No caso em pauta, não são todos os partidos que têm o mesmo grau de afinidade ideológica com os candidatos vinculados a organizações religiosas, mas, por outro lado, esses mesmos líderes obtêm graus diversos de aceitação, inclusive devido ao que podem representar em termos de potencial eleitoral. No caso em pauta, deve ser considerado o fato de que, dos partidos disponíveis, não há nenhum que se defina constituído como representante de organizações religiosas e, além disso, esse conjunto de candidatos se diferencia tanto em termos político-ideológicos, como também nesse tipo de relação com partidos.

Nessas condições, a filiação partidária desse tipo de candidato, dentre outros condicionantes, acaba obedecendo a essas lógicas baseadas nas afinidades político-ideológicas e nas redes de relações com políticos estabelecidas anteriormente; mas, por outro lado, o resultado acaba tendo um caráter de “coalizão tácita”. Assim, não é por acaso que a maior parte dos candidatos vinculados às igrejas “evangélicas” são

filiados ao PTB, do mesmo modo que os que têm como base o catolicismo ou o luteranismo ao PT, ao passo que os vinculados a outras igrejas e, mais especificamente, à “Frente Evangélica” ao PRN/PRTB. Porém, esses resultados quanto às filiações obedecem a diferentes condições, que foram sendo gestadas em períodos anteriores e atualizadas pelas estratégias eleitorais postas em prática. No caso das relações entre igrejas “adventistas” e o PTB, na base desse processo está o controle estadual desse partido por um líder extremamente forte em termos eleitorais e que, por outro lado, apesar de católico, se caracteriza pela prática da “assistência” ou filantropia, que sempre foi sua principal base de recursos eleitorais. Isso criou as condições para o estabelecimento de vínculos com outros agentes dedicados a esse tipo de prática, que é uma das características principais das igrejas “adventistas”, o que, por consequência, levou diversos de seus líderes a serem “convidados” a se candidatar, alguns eleitos em eleições passadas e, assim, apesar das freqüentes substituições de filiações partidárias, se criou uma rede de relações de afinidades e de interesses recíprocos. No caso dos filiados ao PT, isso obedece a uma lógica um tanto distinta, visto que esse partido é uma espécie de aglutinador de agentes de diferentes “movimentos sociais”, e tanto os candidatos vinculados ao catolicismo como ao luteranismo, em geral, mantêm ligações com isso, ou com o que é genericamente definido como “setores populares”. Assim, apesar da vinculação com organizações religiosas, os princípios que fundamentam a adesão e filiação são distintos. Desse modo, se forma um intercruzamento entre fidelidades religiosas ou teológicas e afinidades político-eleitorais. Ou como declara um desses candidatos luteranos, filiado ao PT, a um jornal local: “A gente não pactua com a bancada evangélica. Teologicamente podemos estar próximos, mas socialmente estamos mais perto de setores progressistas da Igreja Católica” (*Zero Hora*, 8/9/98:4).

Por outro lado, nessa adesão e filiação partidária, entram em pauta também outras lógicas, como é o caso de vários candidatos para os quais, apesar da vinculação mais ou menos forte com determinada igreja, também já contam com um relativo trajeto político, tais como a ocupação de cargos públicos no âmbito local ou não, e cujo ingresso no partido fica, então, condicionado pelas disputas regionais. Isso vai ao encontro das estratégias das lideranças partidárias em obter a adesão de líderes eleitoralmente com potencial, independentemente da base de recursos eleitorais, dentro, é claro, de determinados limites impostos por um mínimo de afinidades ideológicas. Esse tipo de estratégia é destacado por diferentes líderes ou dirigentes partidários.

Há, por fim, aqueles candidatos sem trajeto político significativo cuja principal motivação ou justificativa de candidatura está centrada na defesa “doutrinária” de determinados princípios religiosos e não em algo mais diretamente político-partidário. Como não ocorrem maiores afinidades com qualquer partido de maior peso e não dispõem de algo já organizado nesses termos, para a viabilização de suas candidaturas são postos em prática os arranjos mais insólitos, como é o caso da formação da mencionada Frente Brasil Evangélica, através da junção de dois partidos sem nenhuma afinidade prévia

com as “bandeiras” defendidas.

Por fim, quanto a resultados eleitorais, cabe mencionar que desse conjunto de 63 candidatos, 14 foram eleitos. Porém, esse conjunto de eleitos é formado, basicamente, por candidatos que mantêm relações indiretas com o catolicismo, tais como os vinculados ao sindicalismo ou “movimentos” apoiados pela Igreja Católica. Em segundo lugar, pelos que mantêm relações com o catolicismo mais no sentido de prática religiosa e filantropia. Em terceiro lugar, por um grupo de candidatos diretamente ligados às igrejas “evangélicas”, com fortes ligações também com a filantropia.

Igrejas, política eleitoral e inserção social

Para um exame mais aprofundado das bases sociais e das concepções de religião e de suas relações com as atividades políticas, talvez seja melhor se iniciar por alguns candidatos mais representativos das igrejas adventistas. Isso porque, mais que qualquer outro conjunto de candidatos vinculados a organizações religiosas, esses mantêm uma maior homogeneidade, tanto no que tange a uma série de características sociais como, também, às concepções de relações entre as atividades religiosas ou assistenciais e políticas.

Como um perfil muito representativo desse tipo de candidato, inclusive pelos “traumas” das origens e rupturas sociais quase sempre presentes, pode ser tomado um à reeleição como deputado estadual pelo PTB, tendo obtido sucesso (23.643 votos), iniciando, assim, um terceiro mandato nesse cargo. Filho de agricultores de um município do interior, em suas palavras “órfão de pai e mãe”, migrou para Porto Alegre “em busca de trabalho para criar os meus irmãos”, passando a trabalhar em diferentes condições e postos em empresas privadas, além de se formar em direito numa universidade particular (entrevista). Paralelamente a esse trajeto profissional, passou a atuar na “Igreja Assembléia de Deus há mais de trinta anos”, tendo se tornado pastor, e como tal, passou a realizar “um trabalho voltado para o social”, inclusive “com os maloqueiros, com as meretrizes, com os alcoólatras”. Com base nisso, “vi então que a política seria uma porta, que através dela eu poderia fazer algo mais pela sociedade, porque eu sempre atuei na iniciativa privada”. A escolha do partido, que é o mesmo desde a primeira candidatura, decorreu do fato de que “o PTB é o partido dos evangélicos (...). Porque o líder maior no Rio Grande do Sul (...) tem um laço muito grande com os evangélicos, até pelo trabalho social que faz com os pobres (...) Claro, os partidos políticos se perceberam, nesta última eleição, de que os evangélicos têm uma participação forte no colégio eleitoral (...) todos os partidos estão lançando evangélicos, mas pessoas que às vezes não têm uma representação, um bom testemunho, se intitulam evangélicos, mas não são conservadores, são liberais” (*idem*). Porém, apesar desse “laço” com o principal líder do partido, sua “base” eleitoral e o que fundamenta suas definições quanto às atividades políticas são as relações com a Igreja ou, em suas palavras: “a minha base

eleitoral é a Igreja” e, assim, “eu represento uma comunidade (...) Eu sou identificado em todos os lugares, principalmente aqui na Casa, como representante dos evangélicos, da Igreja Evangélica Assembléia de Deus” (*idem*). Mas, além da “parte filantrópica”, há também uma espécie de “empresa moral” ou doutrinária e, dessa perspectiva, “sabemos que a sociedade está apodrecida (...) e nós, evangélicos, pelo nosso testemunho, pela nossa firmeza de caráter, nós somos o sal dessa sociedade, é importante que estejamos em todos os segmentos da sociedade como sal” (*idem*).

Essas são também as bases das relações com a política de outros candidatos, como um a deputado federal pelo mesmo partido (PTB), apesar de este não ter conseguido se eleger (7.980 votos). Filho de um pastor com apenas o 1º grau, e ele também sendo pastor dessa mesma Igreja (Assembléia de Deus) com curso de direito incompleto em uma universidade particular, em sua apresentação como candidato destaca suas origens sociais e seu trajeto escolar e profissional: “procedente de família humilde, quando criança ajudou no orçamento familiar como engraxate de sapatos, vendedor de jornais dentro de bondes, vendedor de balas dentro dos cinemas e muitas outras atividades peculiares de família pobre”. Além disso, é destacado seu casamento, sua condição de líder estudantil, de fundador de diversas organizações de filantropia e, quanto a atividades políticas, vários mandatos como vereador e, por fim, sua condição de candidato a deputado federal com “propostas” em diferentes áreas, mas com destaque para a “criança e adolescente”, a “segurança” e temas afins (cf. material de campanha).

Porém, diferentemente da maior parte desse tipo de candidato, seu envolvimento com a política eleitoral não é recente, tendo sido assessor parlamentar, conselheiro tutelar e vereador. Mas, apesar de um envolvimento com a política partidária de mais de vinte anos, sua “liderança sempre foi religiosa” e simultaneamente vinculada à assistência ou, em suas palavras, a “nossa área era totalmente voltada para o social”. Sua própria candidatura seria o resultado da “necessidade de uma representação da minha comunidade evangélica dentro da área política. Porque eu sempre trabalhei e sempre vi que havia a necessidade de atendimento político, porque não dizer, dos parlamentares e essa coisa toda” (*idem*). Assim, a “base eleitoral, na verdade, ela foi formada, não havia quando eu entrei na lide partidária, política, não havia uma estruturação”. Ou seja, a “política”, no caso, ocorre por justaposição às atividades religiosas e assistenciais. Conseqüentemente, suas pretensões políticas “se resumem na representação da comunidade em si, na defesa de seus interesses, interesses voltados aos aspectos doutrinários da comunidade. Todo parlamentar que é eleito por essa base, ele é cobrado por essa base. No nosso caso, as prioridades são a defesa dos interesses da própria comunidade evangélica” (*idem*). Mesmo assim, dentre os principais problemas enfrentados na campanha, que teria sido realizada na base da “amizade”, destaca o fato de que “não recebi o apoio que deveria” da “comunidade evangélica”, o que é atribuído à “não politização do nosso povo. (...) Então, o meu problema maior foi dizer para ele que eu quero ser vereador, aí ele diz assim: ‘eu não te quero vereador, eu te quero pastor’. Foi

esse o meu problema maior” (*idem*). Ou seja, mais que “conscientização política”, o “problema” está na reconversão da notabilidade de uma esfera para outra. De qualquer modo, além dessa relação com a “comunidade evangélica”, em seus planos futuros, a filantropia, definida como “área social”, ocupa um lugar de destaque, através de várias organizações para esse fim, coordenadas através de uma Sociedade Beneficente Esperança (*idem*). Em síntese, a filantropia aparece como uma espécie de objetivação da ética religiosa e, simultaneamente, da política concebida dessa ótica.

Com exceção de algumas diferenças, particularmente quanto ao estatuto profissional e ao grau de escolarização (visto que para ser agente dessas igrejas evangélicas não é necessário uma formação escolar específica e também não é requerida dedicação exclusiva ou “profissional”), bem como ao tempo e modalidades de “entrada” na política eleitoral, esse padrão inclui praticamente todos os candidatos vinculados às igrejas evangélicas. Para expor um caso exemplar de uma menor escolarização e ingresso mais recente na política eleitoral, pode ser tomado outro candidato a deputado estadual também pelo PTB que, apesar de se tratar de sua primeira candidatura em eleições gerais, foi eleito com uma grande votação (60.474 votos). Mas, apesar da semelhança com os demais candidatos vinculados a igrejas evangélicas e, inclusive, com o descrito acima, não é oriundo da Assembléia de Deus e, sim, da Igreja Universal do Reino de Deus. Também de origens sociais muito baixas, filho de um pai “sem muita instrução” que perdeu aos 12 anos e de mãe de “trabalhos domésticos”, no período das eleições ainda cursava o 1º grau através de um “curso supletivo”. No registro da candidatura se enquadrava profissionalmente como sacerdote ou membro de ordens ou seitas religiosas, mas em seu depoimento se define como “pastor”, com a ressalva de que “pastor também não é uma profissão”. De fato, profissionalmente tem sido operário e funcionário de uma prefeitura (Canoas), além de músico.

Mais que em qualquer outro caso, o ingresso na política eleitoral não apenas foi determinado diretamente pela Igreja e explicitamente a serviço da mesma. Em suas palavras, no “nosso segmento existia a necessidade de alguém que os representasse (...) Porque havia a necessidade de um deputado dentro de um segmento e não houve necessidade de que fossem feitas grandes propostas para que eles [os adeptos] votassem” (entrevista). A escolha do partido obedeceu à mesma lógica presente nos demais casos, ou seja, através de um outro candidato já deputado pelo mesmo PTB e vinculado à Igreja, foi apresentado ao presidente do partido, que “é um conhecedor de política, ele viu que havia possibilidade de eu me eleger pelas bases”. Mas a própria decisão da candidatura “foi uma decisão da direção da Igreja que, entre tantos outros, recaiu em mim a escolha” (*idem*). Nessas condições, evidentemente, tanto os resultados eleitorais como as preocupações políticas são todas atribuídas a essa condição de representante do “segmento” e da filantropia. Inclusive, a grande votação recebida é atribuída à condição de pastor, visto que “dentro da igreja, não é a primeira vez que nós lançamos candidatos, houveram outros candidatos, mas não eram pastores. Eu acho que o pastor consegue

transmitir algo mais para as pessoas, uma maior confiabilidade” (*idem*).

No entanto, mais especificamente, isso está associado às próprias concepções e práticas do que se entende por política, que se resume no que segue: “se alguém vota em um candidato, é porque ele precisa que aquele candidato venha representá-lo. Então, alguma coisa ela vai precisar de que ele o ajude, e eu fiquei à inteira disposição dessas pessoas, para que no momento adequado, dentro dos limites, eu poderia ajudá-las” (*idem*). É dentro dessa ótica da “ajuda” que é defendida, inclusive, a política de incentivo a empresas, para “criar oportunidades de emprego”, mas essa “ajuda” está associada também à “objetividade”, no sentido de prático, e à filantropia (*idem*). Em síntese, “objetividade” enquanto eficácia prática na operacionalização dos critérios de excelência “política”, no caso, centrados na “ajuda ao próximo”, ou algo semelhante que, apesar das variações circunstanciais e pessoais, formam um padrão muito definido. Como não poderia ser diferente, nesse caso, a apresentação como candidato está toda centrada no “trabalho desenvolvido pela Igreja” ou no “trabalho assistencial” e correlatos, como o “ingresso de jovens no mercado de trabalho” e assim por diante.

Para mencionar apenas mais um caso semelhante, essas são basicamente as mesmas condições de ingresso na política eleitoral de outro candidato que concorreu a deputado federal pelo mesmo partido, o PTB, em “dobradinha” com o anterior, também eleito com grande margem de votos (70.983 votos), apesar de ser a primeira vez que se candidatou e que, imediatamente abandonou o partido. Filho de um pequeno agricultor do interior do estado, com apenas o 1º grau incompleto, se define profissionalmente como pastor, também tem como destaque os “traumas” em seu trajeto social em sua apresentação. Ou, conforme declarações a um jornal, ao se deslocar para Porto Alegre aos vinte anos, “enfrentado dificuldades financeiras e problemas familiares, entendeu que suas metas de conquista não se realizavam como queria e procurou um caminho diferente. Pastor evangélico desde os 27 anos (...) encontrou na Igreja Universal do Reino de Deus um apoio para melhorar a situação”. Inclusive, com isso, “resgatei até a minha moral” e o “ingresso na política [também] surgiu com um convite da Igreja” (*Zero Hora*, 9/1/99:12).

A exemplo do candidato anterior, sua eleição é atribuída ao “trabalho como pastor evangélico”, que “é voltado para o atendimento de pessoas de baixa renda, por meio da Associação Beneficente Cristã (ABC), um órgão da Igreja”. Um dos principais objetivos como deputado seria mudar a forma como essa Igreja “é vista pela sociedade brasileira”, na medida em que, “apesar dos serviços prestados, as igrejas evangélicas enfrentam dificuldades para exercer a filantropia” (*idem*).

Essas também são as condições de ingresso de um outro candidato à reeleição para um terceiro mandato como deputado estadual, também com sucesso (22.091 votos), apesar de pertencer a uma outra Igreja, do Evangélico Quadrangular do Sétimo Dia, em “dobradinha” com outro candidato a deputado federal da mesma Igreja. Apesar de se enquadrar como advogado quando do registro da candidatura, em sua apresentação

como candidato se classifica como “advogado e pastor evangélico” e, como deputado, destaca sua atuação no sentido da elaboração e aprovação de leis moralizadoras, dentre as quais, a proibição de servir bebidas alcoólicas nas estradas, outra relativa à “assistência religiosa aos doentes em hospitais”, e assim por diante (cf. material de campanha).

A exemplo dos demais, também destaca suas origens “pobres” ou “humildes”. No caso, “só foi conhecer sapato aos sete anos de idade. Aos 11 anos mudou-se para Curitiba, onde trabalhou como entregador de carne, pão e leite e foi auxiliar de pedreiro, ao mesmo tempo que estudava”. Posteriormente, ingressou na Igreja, estudando teologia e direito em São Paulo e, em 1986, se deslocou para Porto Alegre. Em 1990 se candidatou e foi eleito deputado pela primeira vez como “representante da Igreja”, atribuindo esses resultados eleitorais “ao reconhecimento dos evangélicos pelo seu trabalho” como pastor (*Zero Hora*, 30/12/98:14).

Essa condição de “representante da comunidade evangélica”, no entanto, não é obtida de uma vez por todas, visto que se por um lado depende dos recursos e da eficácia eleitoral, por outro está diretamente vinculada às relações com os agentes que controlam essas igrejas e sua sanção a essa ou àquela candidatura. Um dos melhores exemplos dessas possíveis turbulências e rupturas, na concorrência por esse eleitorado e nas relações com os agentes que controlam essas igrejas, é o de um candidato a deputado federal pelo PPB que acabou não se elegendo (14.280 votos). Filho de pais que tinham apenas o 1º grau, profissionalmente se define como advogado, porém, em seu trajeto profissional, foi delegado de polícia, além de “pregador evangélico” da Igreja Assembléia de Deus. Em suas palavras, sua liderança e “base” eleitoral foram formadas “durante esses anos que eu participei como pregador. (...) No momento que a Igreja buscou um candidato, eu era um candidato potencial” (entrevista). Assim, se candidatou e foi eleito deputado federal pelo PDT em 1986, reelegendo-se em 1994. Porém, devido a seu envolvimento no “escândalo” da CPI do Orçamento ou, mais especificamente, às acusações de corrupção, foi expulso do partido, filiando-se, então, ao PPB.

Mas, apesar de não contar com o aval dos controladores da respectiva Igreja à candidatura, tem como uma das pretensões a de “representar bem a Igreja (...) Aquilo que as lideranças evangélicas pedem, como a luta contra o aborto (...), temas de moralidade”. Certamente por ter sido delegado de polícia e advogado, destaca também a importância do problema da “criminalidade”. Além disso, também por ser ex-delegado, pretende representar “a polícia civil”, o que é definido como uma representação “corporativista” (*idem*). Mas, além dos “temas morais” da Igreja e do “corporativismo” da polícia, conta também com a filantropia. Mas, como se trata de alguém que exerceu dois mandatos de deputado federal, o uso eleitoral dessa filantropia está associado ao exercício do cargo ou, mais especificamente, ao fato de que nesse período seu “gabinete era um escritório avançado das entidades sociais do Rio Grande do Sul, que encaminhavam para o nosso gabinete os pedidos e nós juntávamos (...) e encaminhávamos, de acordo com aquele pedido” (*idem*). Ou seja, nesse caso, além das relações com os adeptos da respectiva

Igreja, os vínculos passados com o poder político e, mais especificamente, a intermediação de recursos, passa a se constituir num recurso de legitimação da candidatura.

Por fim, ainda quanto a esse conjunto de candidatos vinculados a igrejas evangélicas, há aqueles que, apesar de agentes das mesmas, devido ao seu estatuto profissional, atribuem ao exercício profissional sua condição de líder e, por extensão, a formação de suas “bases” eleitorais. Como visto, o candidato apresentado anteriormente, além da Igreja, tem na sua condição de delegado e vínculos com a corporação da polícia civil, ampliando, portanto, uma de suas bases de recursos eleitorais. Porém, em casos em que se trata de profissões mais diretamente voltadas para o “social” ou cujo exercício possibilita uma atividade filantrópica que se confunde com o mesmo, como no caso de médicos, o próprio exercício profissional pode ser apresentado como o responsável pela condição de líder. Mas, como demonstrado na parte relativa ao uso de relações estabelecidas no exercício profissional enquanto recurso eleitoral, isso requer uma redefinição desse mesmo exercício. No caso dos médicos, em decorrência da vinculação com igrejas, esse exercício está diretamente associado ao “atendimento aos carentes” ou ao trabalho filantrópico. Dentre os candidatos vinculados a essas igrejas evangélicas, um dos que melhor representa esse padrão é um candidato à reeleição como deputado estadual, já apresentado na mencionada parte relativa à conversão de relações profissionais em recursos eleitorais. Nesses casos, tanto a condição de médico como seu exercício profissional estão diretamente associados à filantropia, mas também à atuação como agente dessas igrejas e de sua ética, bem como das concepções de sociedade e de política que configuram esse conjunto de candidatos, inclusive no que tange à interpretação das origens sociais e suas agruras. No caso desse médico, não apenas o fato de ser filho de um guarda-noturno na periferia de Porto Alegre, mas por ter mantido uma vinculação muito direta com esse tipo de origem e com seus “problemas”, e com a intenção de “ajudar os necessitados”, são fatores que tornam semelhante a praticamente todos os demais candidatos desse conjunto.

Há, por fim, quanto aos candidatos das igrejas evangélicas, aqueles cuja apresentação se caracteriza mais diretamente pela associação entre o pertencimento à respectiva religião ou igreja e uma espécie de “reenraizamento” social. Evidentemente, nesses casos, trata-se de alguém com origens sociais muito baixas e com um trajeto marcado por rupturas de toda ordem. Um dos melhores exemplos disso é o de um candidato a deputado federal pelo PSDB, muito mal votado (apenas 552 votos), cujo lema da candidatura é sua apresentação como “representante dos evangélicos”. Com o 2º grau incompleto, classificado profissionalmente na categoria “outros” quando do registro da candidatura, sua apresentação como candidato, com o título significativo de “alerta ao povo do Rio Grande do Sul”, consiste no que segue:

sou natural de São Borja, filho de agricultor, criado nos pampas (...), fui criador de gado, plantador, carreirista e velho pistoleiro. Hoje sou representante do povo

evangélico do Senhor Jesus Cristo.

Se for eleito, lutarei para fazer justiça ao órfão e ao oprimido, a fim de que o homem que é da terra não prossiga em usar da violência. Os crimes, a prostituição e o adultério são influência da TV, que incentivam (*sic*) a destruição da família.

Como candidato propõe ainda uma série de idéias no sentido de incentivar a industrialização, além de “criar escolas agrícolas (...) para tirarmos menores da rua” (cf. material de campanha). Ou seja, a função de “empresa moral” e meio de redefinição de identidade social representada pela religião projetada diretamente na esfera eleitoral.

Passando para a apresentação de candidatos ligados a uma outra Igreja, a Católica, que, como mencionado, tem características completamente diferentes no que tange às suas relações com a política eleitoral: o primeiro fato a ser destacado, algo que aparentemente pode parecer banal, é que se por um lado o catolicismo é a religião que conta com um maior número de candidatos que fazem apelos explícitos à mesma, por outro, é a que tem um menor número de agentes diretos como candidatos. Dentre as razões mais gerais e evidentes disso, deve ser destacado, em primeiro lugar, nesse caso, pelo menos no atual estado das lutas do campo religioso, que no catolicismo há um esforço explícito de separação entre a Igreja enquanto instituição e as mais diversas “empresas morais” patrocinadas pela mesma. Desse modo, as referências e usos de relações com o catolicismo ou, mais especificamente, com organizações e “movimentos” vinculados ao mesmo, não equivalem a vínculos diretos com a instituição eclesiástica. Isso é reforçado pelo fato de que, diferentemente das demais igrejas que não mantêm uma posição dominante em termos sociais e culturais, o catolicismo é muito mais multifacetado em termos ideológicos e, além disso, interfere nas mais diferentes esferas sociais, tais como a escolar, sindical, “movimentos sociais” de toda ordem, organizações de segmentos específicos, tais como, por exemplo, “dirigentes cristãos de empresas”, e assim por diante.

Assim, para uma melhor compreensão das relações entre esse catolicismo e as lutas eleitorais, é necessário tomar separadamente os candidatos que se valem de seus vínculos com “empresas” patrocinadas pela Igreja Católica, ou algum de seus setores, dos candidatos que se apresentam como agentes dessa mesma Igreja. No primeiro caso, de candidatos que têm como um de seus recursos eleitorais seus vínculos com determinadas “empresas” patrocinadas por algum setor da Igreja Católica, ocorre um número muito grande, se bem que essa quase nunca consista na principal base de seus recursos eleitorais, entrando sempre, portanto, em composição com outras esferas de atuação e formação de lideranças. Esse é o caso, por exemplo, de boa parte dos candidatos que se caracterizam pelos seus vínculos com as diversas formas de sindicalismo, de organizações de profissionais liberais, de empresários, com organizações filantrópicas, e assim por diante.

Quanto a candidatos agentes diretos da Igreja Católica, como mencionado, nessas eleições somente ocorre um caso e, além disso, é o primeiro após mais de setenta anos. Desde a década de 1920 não ocorria a candidatura de padres no estado. Mas, como será demonstrado, trata-se de um padre que mantém uma apropriação específica dessa condição e, mesmo assim, apesar de defender a posição de que a “igreja é política, não existe essa separação, é uma dicotomia ultrapassada”, para obter o aval à sua candidatura, teve de “enfrentar a contrariedade de boa parte da cúpula da Igreja Católica”, e seus superiores hierárquicos impuseram “uma condição: a de não assumir novos cargos dentro da Igreja” e de que “a candidatura não seria da Igreja” (*Zero Hora*, 3/11/98: 18 e 16/9/98: 6). Ou seja, há um esforço explícito no sentido da separação entre a condição de agente da Igreja e a de candidato.

Porém, se por um lado essa relação com a Igreja enquanto instituição requer que haja esse esforço, por outro, quanto às demais características sociais e ideológicas e a inserção política desse candidato a deputado estadual pelo PT, que acabou se elegendo (29.113 votos), apesar de padre, é muito semelhante a uma série de outros candidatos vinculados ao sindicalismo ou a “movimentos sociais” em geral patrocinados pela Igreja. Formado em teologia e em filosofia, com especialização em sociologia, apesar de se enquadrar como sacerdote ou membro de ordens ou seitas religiosas quando do registro da candidatura, além das funções de padre é também professor. Mas o que deve ser destacado é que sua liderança prévia e as possibilidades de sua reconversão em recursos eleitorais decorrem de um uso específico dessa condição de padre e professor, ideologicamente respaldado numa posição nas lutas internas dessa Igreja e em determinadas práticas sociais patrocinadas pela mesma. Essas práticas sociais consistem naquelas esferas de atuação através de uma série de mecanismos e que, no limite, quanto à concepção de política, pode ser sintetizado numa espécie de “comunitarismo orgânico”. Conforme sua apresentação na mídia, o “mandato é uma consequência do trabalho social que o projetou na comunidade de Caxias do Sul, onde reside, e municípios próximos. Formado em Filosofia e Teologia, (...) sempre esteve ligado às pastorais da juventude, da terra e operária e foi um dos responsáveis pela criação dessa última no país e no Estado” (*Zero Hora*, 3/11/98: 18). Ou, conforme sua apresentação como candidato, sua “trajetória de vida sempre esteve voltada ao direito à vida, dignidade e organização da sociedade, (...) sempre esteve ligado às lutas dos Movimentos Populares, das Pastorais Sociais e das Comunidades e ao Movimento pelos Direitos Humanos” (cf. material de campanha). Isso criou as condições para a formação prévia de sua liderança, sendo um dos fundadores do PT na região e em 1980, candidatou-se a prefeito do município (Caxias do Sul), sem sucesso, quando teve que pedir “licença e ficou afastado das funções religiosas”, devido às resistências da cúpula da Igreja à candidatura.

Quanto aos candidatos associados ao catolicismo, enquanto ideologia política, que mantém uma atuação em diferentes esferas, mas particularmente no sindicalismo

e “movimentos sociais” de diferentes tipos, não caberia apresentá-los em detalhes, visto que isso é algo muito difuso e, como mencionado, uma boa parte dos mesmos já foi abordada ao se tratar do sindicalismo. De qualquer maneira, vale a pena se tomar apenas um caso exemplar quanto a isso e demonstrar que, apesar das diferenças formais em termos de características e trajetórias sociais, não ocorrem maiores diferenças relativamente ao padre apresentado acima. Trata-se de um candidato a deputado federal pelo PT, não eleito (15.629 votos). Ex-seminarista, com curso superior completo, se enquadra como professor de ensino superior quando do registro da candidatura, já foi deputado estadual (1987/1990) pelo PT, presidente estadual desse partido, além de ter ocupado diversos cargos “de confiança” na prefeitura de Porto Alegre. Porém, além dessa atuação mais estritamente político-partidária, sua apresentação como candidato destaca que “atuou nos movimentos populares e pastorais” e foi “construtor das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e da Pastoral Operária; é um dos fundadores do CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional, entidade que assessora o movimento sindical urbano e rural” (cf. material de campanha).

No extremo oposto do espectro ideológico do catolicismo, se posicionam candidatos que, apesar de profissionalmente também não serem agentes dessa Igreja, se valem de modo muito direto e intenso das relações e atividades dirigidas a setores específicos, com uma versão diferente de catolicismo. Esse é o caso, por exemplo, de um candidato a deputado estadual pelo PPB que acabou não se elegendo (22.115 votos). Filho de um ex-deputado, se enquadra como pensionista quando do registro da candidatura, mas se define como arquiteto, já tendo sido vereador de Porto Alegre e participado de outras eleições (candidato a vice-prefeito de Porto Alegre em 1996), em sua apresentação como candidato, além da filiação, condição profissional e familiar, é destacada sua militância católica e partidária. Mas, no caso, a militância católica consiste numa série de cargos ocupados em organizações do catolicismo tido como “conservador” (Movimento de Cursilhos de Cristandade, Fundação *Pro Deo*, Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas etc.) e, em termos partidários, presidente do órgão “cultural” do PPB (Fundação Tarso Dutra de Estudos Políticos), além de “católico atuante em vários movimentos leigos do estado” e de conferencista e articulista (cf. material de campanha). Como se pode observar, além de uma situação diferenciada quanto a cargos ocupados na Igreja, nesse caso se trata da apropriação de uma outra versão, completamente distinta do catolicismo e, portanto, dirigida a outros setores e organizações sociais.

Apesar das diferenças sociais, essa apropriação e uso das relações com esse tipo de catolicismo como recurso eleitoral é muito semelhante a vários outros candidatos, como um a deputado estadual pelo PSDC, com votação insignificante (apenas 257 votos). Filho de funcionário público, enquadrado como “outros” quando do registro da candidatura, com o 2º grau completo, sua vinculação com a política eleitoral decorre de seus vínculos com esse tipo de “movimento católico” com base em valores como a “família”. Mas, em suas palavras, sua vinculação com isso marcou todo seu

trajeto escolar e profissional, quando militou no movimento estudantil, em oposição ao “comunismo”. Posteriormente, chegou a iniciar um curso numa universidade particular, mas teve que abandonar por falta de condições. Após essa fase de militância estudantil, tonou-se o líder da “torcida organizada” de um dos principais clubes de futebol, ingressando a seguir nos chamados Encontros de Casais com Cristo, ou seja, um “movimento” patrocinado por setores da Igreja Católica. Como membro dessa organização, foi convidado pelos líderes do partido para se candidatar, com uma campanha “em cima da família” que seria “a base de tudo”. Além dessa defesa da “família”, essa campanha visava a “favorecer (...) entidades assistenciais” (entrevista). Ou seja, aquele padrão de avaliação da esfera política muito comum entre esses candidatos que se valem de suas relações com igrejas como trunfo eleitoral, em que se destaca, de um lado, a defesa de determinados valores, tais como a “família”, e, de outro, as atividades políticas concebidas como *brokerage* e prestação de “assistência”.

Por fim, como mencionado, há um conjunto de candidatos que se apresentam em nome de alguma igreja ou seita social e culturalmente dominada. Nesses casos, a legitimação da candidatura tende a tomar um sentido de defesa da respectiva religião ou seita, o que não exclui as lutas de concorrência para a definição do representante ou candidato legítimo. Nesses casos, em geral trata-se de cultos afro-brasileiros, e o número de candidatos não chega a ser significativo, até porque a quantidade de fiéis eleitores potenciais no estado também não chega a ser muito expressiva. Além disso, freqüentemente, as reivindicações dessas religiões na esfera política se apresentam através de candidatos que têm nas mesmas apenas uma de suas bases de recursos eleitorais, em geral que aderem às mesmas, nem chegando, portanto, a se caracterizarem como representantes exclusivos.

Para destacar um candidato cuja base de legitimação está centrada de modo praticamente exclusivo nos cultos afro-brasileiros ou, mais especificamente, na umbanda, pode ser tomado um deputado estadual pelo PTB, que acabou tendo uma votação muito pequena (3.425 votos). Com o 2º grau completo, se enquadra quando do registro da candidatura como funcionário público civil aposentado, anteriormente já havia se candidatado a vereador de Porto Alegre pelo então PDS, também sem sucesso.

Toda sua apresentação como candidato está baseada na defesa das condições de prática dos cultos da respectiva religião, tais como a necessidade da revogação de leis que restringiriam as condições de realização de cultos (proibição de tocar tambores após determinado horário etc.). Porém, simultaneamente aos esforços em se apresentar em nome desse tipo de “culto”, em oposição às demais religiões, ocorrem intensas disputas pela condição de candidato escolhido pelos controladores de suas organizações, como a Federação das Religiões Afro-Brasileiras (cf. material de campanha). Esse candidato restringira sua campanha aos “terreiros” da religião, denunciando “a discriminação que a umbanda sofre por ser uma fé de origem negra”. Porém, entre “os adeptos de sua própria fé ele não é consenso. A federação das Religiões Afro-Brasileiras (Afrobras),

uma das entidades que congregam os umbandistas e exubandeiros no Estado, não aconselha o voto no babalorixá”, apoiando um outro candidato (*Zero Hora*, 25/9/98:3).

Ou seja, a condição de representante desse tipo de religião e, mais especificamente, o monopólio eleitoral dessa representação não ocorre. Isso se torna mais evidente ainda para os candidatos que tomam suas vinculações com esse tipo de religião como apenas um componente a mais, dentre outros recursos ou “bases” eleitorais. Esse é o caso, por exemplo, de um candidato a deputado federal pelo PL, muito mal votado (1.207 votos). Com o 2º grau, se enquadra quando do registro da candidatura como funcionário público civil aposentado, por ter sido funcionário de uma companhia estatal. Entre outras esferas de atuação eleitoral, conta com “a religião afro à qual eu pertenço” e que pretende “torná-la religião oficial, porque ela é seita” (entrevista).

Atividades filantrópicas, compromissos morais e política eleitoral

Do total de 649 candidatos das eleições em pauta, há um total de, pelo menos, 43 que têm em organizações/atividades filantrópicas uma de suas principais bases de recursos eleitorais. Desses 43 candidatos, no entanto, apenas para cerca de 11 se pode discernir que esses vínculos com organizações e atividades filantrópicas consistem na principal base de recursos eleitorais. Para o restante, o principal recurso consiste na ocupação prévia de cargos públicos, visto se tratar de deputados ou ocupantes de outros cargos visando à reeleição. Para outros, a principal base de recursos eleitorais é formada pela participação em sindicatos e/ou associações de produtores rurais, de profissionais liberais, em organizações religiosas, dentre outras esferas de atuação. A principal característica comum a todos esses candidatos vinculados a práticas de filantropia é uma concepção de “social” como “carência”, “pobreza”, “desagregação”, ou algo desse gênero. Conseqüentemente, nessa perspectiva, a filantropia ou “ação social” é vista como ações visando à minimização dessa “carência”, no sentido da “ajuda”. Um segundo elemento comum é que essa filantropia ou “ação social”, de algum modo, está quase sempre associada a uma crença religiosa e/ou a filosofias sociais com fundamentos religiosos. Assim, há um entrecruzamento muito forte entre os candidatos que se valem de organizações religiosas para fins eleitorais, descritos acima, e os que têm em organizações filantrópicas um recurso para tanto. Ou seja, a maior parte desse conjunto de candidatos vinculados a organizações filantrópicas estão incluídos também dentre os que mantêm vínculos com organizações religiosas.

De modo semelhante, boa parte desses candidatos que mantêm vínculos com organizações e práticas filantrópicas, devido a essa concepção de atividades políticas como “ajuda”, são apresentados também ao se abordar outros temas, tais como o uso de relações estabelecidas no exercício profissional como recurso eleitoral. Isso porque, como se tenta demonstrar, subjacente a essas atividades profissionais, principalmente no caso de algumas profissões, como os médicos, jornalistas/radialistas, dentre outras,

mais que exercício profissional, trata-se de uma posição de *broker*, cuja base são as atividades de “ajuda”, fundamentadas na mencionada concepção de atividades políticas como um conjunto de ações visando a esta “ajuda”. Devido a esta forte associação entre os candidatos que se valem de seus vínculos com organizações religiosas e os que têm em organizações e atividades filantrópicas uma base de recursos eleitorais, na maior parte dos casos, se trata dos mesmos.

Isso, no entanto, não elimina uma forte heterogeneidade quanto às relações e usos, tanto relativamente às organizações religiosas como às filantrópicas, nas disputas eleitorais, inclusive porque as condições sociais e ideológicas e, mesmo, institucionais, para tanto, são muito diversas. De modo geral, um primeiro padrão dessas relações com organizações e atividades filantrópicas que se destaca, com características próprias tanto no que tange à sua organização formal como aos candidatos que as põem em prática, é constituído pelos que mantêm vínculos com igrejas evangélicas, apresentados anteriormente. Nesse caso, não valeria a pena retomá-los, na medida em que, como as atividades religiosas são indiscerníveis da filantropia, a apresentação dos usos dos vínculos com as respectivas igrejas, necessariamente, inclui essa dimensão filantrópica, como pode ser constatado. Ou seja, tanto as atividades religiosas, com seus “pedidos de orações”, de “apoio”, de “interferência” do agente religioso, bem como a “ajuda” no sentido mais material, em síntese, todo o conjunto de atividades e recursos mobilizados são vistos, simultaneamente, como religiosos e “sociais”. Desse modo, mesmo que, por exemplo, como já demonstrado, essas igrejas mantenham uma separação institucional entre sua organização e práticas de cunho mais diretamente religioso e as “assistenciais”, como é o caso da Associação Beneficente Cristã (ABC) dos “evangélicos”, não apenas suas práticas, mas também sua fundamentação ideológica se confundem.

Um segundo padrão, mais difuso, mas também centrado em organizações ou, pelo menos, em éticas religiosas, é representado pelas práticas de “assistência” de políticos, em sua maior parte já exercendo ou tendo exercido cargos. Essa assistência ocorre, em geral, através de atividades de *brokerage*, consistindo principalmente em “ajuda” através de “albergues” e outras formas de “assistência aos necessitados”. Mas, apesar de que quase sempre se trate de candidatos com fortes vínculos com determinados valores religiosos, em geral um determinado catolicismo, esse tipo de organização e de práticas não ocorrem em nome de alguma igreja, mas simplesmente de valores religiosos. Em comum com o caso anterior, das igrejas evangélicas, se destaca o fato de que quase sempre se trata de candidatos com origens sociais muito baixas e que, a exemplo dos pastores “evangélicos”, tendem a atribuir e justificar essas práticas a “traumas” vividos em determinada fase de seu trajeto social, marcado pela “miséria”, “doença” ou algo do gênero.

Um terceiro padrão, vinculado aos anteriores, mas também com características próprias, é formado pelos candidatos que se apresentam como porta-vozes de deficientes físicos, muitas vezes eles próprios ou então algum membro próximo do grupo familiar.

Em geral, esse tipo de “problema”, antes de se apresentar na esfera eleitoral através desses candidatos, já passou por um processo de elaboração e, inclusive, de formação de associações ou algo do gênero. Evidentemente, como se trata de deficiência física, cuja definição pode conter os mais diversos graus de generalização ou, então, de especificidade, há uma diferenciação muito grande entre este tipo de candidato quanto às suas “bases” presumidas e as formas de utilização dos vínculos com “deficientes” e suas organizações.

Por fim, sem nenhuma pretensão de exaustão, há um outro padrão de organizações e de ações filantrópicas que se diferencia tanto pelas características sociais dos candidatos que as utilizam, como também pela forma de sua organização. Trata-se daquelas organizações que visam à filantropia através de entidades como “clubes de serviço”, tais como *Lions*, *Rotary* e assim por diante, que adquirem um sentido mais de benemerência por parte de agentes socialmente bem situados, em geral empresários e profissionais liberais. Portanto, nesse caso, menos que uma criação direta do candidato, esse tipo de organização consiste mais num tipo de “atividade social” que tem uma dinâmica própria enquanto filantropia, e que determinados candidatos, por sua posição social e vinculações prévias com as mesmas, podem utilizar como recurso eleitoral.

Quanto às origens sociais e, mais especificamente, à profissão do pai, se dispõe de informações para 24 desses 43 candidatos vinculados à filantropia. Desses 24, quatro são filhos de pequenos agricultores, outros três de agricultores, além de um de ex-pequeno agricultor; seis são filhos de trabalhadores urbanos em geral (sapateiro, ferroviário, gráfico, ferroviário, guarda-noturno, marceneiro), três de comerciantes, dois de funcionários públicos, um de pastor, um de pequeno industrial, um de político e, por fim, para dois apenas se têm informações de suas origens em “família humilde” ou “pobre”. Portanto, trata-se de candidatos com origens sociais, em geral, bem baixas.

Em termos de classificações profissionais, quando do registro da candidatura, a maior parte se enquadra como proprietários de microempresa ou de estabelecimento comercial, profissionais liberais de diferentes tipos (advogados, engenheiros, economistas, médicos etc.), funcionários do comércio e prestação de serviços, funcionários públicos de diferentes níveis e, por fim, membros do Poder Legislativo, visto que boa parte já é deputado. Em termos de grau de escolarização, esse conjunto de candidatos, a exemplo dos que mantêm vínculos eleitorais com organizações religiosas (que, como mencionado, em muitos casos são os mesmos), em média, são dos menos escolarizados, sendo que desses 43 candidatos, 23 têm algum curso superior completo (outros cinco têm superior incompleto, 11 têm o 2º grau completo ou incompleto e, por fim, quatro têm o 1º grau, completo ou incompleto). Além disso, deve-se levar em conta que essa classificação formal por titulação não demonstra um outro aspecto que somente as informações qualitativas mais detalhadas deixam transparecer, que é o fato de que, para uma boa parte, a titulação escolar superior foi obtida num estágio já bem mais avançado em termos de idade e em cursos noturnos de faculdades particulares.

Quanto à filiação partidária, há uma forte concentração em apenas alguns partidos, dentre os quais se destaca, em primeiro lugar, o PTB, com 20 desses 43 candidatos e, em segundo lugar, o PPB, com outros 11. Os demais se distribuem pelo PMDB (cinco), PSDB (três), PL (dois), PFL e PMN.

Como já mencionado, a quase totalidade dos candidatos que se vale de organizações e práticas filantrópicas utiliza também outras bases de recursos e, portanto, é apresentada também sob outros registros, em outras partes. É o caso, particularmente, da parte relativa aos usos de relações apresentadas como decorrentes do exercício profissional, mas que, de fato, encobrem ou são associadas à filantropia. A principal razão disso é que a filantropia, enquanto conjunto de práticas e de valores sociais, está sempre associada a outras esferas de atuação, sejam “profissionais”, “comunitárias” ou de *brokerage*, de “serviços”, religiosas, e assim por diante. Assim, mais que uma esfera específica de atuação, o que caracteriza esse conjunto de candidatos é uma concepção de atividades políticas e “sociais” cujas modalidades de prática envolvem sempre diferentes associações de esferas diferentes.

Esse é o caso, inclusive, do candidato tido como o representante máximo disso, organizador e principal líder do PTB no estado, já apresentado na parte referente aos usos de relações estabelecidas no exercício profissional como recurso eleitoral. Ocorre que, nesse caso, a filantropia é organizada com base em sua atuação “profissional” como radialista (e deputado), mas, independentemente da condição e exercício profissional, foi através da filantropia que se estabeleceram as relações partidárias e eleitorais com a maior parte dos candidatos vinculados a igrejas evangélicas. Evidentemente, em casos como esse, a apresentação como candidato está centrada na “atuação profissional”, que é simultaneamente de “assistência” aos “necessitados” ou “trabalho comunitário”, inclusive com organizações próprias para tanto (cf. material de campanha).

Algo muito semelhante ocorre com os candidatos vinculados às igrejas evangélicas, quase todos, como já mencionado, vinculados a este mesmo partido, o PTB, e, apesar das diferenças formais em termos de pertencimento a igrejas, com uma afinidade muito forte com o candidato mencionado. Mas, como também mencionado, não valeria retomar aqui as relações desses candidatos com organizações e práticas filantrópicas, visto que isso já foi abordado ao se tratar de seus vínculos com a religião, que, no caso, são indiscerníveis. A única diferença significativa entre esses candidatos vinculados a igrejas evangélicas, relativamente à prática da filantropia, é que, para muitos, o próprio exercício das atividades religiosas tem um sentido de filantropia, ao passo que, para outros, além da fundamentação na respectiva ética religiosa, a prática da filantropia pode estar embasada também em determinadas competências profissionais. Esse é o caso, por exemplo, dos candidatos médicos vinculados a essas igrejas, também apresentados na parte relativa ao uso de relações estabelecidas no exercício profissional.

Algo diferente ocorre com os candidatos que se valem da filantropia como uma prática mais diretamente voltada para a “assistência” aos “pobres” ou “carentes” de sua

região de origem. Também nesse caso foram apresentados diversos casos exemplares na parte relativa aos usos de relações profissionais como recurso eleitoral, visto que essas atividades filantrópicas consistem em um componente a mais na conformação de uma posição de *broker*, em geral interpretada como decorrente do exercício profissional, mais freqüentemente o radialismo ou algo do gênero. O que há de comum com os padrões apresentados acima, além dessa associação com atividades profissionais, é a já destacada concepção de atividades políticas como “ajuda” e, por outro lado, a atribuição disso a “traumas” sofridos no trajeto social, sempre marcado pela “miséria” ou algo do gênero e com fortes rupturas familiares ou profissionais, além da valorização generalizada de determinados aspectos de doutrinas católicas.

Como já mencionado, esse padrão de candidato também foi bastante explorado na parte em que são abordados os usos de relações estabelecidas no exercício profissionais para fins eleitorais, visto que, em geral, esse tipo de filantropia aparece associado ao exercício ou, mais especificamente, à utilização simultânea de determinadas condições profissionais, dentre as quais se destacam as de radialista, de médico e assim por diante. Mesmo assim, cabe examinar aqui alguns casos exemplares, tendo em vista uma melhor explicitação das relações entre esse tipo de filantropia e o uso de outras bases de recursos eleitorais. Como um desses casos exemplares, pode ser tomado um candidato à reeleição como deputado estadual pelo PPB, com sucesso (51.766 votos). Ao se enquadrar como advogado quando do registro da candidatura, tendo sido vereador em seu município de origem (Frederico Westphalen) de 1983 a 1988, se candidatou a deputado estadual em 1986 e em 1990, em ambas as eleições sem sucesso. Porém, conseguiu se eleger em 1994 e mais que duplicar a votação em 1998. Filho de pequenos agricultores, como candidato destaca essas origens, bem como o fato de ter se formado em “três faculdades” (direito, administração de empresas e ciências, com pós-graduação em direito eleitoral e direito penal), e sua atuação parlamentar, na filantropia, e em organizações vinculadas a determinadas posições no catolicismo (como o ECC – Encontros de Casais com Cristo), além de ter sido “um dos fundadores do Bloco Parlamentar Católico”. Quanto à atuação na filantropia, tem como justificativa o lema “dividir com o povo o que o povo lhe confiou” (cf. material de campanha).

Quanto à filantropia, mantém uma “pousada criada (...) para hospedar gratuitamente pessoas da região [de origem] que vão a Passo Fundo [centro regional] acompanhar parentes internados em hospitais da cidade. O local começou a funcionar (...) logo na primeira semana de seu primeiro mandato como deputado (...) Qualquer pessoa pode se hospedar na pousada, não importando onde resida nem o partido político a que pertença. Na mesma época, criou uma outra pousada em Porto Alegre, com a mesma finalidade e com a mesma capacidade para 30 pessoas” (*Zero Hora*, 20/01/99:14). A principal justificativa desse tipo de ação é atribuída a um acidente sofrido, quando ainda jovem, ficando internado num hospital por um longo período. Nessa situação, sua “família, formada por pequenos agricultores, dormiu nos corredores do hospital

enquanto esteve internado. Só quem enfrenta problemas de doença na família entende a importância da solidariedade” (*idem*).

Apenas para se tomar mais um caso nesse sentido, dentre tantos outros quase idênticos quanto a esse ponto, basta mencionar o de um outro candidato também à reeleição como deputado estadual pelo PTB (também bem-sucedido, com 18.973 votos). No entanto, mais que “traumas” ligados ao trajeto social, trata-se de alguém que se define como “um político dos pequenos”. Ao se enquadrar como proprietário de estabelecimento comercial quando do registro da candidatura, é comerciante e agricultor num pequeno município do interior (São Martinho). Também filho de um comerciante local, concluiu um curso de direito numa universidade particular na região de origem, onde foi vereador por 12 anos e prefeito, até que, em 1994 se candidatou a deputado estadual e ficou como suplente, mas mesmo assim conseguindo assumir o cargo. Em suas palavras a um jornal, apesar de filho de comerciante, “já foi vendedor de picolé, armador de jogo de bolão, lavador de carros de posto de gasolina, porteiro de baile (...) e calceteiro” (*Zero Hora*, 19/11/98: 20). Como os demais candidatos desse tipo, também concebe suas atividades políticas como uma espécie de representante regional com base numa rede vertical de relações de reciprocidade (ou “doações”), e em sua apresentação como candidato destaca temas como incentivos à agricultura, à “micro e pequena empresa”, “desenvolvimento regional” e coisas do gênero e, quanto à filantropia, “o serviço baseado na estrutura de dois albergues para familiares de doentes”. Trata-se do mesmo tipo de esquema do candidato anterior, definido como ações na “área social” (*idem*).

Por outro lado, como mencionado, um outro padrão dessa filantropia, obedecendo a outras modalidades de organização e de práticas, está referido a portadores de deficiências físicas. Nesse caso, no entanto, a maior parte dos candidatos que se pretendem representantes são eles próprios portadores de alguma deficiência ou, então, familiares próximos. Além disso, uma das maiores diferenças relativamente aos padrões apresentados acima é que, nesse caso, em geral, essa pretensa representação eleitoral passa previamente pela organização de associações de portadores de deficiências.

Um dos candidatos que pode ser tomado como exemplar desse padrão, diretamente vinculado a portadores de deficiências físicas, é um a deputado estadual, também pelo PTB, que teve um votação muito pequena (2.903 votos). Filho de um ferroviário, com o 2º grau completo, funcionário público de uma empresa estatal, foi eleito vereador de Porto Alegre em 1996 pelo mesmo partido. Tanto em sua eleição para vereador como na campanha para deputado estadual em 1998, bem como sua atuação como vereador, a base de recursos eleitorais praticamente exclusiva foi sua atuação pelos deficientes físicos. Sua apresentação como candidato em 1998 o destaca apenas como “vereador em Porto Alegre e Presidente da Federação Riograndense de Entidades de Deficientes Físicos. Como vereador, fez diversas leis que beneficiam os deficientes” (cf. material de campanha).

O ingresso na política partidária ocorreu em 1988, quando concorreu a vereador de Porto Alegre, sem êxito, ou em suas palavras, “foi uma preparação para mais tarde”. Esse ingresso, porém, também está diretamente vinculado à atuação em organizações de deficientes físicos:

antes de assumir a questão partidária, nós tínhamos um movimento grande, que é o movimento das pessoas portadoras de deficiência, sempre envolvido com as associações, com as entidades, enfim, na busca (...) de valorizar o cidadão deficiente como cidadão que ele é. Então a política partidária foi uma complementação do nosso trabalho, porque nós discutíamos entre nós (...) a nossa exclusão da sociedade (...) Foi quando, a partir desse movimento todo, passei a atuar diretamente na política (...) Por isso eu me tornei um político (entrevista).

Ou seja, como consequência dessa atuação anterior à “política” ou “questão partidária”, tornou-se um líder ou, em suas palavras: “obtivemos reconhecimento da própria classe e hoje eu sou uma liderança incontestável” (*idem*). A base de sua atuação como deputado, caso fosse eleito, estaria centrada exclusivamente nisso, visto que “só sou político porque eu sou portador de deficiência física. (...) Eu tenho um compromisso com a minha classe” (*idem*).

Por fim, como mencionado, há um conjunto de formas de organizações e práticas vinculadas à filantropia, não diretamente associadas a alguma religião ou igreja em particular e nem a portadores de deficiência, mas a organizações voltadas a “serviços” ou, então, com o patrocínio de empresas ou algo semelhante. Em geral, esse tipo de organização e de atuação está mais diretamente associado ao estatuto social ou profissional dos patrocinadores, como é o caso da filantropia dos clubes de “serviço” ou ao seu estatuto profissional. Nesses casos, os usos dessa atuação para a legitimação de candidaturas, em geral, toma um sentido de cobrança de retribuição pelos “serviços prestados” e reconhecimento das qualidades morais ou de “doação” do candidato em pauta.

Dentre esses clubes de “serviço”, pela importância quantitativa que adquirem em seus usos como recurso eleitoral, destacam-se organizações como o *Rotary* e o *Lions*. Como pode ser constatado, ao se abordar os candidatos que se valem de relações estabelecidas no exercício profissional ou, então, que sejam vinculados a organizações de empresários, para muitos desses, em conjunto com outras bases de recursos de legitimação, são referidas também suas relações e atuação nesse tipo de organização. Como se trata de um tipo de atuação diretamente vinculado ao estatuto social ou profissional dos envolvidos, o uso desses tipo de recurso praticamente nunca é exclusivo, sendo, portanto, sempre apresentado em conjunto com outras esferas de atuação e características do candidato. Mesmo assim, vale a pena tomar alguns casos exemplares desses candidatos que têm na atuação nessas organizações uma de suas bases de recursos eleitorais. Para tanto, pode ser tomado um candidato a deputado estadual pelo PPB, não

eleito (5.462 votos), que se enquadra como tabelião na declaração da profissão quando do registro da candidatura. Mas, como pode ser constatado a seguir, sua apresentação como candidato está centrada no fato de ser “filho de agricultores”, na sua formação escolar e na atuação profissional como professor, tabelião, advogado e bancário que residiu em diversos municípios e, por outro lado, nesse tipo de filantropia:

Sempre dedicado aos assuntos comunitários, foi sócio representativo do Rotary Club de Ijuí, Colméia e Frederico Westphalen, sócio fundador e primeiro presidente do Rotary Club de Seberi, presidente do Rotary de Caçapava do Sul e de Pelotas, presidente da APAE [Associação de Pais de Excepcionais] em Caçapava do Sul e integrante da APAE-Pelotas (cf. material de campanha).

Sendo assim, se define como um candidato de “múltiplas formas de servir ao próximo, seja como mestre, como rotariano, líder da APAE, como tabelião ou simplesmente como cidadão digno e cumpridor de seus deveres” (*idem*). As referências às múltiplas cidades por onde passou se devem ao fato de que, por razões “profissionais”, houve um constante deslocamento geográfico, mas cuja estratégia para fins eleitorais é de reatualizar as relações estabelecidas com os antigos locais de residência, além do atual (Pelotas). Mas, o que deve ser destacado, é que se nesse caso as origens sociais e, mais especificamente, o fato de ser filho de agricultor (“pequeno agricultor”, em outras fontes), é para marcar uma trajetória de ascensão social, semelhante ao que ocorre com alguns empresários. A diferença é que essa ascensão é associada mais diretamente a um forte investimento em escolarização, na “expansão horizontal” da atuação profissional, com diferentes “profissões” simultâneas e, mais ainda, na inserção nas esferas das “elites” locais, função que esses clubes de “serviço” desempenham, além da benemerência. Em síntese, não apenas uma ascensão social através da escolarização e da mobilidade profissional e geográfica, mas uma interpretação e apresentação disso como atestado de determinadas “qualidades pessoais”, ao contrário do que ocorre com candidatos com origens semelhantes, mas vinculados ao sindicalismo e a outras concepções de sociedade e de política.

Uma outra modalidade disso se manifestar é a atuação na filantropia com base mais diretamente na condição de empresário ou, então, de determinado tipo de profissional. Como representativo do primeiro caso, de atuação filantrópica com base diretamente na condição de empresário, há um conjunto de candidatos, dentre os quais, um a deputado federal pelo PPB, não eleito (10.089 votos), pode ser tomado como exemplar. Ao se enquadrar como proprietário de microempresa quando do registro da candidatura, com curso superior completo, sua apresentação como candidato está centrada em seu trajeto escolar, passagem profissional pelo Exército, nas atividades empresariais na área de informática e, por fim, na filantropia. Quanto ao último ponto, é destacado que atualmente “dedica-se a atividades políticas e realiza consultoria a grandes empresas,

além de presidir entidades assistenciais e filantrópicas, como a Associação Assistencial Paulo Rogowki [seu próprio nome] e ABIDEP – Associação Brasileira de Integração dos Descendentes de Poloneses” (cf. material de campanha). Portanto, no caso, inclusive a atuação no sentido de redefinição da identidade étnica é apresentada como “assistencial e filantrópica”. Em “dobradinha” com esse candidato, concorreu um outro a deputado estadual também pelo PPB e não eleito (apenas 2.605 votos). Com curso superior incompleto, também se enquadra como proprietário de microempresa quando do registro da candidatura, sua apresentação como candidato se resume à sua condição de “casado e pequeno empresário. Com formação cristã, desde muito cedo desenvolveu atividades na ação social” (cf. material de campanha).

Mas, como mencionado, essa vinculação com a filantropia, para muitos candidatos, é intermediada pela condição profissional e isso abrange particularmente algumas profissões, tais como a de médico. Mas uma melhor compreensão disso deve levar em conta que, no estado, a maior parte dos hospitais e também das universidades é classificada, inclusive juridicamente, como “filantrópica” ou “comunitária” (aliás, então em disputa jurídica, devido à nova legislação relativamente ao pagamento de impostos e contribuição previdenciária). De modo geral, as relações de médicos com as organizações ou com a atuação filantrópica podem ocorrer de duas formas, complementares, mas distintas. A primeira, já foi abordada na parte relativa ao uso de relações estabelecidas no exercício profissional como recurso eleitoral, e se trata daqueles médicos que dedicam uma parte de seu tempo de trabalho ao atendimento aos “carentes”, a título de “ação social”, “filantropia” ou “benemerência”. A segunda, é a atuação na “assistência” devido a vínculos com igrejas.

Uma outra modalidade desse tipo de filantropia é quando a própria instituição hospitalar, ou escolar, é definida como filantrópica. Nesse caso, praticamente todo o conjunto de atividades profissionais como médico ou mesmo diretor da instituição pode ser apresentado como filantropia. Mas, como se trata de uma atuação filantrópica mediada por instituições, elas mesmas consideradas filantrópicas, isso não se reduz à área médica. Na parte relativa às relações estabelecidas no exercício profissional como recurso eleitoral, por exemplo, foi descrito o caso de líderes e dirigentes de organizações como os Círculos de Pais e Mestres (CPMs). O mesmo se aplicaria a candidatos que passaram por instituições de ensino consideradas como filantrópicas ou, mais ainda, por cargos de direção nas mesmas, o que também pode ser apresentado na esfera eleitoral como atuação filantrópica ou “social”. Esse é o caso, por exemplo, dos candidatos que têm um de seus recursos para a legitimação da candidatura no fato de ter sido professor e dirigente de uma dessas universidades classificadas como “comunitárias” ou filantrópicas.

Notas

¹ Para um estudo da influência desses “movimentos” católicos na universidade e na política no estado, das décadas de 1920 a 1960, ver Trindade (1982). Sobre o “comunitarismo orgânico” subjacente a esse catolicismo, ver Coradini (1999).

² No Rio Grande do Sul há uma forte associação entre determinadas religiões e grupos étnicos. No que tange às religiões social e culturalmente dominantes, se destacam os vínculos do catolicismo com os descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, dentre outros. Quanto aos luteranos, em sua quase totalidade são descendentes de imigrantes alemães. Essa vinculação inclui principalmente o recrutamento e formação dos respectivos agentes, em boa medida, inclusive, “exportados” para outras regiões brasileiras.

³ Isso mais ou menos coincide, inclusive, com um levantamento feito por um jornal local, que constatou um total de 26 candidatos “evangélicos” nessas eleições, considerando-se todos os tipos de candidatura, que estariam disputando 14% do eleitorado do estado representado pelos adeptos dessas religiões (*Zero Hora*, 8/9/98: 4).

Os cargos públicos ocupados como prova de excelência

Como já mencionado, para praticamente a totalidade dos candidatos que já ocupou cargos públicos, em particular para os de maior destaque, isso se constitui na principal base de recursos eleitorais utilizada nas eleições. O exame dos significados e modalidades dessa ocupação prévia de cargos públicos, no entanto, aponta para uma série de problemas analíticos, a começar pelas concepções de política inscritas nesses usos. Para além do fato de que a utilização eleitoral dessa ocupação prévia de cargos públicos é comum a praticamente todos os candidatos que têm alguma passagem pelos mesmos, resta explicitar as concepções de sociedade e de política, as estratégias subjacentes e as condições de legitimação desses usos de cargos ocupados.

Um primeiro problema analítico que se impõe é que, ao se tratar dos usos da ocupação prévia de cargos políticos como recursos de legitimação de candidaturas, há uma diferença básica, relativamente às demais bases desses recursos, como, por exemplo, o apelo às relações estabelecidas no exercício profissional, ao sindicalismo, e às organizações de empresários. Ou seja, nesses demais casos, há um apelo que favorece ao candidato se apresentar como uma espécie de mediador diante das respectivas categorias sociais que compõem suas “bases”, com eficácia comprovada na esfera política. Por seu turno, na medida em que o apelo à ocupação prévia de cargos públicos remete à esfera propriamente política, pelo menos supostamente, é dessa perspectiva de alguém já inserido nessa esfera que é elaborada a apresentação e os esforços de legitimação da candidatura. Em outras palavras, se está diante do problema da autonomia ou não da esfera política e, mais especificamente, do que isso possa significar, relativamente ao conjunto de classificações e lutas sociais.

Como se sabe, essas relações entre o conjunto das classificações e lutas sociais com as da esfera política comportam, pelo menos, duas dimensões, a saber: as relações entre os “profissionais” da política e os respectivos “compromissos” ou vínculos de dependência, de aliança, de concorrência ou oposição, do que resulta uma situação, simultaneamente, de concorrência e de integração entre os que se encontram no “jogo” (Bourdieu, 1981); em segundo lugar, a elaboração de uma linguagem própria do “cam-

po” ou da esfera política, não apenas porque dirigida aos “iniciados” ou aos que fazem parte desse universo, mas também como decorrência da aplicação de um esquema de interpretação “política” ou com base na “problemática legítima” e formulações politistas dos “problemas” e respectivas “soluções” (Bourdieu, 1979: 463-541). Disso resulta que esse esquema de interpretação da sociedade e seus “problemas” com base nesses esquemas formados conforme os princípios de classificação e interpretação contidos no universo político, mais que “representação” do “social”, constitui sua “transfiguração”, de acordo com a estrutura, as relações de força e os princípios de classificação e definição próprios da esfera política¹.

No presente trabalho, no entanto, não está diretamente contemplada a segunda dimensão dessa ambivalência própria da condição dos políticos “profissionais”, os quais, de um lado, tendo em vista a legitimação de sua condição de representantes, no exercício mesmo do cargo, são forçados a se dirigir ao público “externo” e, por outro, como componentes da estrutura de poder político e seu processo decisório, são compelidos a ter como referência a estrutura mesma desse poder, de acordo com as respectivas características sociais e posições políticas (como desenvolvido pelos trabalhos supracitados por Gaxie et al., 1990). Isso porque, ao se tratar do estudo especificamente de um processo eleitoral e, mais especificamente, dos recursos postos em prática visando à legitimação das respectivas candidaturas, este trabalho está centrado apenas na primeira das duas dimensões mencionadas. Ou seja, por definição, qualquer esforço de legitimação de candidatura, evidentemente, está dirigido a um público que constitui o pólo “externo” à esfera política.

Isso, no entanto, não significa que o problema de legitimação, pelo menos, da versão mais pública das decisões políticas, esteja ausente, visto que, particularmente para os candidatos aliados e com as mesmas posições políticas do governo que findou em 1998, estão em pauta também suas relações com esse “governo” ou suas decisões. Mas, como é demonstrado adiante, as modalidades de apropriação e usos dessas relações com o “governo”, bem como com as posições políticas contrárias, no que tange à legitimação de candidaturas, comportam uma variedade muito grande de modalidades, o que não significa afirmar que não haja nada em comum. De qualquer modo, essa variedade de usos está vinculada às respectivas condições sociais e às modalidades de inserção na esfera política, mas também às relações de força da conjuntura em que as eleições em pauta ocorreram. Mas, diferentemente do estudado por Gaxie et al. (1990), onde as clivagens entre “esquerda” e “direita” e, por outro lado, a posição mais “interna” ou “externa” relativamente ao “centro” do poder político condicionam de forma direta as estratégias, mais dirigidas para o público “externo” ou aos centros de decisão política. O eixo básico quanto a esse ponto passa pela divisão entre os “a favor” ou “contrários” ao “governo”. Em outras palavras, mais que clivagens ideológicas, se bem que essas não estão ausentes, e posição mais “central” ou “periférica” ante o governo ou os centros de decisão política, o que pesa é o sistema de alianças e clivagens, em

que, no pólo dominante, se situam os candidatos que tiveram posições de comando no governo estadual que findou em 1998 (seja no legislativo ou no executivo) e, no pólo oposto, os que se situam na “oposição”, também com seu sistema de alianças e clivagens internas e posições “centrais” e “periféricas”, conforme diferentes registros possíveis².

Porém, mais que uma dicotomia formal e excludente entre os efeitos da condição de político “profissional” ou de alguém que ocupa um cargo político e disputa a possibilidade de continuação e, por outro lado, a legitimação da respectiva candidatura através do apelo aos eleitores em potencial, talvez essa questão seja mais bem formulada enquanto interseção dessas duas dimensões. Ou seja, se nada do que é feito ou dito na esfera política está isento do problema de sua legitimação, a questão que se impõe são as condições de possibilidade, recursos investidos, estratégias e modalidades de pôr isso em prática. Assim, evidentemente, a condição de representante de uma determinada “base” eleitoral (independentemente dos critérios de sua definição e princípios de adesão) e ao exercício de um cargo num determinado nível de governo podem ocorrer simultaneamente. Isso, evidentemente, não elimina as diferenças entre essas duas fontes gerais de legitimação, a começar pelo fato de que a ocupação prévia de cargos públicos é, por definição, restrita e, na medida em que somente pode ser relacionada aos poucos que usufruem dessa condição, não permite comparações com os demais. Aliás, esse talvez seja um dos segredos de sua eficácia, visto que se trata de uma das formas de concorrência das mais restritas.

Uma das possíveis maneiras de se abordar isso seria através da comparação das características sociais e políticas e, mais especificamente, das imagens sociais desses candidatos apresentadas em sua “entrada” na política eleitoral e, posteriormente, quando da disputa pela reeleição. Evidentemente, é de supor que, com a ocupação sucessiva de cargos após o ingresso, os recursos de legitimação utilizados tendam a se concentrar no exercício desses cargos, em detrimento das características e inserção social iniciais. Mas, nesse caso, colocado em termos dicotômicos, a formulação do problema se torna um tanto genérica. Talvez seja melhor centrar a abordagem nas relações entre as características sociais e políticas que fundamentam a legitimação da candidatura e suas vinculações com a ocupação de cargos políticos. Dito de outro modo, mais que uma dicotomia, trata-se de uma espécie de integração, por contraditória que possa ser na prática, entre essas duas dimensões. Posto nesses termos, é possível se incorporar no exame, inclusive, as diferentes modalidades de pôr em prática essa integração e as mudanças e permanências quanto aos recursos de legitimação contidas num mesmo trajeto político. Nessas modalidades de integração é possível se examinar, particularmente, as relações entre bases e características sociais, as formas de inserção política e, por outro lado, como são concebidas as atividades políticas e seus critérios de avaliação.

Numa primeira aproximação, foram discriminados todos os candidatos que, de algum modo, direta ou indiretamente, fazem uso da ocupação prévia de cargos políticos como recurso eleitoral, o que, como mencionado, equivale a praticamente todos os que

passaram por essa situação. Assim, se chegou a um total de 175 (dos 649 candidatos dessas eleições) que haviam ocupado algum tipo de cargo nas burocracias públicas, eletivos ou não. O principal cargo eletivo, no caso, é o de prefeito e, dentre os não eletivos ou por cooptação, se destacam alguns, como a direção de empresas públicas, assessorias, secretarias de estado ou de prefeituras, em síntese, um conjunto de cargos “de confiança” ou por afinidades políticas. Porém, desse total, apenas 98 candidatos, ou 15,1% dos 649 em disputa nessas eleições, têm na ocupação prévia desse tipo de cargo nas burocracias públicas sua principal base de recursos eleitorais e, mesmo assim, como seria de esperar, praticamente sempre em associação com outros recursos de legitimação.

Uma segunda categoria de cargos públicos ocupados previamente foi definida como sendo legislativos, o que, evidentemente, abarca um número bem maior, visto que a condição de vereador e de deputado são mais comuns dentre esses “profissionais” da política, inclusive devido à maior disponibilidade numérica desse tipo de cargo. Nesse caso, dos 649 candidatos dessas eleições, pelo menos 242 ou 19,2% já haviam ocupado cargos legislativos e, conseqüentemente, valem-se disso como recurso eleitoral. Mas, nesse caso também, desse total de 242 candidatos, apenas para cerca de 63 dos mesmos é possível se discernir que esse se constitui no principal recurso eleitoral utilizado nas eleições em pauta. Evidentemente, esses 63 candidatos consistem principalmente em deputados em busca de reeleição ou, então, que ocuparam esse tipo de cargo recentemente.

Mas, para um exame mais aprofundado, se optou em reter apenas os que haviam ocupado cargos legislativos de cunho mais geral, ou seja, deputado estadual ou federal, embora alguns acumule a condição de deputado com cargos nas burocracias, tais como secretários de Estado ou diretores de empresas estatais. Mais que uma opção metodológica, isso resulta de razões práticas, devido à grande quantidade de candidatos que ocuparam cargos políticos previamente. Assim, não se pretende que os que se distinguem por terem ocupados cargos legislativos sejam representativos do conjunto de candidatos que passaram pela ocupação de cargos públicos, inclusive porque os meios sociais e políticos e os recursos de legitimação podem variar muito. Por exemplo, fica evidente que no caso de prefeitos e mesmo de vereadores, que se apresentam nas eleições em pauta como candidatos a deputado estadual ou federal, há uma maior ênfase ou mesmo uma centralização no apelo à territorialidade ou “região” ou “comunidade regional” como recurso de legitimação. O exame mais aprofundado disso, no entanto, pode fazer parte de um outro trabalho, centrado especificamente nesse tipo de candidato.

Como seria de esperar, para além do fato de se valerem do exercício prévio de cargos públicos como critério de legitimação, esse conjunto de candidatos se distingue do restante, também, por uma série de características sociais e políticas. Isso, evidentemente, decorre inclusive do fato de terem passado por um processo de seleção prévio e, portanto, essa maior concentração de determinadas características sociais e político-eleitorais consiste nos efeitos desse recrutamento eleitoral e a correlata

seleção de recursos sociais conversíveis em eleitorais. Conseqüentemente, em termos de condições sociais ou profissionais de origem, há uma nítida elevação, comparativamente aos demais e no que tange à filiação partidária, bem como às chances eleitorais, evidentemente, há uma correlação direta com os partidos dominantes, atualmente ou no passado próximo.

Essas características sociais mais elevadas, no entanto, não incluem de modo tão direto as origens ou, mais especificamente, a profissão do pai, o que aponta para a forte mobilidade desse tipo de agente social. Assim, tomando-se o conjunto de 242 candidatos que ocuparam cargos legislativos, incluídos, portanto, os ex-vereadores, além dos ex-deputados, dispõe-se de informações relativas à profissão do pai para um total de 93. Desses, a categoria mais freqüente é a de pequeno agricultor ou agricultor, com 21 e 10 casos, respectivamente, perfazendo 33,3% dos com informações disponíveis. A seguir, vêm os filhos de trabalhadores urbanos em geral (com 12), os de políticos (“profissionais” ou não) (com 11), de funcionários públicos em geral (com 6), comerciantes (7) e pequenos comerciantes (3). O restante se distribui por uma série de outras categorias. Quanto ao local de nascimento, ainda tomando-se o conjunto de 242 candidatos, os resultados indicam para uma forte mobilidade geográfica em direção às cidades de maior porte (30,2% nasceram em municípios com uma população entre 10 e cinquenta mil habitantes em 1998; 22,2%, de cem a trezentos mil; 19,1%, de cinquenta a cem mil; 14,7%, de mais de um milhão – Porto Alegre; 7,6%, de até mil; e, por fim, 6,2%, de trezentos a um milhão. Mas, ao se tomar apenas os 90 candidatos que já foram vereadores, 27,8% o foram em municípios com população entre cem e trezentos mil habitantes em 1998; 22,2%, de mais de um milhão; 21,1%, entre cinquenta e cem mil; e apenas 14,4%, em municípios de até cinquenta mil habitantes). Quanto ao grau de escolarização, ocorre uma pequena elevação, comparativamente aos demais candidatos (65,7% desses 242 candidatos que já exerceram algum cargo legislativo têm curso superior completo e 12,4% incompleto. Outros 12% têm o 2º grau completo e apenas 9% têm escolarização inferior a isso).

No que tange à profissão declarada quando do registro da candidatura, a categoria mais freqüente é a dos membros do Poder Legislativo, com 28,9%; seguida pela dos advogados, com 12,8%. O restante se distribui entre diversas profissões liberais (tais como médicos, 5,8%; engenheiros, 2,8%, dentre outras), professores de 1º e 2º graus (2,5%), locutores e comentaristas de rádio (2,5%), proprietários de estabelecimento comercial (5,4%), trabalhadores agrícolas (2,9%), servidores públicos (2,5% estaduais, 1,7% municipais), dentre outras.

Em termos de filiação partidária, 21,9% são do PTB, outros 15,3% do PT, 14,5% do PMDB, 14% do PDT, 7% do PSDB, 5% do PSB, e o restante se distribui entre os demais pequenos partidos. Por fim, quanto à situação após os resultados eleitorais, desses 242 candidatos, 28,5% foram eleitos, ou seja, uma proporção muito maior do que os pouco mais de 10 por cento do conjunto dos candidatos em disputa. Evidente-

mente, todas essas características sociais e políticas se tornam bem mais concentradas se tomados apenas os que já foram deputados, excluindo-se os ex-vereadores.

Cargos exercidos e legitimação de candidaturas

A importância atribuída à ocupação prévia de cargos não se restringe aos candidatos e, presumidamente, aos eleitores em potencial, sendo que inclusive as lideranças têm nisso um dos principais critérios de recrutamento e seleção de candidatos. Assim, como já mencionado, para o então presidente estadual de um desses partidos eleitoralmente dominantes, o PPB, a “marca” que o caracterizaria seria a “capacidade administrativa”, o que implica o favorecimento dos candidatos em potencial que já exerceram cargos públicos (entrevista).

De modo muito semelhante, para outro dos principais partidos em disputa, o PMDB, conforme seu então presidente estadual, o mais importante seria selecionar “pessoas que são bem votadas porque fizeram um bom trabalho no governo”, embora o critério seja o “potencial eleitoral” e não somente ter participado do governo. Esse “potencial eleitoral” pode incluir a combinação de diferentes recursos, como a representatividade de “segmentos” ou áreas “profissionais”, e assim por diante. Em todo caso, a utilização dos cargos públicos ocupados como recurso eleitoral é vista como natural, embora sempre se apresente em associação com outros recursos ou “lutas” anteriores (entrevista). No caso do PDT, também, ocorre uma composição entre a notabilidade obtida através da ocupação de cargos públicos com outros recursos, como a representatividade de um determinado “setor” ou “corporativa” ou então “regional”. Mas, conforme seu então secretário estadual, trata-se de “nomes conhecidos” e, portanto, em geral “já tiveram um papel público”. Em síntese, a inexistência de maiores diferenças entre esses partidos eleitoralmente dominantes decorreria do fato de que as “pessoas fazem a sua liderança como se fosse uma construção, uma escada. Ela dá o primeiro passo e, se tiver o reconhecimento público, o partido é sempre sensível a esse reconhecimento” (entrevista).

Mas, ainda quanto a essa importância da ocupação prévia de cargos públicos, no caso de partidos com critérios de concorrência menos cristalizados ou formalizados, ficam mais evidentes as condições de conversão dessa ocupação de cargos em recursos eleitorais. Esse é o caso do PTB que conforme seu então secretário da Executiva Estadual, o único critério explícito de recrutamento de candidatos é “o potencial eleitoral”. Porém, a condição de “liderança emerge independentemente do vínculo partidário”. No que tange especificamente à ocupação de cargos públicos, “a experiência administrativa será válida se ele tiver conciliado com essa experiência administrativa a montagem de uma relação política com que a ação administrativa se reproduza eleitoralmente”, visto que “só o exercício de uma atividade administrativa não leva a lugar nenhum, tem que ter sabido conciliar essa atividade administrativa com a montagem de uma base política”

(entrevista). Em outras palavras, isso que está sendo designado como “montagem de uma base política” é exatamente a conversão da “atividade administrativa” em “liderança” e, assim, o estabelecimento de vínculos eleitorais. Assim, essa conversão de “ação administrativa” em “base eleitoral” não é muito diferente do que ocorre com as relações estabelecidas no exercício profissional, com o sindicalismo, ou com a atuação em outras esferas sociais que ao passarem por uma espécie de metamorfose, podem se converter em recursos eleitorais.

Desse modo, nessa ótica, a ocupação de cargos públicos é parte integrante da própria formação da liderança, quando essa atinge uma grau mais elevado na mencionada “escada”. Ou seja, essa ocupação de cargos pode ser tomada em seu sentido mais estatutário, quando o princípio de autoridade ou a suposta excelência “humana” e social do ocupante se confunde com a “importância” atribuída ao cargo, daí, inclusive, a frequência de “ritos de institucionalização” (Bourdieu, 1994: 116). Por outro lado, essa ocupação prévia de cargos pode aparecer nas disputas eleitorais mais diretamente enquanto função e alocação de recursos e manipulação de relações. Embora essas dimensões não sejam empiricamente separáveis, nessa segunda modalidade a ocupação prévia de cargos públicos quase sempre aparece em confronto com outros usos dos mesmos, atribuídos a outras posições e agentes políticos. Em síntese, entram em pauta os “bons” ou “maus” usos desses cargos. Mas, nesse nível mais geral, a utilização do exercício prévio de cargos políticos significa a possibilidade de ampliação das “bases” eleitorais e, conseqüentemente, da atuação política do candidato em pauta.

O problema analítico central, quanto a esse ponto, são as condições de possibilidade e os mecanismos presentes nessa ampliação. Isso porque, ampliação, no caso, tem um sentido de aumento quantitativo, mas, simultaneamente, de generalização. Essa generalização, que equivale a uma abstração, está vinculada tanto à sua dimensão geográfica ou territorial como social, ou seja, aquilo que nas palavras desses candidatos ou líderes partidários geralmente é designado como “segmentos”. De modo simplificado e diferenciado, conforme cada um e seus respectivos recursos eleitorais, essas “bases”, em geral, são sempre compostas por critérios de recorte espacial ou geográfico em combinação com determinados “segmentos”. Disso decorrem as classificações dos candidatos ou políticos como sendo mais vinculados a um determinado “segmento” ou, então, mais “regionais”, mais “corporativos”, e assim por diante. Ou seja, conforme o princípio de classificação e de vinculação com suas “bases” que predomina, o que remete para o tipo de capital político e recursos eleitorais em pauta.

Essa amplitude social e geográfica, evidentemente, depende, em primeiro lugar, das condições da “entrada” na política eleitoral ou, mais especificamente, das condições de concorrência e recursos e, por outro lado, dos princípios de adesão que fundamentam a legitimação das atividades político-eleitorais. Assim, essa ampliação social e, geralmente, também geográfica das relações com os eleitores em potencial ou com as “bases” eleitorais pode equivaler, simultaneamente, a uma mudança em sua composição

e, mais especificamente, nos princípios de adesão presentes nas relações com esses eleitores em potencial e a “pauta de problemas” ou “bandeiras”. Mas as formas disso se concretizar estão diretamente vinculadas às condições da “entrada” anterior ou, mais especificamente, às bases de recursos eleitorais e princípios de adesão utilizados.

Assim, por exemplo, é evidente que para aqueles candidatos que se definem como “distritais”, ou seja, em nome de uma determinada “comunidade regional”, essa ampliação tem um sentido mais diretamente de ampliação geográfica. Isso não significa que suas relações com determinados “segmentos” não estejam presentes, porém, a “comunidade” representada, no caso, é tomada em seu sentido “global”. Mas, como é demonstrado adiante, essa mesma definição da “comunidade regional” comporta diferentes critérios, o que aponta para princípios distintos de definição das atividades ou da representação política que podem decorrer das origens e posição ideológica do candidato em pauta, mas também de sua respectiva posição no sistema de alianças e oposições políticas da conjuntura em questão. Por sua vez, há aqueles candidatos que se definem como “globais”, ou seja, que não se pretendem como diretamente vinculados a um determinado “segmento” ou “região”. Como será demonstrado, a ampliação, nesse caso, também tem mais um sentido de generalização, menos em seu recorte geográfico, visto que esse recorte, em princípio, está dado como sendo o conjunto do estado e cujo limite é representado pelos candidatos a senador (excluídos do escopo do recorte empírico desse trabalho). Por fim, aqueles candidatos definidos como representantes de algum “segmento” em seu sentido mais estrito, ou seja, os “corporativos” ou “sindicalistas” (que na linguagem dos adversários são equivalentes), ou, ainda, os “setoriais”³. Nesse caso, também, a ampliação das “bases” contém um aspecto geográfico, porém, essa ampliação não ocorre em nome de algum recorte como a “comunidade regional” ou algo que inclua o conjunto da população de alguma determinada unidade geográfica e suas hierarquias sociais. Nesse caso, há uma vinculação mais direta com os eleitores em potencial enquanto categoria social pré-definida e constituída por algum tipo de representação “classista”, “setorial”, de “movimento social” ou algo do gênero. Em síntese, trata-se de candidatos com capital político de cunho mais “associativo” e, como esse tipo de representação geralmente envolve alguma “participação direta” dos representados, ocorre também uma maior valorização de mecanismos como o “orçamento participativo” ou algo que se assemelhe a “assembléias”.

Seja como for, esse processo contempla, no mínimo, duas dimensões, que se complementam e que devem ser destacadas. A primeira é que essa ampliação das “bases” equivale e se objetiva socialmente através do estabelecimento progressivo de novas relações verticais com outros mediadores ou, por outro lado, com representantes de nível inferior, o que, eleitoralmente, entre candidatos se manifesta muito explicitamente no recurso às chamadas “dobradinhas”. Porém, para além dessas “dobradinhas”, que por definição somente podem ocorrer entre candidatos de diferentes níveis, essas relações verticais abrangem o conjunto dos agentes “eleitoralmente importantes” que mantêm

alguma adesão a determinado candidato ou conjunto de candidatos. Ou seja, mais que um conjunto de eleitores abstrata e individualmente definidos, essa ocupação prévia de cargos públicos e a conseqüente ampliação das “bases” significa a ampliação da rede que intermedeia as relações do candidato em pauta com os eleitores em potencial, num sistema de alianças e clivagens cujas condições de possibilidades e concorrência dependem de cada caso. Assim, a ocupação de cargos como recurso eleitoral futuro pode conter diferentes significados, como: o estabelecimento de relações com eleitores em potencial através do controle de recursos e políticas governamentais, as chamadas “realizações”; mas, simultaneamente, o estabelecimento de relações de interdependência com mediadores social ou politicamente inferiores, tais como vereadores e prefeitos, bem como líderes de diferentes esferas de representação, como os vinculados ao sindicalismo, às organizações de toda ordem, às igrejas, e assim por diante. Quanto a isso, é necessário que se destaque que, no caso em pauta, quase a metade dos deputados estaduais da legislatura anterior são ex-prefeitos e se candidataram à reeleição como deputados, e algo semelhante ocorre com os candidatos a deputado federal. Porém, apesar de obedecer a lógicas específicas, algo semelhante também ocorre com os candidatos que não passaram pela condição de prefeito ou vereador, mas que contam com outras bases de recursos eleitorais. Por fim, há a possibilidade da construção ou reforço de uma imagem pública, enquanto “político”, através de outros mecanismos, dentre os quais a própria exposição na mídia e nos debates públicos, recurso este muito usado por líderes da “oposição”. Ou seja, há uma dimensão mais simbólica, da qual depende inclusive a pauta dos temas e tomadas de posição. Porém, mais que uma dicotomia entre essa dimensão simbólica em oposição ao “material”, trata-se de relacionar esse simbólico às práticas (Lacroix, 1985), que por sua vez, dependem dessas relações com os eleitores através da rede de intermediação e, por outro lado, do sistema de oposições e alianças políticas.

Ao se deter agora mais especificamente nos usos práticos que os candidatos fazem dessa ocupação prévia de cargos públicos como recurso eleitoral, há que se distinguir, em primeiro lugar, os diferentes níveis em que isso pode ocorrer. Há um nível mais geral, que se relaciona com a própria concepção geral das atividades políticas e dos critérios de excelência de seus agentes, cujo uso ocorre através de uma linguagem mais genérica e abstrata, nem sempre explícita, visto que consiste numa espécie de pressuposto. O princípio de legitimação básico nesse nível mais geral é o de que a ocupação desse tipo de cargo é o atestado que comprova determinadas “qualidades” que distinguem esses agentes, sendo que a ocupação do cargo é vista como sua realização prática. Portanto, nesse nível mais geral, não é tanto o exercício concreto do cargo, mas o simples fato de que determinado candidato tenha tido condições de ocupá-lo que comprova essa excelência, ou seja, o já mencionado uso dessa ocupação de cargos no sentido de um “título”. Evidentemente, isso se vincula àquela concepção e imagem da esfera política que se legitima enquanto “doadora de sentido” (Lagroye, 1985: 419). Já socialmente

objetivada e, assim, o simples fato de alguém ter tido condições de acesso a essa esfera basta enquanto legitimação da pretensão à reeleição ou eleição a um outro cargo, de nível hierarquicamente superior. Em termos de usos práticos da ocupação prévia de cargos públicos para a legitimação de candidaturas, essa modalidade se manifesta, particularmente, através daqueles simples usos, não necessariamente pensados como estratégias, nos quais os candidatos, em sua apresentação como tal, simplesmente elencam os cargos ocupados, sem maiores especificações quanto às “realizações” ou usos dos mesmos. Por outro lado, há as já mencionadas intermináveis disputas em torno dos usos práticos desses cargos enquanto políticas governamentais e seus resultados.

Para uma melhor exposição de algumas evidências dessas relações da ocupação de cargos públicos e legitimação de candidaturas, talvez seja melhor iniciar por uma modalidade ligada a candidatos mais “centrais” na esfera política, ou seja, aqueles que se distinguem por contarem com um trajeto político mais longo ou, então, que tenham ocupado cargos de maior peso em governos passados. Esse é o caso, por exemplo, do então presidente da Assembléia Legislativa, candidato à reeleição para um quinto mandato consecutivo pelo PMDB (reeleito com 42.504 votos). Nesse, como em outros casos semelhantes, é possível se detectarem tanto as diferenças das bases de recursos eleitorais da “entrada” na política relativamente à situação atual, como, também, as relações entre ambas. Filho de um agricultor que se tornou também borracheiro, esse candidato ingressou na política através da militância estudantil, em sua fase de seminarista, na região de origem (Caxias do Sul), quando chegou a ser filiado ao PCB. Evidentemente, isso tudo já não mantém uma relação direta com a legitimação de sua atual candidatura, visto que agora está centrada em sua longa “experiência” como deputado e, inclusive, presidente da Assembléia Legislativa.

Se examinado minuciosamente o material de campanha desse candidato e, mais especificamente, sua apresentação como tal, à primeira vista pode parecer algo compósito, sem um conjunto de critérios ou atributos coerentes entre si. Assim, em primeiro lugar, como *slogan*, é destacado que “experiência conta”, sendo a seguir elencada a longa série de cargos públicos ocupados, tais como o de deputado estadual, de secretário de Estado, de líder de bancada, de presidente da Assembléia Legislativa, e assim por diante. Mas é destacada também sua antiga condição de líder estudantil e os cargos ocupados nas organizações desse meio, tais como na direção de grêmios e diretórios estudantis. Além disso, boa parte desse material é utilizada para enfatizar suas ligações com a região de origem e as “realizações” ou recursos obtidos para a mesma (cf. material de campanha). Portanto, mais que substituição, há uma espécie de incorporação de novos recursos, decorrentes dos cargos ocupados e atuação em esferas distintas. Porém, nesse caso, trata-se de uma modalidade própria de operar essa integração, com base numa concepção e posição política específica, o que não elimina uma série de reconversões, particularmente no que tange às adesões ideológicas de sua fase de líder estudantil e a adoção subsequente de uma postura “pragmática” ou

“realista” relativamente ao universo político.

Como mencionado, este candidato ingressou nas atividades políticas em “grupos de esquerda” (PCB, JEC) do movimento estudantil e, como tal, inicialmente foi eleito vereador na década de 1970, pelo então MDB, e, posteriormente, ainda na década de 1970, após uma tentativa fracassada, elegeu-se deputado estadual, reelegendo-se sucessivamente no período posterior. Isso, no entanto, implicou uma série de reconversões ou reposicionamentos ideológicos e a ampliação das relações verticais com outros mediadores regionais, como “prefeitos, vereadores, lideranças do partido em todas as comunidades” da região (entrevista). Em parte, isso foi compensado pela ocupação do cargo de Secretário do Trabalho no governo estadual, atribuída ao fato de que “estava um pouco desgastado”, devido ao reposicionamento ou distanciamento das origens de “esquerda”, quando “todo mundo me chamava de traidor”, mas também “tinha vínculos com o movimento social”. Por outro lado, a carreira política contou também com a identificação social e étnica com o grupo de origem, ou seja, o fato “de eu ser italiano, de falar italiano, o dialeto”, visto ser oriundo da maior “colônia italiana” do estado. Mas, através disso, “você vira meio que – o lado podre da questão, vamos dizer assim – você vira quase que um despachante daqueles lugares que você representa”. Em compensação, “existe um reconhecimento muito grande da atividade que eu desempenhei, acho que até pelo tipo de população com quem eu convivo, uma população orgulhosa do que fez”, para quem o fato dele “ficado presidente da Assembléia, de repente isso significa muito para eles” e “isso aí faz parte de um gesto que eles personificam”. Em síntese, de um lado, se definindo como “fiel às suas origens” e, por outro, pragmaticamente (*idem*). Ou seja, as contradições das lutas políticas personificadas numa sucessão de posições e imagens do próprio agente político.

Porém, há aqueles candidatos com uma “entrada” mais diretamente “por cima”, seja por parentesco com outros políticos de destaque ou, então, com base em outros recursos sociais, que também pode resultar numa postura própria quanto à avaliação das atividades políticas e ao uso dos cargos ocupados. Em geral, esse tipo de ingresso possibilita uma postura de “visão global” das atividades políticas e, conseqüentemente, de crítica ao “particularismo” ou “assistencialismo”, sem que isso possa estar relacionado, necessariamente, com uma posição de “esquerda” ou com uma concepção mais “corporativa”. Em muitos casos, trata-se, simplesmente, de alguém que dispõe de recursos para se ocupar prioritariamente de “grandes questões” e, simultaneamente, manter vínculos verticais com mediadores inferiores. Isso é particularmente bem representado por um outro ex-presidente da Assembléia Legislativa e que, nas eleições de 1998, foi o candidato a vice-governador pelo PPB no “bloco” político que controlava o governo até então.

Seu trajeto é muito representativo desse padrão: filho de um ex-policia que se tornou advogado e político profissional e neto de um “mascateiro” sírio, teve um ingresso muito precoce e uma ascensão política muito rápida. Seu envolvimento com o militan-

tismo iniciou durante a fase estudantil, ainda no curso secundário e, posteriormente, no curso de direito, quando liderou a Juventude Democrática Social (vinculada ao então PDS), tendo sido, inclusive, presidente nacional da mesma. Formado em direito, se deslocou então para o município de origem da família (Cachoeira do Sul), onde passou a exercer as profissões de advogado e professor na universidade local (de sociologia e introdução à ciência jurídica), e simultaneamente, nas atividades eleitorais, começou como vereador. Mas, em suas palavras, “fiz dois anos de mandato como vereador e já em 1990 me elegi deputado estadual” (entrevista). Para o sucesso desse ingresso como vereador e, após, como deputado, “foi importante a tradição da minha família, o meu relacionamento (...) o meu vínculo profissional”, além do “convívio na sociedade” (clubes esportivos e de serviços, como o *Rotary*, o *Lions*). Em síntese, a “tradição da família” ajudou nas primeiras eleições, tanto para vereador como para deputado. A partir daí, passou a contar também com a “atuação como líder de partido, de bancada” (*idem*). Com a reeleição em 1994, passou a ser o líder da bancada e, posteriormente, “o presidente mais jovem da Assembléia”, da qual seu pai também havia sido presidente. Com isso, a “base” eleitoral continuou incluindo a cidade de origem da família, mas “se expandiu para outras regiões, devido aos meus contatos”. Conseqüentemente, “deixei de ser deputado regional e passei a ser deputado estadual, tive votos em quase todos os municípios”. Para isso, contou com a “atuação dos quatro primeiros anos” como deputado e, “projetando-se a nível estadual como líder de um partido importante”, do que resultaram “apoios maiores” por parte de líderes locais (*idem*).

Isso tudo permite uma postura de crítica, como mencionado, aos que atuam em termos “particulares” ou “individuais”, mais de acordo com alguns ditames da moral cívica em voga ou, em suas palavras: “têm vários tipos de deputado. Infelizmente, na minha concepção (...), o deputado assistencialista ele tem tido maior sucesso eleitoral, tanto que passa a ser decisivo, importante (...) ter uma rede (...) de ambulâncias, ocupando um espaço que não é da atividade parlamentar. Não é da atividade parlamentar cuidar de doentes individualmente, é da atividade parlamentar projetar políticas de saúde, de assistência (...). Outro tipo de deputado, é o deputado regional, às vezes municipal. Ele só tem votos em uma cidade ou uma região, ele faz um trabalho de visualização permanente”. Um terceiro tipo de deputado, “que está diminuindo, no qual eu me incluo, que vai fazer a atividade parlamentar propriamente dita, aquele que busca o voto pela atuação parlamentar, pelo espaço que acaba ocupando na mídia, buscando um voto um pouco diferenciado, um pouco mais pensado, voto que faz parte de uma classe que pensa um pouco mais nas funções do parlamento”. Porém, apesar de que “nunca tive um funcionário meu com ambulância, com albergue”, destaca que “é importante receber o prefeito em Porto Alegre, apoiar o pleito do município, o pleito do vereador”, porém, tendo em vista “mais conquistas e pleitos coletivos” (*idem*). Desse modo, com essa posição e capital político, haveria várias formas de se obter “respeitabilidade” ou “credibilidade”, quais sejam: em primeiro lugar, determinada

atuação parlamentar que “não tem repercussão eleitoral, mas te dá credibilidade dentro do poder, te dá credibilidade na imprensa”. Em segundo, outras formas de atuação que “te dão credibilidade externa, para tu poderes ser presidente da Assembléia, porque a externa se dá de duas formas: aquela lá da base e a externa da mídia, imprensa, rádio, tevê. Elas se distanciam uma da outra. Uma manchete de jornal pode te fazer não ser presidente da Assembléia”. Essas formas de atuação seriam complementares, sem diminuir sua condição de “político global” (*idem*).

Algo muito semelhante ocorre com um outro ex-presidente da Assembléia Legislativa, mas com algumas diferenças diretamente vinculadas ao respectivo trajeto político. Candidato à reeleição para um terceiro mandato como deputado estadual pelo PDT (também eleito, com 39.624 votos), o material de apresentação como candidato se reduz quase exclusivamente à lista de cargos públicos ocupados e às decisões sobre as quais teve influência e, por outro lado, sua vinculação “histórica” com o trabalhismo ou com seus maiores líderes e ideólogos. Porém, diferentemente do candidato anterior, cuja passagem como vereador é simplesmente mencionada como prova de sua vinculação com a região de origem, nesse caso a condição anterior de vereador e prefeito serve como fundamentação de uma posição política, definida como “municipalismo”. Ou seja, há uma vinculação mais direta e permanente com a “política local”, mas, simultaneamente, uma maior permanência ideológica, através da referência ao trabalhismo. Esse municipalismo com pretensões ideológicas, no entanto, apesar da proximidade formal, não se confunde ideológica e politicamente com os candidatos que ocuparam cargos públicos e se definem como “embaixadores” da respectiva região.

Apesar de filho de pequenos agricultores, desde cedo começou a militar no antigo PTB de sua terra natal (São Sepé) por influência direta da família de origem, engajada no partido, e aos 24 anos se elegeu vereador e, mais tarde, prefeito. A ampliação dos municípios com maior “consistência eleitoral” decorre de seus “vinte anos de mandato entre vereador, prefeito e deputado” e, por outro lado, sua posição “no campo da defesa dos interesses dos municípios”. Porém, nessa ampliação das “bases”, o município como referência é substituído pela região, no sentido “daquilo que os municípios colocam como bandeiras de lutas (...) e sempre atuando no macro e não no individual. (...) O que quero dizer com o macro: aquilo que interessa ao todo da comunidade, sem o paternalismo exacerbado”. Porém, além disso que é definido como “municipalismo comunitário”, na formação dessa “base” eleitoral “não tem sindicato, não tem nada, tem a questão político-partidária”. Assim, a ampliação do capital político e das “bases” eleitorais, que é simultaneamente geográfica e social, passando do município para o “conjunto da região”, é atribuída à “prestação de serviços” através de obras públicas (*idem*).

Porém, nesse caso, a ênfase na definição dos vínculos com as “bases” locais como “municipalismo comunitário”, atuando no “macro”, em oposição ao que é chamado de “paternalismo exacerbado”, não tem nada de acidental, embora, em outros casos, isso

possa se manifestar através de outras categorias. Quanto a esse ponto, há dois aspectos que devem ser explicitados, a saber: em primeiro lugar, essa dimensão geográfica das relações com as “bases” inclui, em graus e formas diversas, praticamente todos os candidatos e, no que tange especificamente aos que já ocuparam cargos públicos, trata-se especificamente dos mecanismos de ampliação dessas “bases”, que, como já mencionado, equivale também a uma extensão geográfica. Em segundo lugar, como no caso se trata de um deputado que se pretende herdeiro e propulsor de uma determinada ideologia ou, pelo menos, posição política (o antigo trabalhismo), que pretende valorizar a identificação partidária e todas as implicações correlatas em termos de definição da excelência da atuação política, há um esforço em se discernir as “lutas” a favor de determinadas unidades geográficas, definidas em termos “macro”, das relações mais personalizadas, embora geograficamente periféricas.

No extremo oposto desses candidatos que se definem por suas posições em nome do município ou de unidades geográficas ideologicamente definidas como o “municipalismo”, se situam os que se classificam, explicitamente, como deputados “distritais” ou “embaixadores da região” ou algo do gênero. Mas, nesse caso também, mais que o fato de suas vinculações político-eleitorais se circunscreverem a uma determinada unidade geográfica, independentemente de sua amplitude, o que interessa são os critérios de definição das atividades políticas e de adesão que permeiam suas relações com os eleitores. Evidentemente, não se poderia estabelecer um recorte formal que separasse esses candidatos de acordo com esses critérios, visto que, mais que uma condição excludente, trata-se de diferentes situações e modalidades de combinação de princípios e critérios de definição utilizados em termos práticos. No limite, praticamente todos se valem de algum modo de relações personalizadas com mediadores ou agentes “politicamente importantes” de âmbito local cuja base são os recursos ou “realizações” obtidas, efetiva ou potencialmente, de organismos públicos. Porém, mesmo assim, é possível se destacarem aqueles que definem as atividades políticas estritamente como *brokerage* e concebem suas relações com os eleitores em potencial ou com o conjunto da população envolvida como a extensão de relações pessoais. Numericamente, uma boa parte dos candidatos dessas eleições que já eram deputados podem ser enquadrados nesse pólo, muitos dos quais, já apresentados em outras partes, especialmente na relativa ao uso de relações estabelecidas no exercício profissional como recurso eleitoral, visto que muitos se apresentam como radialistas ou como de outras profissões que se prestam para tanto.

Portanto, não caberia elencar todos esses casos, já destacados ao se abordar essa concepção e prática de política que se manifesta principalmente através de um conjunto de atividades de “assistência”. No que tange especificamente às relações das atividades e cargos políticos com a região, em geral, esses deputados se definem como “embaixadores da região” ou algo semelhante. Portanto, se por um lado está em pauta a unidade geográfica de origem, seja definida como região ou através de outra categoria

semelhante, por outro, tanto a concepção como as práticas políticas são fundamentadas em princípios que estão diretamente associados a uma visão so-cial com base na “pobreza” ou na “carência” de determinados setores da população e na ação política como “ajuda”, em síntese, numa determinada ética “assistencial” e na posição de *broker* do político. Evidentemente, nesse padrão, a utilização de qualquer cargo público ocupado previamente, enquanto recurso eleitoral, consiste na apresentação das “conquistas” de recursos para a “região” e, simultaneamente, na “assistência” praticada como atestado de excelência nas atividades políticas. Apesar da diferença de que há uma maior presença dos condicionantes geográficos ou, mais especificamente, da hierarquização social do espaço geográfico, o princípio de definição e os critérios de avaliação das atividades políticas não são muito diferentes dos de outros candidatos em condições diversas diante disso, mas que também se caracterizam pela visão da política enquanto “assistência”. Como foi demonstrado especialmente na parte relativa às vinculações com igrejas e com organizações filantrópicas, isso contempla um conjunto de candidatos, alguns dos quais se caracterizando pelos vínculos com as “bases” através de recortes geográficos, os chamados “distritais” ou algo do gênero, ao passo que outros que fazem uso desse tipo de definição e de critérios de avaliação da ação política têm abrangência estadual. Ou seja, mais que recorte territorial *versus* princípios de definição e adesão baseados na “assistência” e na intermediação, nesses casos ocorre uma composição entre ambas.

Porém, para uma melhor compreensão do conjunto das condições de possibilidades de reconversões e tomadas de posição e das estratégias postas em prática, é necessário se apresentar genericamente o sistema de alianças e oposições que marcaram a conjuntura em que as eleições em pauta ocorreram. O primeiro ponto a destacar quanto a isso é que, mais que partidos em sua definição institucional, está em pauta um sistema de alianças do qual resultam os alinhamentos que formam os “blocos”. Uma das especificidades dessas eleições de 1998 é exatamente a grande quantidade de partidos aliados e, conseqüentemente, o pequeno número de “blocos”. Em termos simplificados, estavam em jogo apenas dois desses “blocos” com importância política considerável, quais sejam: o “bloco” que controlava o Governo do Estado desde as eleições anteriores, de 1994, formado por cerca de 11 partidos, mas controlado basicamente pelo PMDB, PPB e PTB e, no pólo oposto, o “bloco” que até então estava na oposição e que passou a controlar o Executivo estadual, mas com minoria na Assembléia Legislativa, formado principalmente pelo PT, em aliança com o PDT e com alguns outros pequenos partidos de “esquerda”.

Para o que está em pauta, o que merece ser destacado é que essa bipolarização das posições políticas criou as condições para o surgimento ou reforço de alguns políticos de destaque que controlam esses “blocos” e, conseqüentemente, ocupam os cargos públicos mais importantes no Governo ou na oposição na Assembléia Legislativa. De modo geral, os ocupantes desses cargos, tais como os de secretário de Estado, líder do governo ou da oposição na Assembléia Legislativa, bem como outros nas burocracias

do comando do Executivo estadual, como seria de esperar, são ocupados pelos políticos de maior destaque no respectivo partido ou “bloco”, mas cuja “indicação” ou critérios de inclusão dependem de diferentes lógicas condicionadas pelo sistema de alianças políticas. Mas, apesar dessa relativa diversidade de critérios de escolha, uma das características básicas desse conjunto de políticos e candidatos, além de em média contarem com um percurso político mais longo, é que, em geral, têm uma “entrada por cima”. Ou seja, em sua maior parte, nunca chegaram a ser vereadores ou prefeitos ou terem ocupado cargos desse nível, ingressando diretamente como deputados ou secretários ou, então, tendo uma ascensão muito rápida na “carreira” política.

À primeira vista, o que caracterizaria esse conjunto de candidatos, no que tange aos usos dos cargos ocupados enquanto recurso eleitoral, seriam as “obras realizadas”, ou seja, o controle de recursos públicos e uma maior “generalidade” e amplitude no apelo às respectivas “bases” eleitorais. Isso não deixa de ser verdadeiro, porém, nesses termos genéricos, não estão incluídas as lógicas sociais e políticas subjacentes a esses usos de cargos públicos como recurso eleitoral e nem suas relações com os recursos de quando da “entrada” nas atividades políticas. Quanto a esse uso do exercício desses cargos e, inclusive, sua possível eficácia eleitoral, isso é publicamente reconhecido. Assim, por exemplo, dos 12 secretários de Estado do governo anterior que se candidataram nas eleições de 1998, nove foram eleitos, alguns dos quais obtendo as maiores votações e, certamente não por mera coincidência, em geral se tratando das secretarias que dispõem de maiores recursos ou, então, de maior “visibilidade” social. Na descrição de um jornal, além “de servirem de vitrine para seus ocupantes, as secretarias contam com orçamentos capazes de credenciar seus titulares como realizadores. Com visibilidade e dinheiro na mão para realizar obras e implantar programas, a eleição passa a ser uma consequência natural” (*Zero Hora*, 11/10/98:21).

Mas, como mencionado, nas eleições em pauta se formou uma configuração de relações de força entre “blocos”, um dos quais controlado pelos líderes da posição política responsável pelo governo até então, formando uma espécie de “constelação”, com um “centro” e posições gradativamente periféricas, tanto no que tange à força eleitoral e política como quanto à intensidade da adesão. Como normalmente ocorre nesse tipo de situação bipolarizada, se constitui um grupo de líderes que, independentemente dos cargos formais, acabam se tornando os porta-vozes do conjunto do “bloco” e das respectivas tomadas de posições, em detrimento das clivagens e, mesmo, de eventuais atritos internos.

Pelo menos dois aspectos dessa situação merecem ser destacados, tendo em vista um exame mais detalhado dos usos dos cargos ocupados como recursos eleitorais, quais sejam: uma maior abstração ou “transfiguração” dos temas abordados, com uma linguagem mais genérica e em nome do conjunto do “grupo” ou posição política e, por outro lado, uma maior interdependência das estratégias individuais relativamente ao conjunto do “bloco”. Certamente, é devido a esse tipo de situação que, diversamente de

outros candidatos que usam a ocupação prévia de cargos como recursos políticos, mas cujas relações com os eleitores em potencial se circunscrevem a determinada “região” ou “segmento”, nos quais mantêm uma continuidade muito forte entre as características e recursos sociais da “entrada” com o trajeto posterior, no caso desses líderes, em geral, podem ocorrer alterações muito bruscas e profundas quanto a esses recursos.

Na mencionada bipolarização, um dos integrantes desse “núcleo central” do pólo político que controlava o governo até então consiste num caso exemplar de uma modalidade dessas relações entre origens e trajetória social, recursos de “entrada” na política e reconversões; é um candidato à reeleição como deputado estadual pelo PMDB (tendo sido um dos mais votados, com 59.051 votos). Ou seja, estão presentes de modo mais explícito tanto características de condição como de posição e, simultaneamente, a necessidade de uma maior abstração da linguagem política, por se tratar de uma espécie de “intelectual orgânico” ou porta-voz desse “bloco”. Portanto, sua condição de candidato e usos de cargos políticos ocupados estão associados à sua situação de “homem de marketing” desse “bloco”.

Filho de um comerciante num município da “colônia italiana” (Veranópolis), sua inserção política foi muito precoce, porém, em posições ideológicas sem nenhuma afinidade com seu trajeto posterior. Embora seu pai não tivesse “nenhuma tradição política”, foi “o presidente do clube social da cidade” e “uma pessoa muito respeitada como liderança” (entrevista). Ele próprio, durante todo seu trajeto escolar, inicialmente como secundarista em sua terra natal e após como estudante de economia, foi “líder de classe, presidente de grêmio estudantil, depois presidente de diretório acadêmico” (*idem*). Porém, em termos de posição ideológica ou, mais especificamente, como filosofia e esquema de interpretação social, inicialmente, essa militância estudantil era perpassada pelo catolicismo, através da JEC (Juventude Estudantil Católica) que, em suas palavras, “teve um papel muito importante na minha formação”. Após essa fase diretamente sob influência da Igreja Católica, passou a ser influenciado pelos “grupos de esquerda”, passando então a integrar um “grupo” ou rede de estudantes e “intelectuais” que mais tarde passaram a ser militantes políticos em diferentes posições. Em seu caso, enquanto se formou em economia e passou um período no México como estudante de mestrado, se vinculou ao MR-8, até romper com o mesmo por lealdade a um líder político e senador local.

Paralelamente a essa militância estudantil e partidária, ocorrem os investimentos na carreira “profissional” e política, que nesse caso sempre se confundem: como militante de “esquerda” e economista, passou a ser assessor de deputado e, em 1980, se candidatou sem sucesso a vereador no município de origem. Esse segundo setor de atividade, de assessor parlamentar, então, passou a ser seu principal trunfo, na medida em que “logo que eu vim do México, me tornei economista do MDB, tive uma época gloriosa de assessoria”, junto com outros “intelectuais” desse partido. Disso resultou que o “meu perfil político, ele combina dois tipos de ingredientes: um é absolutamente essencial,

que é o ingrediente regional. (...) Eu não seria candidato, não seria deputado, sem ter o apoio da minha terra (...) E a outra vertente é a intelectual e político-partidária, como militante, como economista, que me dá voto de cidade grande”. Porém, na “cidade grande” e, mais especificamente, em Porto Alegre, conta também com o fato de ser casado com uma vereadora pelo mesmo partido, da qual foi “coordenador de campanha”. Além disso, “fui cinco anos professor da Unisinos” (uma universidade privada) e vice-presidente do Sindicato dos Economistas do estado (*idem*). Foi na condição de “economista, administrador e ex-secretário” que se candidatou a deputado estadual, elegendo-se em 1994, mas assumindo logo a seguir o cargo de Secretário da Fazenda do Estado.

Esses recursos e trajeto o autorizam a se definir como um “intelectual, no sentido militante, (...) não o intelectual meio distante, esse não dá voto”. Como ocupou o cargo de Secretário de Fazenda até 1998, em termos de recursos eleitorais, teria o aspecto negativo de ser um “cargo técnico”, no qual “não tinha espaço para fazer política”, mas “uma boa gestão administrativa” seria “essencial para minha atividade política”. Por sua vez, sua condição de deputado possibilitaria um maior contato com os eleitores em potencial, através do “retorno de pleitos”. Mas, como “intelectual”, sua “candidatura não é só carinho, despachante, ela tem que ser uma candidatura de elaboração, formação política, capacidade de fazer um discurso político elevado, pensando não na minha eleição lá no município, mas pensando em termos de Rio Grande” (*idem*). Com isso, consegue ser, simultaneamente, um “deputado de resultados” e contemplar também o “eleitor mais intelectualizado”, o qual “exige um outro tipo de ação”.

Quanto às relações aparentemente contraditórias entre a atual posição política e o passado, isso é justificado, em primeiro lugar, pelo “dado da realidade da economia capitalista” e, em segundo lugar, pela “importância estratégica, política, filosófica e operacional” do “conceito de parceria” com a “iniciativa privada e a área empresarial” para “resolver o problema social”. Como atestado disso, é apresentado um programa governamental sob sua coordenação, sobre o qual chegou a publicar um livro e que conteria “a grande ideologia do século XXI”, com base na “ideologia do humanismo”, e que estaria associada ao “cristianismo na sua vertente histórica”. O principal fundamento dessa “filosofia” seria que “não tem que criar essas oposições entre o individual e o coletivo (...), entre o público e o privado, entre o pequeno e o grande, entre o mais rico e o mais pobre (...) Ela tem que fazer um esforço para que todos sejam capazes de se unir, se juntar para a sociedade crescer”. Isso teria como fundamento, inclusive, o próprio “marxismo”, que pressuporia o “desenvolvimento do capitalismo” (*idem*).

Num caso assim, apesar das relações eleitorais com a região de origem, os usos do cargo ocupado enquanto recurso eleitoral assumem um caráter mais geral. Desse modo, tendem a não permanecer associados diretamente apenas ao candidato, mas também ao Governo, com ênfase no conjunto das “realizações” deste Governo, das quais o

candidato apresenta-se como um protagonista principal. A própria unidade geográfica de referência deixa de ser uma determinada região para tomar todo o estado, no caso, na expressão “voto pelo Rio Grande”, em associação com o *slogan* “Rio Grande Vencedor” do “bloco” (cf. material de campanha).

Como se pode observar, está em pauta uma série de invariantes, bem como variantes que dizem respeito à situação e ao agente específico e à respectiva posição nesse espaço político. Em primeiro lugar, a modalidade de “entrada”, nesse caso mais por “cima” e pela via das burocracias públicas, enquanto economista que exerce também uma função de “intelectual”, porém, sem excluir suas vinculações com a região de origem. Como se trata de um ingresso precoce e em condições relativamente particulares na militância política, a atual posição requer uma série de readaptações que podem ou não ser admitidas como reconversões ou mudanças de posições, mas que têm um sentido de racionalização e idealização. É inegável que, da perspectiva das tomadas de posição, ocorre uma evidente reconversão de posições tidas como radicalmente de “esquerda” para o pólo oposto e que, na ótica dos adversários, é classificada como ruptura e traição com o passado. Porém, no âmbito das crenças básicas e da concepção de política, como uma espécie de “missão”, parece haver mais uma espécie de readaptação e racionalização da continuidade de uma matriz básica que propriamente uma reconversão e ruptura. Em segundo lugar, fica evidente também uma postura de formulação e exercício do discurso político mais genérico e abstrato ou, como geralmente designado, “global”. Porém, esse “global”, nessa situação, adquire um sentido próprio, distinto, portanto, de outras definições. Não se trata, por exemplo, do candidato apresentado acima, defensor do “municipalismo”, que define sua atuação como “global” para distingui-la de relações personalizadas, que podem ser associadas ao “assistencialismo” ou ao “clientelismo”. No caso em pauta, o “global” equivale a uma visão do conjunto dos “problemas” do estado e à pretensão de formulação de “soluções”, da perspectiva da posição política. Em terceiro lugar, por fim, esse “global” equivale também à possibilidade de “formulação” de “produtos políticos” (Bourdieu, 1981) compatíveis com os princípios que legitimam o respectivo pólo nessas relações de força, ou seja, a generalização dos “problemas” com base numa concepção de sociedade e de política e sua tradução ou “transfiguração” (Gaxie et al., 1990) na linguagem política.

No que consistiria essa “transfiguração”? Em termos sintéticos, consiste em algo relativamente simples, inclusive porque, na situação em pauta, a mencionada bipolarização tende a homogeneizar e a simplificar o conjunto de princípios utilizados para a legitimação das tomadas de posição nessa esfera mais elevada das lutas político-eleitorais⁴. Isso, no entanto, não significa que as modalidades de tradução na linguagem política e, principalmente, as apropriações, sejam algo simples. O princípio mais geral que fundamenta o eixo dessa bipolarização, bem como suas clivagens internas e reapropriações, consiste na dicotomia mercado *versus* Estado. É com base nesse princípio mais geral que se desdobram as demais categorias em jogo, bem como suas

traduções em linguagem política. Em termos simplificados: o pólo no qual se situa o candidato apresentado tem no mercado a base de suas formulações relativamente aos “problemas” e às decorrentes “propostas políticas”, em graus e modalidades relativamente variadas, mas sempre em oposição ao pólo contrário, que tem no Estado a matriz dessas “propostas”. Assim, mais que uma dicotomia excludente que a bipolarização e a demarcação das tomadas de posição e estratégias podem dar a entender, é possível se discernir um *continuum* quanto a essa oposição entre o mercado e o Estado, no qual se poderia situar qualquer um dos candidatos em jogo. No limite dessa bipolarização já não se trata do mercado enquanto tal, mas da legitimidade da alocação de recursos públicos para a criação de condições de expansão desse mercado, os chamados “incentivos” aos investimentos empresariais que, em termos práticos, consistem num dos temas mais candentes dessas lutas políticas. Nesse *continuum*, o “social” ou, então, os “problemas” ou “questão social” equivalem à parte da população excluída do mercado, sendo, portanto, objeto das “políticas sociais” ou “assistenciais”. No limite do pólo oposto, de negação do mercado e afirmação do Estado, essas políticas “assistenciais” são substituídas por algo como os “direitos” da “cidadania”.

Mas essa oposição deixaria de apreender a multiplicidade de princípios de adesão que, inclusive, podem se expressar numa dicotomia “direita/esquerda”, embora os representantes do primeiro pólo se esforcem para desqualificar a validade da colocação nesses termos. Porém, apesar da evidente presença do sindicalismo e das organizações empresariais, com diferentes graus de eufemismo e abstração próprios da linguagem política, estão em pauta muitas outras esferas de atuação social e ideológica, com seus princípios específicos. Por outro lado, na linguagem política, essa oposição se apresenta nas categorias próprias desse campo e na polissemia conseqüente. Assim, por exemplo, para os defensores do mercado enquanto “solução”, como seria de esperar, isso se apresenta como problemas de “emprego” e “desenvolvimento” e categorias semelhantes, ao passo que para o pólo oposto, as definições se invertem, aparecendo através de categorias como “exploração”, “insegurança” ou “precariedade” e “lucro”.

Evidentemente, é possível se discernir com facilidade uma nítida analogia entre a matriz básica desse pólo mais diretamente favorável ao mercado e as tomadas de posição de organizações empresariais, como as contidas no documento da Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) citado na parte relativa aos candidatos vinculados a essas organizações. No material de campanha, na entrevista do candidato apresentado acima ou de qualquer outro desse pólo, essa associação está diretamente presente, inclusive porque documentos que consistem em tomadas de posição de organizações empresariais, como se trata de posições políticas, necessariamente, também passam por um processo de abstração e “transfiguração”, pelo qual, mais que mercado e lucro em sua versão estritamente empresarial, o que é apresentado é uma interpretação dos “problemas do estado” e as respectivas “soluções”, em que estão contemplados, inclusive, os “excluídos do mercado” e seus “problemas de qualificação” e coisas do

gênero. Em síntese, a perspectiva empresarial não deixa de estar presente nessa bipolarização, porém, “transfigurada” na linguagem política que, por sua vez, varia conforme os valores e as estratégias de legitimação em jogo. De modo semelhante, a perspectiva sindical também não deixa de estar presente no pólo contrário, mas apenas como um componente e de modo “transfigurado”.

Mas há ainda outros princípios de adesão em jogo nessa bipolarização, a começar pelo fato já mencionado de que a maior parte desses candidatos, de ambos os pólos políticos, tanto no ingresso como na ocupação de postos, pelo menos diante dos eleitores em potencial, operam com diversos princípios de legitimação, em esferas sociais distintas. Se, por um lado, os usos dos cargos públicos ocupados dependem dos respectivos recursos, como se tentou demonstrar, por outro, dependem também das esferas sociais às quais a candidatura está mais diretamente associada e dos respectivos princípios de autoridade.

Seria demasiado extensiva a exposição de todas as variações contidas nas diferentes modalidades de ingresso e reapropriação e usos de recursos por parte desses candidatos que ocuparam cargos públicos e que, por isso mesmo, conseguem se apresentar em termos mais gerais. Em todo caso, vale a pena se tomar mais alguns casos exemplares de outras modalidades de “entrada” na política de componentes principais do “núcleo” básico desse pólo que controlou o governo até as eleições em pauta. Tendo em vista uma modalidade completamente distinta de “entrada por cima”, como os apresentados até aqui, com base em outros recursos, pode ser tomado um outro candidato a deputado federal, também pelo PMDB, e eleitoralmente bem-sucedido (78.883 votos), cuja legitimidade decorre dos cargos públicos já ocupados. Dentre esses cargos, se destacam o de secretário de Justiça, deputado estadual eleito em 1986 e reeleito em 1990 e em 1994, líder da bancada, secretário de Estado no último governo e posições de destaque na Assembléia Legislativa. Porém, mais que militância partidária e nas burocracias públicas como economista ou “intelectual” e vínculos com a região de origem – como o anterior –, nesse caso, todas as condições da “entrada” na política se vinculam à “herança” direta, por ser filho de um antigo “profissional” da política com uma longa carreira de destaque como deputado estadual e federal, além de jornalista e advogado. Porém, essa relação direta com a “herança política familiar” não apenas é vista, como também apresentada enquanto algo completamente legítimo, o que não é uma exclusividade desse pólo, como é indicado adiante. Mas, para o que está em pauta, interessa destacar que não apenas isso possibilita uma entrada “por cima”, sem maiores problemas com o passado perpassado por posições políticas ou, mais especificamente, partidárias, completamente contraditórias, bem como a apresentação em nome de algo mais genérico, como o conjunto do “governo” e suas “realizações”.

O ingresso nas atividades políticas ocorreram ainda no período estudantil, mas em oposição ao MR-8 da juventude do candidato anterior. Nessa fase, como estudante de direito e militante estudantil, em suas palavras, “tinha problemas com o PMDB por

causa do MR-8, que eram meus adversários” e, conseqüentemente, “me filiei ao PDS” (entrevista). Formado em direito (a exemplo de seu pai, após ter começado o curso de jornalismo), foi convidado e assumiu uma série de cargos públicos “de confiança” do então governo desse partido, o PDS, além de ter se eleito vereador de Porto Alegre. Posteriormente, “saí do partido, fui para o PMDB”, quando continuou nesse tipo de cargo, porém num nível mais elevado, chegando a ser secretário de Justiça. Em síntese, ainda com uma idade muito precoce, chegou a ocupar diversos dos principais cargos no governo estadual, com base na formação jurídica e capacidade de “negociação”. Porém, além dessa capacidade de “negociação”, teria conseguido ocupar esses cargos de relator da Constituinte e líder do governo simplesmente devido ao fato de ser “filho de quem era. Porque quer queiram, quer não queiram, a sociedade faz os seus conceitos” (*idem*). Mas essa “herança”, para se legitimar, envolve investimentos específicos e, quanto a isso, “eu sempre aprendi que eu era filho do Mendes Ribeiro. (...) Então, eu sempre entrei querendo ser o melhor, precisando provar que era o melhor, sem sê-lo, porque tinha muitos melhores do que eu” (*idem*). Quanto à concepção de atividades políticas e suas relações com a “questão social”, embora numa versão menos “intelectualizada” e militantista que o candidato anterior, visto que os recursos intelectuais e políticos são relativamente distintos, há uma afinidade que possibilita a formação de uma matriz comum ou, pelo menos, a apresentação como fazendo parte de uma mesma posição ou “bloco” partidário.

Mas, mesmo dentre esses “homens fortes” que compõem o “núcleo central” do pólo representado pelo governo anterior, apesar das semelhanças no que tange aos usos dos cargos públicos ocupados como recurso eleitoral, há diferenças muito fortes quanto ao ingresso na carreira política. Em alguns casos, mais que militantismo ou carreira burocrática ou, ainda, “herança política”, o recurso básico consiste simplesmente numa posição social e culturalmente dominante e, conseqüentemente, com fortes afinidades com as atividades de comando político. Um dos casos exemplares dessa modalidade é representado por outro candidato à reeleição a deputado estadual pelo PMDB, também com muito sucesso eleitoral (38.287 votos), que, apesar de ter sido uma espécie de “braço direito do governador”, como líder do governo na Assembléia Legislativa (e presidente da mesma no governo posterior, que iniciou em 1999), teve um ingresso tardio na política eleitoral.

Filho de um delegado de polícia que chegou a ser suplente de deputado e dirigente de partido e neto de secretário de Estado, de um grupo familiar que dentre os ascendentes consta um governador e um visconde pela atuação na Revolução Farroupilha, formado em direito, teve a maior parte de sua carreira dedicada às atividades jurídicas e à direção de um dos principais clubes de futebol do estado. Como estudante do principal curso de direito no estado num período de efervescência estudantil, teve uma posição de destaque como líder estudantil, do que resulta a interpretação de que, apesar do ingresso tardio na política eleitoral, “sempre fui político (...), fui líder estudantil (...) antes de

64, em 63, diretor, vice-presidente de cultura da Uges (União Gaúcha de Estudantes) e tinha atuação de militante na Ação Popular (...), ligada à Igreja, cristão, socialista” (entrevista). Foi nessa fase de militância estudantil que acabou conhecendo uma série de personagens que formaram uma rede, da qual, mais tarde, muitos se tornaram políticos de destaque no estado, com os quais manteve os vínculos. Mas, diversamente desses, voltou-se profissionalmente para a advocacia e para a atuação como dirigente de clube de futebol. Porém, mesmo como advogado, graças a esses vínculos anteriores, passou a atuar como chefe de gabinete do presidente de um banco estatal, intensificando, assim, essas ligações com agentes do governo e, através desses vínculos, foi “convidado” para concorrer ao cargo de deputado estadual em 1990 (ficando então na suplência, mas mesmo assim assumindo por um determinado período). Nessa época, apesar de politicamente muito bem relacionado, eleitoralmente contava sobretudo com os simpatizantes do referido clube de futebol e, em suas palavras, “na verdade, se não tivesse sido o Grêmio, eu não teria conseguido ser candidato a deputado, não tinha como construir espaço político para mandato, para voto, que é a única maneira de chegar” (*idem*). Porém, com a atuação como deputado e, a partir de 1994, como líder do governo na Assembléia Legislativa, essas “bases” eleitorais foram se modificando, passando a estar progressivamente mais centradas em sua atuação como “homem do governo”, ao mesmo tempo que se ampliaram e diversificaram. Ou, em suas próprias palavras, “hoje eu estou absolutamente ligado ao governo (...) Eu não tenho aquela história, lutou pela construção da ponte do município tal e tal. Eu não tenho essa coisa de vereador, deputado, do só da região” (*idem*). Em síntese, essa vinculação com o “governo” possibilitou a conversão da notabilidade como dirigente esportivo para a de ocupante de cargos públicos como principal recurso eleitoral.

Isso, no entanto, implicou uma série de reconversões ou, mais apropriadamente, readaptações quanto à postura e à forma de se relacionar com a política, agora em termos práticos ou estratégicos e com base numa posição determinada. Quanto a esse ponto, há que destacar, em primeiro lugar, que devido às origens e posição social e, mais especificamente, ao trajeto escolar e de militância, além das relações estabelecidas, há uma forte afinidade do esquema de disposições com as atividades de comando político, no caso, de “negociador” na Assembléia Legislativa. São essas “qualidades”, inclusive, que possibilitaram que fosse “líder do governo, sendo o último [em votação] da bancada do PMDB”. Porém, para além dessa “capacidade de negociação”, como mencionado, essa posição “no governo” requer uma série de readaptações e mesmo de racionalizações, relativamente a seu passado de militante estudantil. Nesse sentido, teria havido “um processo didático, dialético, dentro do governo e fora do governo”, no qual foram sendo gradativamente incorporadas posições que anteriormente não seriam aceitas (*idem*).

Embora fosse excessivamente extensiva a exposição detalhada de todas as modalidades de usos da ocupação prévia de cargos públicos, cabe destacar resumidamente um

outro padrão muito comum, que consiste na ocupação de um cargo como a de secretário de Estado e, através disso, a ampliação das “bases” eleitorais, em termos geográficos e sociais, através de uma espécie de agregação, possibilitada pela série de intervenções “pontuais” com “obras” sob o respectivo comando. Ou seja, numa relação mais direta com as “bases” em potencial ou, então, com os mediadores ou líderes regionais. Esse é o caso, por exemplo, do antigo secretário de Obras do governo anterior. Empresário e advogado num município do interior (Santa Cruz do Sul), após ter sido vereador e prefeito, exerceu diversos mandatos como deputado federal e, nas eleições de 1998, se reelegeu com uma grande votação (109.371 votos). Porém, mais que o crescimento da votação, simultaneamente, há uma crescente expansão geográfica dessa votação. No entanto, apesar de que na apresentação como candidato seja destacada sua condição de ocupante de determinado cargo no governo, seu exercício é apresentado quase exclusivamente como um conjunto de “obras” em diferentes regiões.

Em alguns casos extremos, essa ocupação de cargos anteriores e sua conversão em recursos eleitorais nem pressupõem a passagem por algum cargo legislativo. Nesses casos, trata-se da versão mais “tecnocrática” dessa “entrada por cima”. Dentre outros, esse é o caso de outro candidato a deputado estadual pelo PMDB, muito bem votado (37.872 votos), com um trajeto marcado pela direção de empresas públicas, mas também como assessor parlamentar e secretário do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. A imagem apresentada está toda centrada na do “engenheiro competente” e no elenco de “obras” apresentadas como de sua responsabilidade (cf. material de campanha).

No que tange ao nível dos cargos em disputa, ou seja, a deputado estadual ou federal, não ocorrem maiores diferenças nos usos desses cargos públicos ocupados previamente para fins eleitorais. Aliás, para muitos dos que foram apresentados nessa parte ou nas dedicadas a outras bases de recursos, esses dois conjuntos de candidatos foram tratados independentemente do nível formal desses cargos. Há, no entanto, dois aspectos que tendem a marcar a condição e os usos do cargo de deputado federal, comparativamente aos a de deputado estadual. O primeiro se vincula às “competências”, ou seja, muitas atividades ou “matérias” e, portanto, fontes de recursos são formalmente delimitadas, incidindo, assim, no campo de atividades parlamentares. O segundo aspecto que condiciona essas atividades é o montante maior de recursos eleitorais necessários para ser eleito deputado federal. Um dos efeitos dessa necessidade de maiores recursos eleitorais é um percurso político geralmente mais longo para os candidatos a deputado federal, seja nesse cargo ou em outros. Um outro efeito, vinculado a esse, é a maior amplitude, geográfica e social, de suas “bases” eleitorais.

Porém, abstraindo-se esse maior montante de recursos eleitorais, que se manifesta inclusive numa série mais extensa de cargos públicos ocupados anteriormente e, por outro lado, na maior amplitude geográfica e social das “bases” eleitorais, as lógicas que comandam as vinculações com as esferas sociais das quais decorrem esses recursos são praticamente as mesmas dos deputados estaduais. A condição de deputado federal, no

entanto, exatamente devido a essa maior amplitude das “bases” e também das “competências”, pode facilitar uma certa “especialização” em determinadas “questões”, que decorrem do recorte ou das modalidades de relações com as “bases” ou eleitores em potencial. Como pode ser visto na parte referente ao sindicalismo, alguns deputados se mantêm concentrados em determinadas “questões”, tais como problemas salariais ou o conjunto de questões vinculadas aos trabalhadores urbanos, à reforma agrária, e assim por diante. Do mesmo modo, no que tange aos deputados vinculados a setores ou ao conjunto de organizações empresariais, as “questões” pertinentes a esses “setores”, geralmente em combinação com outras de cunho mais genérico ou regional, configuram o conjunto de suas ações e tomadas de posição. Outros, se “especializam” em algo que está mais diretamente vinculado à sua atuação profissional anterior, como os advogados que se tornam responsáveis pela proposição ou modificação de leis dirigidas ao “combate ao crime”; de modo semelhante, os deputados vinculados a igrejas se caracterizam pelas proposições e atuação em prol de leis de “moralização” e pela “assistência”. Resumindo, em geral há um certo prolongamento e continuidade das “bandeiras” ou “propostas” anteriores ao exercício do cargo, sendo que as maiores alterações estão vinculadas à ampliação e diversificação disso. Assim, o principal uso desse exercício do cargo como recurso eleitoral consiste na apresentação das “lutas” e “realizações” aos eleitores em potencial, o que pode ter um caráter de “prestação de contas”, mas também de atestado da “competência” e “seriedade” do candidato à reeleição.

Há, no entanto, um ponto que deve ser destacado e que consiste nas condições de mediação decorrentes do cargo de deputado federal, visto que, como mencionado, a amplitude geográfica e social é diversa daquela dos deputados estaduais. Com a ocupação sucessiva desse tipo de cargo, é possível se formar uma “rede em cascata” ou em “pirâmide”, com mediadores de âmbito estadual ou “local”. Nesse caso, mesmo que determinados deputados estejam diretamente vinculados a determinados “setores”, “segmentos” ou “categorias” sociais, há uma outra dimensão que se sobrepõe, que consiste nessa unidade geográfica tomada como de “representação”, numa espécie de composição variável para cada caso.

Alguns deputados, nessas condições, se caracterizam exatamente por essa posição de intermediação, possibilitada e reforçada pela ocupação sucessiva desse tipo de cargo e, conseqüentemente, pela acumulação de relações de dependência com os mediadores de grau inferior. Vale a pena, a título de exemplificação, tomar alguns casos exemplares desse tipo, como o do candidato a deputado federal pelo PSDB, facilmente eleito, com uma carreira política de várias décadas, com ocupação de cargos nos mais diversos níveis. Filho de um agricultor e comerciante que posteriormente “prosperou, deixou o comércio e se tornou um agricultor médio”, estudou o secundário em colégios religiosos católicos, posteriormente cursou contabilidade e ingressou como funcionário do Banco do Brasil quando cursou direito. Ainda como estudante secundário, em suas palavras, participou da política estudantil e da campanha eleitoral de um professor e,

posteriormente, da direção do Centro Acadêmico e ingressou no Partido Democrata Cristão, quando foi eleito vereador (Santa Maria) com apenas 19 anos de idade e, por fim, deputado estadual pelo mesmo Partido Democrata Cristão, pois “era ligado à Igreja Católica, eu era ligado aos movimentos estudantis” (entrevista). Nesse período como vereador, suas principais “bases” eleitorais e atuação seriam os estudantes, devido à sua condição, e os “pequenos agricultores”, como decorrência de suas origens, mas, simultaneamente, quanto a “formação cultural e profissional”, fez “uma viagem à Europa a convite da Democracia Cristã européia, isso me ajudou também a ter uma visão dos problemas universais”. Com a sucessiva ocupação de cargos de deputado estadual e federal, além de secretarias estaduais, quanto às “bases” eleitorais, “não fiquei restrito à minha região”. Com o golpe de 1964 passou para a então Arena, e em 1969, voltou a se eleger deputado estadual, quando foi secretário estadual de Trabalho e Ação Social. Com isso, “eu tive a oportunidade de fazer um bom trabalho (...), eu resolvi concorrer a deputado federal” e, nessa condição, em 1975, acabou sendo secretário nacional desse partido. Em todo caso, nessa carreira em ascensão, em 1978 passou a ser o líder do governo na Câmara Federal e, “por essa atuação, de líder da abertura na Câmara”, e com base nisso, se elegeu novamente em 1982. Posteriormente foi candidato derrotado ao Senado, ao governo do estado pelo partido sucessor (PDS) e, por fim, passou para o atual PSDB, mas em sua ótica, é “um partido que estava mais próximo da minha origem, que é a democracia cristã, que tem inspiração no humanismo” (*idem*). De qualquer modo, com essa sucessão de cargos ocupados, “minha base foi crescendo” e, com isso, já “não tenho um colégio eleitoral, (...) eu tenho uma visão dos problemas de cada região, de cada cidade” (*idem*). Tudo isso, sem vinculação mais direta com qualquer “setor” ou “corporação” e, conseqüentemente, “posso transitar numa boa parte do setor sindical, eu ajudei a fundar muitos sindicatos de trabalhadores” e “como secretário de Trabalho, eu dei carta sindical (...), o setor empresarial também (...), o setor primário... Mas eu não sou um deputado corporativista, não sou de nenhum segmento, cuido dessas coisas todas porque acho que é a minha obrigação e o meu dever” (*idem*). Ou seja, com esse itinerário, ocorre uma aproximação de algo que poderia ser classificado como uma “profissionalização” política. Porém, isso consiste mais na agregação de um conjunto de esferas de atuação, através da ocupação sucessiva de cargos em diferentes níveis.

Ocorrem muitas versões semelhantes a esta e, no extremo, a ocupação de determinados cargos públicos pode significar a base decisiva de recursos eleitorais e, conseqüentemente, as posições e filiações partidárias de apoio ao “governo” ou ao partido dominante tendem a ser favorecidas. Isso, no entanto, deve ser visto como uma dimensão e não como algo que possa ser separado dos recursos eleitorais baseados mais diretamente nas lutas ideológicas prévias e no carisma. Em outras palavras, tanto a utilização de modo mais direto e pragmático da ocupação de cargos públicos como a conquista de uma posição de candidatável ou “nomeável”, através de lutas político-ideológicas prévias naquilo que a moral cívica em voga designa como “sociedade

civil”, consistem em duas dimensões de um mesmo processo, ou seja, a conversão de recursos de reconhecimento de ordem distinta em trunfos eleitorais. Essa impossibilidade de separação dessas duas dimensões, no entanto, não significa que, empiricamente, as diferentes situações e estratégias de cada candidato não se apresentem de modo distinto. Como se tentou demonstrar, mesmo dentre os candidatos vinculados ao governo anterior, portanto numa mesma situação quanto ao governo e à posição política dominante, as possibilidades e modalidades de usos desses cargos públicos diferem. Quanto aos candidatos que até então estavam na “oposição”, por definição, não poderiam ocupar cargos públicos com poder decisório. Isso não significa, no entanto, que não haja cargos públicos que possam ser utilizados, particularmente na esfera do Poder Legislativo, embora, evidentemente, em outras condições. Mas, para além dessa situação de “oposição”, esses candidatos também se diferenciam entre si quanto aos recursos e, portanto, às possibilidades de usar eleitoralmente esses cargos, de modo mais “particular” ou mais “global”, além de outras clivagens, como se tenta demonstrar a seguir.

Os usos da ocupação prévia de cargos públicos pelos candidatos das “oposições”

Os candidatos que ocupavam cargos públicos em âmbito estadual na oposição no governo de 1994-1998, evidentemente, por definição, se restringem aos deputados estaduais ou federais. Porém, mais que a definição formal desses cargos, para uma melhor compreensão de seus usos enquanto recursos eleitorais, é necessário se fazerem preliminarmente algumas distinções. A primeira se prende à posição ocupada, ou seja, de oposição ao governo do período 1994-1998, em dimensão estadual quanto federal. Portanto, muitas das estratégias e usos desses cargos decorrem dessa posição, de componentes do “bloco” da oposição, na mencionada bipolarização. Mas, como se tenta demonstrar a seguir, além dessas “propriedades de posição”, há que se considerar também um conjunto de esquemas de predisposições, decorrentes das respectivas origens e trajetórias sociais e das modalidades de inserção nas atividades políticas. Quanto a esse ponto, além das evidentes diferenças em termos ideológicos, há que se levar em conta que os candidatos desse pólo, apesar de não terem nada de excludente, tendem a associar a ação política com esferas sociais tais como o sindicalismo ou o corporativismo, em detrimento dos cargos de nível local ou de recortes territoriais, bem como da política concebida enquanto “prestação de serviços” ou “assistência”.

Isso, no entanto, não tem nada de linear e nem de homogeneizante, não apenas porque esses candidatos diferem entre si em diferentes aspectos, mas principalmente devido às diferenças quanto aos recursos de que dispõem e as condições de possibilidades com que contam. Essas diferenças abrangem, inclusive, as bases de recursos eleitorais e, quanto a esse ponto, há uma primeira divisão geral que pode ser estabelecida, a saber:

de um lado, os que dispõem de maiores recursos escolares e culturais, que devido a isso mesmo, podem se apresentar como mais diretamente “ideológicos” e “generalistas”, ao passo que outros se caracterizam mais como sindicalistas ou (principalmente na linguagem dos adversários) corporativos.

No que tange à sua dimensão mais “intelectual” ou “ideológica”, como caso exemplar de um dos candidatos que corporificam de modo mais direto esse conjunto de recursos e posição política, pode ser tomado um candidato à reeleição para um terceiro mandato como deputado estadual pelo PT, que no governo anterior ocupou também o cargo de Líder da Bancada na Assembléia Legislativa (e, posteriormente, Chefe da Casa Civil do governo eleito em 1998, como “homem forte” do mesmo). O primeiro ponto a ser destacado, no caso, é a forte herança cultural da família de origem e a escolarização e militância estudantil, para a formação desse “perfil” de político “generalista” (além da conjuntura específica). Em suas palavras, filho de “um velho comunista, então me criei numa casa de classe média baixa, mas com coisas extremamente motivadoras e constituintes (...) de um certo patamar cultural e de um certo convite à reflexão, interesse pela história” (entrevista). Seu pai, além de militante comunista, “foi o primeiro crítico de cinema do Rio Grande do Sul”. Disso resultou uma socialização ou “uma herança (...) cultural de esquerda, na época uma esquerda marcada pela moldura do Partido Comunista”. Esse contexto marcou, inclusive, seu engajamento na militância estudantil, que foi muito precoce, ou seja, “já no primeiro ano (...) fui eleito presidente do Centro Acadêmico”. Nessa militância estudantil, no início dos anos 60, estabeleceu então relações com a “geração” de militantes dos quais muitos serão “companheiros” na futura “carreira” política, apesar de ter obrigado a abandonar o curso, devido à repressão política. Passando um período na Argentina e na França, onde conseguiu se formar em sociologia, retornou em 1984, e em 1986 foi candidato a senador pelo PT, sem sucesso eleitoral, mas em 1988 conseguiu ser o segundo vereador mais votado de Porto Alegre, sendo eleito pela primeira vez deputado estadual apenas dois anos após, em 1990, reelegendo-se sucessivamente nas eleições posteriores. Mas, por ter ficado 14 anos no exterior, “não fiz amigos, não influenciei pessoas, não fiz favores, não era líder do meu bairro, não era bancário [como boa parte dos demais líderes do partido] (...), não era prefeito do interior, como muitos colegas meus que se credenciaram como tal e depois viram deputados despachantes de sua comunidade e não deputados do estado” (*idem*). Em síntese, não contava com as bases de recursos eleitorais comuns à maior parte dos demais candidatos e isso conjuntamente com os recursos dos quais dispõe.

Em síntese, um político com “a pretensão de fazer a grande política”, definida como “os temas essenciais que concernem às obrigações ou alterações do Estado”, em detrimento das “pequenas aspirinas da política medíocre” (*idem*). Assim, o uso de cargos públicos previamente ocupados, nesse caso, apesar de pertencer ao “bloco” de oposição, tem muito em comum com o “bloco” contrário, particularmente no que tange a uma apresentação mais genérica e em nome não do governo, mas do conjunto

da “oposição”. Ou, como destaca sua apresentação como candidato, “caracterizou-se como principal opositor” ao governo (cf. material de campanha) de então. Porém, para esse tipo de candidato, essa apresentação direta aos eleitores através de material escrito é menos importante para a legitimação da candidatura, devido à presença constante nos debates e fóruns dos mais diferentes tipos, em confronto direto com os principais representantes da posição política contrária.

Embora fosse demasiadamente exaustiva a exposição de todas as modalidades e variações quanto a esse tipo de uso de cargos públicos exercidos, vale a pena tomar alguns casos exemplares. No limite, quando não se trata de candidatos que ocuparam cargos centrais num dos “blocos” e que, portanto, podem se apresentar em nome do conjunto do “governo” ou da “oposição”, mas que, simultaneamente, não se identificam como “distritais” ou algo do gênero e nem como “assistencialistas”, sempre ocorre alguma composição específica entre algum componente “corporativo” e, por outro lado, a dimensão territorial.

Para tomar apenas um caso exemplar desse amálgama com a representação regional, o de um candidato à reeleição a deputado estadual pelo PSB, sendo dos mais antigos deputados, tido como dos mais “intelectuais”, cuja utilização dos cargos públicos ocupados tem a marca desse “intelectual”, mas, simultaneamente, dos condicionamentos impostos pelo recorte geográfico de suas “bases” eleitorais: sua apresentação como candidato destaca essa forte escolarização (graduado em direito e filosofia, com pós-graduação em direito urbanístico e sociologia política, professor universitário, dentre outros títulos). Por outro lado, destaca também, em detalhes, as “realizações” ou “benefícios” conseguidos para a região através da atuação como deputado (cf. material de campanha).

Mas, como mencionado, além de uma forte herança familiar em termos culturais e políticos, há que se levar em conta o sistema de alianças e oposições no âmbito local e estadual, no qual está inserido. Na própria região (Pelotas), seu principal opositor, que se reelegeu deputado federal pelo PPB, também conta com uma alta escolarização, inclusive com pós-graduação em sociologia política na França. Porém, trata-se não apenas de alguém filiado a um partido político oposto, mas também filho de empresário e vinculado a esse universo empresarial⁵. O candidato do PSB em pauta, além das origens sociais marcadas pela relativamente alta escolarização e envolvimento político-ideológico da família de origem (filho de dentista e vereador e de uma vereadora pelo antigo PTB e neto de um presidente da Câmara de vereadores local), também conta com um longo trajeto de investimentos político-ideológicos. Isso teve início quando ingressou na política através da política estudantil ou, mais especificamente, na Ação Popular, através da antiga JUC (Juventude Universitária Católica) da década de 1960. Formado em direito, passou a atuar principalmente como advogado de sindicatos e logo a seguir foi eleito vereador e posteriormente prefeito, além de outros cargos nas burocracias públicas locais pelo antigo MDB de um dos maiores municípios do

estado (Pelotas). Mais tarde foi inclusive secretário de Educação do estado e, por fim, deputado estadual pelo PSB.

Mesmo assim, em suas palavras, a ocupação desses cargos não estaria baseada em uma, mas em quatro “missões” ou justificativas distintas, a saber: “legislar, fiscalizar e expressar uma linha de pensamento. São missões permanentes de um deputado. E a quarta, (...) é representar uma região. Nem todos têm, não é obrigatório, mas alguns têm, eu tenho. (...) Então eu costumo dizer, eu sou um deputado do Rio Grande (...), mas trabalho com a idéia de que eu tenho um compromisso regional, alguém tem que cuidar da minha região também” (entrevista). Ou seja, para essa postura ideológica, é como se a “representação regional” entrasse como um “dado da realidade”, em detrimento da postura ideológica. Em outros casos, como já visto, isso se inverte, mas, em todo caso, o uso eleitoral da ocupação de cargos públicos requer sua inserção geográfica.

Guardando-se as proporções e as variantes, essa é basicamente a mesma modalidade representada por um outro candidato à reeleição como deputado estadual pelo PT, com a diferença básica de que é vinculado aos sindicatos de trabalhadores e “movimentos sociais” rurais e, portanto, por definição, depende mais diretamente dos condicionamentos “regionais”. Em suas palavras, a ampliação da liderança para além do município de origem se deve ao fato de que “têm lideranças (...) que, nessas áreas, atuam tanto na Igreja, [como] no movimento sindical e partidário, tem uma afinidade muito forte fora do município, em vários municípios da região” A exemplo de outros, isso é reforçado pela manutenção de um escritório regional, que possibilita “estar presente (...) nas mobilizações sociais” e, com isso, ampliar as bases através de relações políticas para além da “minha base corporativa” (entrevista).

Por outro lado, há os candidatos cujo uso do cargo ocupado se prende à respectiva corporação, sem mediação de recortes regionais. Mas, nesses casos também, dependendo da disponibilidade de recursos, nem sempre é possível expandir as “bases” ou as categorias sociais pretensamente representadas. Esse é o caso, por exemplo, de outro candidato à reeleição para deputado estadual pelo PT, cuja corporação de origem é a polícia militar, já apresentado na parte relativa ao sindicalismo.

Mas, apesar do fracasso de alguns desse tipo de candidato em ampliar suas “bases” através da ocupação de cargos públicos, outros, em melhores condições, acabam conseguindo. Isso ocorre, no que tange aos candidatos das “oposições”, particularmente com os mais diretamente vinculados a corporações de funcionários públicos ou a categorias que dependem mais intensamente de políticas governamentais. Desse modo, apesar de se tratar de políticos em oposição ao governo, os que dispõem de maiores recursos culturais e políticos podem manter uma posição de mediação entre as corporações ou o conjunto dos “movimentos sociais” e as instâncias governamentais de discussão ou decisão, como a Assembléia Legislativa ou as burocracias públicas.

Sob outro registro, esse tipo de candidato já foi abordado na parte relativa ao sindicalismo de funcionários públicos. Mesmo assim, vale a pena tomar um caso

exemplar dessa posição de mediação, conseguida por políticos com um maior volume de capital social e cultural. Para tanto, pode ser tomada a já mencionada candidata à reeleição como deputada estadual pelo PT, com sucesso (36.665 votos), cujo ingresso na política eleitoral e, inclusive, atuação parlamentar têm um sentido de extensão da militância estudantil, apesar de que, devido a esse mesmo militância, não tenha concluído nenhum curso universitário. Porém, além da militância estudantil, seu ingresso e, inclusive, as tomadas de posição política quando da “entrada” na política eleitoral estão diretamente vinculadas à “herança política” familiar, por se tratar da filha de um dos principais líderes do partido.

Mas, apesar de ter sido eleita deputada pela primeira vez, em 1994, em decorrência desses laços de parentesco e com base na militância estudantil, avalia tanto o exercício do cargo e faz uso do mesmo como recurso eleitoral como estando a serviço dos “movimentos sociais” e da respectiva “corrente” partidária. Ou, em suas palavras, relativamente aos demais deputados, “eu não considero eles meus pares” se considerando como uma “intrusa”, visto que o “meu espírito de corpo é com o MST [Movimento dos Sem Terra], com o sindicato, com a minha corrente, é com estes que eu busco a minha identidade” (*idem*). Em síntese, a perspectiva da utilização do cargo e dos recursos a ele associados a serviço dos “movimentos sociais” e da atuação política “externa”.

Em sua apresentação como candidata à reeleição, além de definir seu mandato como “a serviço das lutas dos trabalhadores e da juventude”, enumera as áreas de atuação parlamentar como estando centradas em temas tais como “as lutas do funcionalismo”, contra os “privilégios dos deputados”, a “participação dos jovens na política” e temas genéricos. Ou seja, na interseção entre “a juventude” ou, mais especificamente, o movimento estudantil e as corporações de funcionários públicos, além das denúncias do funcionamento do poder político institucionalizado.

Por fim, uma última versão desse tipo de político com muitos recursos culturais e políticos de origem, mas sem condições para uma generalização mais “global”, mas que põe em prática estratégias de generalização através do esforço de ampliação de determinados temas afins. Como caso exemplar, pode ser tomado outro candidato a deputado federal pelo PT, eleitoralmente bem-sucedido (54.477 votos), que até o final de 1998 ocupava o cargo de deputado estadual, e cujo exercício desse cargo teve o efeito de mudar suas “bases” eleitorais. Essa mudança de vínculos com base num recorte mais territorial com a cidade de origem (Santa Maria), sindical e estudantil para algo mais difuso e geral, como o conjunto dos “setores interessados nos direitos humanos”, decorreu principalmente através de sua atuação como presidente da respectiva Comissão na Assembléia Legislativa. Mas, apesar de poder parecer algo aleatório, isso está diretamente associado a determinados recursos e conseqüente perspectiva, decorrentes de seu trajeto social, a começar pelas origens e a modalidade de inserção política.

Filho de um engenheiro e professor universitário, neto paterno de um prefeito do município, sobrinho de outros políticos e neto materno de um pastor metodista,

atribui a este sua maior influência, tendo “uma formação religiosa desde a infância na Igreja Metodista”, inclusive sua “sensibilidade social” (entrevista). Posteriormente, ao cursar jornalismo na universidade local, ingressou em “grupos de esquerda” e foi presidente do DCE e da UEE (União de Estudantes do Estado). Com isso, se elegeu vereador e foi candidato a prefeito pelo PT e, finalmente, em 1994, se elegeu deputado estadual. Em termos escolares, posteriormente, já em Porto Alegre, iniciou um curso de mestrado em filosofia e concluiu um de mestrado em direito, ou seja, a continuidade de uma escolarização na perspectiva de “intelectual militante”, eleitoralmente bem-sucedido. Porém, sua avaliação retrospectiva dessa participação nesses “grupos” é completamente negativa, considerando um “período quase como uma pré-história da minha condição de cidadão consciente” (*idem*). Isso se manifestaria, em primeiro lugar, nas relações com o partido, que seria “o partido máquina, da burocracia, das reuniões internas que são fechadas”. Em segundo lugar, o tema que passou a ser o centro de sua atuação e que acabou consistindo numa espécie de filosofia de vida, ou seja, os “direitos humanos” (*idem*).

Isso permite, diversamente dos demais componentes do respectivo partido ou do “bloco” político, tomar uma posição contrária às “corporações”. Mas, como se trata de um político cuja “base” eleitoral inicial estava concentrada num município do interior, apesar de social e culturalmente assentada no movimento estudantil, ainda manteria essa “base”. Porém, a “base” eleitoral vinculada aos “direitos humanos” é composta de “pessoas que não votam com a expectativa de um benefício pessoal ou de grupo” ou “setores mais intelectualizados da classe média que percebem a importância dessas questões”. Com isso, a “base” eleitoral se “ampliou bastante e também ela teve uma qualificação (...) Na primeira eleição, na minha base eleitoral havia uma mistura de expectativas muito variada, pegava o movimento sindical, estudantes, e agora não, a votação está delimitada em torno da idéia dos direitos humanos” (*idem*), graças à utilização do exercício do cargo para tanto.

Notas

¹ Para uma aplicação empírica dessa hipótese, ver os trabalhos de Gaxie et al. (1990) relativamente aos deputados franceses.

² Para um exame interno dessas clivagens na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, na legislatura que terminou em 1998, ver Angelis (2001).

³ Para uma definição de setor como contendo, simultaneamente, diferentes lógicas e identidades sociais (corporativismo setorial e/ou profissional, lutas e representação sindical, processos administrativos etc.), ver Jobert & Muller (1987: 55-59).

⁴ Para a apresentação de uma situação semelhante, ou seja, a progressiva homogeneização na medida em que se ascende na hierarquia partidária, ver Sawicki (1997).

⁵ Para uma descrição minuciosa das clivagens, alianças e oposições em âmbito regional para esse caso, ver Grill (1999).

Como se depreende da leitura deste trabalho, o problema central situa-se na apreensão das condições de legitimação de candidaturas a determinados cargos públicos (particularmente de deputado estadual e federal), em geral vistos como “políticos”. Mas isso que ao nível do senso comum (e inclusive do senso comum escolar) pode parecer evidente, ou seja, a candidatura se justificar por si própria ou por determinadas “qualidades” dos candidatos, está muito longe de ser esgotado, enquanto problema analítico.

Uma das maneiras mais simples de constatar empiricamente esse problema é tomá-lo na fase anterior às disputas eleitorais propriamente ditas, ou seja, no processo de formação da “liderança”. Como se sabe, há uma seleção prévia à condição de candidato, havendo, portanto, uma hierarquização dos líderes com base em determinados critérios, que define as chances de candidatura. Porém, esse fato aparentemente óbvio é o início do problema analítico. Em termos mais simples, isso pode ser resumido no seguinte problema: se há uma seleção prévia à condição de candidato, deve haver um conjunto de critérios, implícita ou explicitamente admitidos, e, portanto, ao se abordá-los, se estaria apreendendo os princípios de excelência e hierarquização que condicionam o ingresso, tanto “amadorístico” como “profissional” nas atividades político-eleitorais. Além disso, ao se apreender esses critérios de recrutamento e hierarquização, se teria condições de compará-los com os que estão presentes nas disputas propriamente eleitorais e constatar sua continuidade nessas duas esferas ou, então, sua alteração.

As dificuldades na apreensão desses princípios não decorrem apenas de sua heteronomia, mas do fato de que a esfera de atividades em pauta, ou seja, as disputas político-eleitorais, consiste na manipulação de critérios de classificação. Desse modo, se por um lado, “dizer é fazer” (Bourdieu, 1981: 13), por outro, tudo que é dito pode ser tomado sob mais de um registro. Mesmo assim, ao centrar o trabalho nos esforços e nos meios de legitimação das candidaturas postos em prática, parece que é possível se avançar em algo relativamente às concepções de política e de sociedade, bem como dos interesses que os move, nessas disputas eleitorais.

Por outro lado, é possível se apreender algo sobre a transfiguração dos “problemas

sociais” (Gaxie et al., 1990) que ocorre nesse jogo de manipulação de códigos e de imagens. Assim, o processo de “politização” tem significados distintos conforme as esferas sociais que se põem em confronto nas lutas político-eleitorais. Desse modo, boa parte das diferenças entre os candidatos e de suas estratégias decorrem das especificidades das respectivas posições de mediadores entre essas diferentes esferas e lógicas sociais e, por outro lado, da dinâmica propriamente eleitoral. Esse é o caso, por exemplo, de algumas formas de inserção social e categorias especificamente estudadas neste trabalho, tais como as relações profissionais/clientes, dirigentes sindicais/sindicalizados, representantes de empresários, e assim por diante (para não mencionar a “agenda” básica desse tipo de discussão, composta pelos temas de sempre, tais como “saúde, segurança, educação” etc.), que, ao serem mencionadas para a apresentação de um candidato, adquirem um sentido próprio.

Essa “transfiguração”, no entanto, não significa que os princípios de classificação e as categorias utilizadas nessas disputas eleitorais não tenham nada que se relacione com as origens e posições sociais. Ocorre que é necessário se operar uma distinção entre origens e posição social enquanto condições ou estruturas de capital e, mais especificamente, possibilidades de recrutamento e seleção e, por outro lado, como princípios de classificação utilizados nessas lutas político-eleitorais. Ou seja, embora não sejam independentes, é necessário se considerar as diferenças entre a categoria social de pertencimento enquanto uma condição e, por outro lado, seus usos eleitorais que, como se tentou demonstrar, comportam diferentes modalidades. A simples menção dessas origens pode ser eleitoralmente importante por razões diversas, ou ao contrário, elas podem ser completamente omitidas na composição da imagem do candidato.

Essas modalidades de usos, bem como a mencionada “transfiguração” de sentido, dependem de cada base de recursos de legitimação de candidaturas e respectivas esferas de sociabilidade e lógicas sociais em que se inserem. Assim, se tentou demonstrar, num primeiro capítulo dedicado aos usos eleitorais de relações estabelecidas no exercício profissional, que, nesse caso, a “politização” equivale exatamente à negação dessas relações em seu sentido “profissional”. Mas isso também comporta muitas variações, o que não significa que não se configurem alguns padrões. Padrões esses e, certamente, também sua grande variedade, que, no entanto, não decorrem apenas da diversidade profissional desses candidatos, mas das combinações entre esses usos da profissão enquanto recurso eleitoral e outras esferas sociais nas quais atuam e tentam ser “líderes”.

Mas, comparativamente às demais que foram abordadas, essa categoria de recursos eleitorais, ou seja, as relações estabelecidas no exercício profissional, são de difícil enquadramento, chegando, no limite, a ser um tanto “residual”. Ou seja, se a utilização desse tipo de relações pressupõe que o candidato em pauta tenha uma determinada profissão que possibilite ou facilite o estabelecimento de relações com um conjunto de “consumidores” relativamente amplo, por outro lado, equivale também a uma propensão à recusa em se inserir em outras formas de representação mais corporadas, tais como

o sindicalismo, as associações e assim por diante. Certamente, é devido a isso que o grau ou a intensidade da utilização desse tipo de relação é inversamente proporcional a essas outras modalidades de recursos de formação de “liderança”, ou seja, é um recurso utilizado principalmente por candidatos menos vinculados a sindicatos, associações, igrejas, e outras representações categoriais. Do mesmo modo, alguns partidos, também com características próprias (PSDB, PTB) têm uma maior afinidade com os mesmos. Certamente, é devido a isso que a maior parte desses candidatos operam critérios bastante próprios quanto à avaliação das atividades políticas. Se bem que não seja uma exclusividade, fica evidente que, na maior parte dos casos, em graus variados, a própria atividade política é concebida como uma extensão de atividades de *brokerage*, fundamentadas em diferentes princípios e esferas sociais, ainda que frequentemente vistas e apresentadas como um prolongamento da atuação “profissional”. Como também fica evidente, e isso tem uma forte vinculação com as origens sociais, porém, mais que a posição de origem, o que está em pauta são as respectivas esferas de atuação em que inserem suas trajetórias sociais e profissionais e, conseqüentemente, os esquemas através dos quais são interpretadas essas origens. Quanto a esse ponto, esses candidatos se ressaltam por duas características, a saber: as origens sociais bastante baixas de uma boa parte, e, portanto, uma forte mobilidade social e profissional e, em segundo lugar, as grandes diferenças entre os mesmos. Essas diferenças quanto às origens e trajetórias sociais estão associadas também às classificações profissionais, segundo as quais um pólo é ocupado por categorias como a dos médicos, em geral de origens mais elevadas e, no extremo oposto, os radialistas. Mas isso se manifesta também nas modalidades de se relacionar e conceber as atividades políticas, pelo que, novamente, um extremo é ocupado pelos que têm uma visão mais geral e pretensamente mais “politizada” ou “intelectualizada” e, no pólo oposto, estão os preocupados apenas com os aspectos “práticos”, no sentido de imediatos, geralmente se qualificando como de “origem humilde”, mas também tendo passado por atividades filantrópicas.

Entretanto, se há um maior distanciamento ou uma vinculação mais fluida por parte desses candidatos que se valem de relações estabelecidas no exercício profissional quanto às formas de representação mais corporadas e à filiação partidária, de modo um tanto irônico ocorre algo semelhante quanto ao exercício profissional. Como se tentou demonstrar, a formação de “liderança” em nome de uma determinada profissão é inversamente proporcional ao seu exercício efetivo. Essa suspensão do exercício efetivo conforme as definições vigentes da profissão, no entanto, pode ocorrer de diferentes formas, abrangendo desde uma espécie de exercício “indireto” através da ocupação de cargos públicos em nome da profissão ou de uma determinada competência a ela atribuída, de alguma “causa” (filantropia, sindicalismo etc.), até a redefinição desse exercício, vinculando-se apenas àquelas atividades mais propícias à formação de “liderança”. Uma outra maneira disso aparecer é através da idade dos candidatos, ou seja, para uma boa parte, e dentre esses, principalmente os com recursos políticos mais

precários, o ingresso na política tende a ocorrer após diferentes estágios, tanto “profissionais” como em outras esferas de atuação. Quanto a esse exercício profissional, como também se tentou demonstrar, algumas categorias profissionais, de fato, contam com maiores possibilidades de reconversão em “liderança”, como é o caso de jornalistas, radialistas, dentre outros. Mas, mesmo nesses casos, não se encontrou nenhum candidato que tivesse nas relações estabelecidas no exercício profissional sua principal base de recursos eleitorais e, simultaneamente, fosse bem-sucedido. Em regra, esse exercício profissional mais diretamente vinculado à formação de “liderança” significa apenas um recurso de acesso a outras esferas de atuação, tais como a filantropia, o comentarismo, a “comunidade regional”, a ocupação de cargos públicos etc., em síntese, uma posição de *broker*, cuja atuação pode ser reconvertida em recursos eleitorais.

Assim, não teria sentido se colocar a questão de se saber se é o exercício profissional que leva à busca dessas outras esferas de atuação e, após, à sua conversão em recursos políticos ou, então, se não haveria alguma predisposição para a escolha e atuação profissional previamente definida em função de alguma motivação político-ideológica, visto que se trata de algo interdependente. Em praticamente todos os casos examinados, além de haver uma combinação do exercício profissional com outras esferas de atuação para então haver uma tentativa de sua reconversão em recursos eleitorais, sempre ficam explícitas razões ou motivações para essas combinações que extrapolam a profissão, seja devido às origens ou às vinculações político-ideológicas incorporadas na trajetória social.

Em síntese, as tentativas de reconversão de relações estabelecidas no exercício profissional em recursos eleitorais que abarcam boa parte dos candidatos estudados estão vinculadas, em primeiro lugar, à disponibilidade de determinado tipo de “profissionais” (médicos, advogados, radialistas etc.) com mais afinidade com isso e, em segundo lugar, às suas disposições para ingressar na política eleitoral. Ou seja, é necessário que ocorram determinadas condições sociais e concepções de política que dêem sentido a esse tipo de prática. Isso, no entanto, não é uma exclusividade desse tipo de candidato. Nesse sentido, os vinculados a algum tipo de sindicalismo podem ser tomados como evidência de que, mesmo no que tange a vínculos com organizações vistas *a priori* como políticas, as condições e significados de suas relações com a política eleitoral dependem de cada situação particular.

Quanto a esse sindicalismo, deixando-se de lado as definições oficiais de suas funções e as proclamações doutrinárias de suas lideranças vinculadas a partidos políticos, as relações com a política eleitoral são perpassadas por uma combinação de condições que, no caso em pauta, acabaram gerando uma configuração própria. Embora somente através da comparação sistemática com outras situações seria possível se estabelecer o grau e os componentes das especificidades do Rio Grande do Sul quanto a este ponto, alguns elementos gerais se destacam. O primeiro destes elementos é que, apesar de, evidentemente, as relações entre a atuação sindical e a eleitoral, com suas lógicas

específicas, não estarem livres de tensões e ambivalências (inclusive com estratégias postas em prática para minimizar essas tensões), foram gestados alguns mecanismos que aumentam as afinidades entre as duas esferas de militância: sindical e político-eleitoral. Dentre esses mecanismos, destacam-se os que ampliam os referenciais de ação sindical, através da aglutinação das lideranças com posições sindicais próximas ou, então, a atuação em diferentes esferas através da intensificação da multiposicionalidade. Esse é o caso, por exemplo, de lideranças que atuam simultânea ou sucessivamente no movimento estudantil, sindical, em outros “movimentos sociais”, ocupação de cargos públicos e assim por diante. Em segundo lugar, entra em pauta o problema do grau de generalidade e abstração, que tem a ver com a dimensão quantitativa e a posição social da categoria representada sindicalmente, mas também com o grau de “politização” do discurso eleitoral. Em outras palavras, se por um lado a “politização” equivale a uma certa abstração das categorias e “problemas”, no que tange ao discurso sindical algumas categorias representadas contam com melhores condições para tanto, por duas razões algo distintas: o peso quantitativo da categoria e sua posição social e cultural, com base na qual é possível se elaborar e impor determinados princípios de legitimação, destacando sua “importância social”. Além disso, o conjunto do sindicalismo é perpassado por uma oposição entre o “público” e o “privado”, na qual algumas categorias e líderes sindicais, particularmente os vinculados a serviços públicos, contam com vantagens para elaborar um discurso com base na importância “pública” da categoria e sua “função social”.

Assim, no caso estudado, a relativa eficácia eleitoral dos candidatos vinculados a certos tipos de sindicalismo e de “movimentos sociais” está também relacionada a certas condições específicas. Dentre essas condições, se destaca, em primeiro lugar, a formação e consolidação de mecanismos que permitem a extrapolação da lógica estritamente sindical, como as centrais sindicais. Além das condições conjunturais, isso foi possível devido à afirmação de uma geração de líderes sindicais com determinadas características e recursos sociais comuns, dentre as quais se destaca uma relativamente forte escolarização e mobilidade social. Em síntese, se firmou algo novo entre a mera condição de liderança sindical e as disputas eleitorais, que pode ser definido como um “sistema de ação” (Lagroye, 1997: 251) e que, além das categorias de pertencimento enquanto condição social e da liderança em termos sindicais em seu sentido formal, constituem uma série de redes de ação simultaneamente sindicais, de “movimentos sociais” e político-partidários.

No outro extremo dessa hiperpolitização que muitas posições sindicais tendem a induzir, situam-se os candidatos vinculados a organizações (ou, em muitos casos, à simples condição de) empresários e de produtores rurais. Como parece facilmente constatável, se por um lado as lideranças vinculadas ao mundo empresarial se distanciam do politicismo de outros conjuntos de candidatos, como os do sindicalismo, uma das características que se destaca é uma forma própria de politização de seus interesses e

preocupações. Por outro lado, dentre as condições de possibilidade e formas dessa “politização” ser posta em prática, se ressalta a capacidade de apresentação dos respectivos “problemas” de modo mais abstrato, enquanto “problemas do conjunto da sociedade” ou, no mínimo, de determinado “setor” ou “região”, mas, em geral, através de categorias tais como “desenvolvimento”, “emprego” e coisas do gênero. Mas, apesar dessa maior capacidade de apresentação dos respectivos “problemas” como sendo gerais e das conseqüentes maiores possibilidades de legitimação¹, isso não pode ser tomado como algo simples. Pelo menos no caso estudado, essa perspectiva empresarial ocorre menos diretamente no jogo propriamente eleitoral e mais enquanto grupo de interesses organizados ou de pressão atuando sobre os candidatos.

Como também se tentou demonstrar, é necessário distinguir a apresentação e os esforços de legitimação de candidaturas especificamente em nome de organizações de empresários, o que no caso ocorre muito pouco, da condição de empresário. Essa condição pode ser utilizada como meio de legitimação, em primeiro lugar, através da apresentação do candidato/empresário como um caso exemplar de qualidades socialmente valorizadas e, em segundo lugar, como “benfeitor”, através da atuação em outras esferas de sociabilidade que não o mundo empresarial. Assim, apesar dessa tendência de politização quase imediata através da abstração de algumas categorias do mundo empresarial, no limite oposto, ou seja, os candidatos que se caracterizam pela condição mais que pela liderança empresarial, pode ocorrer uma mera projeção direta do senso comum desse meio na esfera eleitoral.

Porém, em se tratando de modalidade própria de relação com a política eleitoral ou de “politização”, os candidatos vinculados a igrejas também são irredutíveis. Mas, a exemplo de outros conjuntos de candidatos agrupados através de algum critério geral, esses também devem ser discriminados. Esse é o caso, por exemplo, dos vinculados às diferentes versões em voga do catolicismo, que possibilitam leituras as mais diversas do fenômeno político. Mas, enquanto eficácia social e política, nas eleições em pauta, os que mais se destacam são os vinculados a igrejas “evangélicas”. Em primeiro lugar, por seu aspecto quantitativo; em segundo, pela forma própria de se relacionar com a esfera político-eleitoral. Ou seja, diferentemente de outras versões com base em doutrinas religiosas, tais como o “catolicismo de esquerda”, certas posições do luteranismo, dentre outras, que pretendem “politizar” as relações religiosas, os “evangélicos” visam à “moralização” ou mesmo, à “evangelização” da política. Essa “moralização” equivale à aplicação de um determinado código moral da própria igreja, no qual se ressalta a associação com a prática da “assistência aos necessitados” ou algo do gênero. Ou seja, ao mesmo tempo que essa associação entre política eleitoral e “assistência” está vinculada às respectivas origens e trajetórias sociais desses candidatos, por outro lado, esse padrão consiste num dos mais próximos das descrições do clientelismo político moderno.

Por fim, a última parte, com seu tema central da ocupação prévia de cargos públicos como meio de legitimação de candidaturas: evidentemente, na medida em que

isso ocorre, se poderia tomar como indicação de uma determinada forma de autonomia da esfera política. Porém, trata-se de um problema mais complexo que, nas condições em pauta, não se pretende ir além de algumas indicações relativas ao caso estudado. Talvez, para ser mais bem encaminhada, essa questão da “autonomia da ordem política” deva ser posta em termos menos abstratos. Lacroix (1985: 564) toma essa autonomia enquanto um conjunto de atividades com objetivos específicos, vinculada a questões e interesses singulares que não se confundem com a dominação social da qual participa, e que pode ser tomada como “as relações que definem na prática o espaço das atividades do empresário político”. Assim, interessa explicitar as condições de emergência e os princípios de constituição e recrutamento desse “empresário político” e, particularmente, os recursos para sua legitimação.

Nesses termos, parece possível avançar na questão com base no material empírico disponível. Está em pauta uma forma de legitimação de candidaturas através da ocupação prévia de cargos públicos que se prende à dimensão mais “encantada” ou de reconhecimento das atividades políticas, ou seja, aquela que se pressupõe como algo de ordem superior. Nesse sentido, a ocupação prévia de cargos públicos em geral aparece como o atestado de determinadas “qualidades” do candidato, no sentido de um “título”. Porém, os usos mais freqüentes e explícitos dessa ocupação prévia de cargos públicos estão vinculados mais diretamente ao exercício ou à gestão de recursos e relações políticas que, na linguagem desse meio, tendem a aparecer como “realizações” administrativas.

O principal efeito da combinação dessas duas dimensões, quando bem-sucedida, é a ampliação das respectivas “bases” do candidato. Porém, essa ampliação tem um significado de generalização ou de abstração simultaneamente geográfica e social. Isso significa que os cargos públicos previamente ocupados consistem num instrumento de generalização das categorias “representadas” através da intervenção ou alocação de recursos. É por essa razão que, em geral, os candidatos que já ocuparam cargos públicos, principalmente os de maior destaque, tendem a definir sua ação política como “global” (em oposição ao “particular”), o que, evidentemente, depende de condições sociais e políticas próprias. Por fim, esse “global” significa uma visão ou postura “de cima”, mas simultaneamente comporta tantas definições quantas são as posições políticas em confronto. Seja como for, isso nunca deixa de estar diretamente relacionado às origens e ao trajeto social e político do candidato em pauta e também, do que é presumido como eleitoralmente importante, ou seja, dependente das condições sociais e ideológicas suas e dos eleitores presumidos.

Por fim, quanto à principal das “peculiaridades” dessas eleições no Rio Grande do Sul, que consiste no fato de que a chamada “esquerda”, com uma relativamente forte participação de líderes sindicais e assemelhados, ter sido eleitoralmente vencedora: isso tem interesse principalmente para duas leituras. Uma primeira, de cunho militante, normativo ou jornalístico, e outra, mais acadêmica, que é a que está em pauta, tendo em vista uma melhor elucidação das condições e lógicas sociais em jogo nesse tipo de

processo. Porém, para tanto, seria necessário um trabalho de comparação sistemática com outras situações. Além disso, na medida em que, ao que tudo indica, muitas dessas peculiaridades estão vinculadas a determinadas características sociais de parte desses candidatos, dentre as quais se destacam as novas condições de escolarização e usos de títulos escolares para fins políticos, caberia um esforço específico de investigação dessas condições. Ou, como mencionado na introdução deste trabalho, novos padrões de recrutamento e seleção e diversificação de bases sociais e princípios de legitimação.

Nota

¹ Sobre a autonomia do celebrante como condição de eficácia simbólica da celebração e suas implicações no processo de legitimação, ver Bourdieu (1989: 548-559).

- AGRIKOLIANSKY, E. Biographies d'institution et mise en scène de l'intellectuel; Les candidats au comité central de la LDH. In: *Politix*, n° 27, 1994.
- ANGELIS, P. de. *O "social" como objeto da luta política*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado apresentada ao PPCP/UFRGS, 2001.
- BAILEY, F. G. *Humbuggery and Manipulation; The art of leadership*. New York, Cornell University Press, 1990.
- _____. *Stratagems and Spoils*. Oxford, Basil Blackwell, 1970.
- BIRNBAUM, P. (dir.). *Les Élités Socialistes au Pouvoir; Les dirigeants socialistes face à l'État – 1981-1985*. Paris, Preses Universitaires de France, 1985.
- BOURDIEU, P. *La Distinction; Critique sociale du jugement*. Paris, Minuit, 1979.
- _____. L'Économie des biens symboliques. In: _____. *Raisons Pratiques; sur la théorie de l'action*. Paris, Seuil, 1994.
- _____. *La Noblesse d'État; Grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Minuit, 1989.
- _____. La représentation politique; Éléments pour une théorie du champ politique. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (36/37), fév., 1981.
- BRAUD, P. Du pouvoir em général au pouvoir politique. In: GRAWITZ, M. & LECA, J. (dir.). *Traité de Science Politique. V. 1; La science politique, science sociale; L'ordre politique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1985.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Deputados Brasileiros: 49 legislatura, 1991-1995*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1995.
- BRIQUET, J.-L. *La Tradiction en Mouvement; Clientelisme et Politique en Corse*. Paris, Belin, 1997.
- CHAMPAGNE, P. Manifestations médiatiques et transformations de l'espace politique. In: ABÉLÈS, M. & ROSSADE, W. (eds.). *Politique Symbolique en Europe*. Berlin, Dunker & Humblot/Centre Européen des Etudes et des Recheches sur les Pratiques

- Politiques, 1993.
- _____. La manifestation; La production de l'événement politique. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (52/53), juin, 1984.
- COLLOVALD, A. La république du militant. Recrutement et filières de la carrière politique des députés. In: BIRNBAUM, P. (dir.). *Les Élités Socialistes au Pouvoir; Les dirigeants socialistes face à l'État – 1981-1985*. Paris, Preses Universitaires de France, 1985.
- COLLOVALD, A. & GAÏTI, B. Discurs sous surveillances: Le social à l'Assemblée. In: GAXIE, D. et al. *Le "Social" Transfiguré; Sur la représentation politique des préoccupations "sociales"*. Paris, Preses Universitaires de France, 1990.
- CORADINI, O. L. Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana. In: BARREIRA, I. & PALMEIRA, M. (org.). *Candidatos e candidaturas; Enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo, Annablume, 1998.
- _____. *Elites culturais e concepções de política no Rio Grande do Sul entre as décadas de vinte e sessenta*; Relatório de pesquisa para o CNPq. Porto Alegre, 1999. (mimeo.).
- _____. *A extração social dos candidatos: as eleições de 1990 e de 1994 no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Núcleo de Antropologia da Política/Museu Nacional/UFRJ, 1999.
- DAMAMME, D. Professionel de la politique, un métier peu avouable. In: OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession Politique – XIXe.-XXe. siècle*. Paris, Belin, 1999.
- DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique; Osmoses, filières et viviers. In: OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession Politique – XIXe.-XXe. siècle*. Paris, Belin, 1999.
- FIERGS/CIERGS. *A rearquitectura do Rio Grande do Sul; Garantindo o futuro*. Porto Alegre, 1998. (mimeo.).
- GAGLIETTI, M. J. *Transformações e ambivalências nos padrões de engajamento: um estudo da militância no PT de Porto Alegre*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado apresentada ao PPCP/UFRGS, 1998.
- GAXIE, D. Introduction: représentation ou transfiguration. In: GAXIE, D. et al. *Le "Social" Transfiguré; Sur la représentation politique des préoccupations "sociales"*. Paris, Presses Universitaires de France, 1990.
- _____. Les logiques du recrutement politique. In: *Revue Française de Science Politique*, 20 (1), fêv., 1980.
- GAXIE, D. et al. *Le "Social" Transfiguré; Sur la représentation politique des préoccupations "sociales"*. Paris, Presses Universitaires de France, 1990.
- GAXIE, D. & OFFERLÉ, M. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique. In: BIRNBAUM, P. (dir.). *Les Élités Socialistes au*

- pouvoir – 1980-1985*. Paris, Presses universitaires de France, 1985.
- GRÉZES-RUEFF, F. *La Culture des Députés Français (1910-1958); Essai de typologie*. Toulouse, Preses Universitaires du Mirail, 1994.
- GRILL, I. G. *As bases sociais dos compromissos: candidatos e eleições no sul do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado apresentada ao PPCP/UFRGS, 1999.
- IHL, O. Deep Pockets. Sur le recrutement plutocratique du personnel politique aux États-Unis. In: OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession Politique; XIXe.-XXe. siècle*. Paris, Belin, 1999.
- JOBERT, B. & MULLER, P. *L'État em Action; Politiques publiques et corporatismes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1987.
- LACROIX, B. Ordre politique et ordre social: objetivisme, objetivation et analyse politique. In: GRAWITZ, M. & LECA, J. (dir.). *Traité de Science Politique. V. 1; La science politique, science sociale; L'ordre politique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1985.
- LAGROYE, J. Être du métier. In: *Politix*, (28), 1994.
- _____. La légitimation. In: GRAWITZ, M. & LECA, J. (dir.). *Traité de Science Politique. V. 1; La science politique, science sociale; L'ordre politique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1985.
- _____. *Sociologie Politique*. Paris, Dalloz-Presses Universitaires de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1993.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1986.
- LÉVÊQUE, S. L'entrée en politique; Bibliografie sur les conditions sociales de la professionnalisation et de la 'réussite' politique en France. In: *Politix*, (35), 1996.
- MERLLIÉ, D. Les categories socio-professionnelles et les conditions de leur mise en oeuvre. In: *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, (50), nov., 1983.
- OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession Politique – XIXe.-XXe siècle*. Paris, Belin, 1999.
- _____. Entrées en politique. In: *Politix*, (35), 1996.
- _____. Professions et profession politique. In: OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession Politique – XIXe.-XXe. siècle*. Paris, Belin, 1999.
- _____. *Sociologie des Groupes d'Intérêt*. 2e.ed. Paris, Montcrhetien, 1998.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil; Entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990.
- PILLA, R. Vultos da medicina riograndense. In: FRANCO, A. & RAMOS, S. M. (eds.).

Panteão Médico Riograndense; Síntese cultural e histórica. São Paulo, Ramos, Franco Editores, 1943.

TRINDADE, F. C. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. In: *Revista do IFCH/UFRGS*, ano X, 1992.

VIEIRA, J. B. *A intermediação (neo)corporativa de uma empresa estatal em crise: Uma interpretação da trajetória dos eletricitários da companhia Estadual de Energia Elétrica – 1977-1996.* Porto Alegre, Dissertação de Mestrado apresentada ao PPCP/UFRGS, 1996.

SAWICKI, F. Classer les hommes politiques. Les usages des indicateurs de position sociales pour la compréhension de la professionnalisation politique. In: OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession Politique – XIXe.-XXe. siècle.* Paris, Belin, 1999.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.* (Porto Alegre), (s.n.t.), 1999.

WILLEMEZ, L. La “République des avocats”: 1948: le mythe, le modèle et son endossement. In: OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession Politique – XIXe.-XXe. siècle.* Paris, Belin, 1999.

Periódicos e outras fontes

Zero Hora (jornal)

Diário Popular (jornal)

Correio Leonense (jornal)